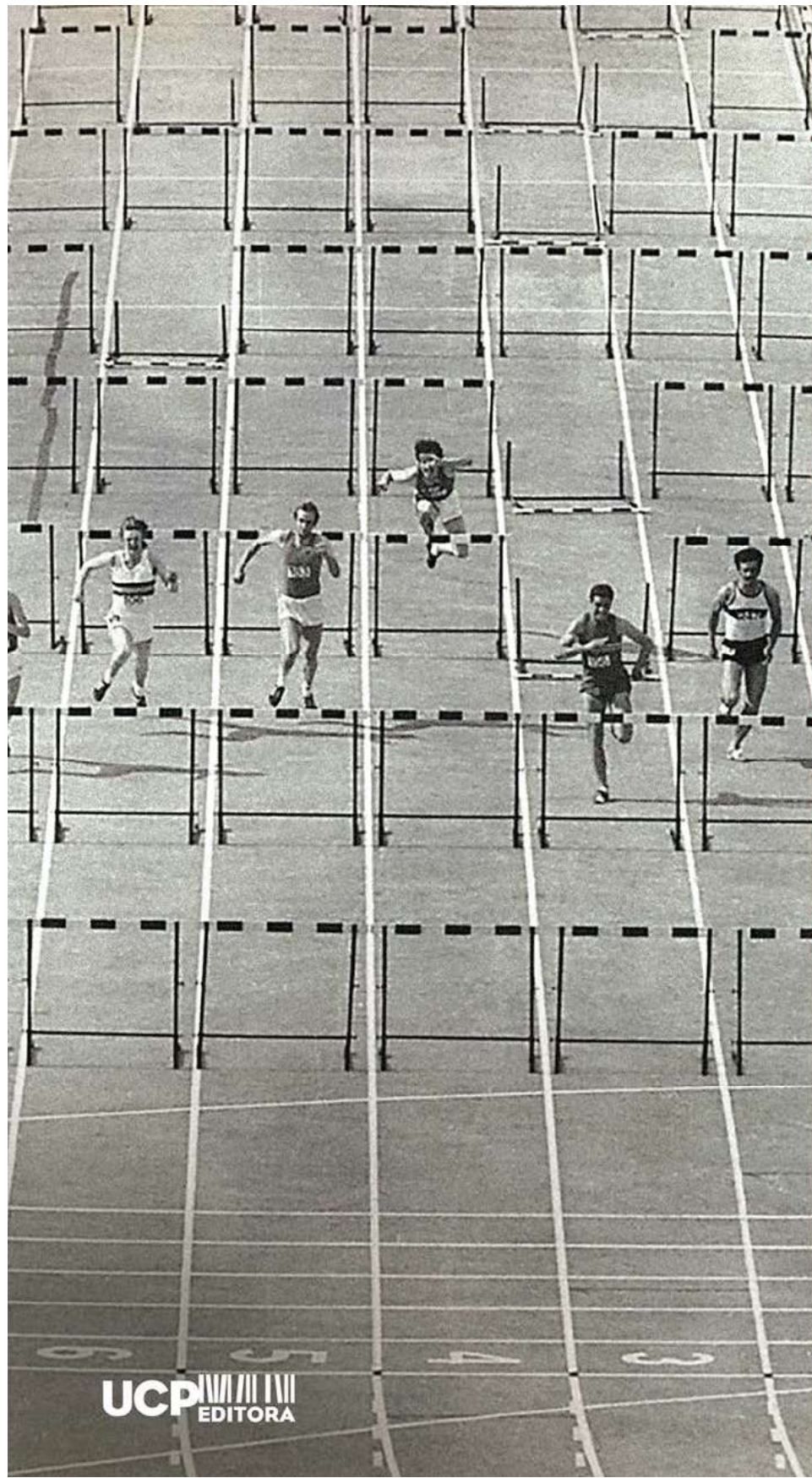




UCP EDITORA

DESPORTO, LIBERDADE E DEMOCRACIA

Alfredo Teixeira e José Carlos Lima (Coord.)



Desporto, Liberdade e Democracia

Licença: Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0



Coleção Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência
Coordenação da coleção Alexandre Palma, Alfredo Teixeira
Conselho Científico
e Editorial Antonio Sánchez Pato – *Universidad Internacional de La Rioja*
Katia S. M. Mortari – *Grupo de Estudos e Pesquisa em Motricidade Humana da Universidade Estadual de Londrina*
Luísa Ávila da Costa – *Faculdade de Desporto da Universidade do Porto*

Título Desporto, Liberdade e Democracia
Coordenação Alfredo Teixeira, José Carlos Lima
Autores Alfredo Teixeira | Ana Santos | Carlos Pereira | Daniel Freire Santos |
Francisco Pinheiro | Helena Gil da Costa | João Manuel Duque |
João Martins | Jorge Vilela de Carvalho | José Carlos Lima |
Manuel Sérgio | Rui Madeira Claudino

© Autores
© Universidade Católica Editora

Revisão editorial Ana Cunha
Capa Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS
Fotografia da capa *Taça da Europa, 110m Barreiras, 1975*
Fotografias de Nuno Ferrari, espólio de Mário Moniz Pereira,
depositado no Museu Nacional do Desporto
Paginação Magda M. Coelho
Impressão e acabamento Papelmunde
Depósito legal 541250/24
Tiragem 300
Data dezembro 2024

DOI <https://doi.org/10.34632/9789725410691>
ISBN 9789725410684
eISBN 9789725410691

Universidade Católica Editora,
Sociedade Unipessoal, Lda.
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

Desporto, Liberdade e Democracia

Alfredo Teixeira

José Carlos Lima (Coord.)

UCP 
EDITORA

Índice

Desporto e humanismo na memória da Revolução dos Cravos – uma introdução	7
Alfredo Teixeira, José Carlos Lima	
Capítulo I.	
Liberdade, fraternidade, motricidade	
Pensar a Liberdade sob o horizonte da Fraternidade Universal	11
João Manuel Duque	
Liberdade, criatividade e motricidade humana: ressonâncias de Manuel Sérgio na busca de sentido de uma educadora	19
Helena Gil da Costa	
A Motricidade Humana como expressão de liberdade e democracia	34
Manuel Sérgio	
Capítulo II.	
O Desporto como construção política	
De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância.	40
Daniel Freire Santos	
Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta	56
Ana Santos	
O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa	80
Francisco Pinheiro	
Capítulo III.	
Políticas desportivas: Um laboratório de cidadania	
Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto	98
Rui Madeira Claudino	

Desporto, Liberdade e Democracia

**Modelos de intervenção pública na organização
do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência** 115
Jorge Vilela de Carvalho

**Externalidades positivas e negativas do desporto
e sua relação com a cidadania, participação
e desenvolvimento desportivo** 133
Carlos Pereira

Capítulo IV.
Desporto e Educação: Educar para ser livre

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física 147
João Martins

Ética desportiva, um caminho para a liberdade 158
José Carlos Lima

Desporto e humanismo na memória da Revolução dos Cravos – uma introdução

Alfredo Teixeira, José Carlos Lima

Desde 2015, a Universidade Católica Portuguesa desenvolve atividades de formação e investigação, em cooperação com o Instituto Português do Desporto e Juventude, no âmbito da linha temática «Desporto, Ética e Transcendência». Na quarta edição do Colóquio «Desporto, Ética e Transcendência» (20-06-2024), a Cátedra Manuel Sérgio (UCP-CITER) associou-se ao espírito de comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, para propor um itinerário formativo centrado na relação do desporto com os princípios e valores da liberdade e da democracia.

Em 1976, Manuel Sérgio publicava, na editora Seara Nova, uma obra que respirava o espírito do tempo, com o título «Desporto e Democracia». O seu prefaciador, Baptista-Bastos, é incisivo no Prólogo deste livro: «O título do livro é uma escolha, a imagem preferencial da reflexão feita sobre o desporto entendido como cultura – e em democracia» (Sérgio 1976, 10). Apresentando um percurso histórico pelo pensamento sobre as atividades corporais, o livro pode ser lido, essencialmente, como uma filosofia da cultura. Isto porque, na sua ótica, o desporto é cultura. Nesse sentido, não pode ser desvinculado da dinâmica social e do compromisso político. O livro dá conta da sua proximidade de um universo intelectual muito marcado pela leitura de algumas das tradições intelectuais do marxismo, chegando a frequentar a *célula de escritores ligados ao Partido Comunista Português* – as referências marxistas sofrerão remodelações diversas no seu percurso biográfico. Recorde-se que, entre 1991 e 1995, foi deputado à Assembleia da República, na VI Legislatura (1991-1995), pelo Partido da Solidariedade Nacional, do qual foi o primeiro presidente. Cumpriu essa legislatura, mas acabou por se afastar desse projeto partidário.

Num contexto ainda anterior ao da sua tese sobre a Motricidade Humana, Manuel Sérgio, em «*Desporto e Democracia*», reconhece um amplo itinerário moderno na construção do humanismo desportivo, participando da geografia mais ampla do humanismo, desde Arnold e Coubertin até personalidades religiosas como os Papas João XXIII e Paulo VI, passando pelo pensamento do teólogo Teilhard Chardin (cf. Sérgio 1976, 155-56). Na ótica de Manuel Sérgio, o desporto deve acompanhar, com o máximo interesse, as perguntas instigantes acerca da natureza humana, quanto à sua origem, destino e posição no mundo. Nesse sentido, a supercompetição, estruturada a partir da opressão do ser humano pelo outro ser humano, apresenta-se como a negação do sentido humanista do desporto. No quadro de uma teoria crítica da modernidade, Manuel Sérgio pensa as dimensões míticas do desporto, criticando o que nele possa ser alienação ou unidimensionalidade. Recorrendo à categoria «sociedade tecnocrática» – expressão que, à época, procura dar conta do impacto das tecnologias e da eletrónica nas novas formas de capitalismo –, Manuel Sérgio sublinha que a frustração das dimensões humanistas do desporto contribui para o aumento dos obstáculos à concretização das aspirações humanas de igualdade, justiça e participação.

A prática desportiva introduz na historicidade humana uma particular dinâmica, a tensão para um fim (cf. Sérgio 1976, 159-64). No quadro das gramáticas ideológicas em discussão, nesse momento de construção democrática da sociedade portuguesa, esse «fim» toma corpo na figura da desalienação. Assim, para o filósofo, esse é o papel do humanismo desportivo, numa sociedade democrática. Dir-se-ia, um desporto desmitologizado, ao serviço da criatividade cultural. Na sua perspetiva, o agonismo desportivo dá lugar a expressões do belo, enquanto superação permanente. Nesta ótica, as práticas lúdicas, agonísticas e simbólicas traduzem a vontade do ser humano se realizar como sujeito, na sua abertura ao sonho, na sua vontade de libertação, perseguindo o inédito e o absoluto (cf. Sérgio 2019, 80-81). O filósofo procura uma compreensão do desporto no quadro da gratuidade própria da atividade estética, em contraste com as atividades de índole produtiva. Do mesmo modo se alerta para os riscos do desporto-espetáculo, na medida em que ele possa acentuar a unidimensionalidade alienante do desporto.

Esta crítica ao desporto-alienação encontra ecos nas novas teorias críticas da modernidade (Bartolomei e Teixeira 2023). Recentemente, Hartmut Rosa retomou o conceito de alienação, como categoria de análise do mundo da

Desporto e humanismo na memória da Revolução dos Cravos – uma introdução

vida (cf. Rosa 2019). O seu pensamento reformista sublinha que o mundo deve ser apreendido como um «outro» que resiste, uma alteridade irreduzível, para ser escutado na sua própria voz. A alienação é uma disposição que resulta da frustração da ressonância, enquanto escuta da alteridade do «mundo». Nos regimes políticos autoritários, essa alienação consiste na ficção de que o «outro» deve ser eliminado para que a comunidade imaginada subsista – é uma falsa ressonância, uma vez que é aniquilante do outro. Num regime social e político liberal, as técnicas de desenvolvimento pessoal, no novo capitalismo, podem ser lidas também como uma falsa ressonância, uma vez que a pretensa abertura ao mundo se reconfigura numa lógica exclusivamente produtiva e competitiva, instrumentalizando os sujeitos e inviabilizando a possibilidade de abertura à descoberta pessoal do mundo como «*outro*».

No quadro da hermenêutica de Hartmut Rosa, a atividade desportiva caracteriza-se pelo facto de o próprio corpo se constituir como a materialidade que se experimenta como «coisa viva», irreduzível, cuja voz se torna audível (cf. Rosa 2021). As atividades desportivas são lidas nesta abertura ao mundo que chega pelo corpo, sem outra finalidade que não seja sentir o próprio corpo, num diálogo entre matéria e espírito, num processo de mútua transformação. Por seu lado, a valorização da linguagem motora, na filosofia sergiana, visa reinstaurar um estilo de vida aberto ao mundo, desenvolvendo a consciência de si como ser no mundo (cf. Sérgio 2018, 166-68). A alienação, no cruzamento destas perspetivas, resulta de lógicas de ação nas quais o desporto já não é um fim em si mesmo, mas um meio instrumental para acumular capital corporal ou capital económico (cf. Rosa 2016). Na crítica ao desporto-mercadoria, Hartmut Rosa e Manuel Sérgio encontram-se em alguns argumentos. Rosa não ignora que os consumos integram a *lógica do desporto*. E o consumo não é necessariamente alienante. Ele pode ser uma «promessa de ressonância», na medida em que permitir formas de abertura à escuta do mundo (tal como a compra de um livro nos vai permitir viver «co-movidos»). Quando o processo de mercantilização não integra uma assimilação transformadora, isso significa que a coisa comprada, enquanto tal, não tem voz própria. Na perspetiva de Manuel Sérgio, a gigantesca mercantilização do desporto destrói esta voz própria das práticas desportivas. Na sua ótica, o rendimento e a *performance*, por si sós, provocam exclusão, desigualdade e novas formas de exploração, reeditando ou facilitando a emergência de novas técnicas de objetificação dos sujeitos (cf. Sérgio 2004, 30). Na hermenêutica sergiana, o desempenho

desportivo, enquanto lugar de expressão da motricidade humana, realiza-se na cooperação. A cooperação é intersubjetividade. Não há intersubjetividade sem subjetividade. Não há realização da subjetividade sem liberdade¹.

Referências

- Rosa, Hartmut. 2016. *Alienación y aceleración: hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía*. Trad. del alemán. Discusiones 2047. Madrid, Buenos Aires: Katz.
- Rosa, Hartmut. 2019. *Resonancia: una sociología de la relación con el mundo*. Trad. del alemán. Conocimiento 3103. Madrid, Buenos Aires: Katz.
- Rosa, Hartmut. 2021. *Lo indisponible*. Trad. del alemán. Barcelona: Herder.
- Sérgio, Manuel. 1976. *Desporto em Democracia*. Lisboa: Seara Nova.
- Sérgio, Manuel. 2004. *Alguns olhares sobre o corpo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sérgio, Manuel. 2018. *Para uma epistemologia da motricidade humana: prolegómenos a uma nova ciência do homem*. Reedição. Lisboa: Nova Vega.
- Sérgio, Manuel. 2019. *Algumas teses sobre o desporto*. 6.ª edição. Portugal: Compendium.

¹ Assinale-se, neste lugar de agradecimento, a presença testemunhante, no IV Colóquio «Desporto, Ética e Transcendência», de Rodolfo Begonha (ex-atleta, técnico e dirigente), António Simões (ex-futebolista, treinador e comentador) e do jornalista António Simões. É devido um agradecimento também a todas e a todos os moderadores que dinamizaram as diferentes mesas temáticas: Patrícia Tavares, Rita Mendonça Leite, Juan Ambrosio, Rui Miguel Tovar, Inês Espada Vieira, Cristina Sá Carvalho.

Capítulo I. Liberdade, fraternidade, motricidade

Pensar a Liberdade sob o horizonte da Fraternidade Universal

João Manuel Duque

Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religiões,
Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

É indiscutível a relação entre o «25 de Abril» e a liberdade. Esta corresponde, contudo, a um daqueles conceitos ambíguos que costumamos usar quotidianamente, mas sobre os quais, precisamente pela sua grandeza, não costumamos pensar muito. O que é proposto, nas páginas que se seguem, é precisamente um breve e simples exercício de pensamento sobre a liberdade, escolhendo como caminho a sua relação intrínseca com o que poderíamos denominar fraternidade universal.

O primeiro pressuposto – que, para a presente celebração do 50.º aniversário da «revolução dos cravos» (ou das «canções»), é muito significativo – seria a distinção entre liberdade, propriamente dita, e condições do seu exercício prático e concreto. Com base nessa distinção, diríamos que o 25 de abril representa, sobretudo, a transformação das condições para o exercício da liberdade, superando entraves significativos a esse exercício, nomeadamente e sobretudo de ordem política.

O exercício de pensamento que aqui se propõe acabará por identificar uma espécie de relação circular entre liberdade e fraternidade, seguindo um caminho que se fixa, antes de tudo, na origem das realidades em análise. Assim sendo, perguntaremos, em primeiro lugar, pela origem do humano, o que nos levará à questão sobre a origem da liberdade, a qual, por seu turno, exigirá enfrentar a questão da origem da fraternidade, realidade não menos ambígua. É assim que chegaremos a uma relação circular entre liberdade e fraternidade,

realidades que, através da noção de responsabilidade universal, se podem tornar esclarecedoras uma da outra, evitando os reducionismos a que costumam estar sujeitas.

Quem é o humano?

Mesmo que um acontecimento libertador – eventualmente uma revolução – se destine, antes de tudo, a criar condições para o exercício da liberdade – e, por isso, não seja a origem da liberdade propriamente dita – não deixa de ser sintomática a sua forte e fundamental relação com ela. Mas qual a razão da importância fulcral e incontornável da existência dessas condições? Porque será que estamos dispostos a tanto – até a dar a vida – para criar essas condições? Não será isso revelador de que o que está em jogo é algo fundamental na constituição do humano? Uma *primeira tese*, no percurso que nos propomos percorrer, afirmaria que sim: um evento libertador é fundamental para os humanos, porque aí se joga precisamente a possibilidade de exercer a sua humanidade o mais plenamente possível.

Mas essa tese não nos isenta de uma questão subsequente – ou mesmo anterior: o que é (ou quem é) o humano, afinal? Essa é uma questão antiquíssima, que conheceu variadíssimas respostas. Os antigos distinguiram os humanos, genericamente, dos deuses (pela sua condição mortal) e dos animais (pela sua racionalidade). Essas distinções mantiveram-se ao longo dos séculos, com versões mais ou menos diferentes. Mesmo na pretensão prometeica de conquistar a divindade – eventualmente pelo recurso à tecnociência e ao progresso – ou na redução da racionalidade (inteligência) à autoconsciência, ou à capacidade de cálculo, em rigor, estas sempre foram as balizas mais marcantes da condição humana.

Atualmente, em época de crise do antropocentrismo eurocêntrico, as diversas posições do pós-humanismo colocam fortemente em questão mesmo esses limites: por um lado, pela superação do humano na máquina ou pela transformação tecnológica de si mesmo, no transumanismo de pendor divinizante; por outro lado, pela percepção das complexas características da animalidade, da qual participamos e que parece fazer esbater as diferenças atribuídas a uma racionalidade que dificilmente conseguimos definir.

Pensar a Liberdade sob o horizonte da Fraternidade Universal

No coração deste complexo debate antropológico, poderíamos formular uma *segunda tese*: a razão fundamental para que um evento libertador seja tão importante para os humanos reside precisamente no facto de a liberdade ser o coração da definição dos humanos – mais do que a racionalidade ou a emoção, hoje com fronteiras esbatidas na relação com a máquina (*Deus sive machina*) e com o animal (*Deus sive natura*). O humano é, por isso, um animal capaz de liberdade – e em parte, também uma máquina que pode agir em liberdade – sendo, precisamente por isso, diferente do animal e da máquina.

Que liberdade?

Mas que entendemos nós por liberdade? Esta é, sem dúvida, uma questão de peso, passível de variadíssimas respostas. Para ensaiar uma resposta, proponho de novo o caminho da origem, em resposta à questão fundamental: de onde a liberdade? Porque a compreensão da origem da liberdade será essencial na compreensão do estatuto mesmo da liberdade. Na tentativa de responder à questão, poderíamos considerar três possíveis fontes da liberdade: a fonte subjetiva, a fonte ontológico-sistémica e a fonte ético-metafísica.

Na perspetiva da fonte subjetiva, a liberdade é considerada como plena e absoluta autonomia de cada sujeito individual. Sendo assim, o ser-em-si, a-partir-de-si e para-si de cada sujeito é assumido como fonte primordial da liberdade. Esta coincidiria, pelo menos em parte, com a noção de autoconsciência e, sobretudo, com a noção de vontade individual, na qual se exprime de forma suprema o sujeito. Ser livre seria, portanto, a capacidade de se realizar a si mesmo, realizando a sua vontade. É essa conceção de liberdade que está na base da versão individualista e liberalista do humano, com a respetiva grandeza e a sua miséria.

Por seu turno, a origem ontológica-sistémica da liberdade interpreta-a já não a partir do sujeito individual, mas como correspondência deste à totalidade do ser, ou à totalidade de qualquer sistema que precede o sujeito. Se é certo que, ao descentrar o sujeito de si mesmo, coloca a liberdade no âmbito da resposta, ao interpretar a origem como totalidade ontológica, acaba por anular a possibilidade de qualquer relação verdadeiramente livre. É por isso que esta fonte da liberdade é aquela que inspira todos os totalitarismos, que sempre se afirmam em nome de uma pretensa posse da verdade, vista na perspetiva de

um sistema total. A vantagem do descentramento da subjetividade não evita a anulação das subjetividades particulares, que são predeterminadas pelo sistema, consciente ou inconscientemente.

Uma terceira hipótese considera a liberdade como resultante de uma relação ética ao outro diferente. Essa diferença ou alteridade, precisamente na medida em que se constitui como lugar particular de uma exigência universal, acaba por implicar a relação a uma dimensão «infinita», não apropriável, nem pelo sujeito individual nem pela totalidade sistémica. O infinito da liberdade que nasce da ética é, por isso, uma fonte verdadeiramente livre, pois não pode ser aprisionada nem pelo indivíduo nem pelo todo. Ao ser fonte verdadeiramente livre origina, como exigência, verdadeira liberdade. Esta é sempre – e essa seria a *terceira tese* – uma resposta de cada humano concreto a outro humano concreto, respondendo assim à origem infinita da liberdade. Não é o sujeito, como ente prévio, que responde livremente, originando a liberdade. É a liberdade, enquanto resposta de responsabilidade, que origina o sujeito, sendo por isso a constituição originária da subjetividade humana. Assim sendo, o humano surge da liberdade, enquanto responsabilidade, entendida esta como responsividade, que responde livremente por si mesmo e, sobretudo, pelo outro.

De onde a responsabilidade?

Ora, é a noção de liberdade como resposta em responsabilidade pelo outro que nos vai conduzir à noção de fraternidade. Mas, para lá chegarmos, precisamos de questionar também a origem da responsabilidade.

Para tal pode servir-nos o recurso a uma das narrativas mais marcantes da cultura bíblica – que, em realidade, recolhe o modelo a partir de culturas e narrativas anteriores e influencia outras posteriores. De facto, trata-se de uma narrativa «mítica», ou seja, de uma narrativa que exprime dimensões fundamentais do humano, neste caso da relação inter-humana. Trata-se da famosa narrativa de Génesis 4, o conhecido episódio de Caim e Abel.

Independentemente de muitos pormenores eventualmente interessantes na narrativa, ela é sobretudo reveladora de dois modelos antropológicos: uma antropologia do mesmo e da afirmação de si (assente na sobrevivência do sujeito, eventualmente do grupo, que interpreta o humano como adversário do outro: *homo homini lupus*); e uma antropologia da alteridade, segundo

Pensar a Liberdade sob o horizonte da Fraternidade Universal

a qual o humano se define precisamente a partir do outro, na medida em que o si-mesmo é constituído na resposta a uma exigência ética em relação ao outro: precisamente a exigência da responsabilidade. Diríamos que, no primeiro modelo, a ideia de responsabilidade limitar-se-ia à responsabilidade por si mesmo, perante si mesmo (respondendo a si, por si); no segundo modelo estamos perante a responsabilidade pelo outro, perante uma origem (terceira). A alteridade é, assim, duplamente origem da responsabilidade e, por isso, da liberdade e da subjetividade: o outro humano concreto, face a face, e o Outro enquanto origem da exigência ética. A distinção entre o outro e o Outro é, contudo, inseparável, pois ao Outro só se pode escutar e responder quando incarnado no outro.

A verdadeira fonte da responsabilidade/liberdade é, assim, uma questão fundamental. No caso da narrativa, a questão é colocada por «Deus», índice do terceiro, enquanto origem infinita da exigência ética. E a pergunta da narrativa é elucidativa: «Onde está o teu irmão?» Se estivéssemos perante uma antropologia do mesmo teríamos, quando muito, a pergunta: «Quem és tu?» ou «O que fizeste?». Pergunta que, em realidade, colocáramos nós a nós mesmos, na azáfama de descobrirmos quem somos, como fruto dos nossos atos, em consonância com a autoconsciência que nos constituiria.

Mas a pergunta da narrativa – que transforma a liberdade sempre em resultado de um mecanismo de responsividade – é transitiva: implica precisamente a responsabilidade pelo irmão. Daí resulta uma *quarta tese*: O outro é condição e origem da liberdade, não o seu limite ou impedimento. Esse outro é precisamente o «irmão».

Que fraternidade?

Mas quem é o «irmão»? A pergunta é muito semelhante à pergunta rabínica do Evangelho: «Quem é o próximo?» Talvez a resposta não seja também muito diferente. Para nos aproximarmos dela, coloquemos de novo a questão da origem: De onde a fraternidade?

A origem da fraternidade – que constitui o irmão, como tal, e por ele a subjetividade humana – pode ser considerada em sentido estrito ou em sentido abstrato. Uma leitura estrita da fraternidade reduz o irmão ao filho biológico dos mesmos pais (à consanguinidade, basicamente). Esse paradigma, que

absolutiza as ligações familiares ou internas ao mesmo clã, por um lado implica a exclusão de todos os outros, a partir desse horizonte; por outro lado, embora leve em conta um elemento significativo – a potencial dimensão gratuita e desinteressada da relação familiar – esquece o reverso desse confinamento: precisamente o potencial violento dessa proximidade, por disputa invejosa do mesmo objeto, segundo os mecanismos do famoso «desejo mimético». Não é por acaso que essa violência se exprime precisamente nas narrativas míticas de irmãos, por exemplo a referida relação Caim-Abel, ou a relação dos irmãos com José, ou a relação fatal dos gémeos Rómulo-Rémulo.

Para além do potencial violento dessa relação fraterna em sentido estrito, essa leitura, se for assumida de forma tribalista, produz uma distinção/separação, nas relações inter-humanas, entre «amigos» e «inimigos», conhecidos e desconhecidos, cidadãos e estrangeiros, etc. A ambiguidade dessa fraternidade produz, precisamente, a exclusão de outros e da alteridade em geral, reduzido o irmão ao espelho de si, à realização máxima da mesmidade.

Por seu turno, uma leitura abstrata da fraternidade, aquela que considera precisamente todos os humanos como irmãos, corre o risco inverso: ninguém é, em concreto, irmão, mas apenas a ideia de humano. Se uma leitura estrita pode eliminar a fraternidade por defeito (o irmão restrito como inimigo próximo, ou o não-irmão como inimigo distante), a leitura abstrata elimina a fraternidade por falta de conteúdo. E se uma fraternidade universal pode superar o problema da leitura estrita, só uma universalidade concreta pode superar o problema da leitura abstrata. Daí resultaria uma *quinta tese*: O «irmão», de facto, – tal como o «próximo» – é qualquer um/a, não confinado/a pela identidade ou pertença, mas sempre numa situação única, particular, concreta. Só no face-a-face é possível articular verdadeira fraternidade.

Ora, o irmão/próximo, perante mim, é o lugar onde acontece a pergunta que origina a responsabilidade, que torna possível a liberdade, como constituição da subjetividade humana. Esse lugar é o que é, precisamente devido à sua fragilidade e vulnerabilidade; ou seja, precisamente porque pode ser violentado é que o irmão é o lugar de uma resposta livre em responsabilidade. A liberdade, portanto, não se identifica com o poder enquanto capacidade não limitada – nomeadamente pelo outro, como limite – mas precisamente como resposta no limite, na medida em que a limitação histórica e material do humano constitui, precisamente, a incarnação da liberdade/responsabilidade que o constitui concretamente.

E o desporto?

Será possível relacionar o desporto com as reflexões anteriores? Penso que sim, sobretudo se nos posicionarmos na perspetiva de uma «filosofia» do desporto, assim como em algumas das suas tendências contemporâneas.

O desporto – entendido fundamentalmente como jogo – constitui uma articulação muito própria entre subjetividade e alteridade. Um desporto absolutamente subjetivo, ou mesmo absolutamente individual, é em realidade impossível. O jogo implica sempre um descentramento do sujeito, nomeadamente na relação às regras, ao espaço e ao tempo do jogo. Esse descentramento será, é certo, semelhante ao paradigma ontológico-sistémico da subjetividade, na medida em que o jogador é absorvido pelo próprio jogo, enquanto sistema. Mas não podemos esquecer que todo o desporto, apesar de pressupor um sistema de características tendencialmente «totalitárias», articula o sistema em relações pessoais entre os jogadores. Nesse sentido, o desporto não é, em realidade, nem individual-subjetivo nem coletivo-sistémico. Trata-se, antes, de uma interação de sujeitos, segundo determinados modos de articulação da liberdade – a partir de uma exigência primordial – enquanto responsabilidade de uns pelos outros.

É claro que a interação humana desportiva, sobretudo nos jogos de equipa, terá de lidar sempre com as ambiguidades da fraternidade, tal como referidas acima. De facto, se for assumido o paradigma tribal, a relação com o adversário é, antes de tudo, uma relação com o inimigo. A capacidade de superar essa distinção e transformar o adversário em irmão/próximo, precisamente por se humano (qualquer um/a), é precisamente o grande desafio da liberdade em responsabilidade.

No sentido inverso, o mesmo paradigma tribal pode reduzir a responsabilidade pelo irmão à responsabilidade pelo parceiro de equipa, transformando esta numa fratria de pertença, que confina o exercício da liberdade ao seu espaço, excluindo todos os outros da relação fraterna. São duas faces da mesma moeda, ambas baseadas numa compreensão problemática da fraternidade e da liberdade, precisamente por não levarem em conta a sua dimensão universal.

Se a ausência de horizonte universal pode conduzir a uma interpretação da fraternidade que exclui – e do desporto como contraposição de sujeitos e grupos, como articulação da violência, seja transferindo-a seja mesmo

provocando-a – a abstração universalizante poderá não levar em conta os desportistas concretos e as condições reais do exercício do desporto. Essas são sempre as condições da humanidade – e esta é vulnerável e frágil.

Isso implica assumir – como condição do exercício da liberdade em responsabilidade fraterna – a vulnerabilidade de si-mesmo e do outro enquanto elemento antropológico fundamental. Perante a vulnerabilidade do outro, instaura-se a exigência ética da responsabilidade pelo irmão, seja quem for.

Mas o reconhecimento da vulnerabilidade própria não é menos importante. Primeiro porque é também condição de acolhimento da vulnerabilidade do outro, em solidariedade fundamental. Depois, porque questiona a pretensão de superação de si a todo o custo, sacrificando a própria humanidade constitutiva fundamental. O fascínio do transumano embate, assim, na realidade do si-mesmo vulnerável perante outros vulneráveis. Só assim estaremos perante uma fraternidade verdadeiramente universal e real; só assim estarão dadas as condições da responsabilidade, ou seja, da liberdade. Só assim poderá realizar-se verdadeira humanidade.

Referências

- Braidotti, Rosi. 2015. *Lo Posthumano*. Barcelona: Gedisa.
- Duque, João Manuel. 2024. «¿Qué libertad y qué religión? consideraciones antro-po-teológicas sobre la libertad religiosa». *Carthaginensia* 40, n.º 78: 429-443.
- Esquirol, Josep Maria. 2021. *Humano, más humano*. Barcelona: Acantilado.
- Levinas, Emmanuel. 1974. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Paris: Grasset.
- Loh, Janina. 2018. *Trans- und Posthumanismus*. Hamburg: Junius.
- Thiel, Marie-Jo e Marc Felix, org. 2018. *Le défi de la fraternité*. Wien: LIT Verlag.

Liberdade, criatividade e motricidade humana: ressonâncias de Manuel Sérgio na busca de sentido de uma educadora

Helena Gil da Costa

Universidade Católica Portuguesa,
Rede Internacional de Investigadores em Motricidade Humana

Não é pensando que somos, mas é sendo que pensamos
(Sérgio 2003, 15).

Não é a primeira vez que me encontro perante a oportunidade (o desafio e o privilégio) de partilhar uma reflexão sobre a integração dos contributos da Motricidade Humana na minha formação e atividade pessoal-profissional e, por consequência, na procura da unidade, da coerência e da responsabilidade de uma práxis¹ criadora.

Lembro, com especial carinho, o ano de 2015, por ocasião do lançamento de um livro de homenagem a Manuel Sérgio – Manuel Sérgio filósofo, professor, político e, há que dizê-lo, Amigo. A atitude atenta e exigente com que, há muito, nos ensinava (nos ensina!) a potencialidade e o compromisso da ação na transformação/transcendência de cada um de nós, com os outros e no mundo, fez juntar num livro, sob coordenação de Eugénia Trigo, 15 textos de 17 membros da Rede Internacional de Investigadores em Motricidade Humana (Trigo 2015). No que, então, escrevi, procurei perceber como aquele compromisso com a ação me implicava conhecer-sentir-viver na convergência do meu ser pessoa-educadora-investigadora-mulher (Gil da Costa 2015).

¹ Práxis: «tudo o que, através do contributo indispensável da motricidade, contribui para a manutenção e desenvolvimento da humanidade. Não é só um labor espiritual ou especulativo, mas algo que, objetiva e materialmente, transforma a realidade. A teoria, isolada, não tem eficácia real. Só a tem quando se traduz numa conduta motora. A prática é a teoria materializada e a teoria é a prática formalizada» (Sérgio 1988, 165).

Hoje, nove anos depois, os tópicos que aqui tenho de considerar são (aparentemente) outros e vêm-me de fora. Foi-me proposto que, numa abordagem sergiana, refletisse sobre «liberdade, criatividade e motricidade». E eu, sem juízo, com o atrevimento de sempre (mas com consciência do muito que falta aprender), disse que sim.

Dou-me tempo. Vou reunindo e amontoando na minha mesa de trabalho os livros de, sobre e a partir de Manuel Sérgio que tenho em casa. Procuco colegas-amigos, estudiosos da Motricidade Humana há mais anos do que eu para acrescentar mais documentação. Junto-lhes o que já escrevi sobre este assunto. Vou folheando tudo, relendo, retomando aqui e ali, para ganhar fôlego.

Os dias vão avançando, o texto custa a sair. Como fazer diferente ou melhor do que fiz antes? A minha escrita é sempre lenta e sofrida, mas o pedido de desenvolver uma abordagem sergiana para um Colóquio de «Desporto, Ética e Transcendência» (instituído no CITER com o Apoio do IPDJ!²) complica-me a vida. Gosto e divirto-me muito com o meu recorde pessoal de *jumping jacks* (76 em 30") e de, apesar da minha idade, ter começado a praticar boxe. São sinal de investimento, esforço e disciplina, são mais do que superação física. Não sou, porém, mulher do desporto, como também não sou teóloga, nem filósofa. Sou educadora. O que hei de trazer para aqui?

É neste impasse que, em dois dos «meus» livros fundamentais (daqueles que foram mesmo importantes para criar caminho), me saltam aos olhos estas palavras de Manuel Sérgio:

Diz-se por aí que há dois tipos de práxis, a criativa e a repetitiva (a repetitiva, para mim, não é práxis). Em ambas está presente a consciência. Só que, nesta, predomina a espontaneidade e, naquela, a capacidade reflexiva e crítica. (Sérgio 1988, 98)

A motricidade humana, ou seja, o corpo em ato, é um espaço de signos de onde emergem a carne, o sangue, o desejo, o prazer, a paixão, a rebeldia, emoções e sentimentos do mais variado tipo. (Sérgio 2003, 49)

[Há que] fomentar a pluri, a inter, a transdisciplinaridade, de modo a evitar-se a fragmentação do saber. (Sérgio 2003, 53)

² CITER – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião. IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude.

Liberdade, criatividade e motricidade humana

Reparo logo na distância entre as ideias aqui presentes e o que andava a rascunhar. Por isso o texto custava a sair – por tanto querer «encaixar» e fazer «bonito», estava a ser incoerente com o aprendido e com o vivido nos âmbitos em que me movo (Gil da Costa 2012; Gil da Costa 2019; Gil da Costa *et al.* 2024). Fica, por isso, muito claro que aqui também não é lugar para:

1. esquadrinhar aquele monte de livros e textos, afogar-me nas suas páginas, tentar mostrar uma erudição que não tenho, nem quero ter – preciso, em vez disso, de me deixar levar pelos que estão cheios de sublinhados, de notas laterais, de riscos e setas, pelos que estão cobertos de sinais dos entusiasmos e das descobertas que fui fazendo em cada uma das suas leituras;
2. empreender uma escrita asséptica, rebuscada e impessoal – para que haja a tal capacidade reflexiva e crítica, porque estamos num espaço que trata de abordar um movimento-ciência que deixa marcas em gente de vários cantos do mundo, entendo que o propósito tem de passar por dar testemunho da própria experiência, revelar alegrias e dores, assumir as implicações e consequências de, um dia, de diversas maneiras, os meus caminhos de vida se terem cruzado com Manuel Sérgio;
3. compartimentar o que não pode ser separado – por força da complexidade humana, preciso de transmitir como diferentes autores e áreas do saber se interpenetram e condicionam, como teoria e vida se interpelam, como reorganizar conhecimento foi avançar para uma nova prática, por modesta ou insignificante que seja (ou que, para alguns, possa parecer).

Em suma, ficou muito claro que não podia trabalhar o tema «liberdade, criatividade e motricidade» sem contexto, sem o «meu» contexto. Assim, aos três pontos de reflexão que me foram propostos, tenho de juntar, de forma integrada e explícita, um quarto ponto – o da educação. Ou seja, a dimensão/ / pilar fundamental do que sou e faço, da minha abordagem e leitura do mundo, do espaço central em que ocorrem as ressonâncias de Manuel Sérgio na minha busca de sentido.

Será isto entendido como um desvio do que me foi pedido e do que se trata neste Colóquio? Acredito que não. Se «a CMH [Ciência da Motricidade Humana] lembra aos técnicos [do desporto], em todas as especialidades, que eles são, necessariamente e por vocação, educadores» (Sérgio 2003, 66), então, nós, os que somos «só» educadores, também temos aqui lugar – por

direito e por obrigação. Mais do que isso, não tenho dúvida de que (mesmo que a força do senso comum ligue esta abordagem à educação física, a restrição ao desporto), os contributos da Motricidade Humana têm acolhimento em muitos outros campos do saber, do fazer, do ser, do viver. Não sou a única, nem a primeira, a dizê-lo, não serei a última³.

O que vejo, então, a partir do lugar em que me encontro? *Liberdade, criatividade, motricidade e educação* não são, conceptualmente, a mesma coisa, mas não vivem em separado. De forma mais ou menos explícita, numa interação que entendo sistémica, pululam nos textos que vou relendo – são vias de ação no mundo (não só de reconhecimento), são vias de rebeldia (não de resignação), de possibilidades (não de determinação), de inserção (não apenas de adaptação) (Freire 2000), são condição para a construção do humano.

Vou, por isso, daqui em diante e de forma simples, desenvolver este texto em cinco pontos. Nos primeiros quatro (só separáveis, como já será evidente, para facilidade de escrita), tratarei de enquadrar e interligar, a partir de vivências⁴, cada um dos conceitos mencionados. No último, e em jeito de encerramento, apresentarei a síntese de uma abordagem integradora, que denomino *educação criativo-motricia* – é a bússola que guia a minha ação educadora, a busca de coerência de uma práxis que vise «a crítica e o compromisso» (Sérgio *et al.* 2004, 103) e, por conseguinte, a transformação.

Educação

Não basta saber fazer e saber dizer, é preciso também saber viver
(Sérgio 2003, 47).

³ Atualmente, a partir da Rede Internacional de Investigadores em Motricidade Humana, estamos a debater a transição do conceito de Motricidade Humana para o conceito de Motricidade Vital. Queremos acentuar que o corte epistemológico, que deu origem à Ciência da Motricidade Humana, teve início na educação física e no desporto, mas chegou, há muito, a outros campos «do saber... e do ser» (Sérgio 2005).

⁴ «Qualquer acção humana consciente integra e move o ser (a sua corporeidade) na e com a realidade expressa em vivência. Vivenciar é um acto de compreensão que se dá simultaneamente em todos os níveis do ser: físico, mental, emocional, energético, cultural, político e espiritual. A motricidade é um terreno fértil para a vivenciação (viver em acção) que actualiza e integra as dimensões do ser humano proporcionando-nos o sentido do mundo» (Sérgio *et al.* 2004, 20).

Liberdade, criatividade e motricidade humana

Quando menina, infeliz durante anos e anos na escola, perseguia-me a pergunta do «para quê?». Para quê estudar frações, teoremas, equações, inequações e quejandos se nada acrescentavam à minha vida? Para quê papaguear os sistemas dos mamíferos, ou as atividades económicas e os recursos naturais de uma qualquer zona do globo, se esquecia tudo no dia seguinte? Para quê saber de cor tantas fórmulas químicas se eu não conseguia entender mais do que a lei de Lavoisier? Para quê...? Para quê...? Era a pergunta que, sistematicamente, me atormentava. E, enquanto quase amaldiçoava alguns matemáticos, físicos e outros seres inteligentes e doutos por terem nascido (para me infernizar a vida, claro), jurava a mim mesma que, logo que pudesse, abandonaria a escola. Não me deixaram, e eu não saí... até hoje. Porquê? Porque, algures no meu percurso, por mão de alguns, encontrei sentido e, ainda que não conhecesse o conceito, entendi por dentro o que significa conhecimento encarnado:

Conhecemos-vivemos através dos *sentidos* (sujeito-meio), compreendemos a partir de e com a nossa *corporeidade* (o nosso ser-no-mundo complexo), interpretamos na nossa *motricidade* (corporeidade em ação rumo à transcendência), projetamos com *criatividade* (o que está além do visível). Em última análise, *encarnar o conhecimento* não é mais do que conhecer a partir de si mesmo (corporeidade), em relação com os outros e com o mundo, o que, na ciência da motricidade humana, denominamos relação triádica eu-outro-cosmos. (Gil da Costa *et al.* 2024)

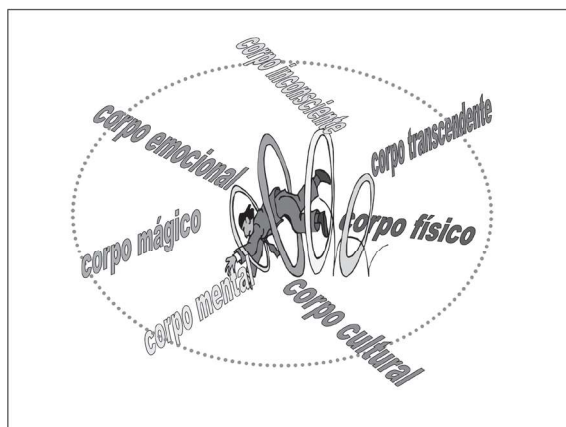


Figura 1 – Dimensões da corporeidade (Trigo 2006).

Há, também por isto, perguntas que gosto de colocar (a mim e aos estudantes) no início de qualquer curso: «porquê e para quê estamos aqui?», «o que queremos saber?». Tão simples que são as perguntas, tão difíceis de responder também. A reação às primeiras costuma ser da maior estranheza. Com mais ou menos variações, as poucas respostas são «para fazer o curso», «porque está no horário» e, se for uma Unidade Curricular opcional e um aluno mais corajoso, «porque me dá os créditos (ECTS) que me fazem falta». Quanto à outra questão, a resposta é sempre a mesma – «como é a avaliação?». Que perspectiva mais utilitarista e economicista, não é? Corresponde, porém, à forma como, tantas vezes, se encara a educação.

Mas aquelas respostas são também os motes de que precisamos para pensarmos sobre a relação entre a vida e o que temos para aprender-fazer-ser-viver juntos (Delors 2010) e para sublinhar que o processo que temos pela frente (que não é passivo e foge aos cânones tradicionais) é muito mais importante do que o produto fugaz de um exame ou de uma classificação (Gil da Costa 2021).

A tarefa da educação é formar seres humanos para o presente, para qualquer presente, seres nos quais qualquer outro ser humano possa confiar e respeitar, seres capazes de pensar tudo e de fazer tudo o que é preciso como um ato responsável a partir da sua consciência social (Maturana *et al.* 2000, 10).

Em resumo, e segundo Edgar Morin, temos a obrigação, como humanidade, de aprender ou reaprender a viver para respeitar a VIDA e, por isso, o propósito fundamental da educação é «ensinar a viver» (Morin 2015).

Motricidade Humana

O conceito de humanidade, à luz da motricidade humana, não se esvai numa nuvem de abstrações, não se refere apenas ao Ser e ao Logos, mas principalmente ao Acto e à Relação (Sérgio 2003, 36).

O meu primeiro contacto com a Motricidade Humana e, mesmo sem eu o saber, com Manuel Sérgio, aconteceu em 1995. Já passaram quase trinta anos e, apesar disso, recordo como se fosse ontem. É que, nesse remoto contacto, no contexto do primeiro ano em que frequentei o *Master Internacional de Creatividad Aplicada Total* da Universidade de Santiago de Compostela,

Liberdade, criatividade e motricidade humana

a minha primeira reacção foi dizer «isso não é para mim». Tratava-se de um trabalho proposto também por Eugenia Trigo sobre «criatividade lúdico-motriz». Mas eu era educadora-socióloga, não tinha nada a ver, julgava eu, com essas coisas da motricidade que, de imediato, também confundi com educação física e desporto (Gil da Costa 2005). Por isso, não fui. Depois ouvi dizer que tinha sido surpreendente, impactante, desafiante.

No ano seguinte, e até porque estava a querer aprender alguma coisa sobre criatividade, atrevi-me a experimentar o que me era estranho. Foi, de facto, um trabalho diferente. Ao longo de uma semana, numa sala grande, nunca sentados em cadeiras, mas no chão, em pé, deitados, movendo-nos num ritmo de jogo livre, de fantasia, de expressão, de reflexão, não tirei nenhum apontamento, não escrevi uma só linha. Mas fui posta a fazer e, essencialmente, diria hoje, fui posta a viver – comigo mesma e com o resto do grupo que, de estranhos, se fizeram próximos. Foi uma provocação que (não sabia eu nessa altura), me ligava e comprometia com o processo de humanização:

Um corpo, por si só, não realiza a humanidade do homem. A intersubjectividade (e a linguagem em que decorre) é que nos permite a humanização. Mas não há intersubjectividade sem subjectividade. Nem subjectividade sem o corpo em acto, ou a motricidade humana, a qual nos encaminha para a transcendência, ou seja, para o mundo, para o outro. (Sérgio 2003, 30)

Isto é, um trabalho que apontava para o que o sistema social-educativo nos/me desabituara (há muito e tantas vezes), de fazer e de pensar como um todo. Daí para diante, fui-me aproximando mais, lendo e estudando muitas das questões que a Motricidade Humana levanta. Comecei a centrar-me no entendimento do valor da ação, enquanto componente do comportamento humano e eixo do conhecimento, e no valor da cultura, enquanto conhecimento vivido (Sérgio *et al.* 2005). Comecei a entender que a mudança acontece, que se desenha uma espiral de conhecimento, sempre que se foge do círculo da repetição e se muda alguma coisa que é essencial para a definição do nosso caminho, para o desenvolvimento da nossa humanidade e para a evolução da espécie e do universo (Feitosa 2006)⁵. Isso marcou a forma de me encarar

⁵ O círculo de repetição, em que nada se acrescenta, é formado pela pouca consciência. Um novo círculo da espiral é desenhado quando se toma consciência da percepção, da responsabilidade

como docente-educadora, mas também trouxe à luz a necessidade de reformular a minha atividade de investigadora.

Definimos Investigação Encarnada como o estudo dos diversos procedimentos corpóreos que usamos para descobrir os meandros de um problema que me afeta (nós) como ser(es) humano(s) no mundo (sou humano e nada do que é humano me é alheio). A pesquisa não é asséptica, nem imparcial, da mesma maneira como não há ciência-saber encarnado asséptico e apolítico. Qualquer investigação tem carga afetiva, pois é um ser humano complexo (emocional, espiritual, físico, mental, inconsciente, cultural, intuitivo) que escolhe o que investigar e como investigar, o que olhar e como olhar (Trigo 2011, 45).

Só me encontrei pessoalmente com Manuel Sérgio em 2005 no IV Congresso Internacional de Motricidade Humana, em Porto do Son, na Galiza. Tão perto de Santiago de Compostela! Quase como um regresso a casa. Nessa altura já há muito que conhecia o autor, estava a fazer a minha tese de doutoramento, andava a ler e reler os seus livros – umas vezes tão simples, outras tão difíceis de entender, por dentro, o pensamento e as implicações do que pretendia transmitir.

Naquele Congresso foi possível partilhar processos de investigação nas ciências sociais que, sendo transformação de experiências em vivências, são resultado de uma interpretação subjetiva e, por isso, de um processo fenomenológico. Foi uma oportunidade especialíssima para aprofundar e incorporar, de uma forma cada vez mais consciente, a exigência e a urgência de desbravar os caminhos e os desafios epistemológicos e metodológicos que a Motricidade Humana coloca (Gil da Costa 2005).

Saber é encontrar as razões e os métodos que permitem a dimensão divina da realidade – dimensão divina, isto é, capaz, pela transcendência, de rutura e profecia. Rutura, em relação à ideia de que o ser humano é o Rei da Criação, seu conquistador e manipulador, que separou o sujeito do objeto e alguns sujeitos do seu semelhante [...]; rutura, em relação a um crescimento, apenas técnico e científico, onde as «razões do coração» não se conhecem e onde a «religião dos fins» se substitui pela «religião dos meios»; [...] rutura em relação ao domínio exclusivo, ditatorial do quantitativo e do físico (mesmo nas suas formas pedagógicas), que eliminou do desenvolvimento humano

de, da decisão ou da execução (Kolyniak 2005; Feitosa 2006).

Liberdade, criatividade e motricidade humana

o não-mensurável, o não-formalizável, o não-biológico e não atribui ao ser humano senão funções sem referência a um projeto de vida; rutura, por isso, em relação a políticas onde a afetação de recursos contemple tão-só a inovação tecnológica, a competitividade empresarial, a competência científica, sem outros valores, como a justiça social (Sérgio 2005, 53-55).

Não muito depois, entusiasmada com o que estava a aprender, partilhei com um académico conceituado as linhas mestras da minha tese. Quis ver, como é evidente, o índice e a bibliografia. Quando se deparou, repetidamente, com o nome de Manuel Sérgio, considerou-o «esse pregador», como se filósofo de segunda se tratasse. Curioso, não é? Hoje, pelo tanto que ainda há para desbravar (e, sobretudo, para aplicar-viver), multiplicam-se as publicações, as investigações, os colóquios, o entendimento de que «a CMH [Ciência da Motricidade Humana] não significa somente mudança de convicções (teoria), mas também mudança de atitudes (prática). Nela, portadora de um novo espírito científico, cada ser humano é um projecto infinito, onde o sentido da transcendência é a transcendência do sentido» (Sérgio 2003, 57). Manuel Sérgio pregador? Que sorte nós temos!

Criatividade

Porque é transcendência, a conduta motora (a acção) acrescenta alguma coisa ao Mundo, através do inesperado, do novo, do insólito
(Sérgio 2003, 49).

Criatividade e Motricidade não são separáveis, mas duas faces da mesma moeda – motricidade humana enquanto qualidade que nos permite perceber-mo-nos, perceber o outro, o mundo, o cosmos e tomar consciência de que essa percepção implica ação/mudança; criatividade enquanto potencialidade que nos permite projetar, transgredir, transcender (Feitosa 2006; Trigo 2006).

Não surpreende, por isso, que consigamos encontrar proximidades entre: (1) a frase de Manuel Sérgio, epígrafe deste ponto de reflexão; (2) a definição tão simples criatividade do *Center for Creative Leadership*, «associações novas e com valor» (Isaksen *et al.* 1994); e (3) a, também insólita, fórmula para a criatividade de Sidney Parnes, Ruth Noller e Biondi (Figura 2) – «função do conhecimento, da imaginação e da avaliação, refletindo uma atitude interpessoal

em relação ao uso benéfico e positivo da criatividade» (Parnes *et al.* 1977). Tão evidente a transcendência, tão evidente a ética, tão evidente a vida e a paz (Sérgio 2020).

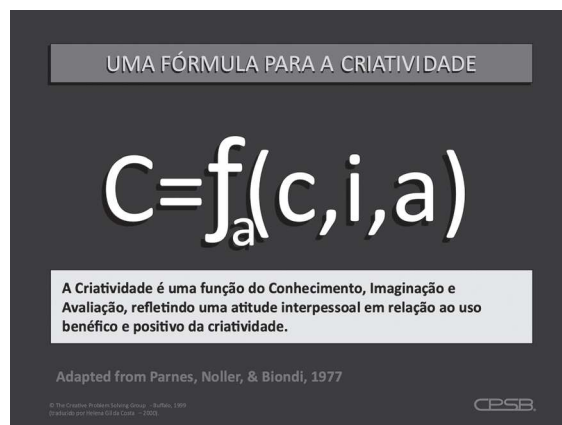


Figura 2 – Uma fórmula para a Criatividade | Used by permission from The Creative Problem Solving Group (CPSB)

Como se trata, porém, de um constructo / conceito complexo, a criatividade não se define só assim, nem com facilidade – a abordagem sistémica das suas dimensões, dos denominados 4P (Pessoa, Processo, Produto, *Press*), permite que seja compreendida de forma mais ampla e evidencia a necessidade de atender a todo o sistema para que opere melhor (Rhodes 1961; Isaksen *et al.* 1994; Isaksen 2023).

Não é aqui lugar para aprofundar cada uma destas dimensões. Não posso, porém, deixar de revelar, de forma breve, quatro problemas que, a partir daqui, e na turbulência atual, me preocupam.

1. Apesar de ser a minha área de estudo, tenho uma relação de amor-ódio com o tema da criatividade. Ao longo das últimas décadas ficou na moda. Até cansa. Estamos perante um quadro com duas faces. Por um lado, lemos e ouvimos falar de criatividade em todos os lugares, a propósito de qualquer coisa, sem critério, sem rigor; lemos e ouvimos apelidar de criativo (e, o que é pior, de inovador), o que quer que seja, por qualquer coisa que seja. Por outro, percebemos que tudo isto nos está a indicar que é urgente cuidar o que está maltratado, a perder o sentido – enquanto palavras e conceitos desgastados,

Liberdade, criatividade e motricidade humana

devolvendo-lhes o seu significado real e complexo; enquanto atitude e enquanto práxis, parindo (com alegrias e dores) o caminho de resposta a muitas situações que, em tantos campos, nos toca viver (Gil da Costa 2024).

2. Vivemos num mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo. Estamos envolvidos numa cultura em que a quantidade prevalece sobre a qualidade, o que não se transforma em números não é válido, não existe. Repetimos até à exaustão (para nos desculparmos a nós mesmos, ao que não conseguimos alterar) que «mais vale feito do que perfeito». Jogamos no campo da competição. Perdemos o horizonte. Nunca, como agora, foi tão importante encontrar outras soluções e outras respostas, estimular o desenvolvimento do pensamento crítico-criativo, de competências de resolução de problemas, de atitudes que nos permitam ser criadores e não repetidores de histórias (Isaksen 2023; Gil da Costa 2024).

3. Temos evidências suficientes de que, ainda que a criatividade seja entendida como algo que vale a pena, na verdade também nos leva por caminhos desconhecidos, emaranhados, não fáceis. Como nos diz Manuel Sérgio, «o ser prático revela, na sua conduta, tomadas de posição, que são também tomadas de oposição» (Sérgio 1988, 57). Ser-fazer diferente, por muito que se diga o contrário, não arranca aplausos todos os dias, nem facilmente. A criatividade vive do silêncio, do tempo, da distância, do erro, da tentativa, da teimosia, do que sai das entranhas e não da espuma da vida, do dizer não, ou sim, quando a multidão diz o contrário e... aguentar com as consequências.

4. A criação não se compadece, por isso, com a falta de tempo. Se não abrandarmos o ritmo, se não permitirmos que proximidades e distâncias aconteçam, se não nos dermos tempo para incubação, entramos em ciclos de repetição e de incoerência entre os discursos que fazemos e as práticas que vivemos (Stengers 2019; Honoré 2005; Gil da Costa 2024). Precisamos de calma para consolidar projetos, para descortinar alternativas para um mundo mais decente.

Liberdade

Se o ser humano concentra em si o corpo, o espírito, o desejo, a natureza e a sociedade, ele só se torna verdadeiramente humano se é bem mais do que a soma das partes, ou seja, se nele o determinismo se transforma numa gestação inapagável de desenvolvimento e liberdade. Aliás, a lógica da motricidade humana é a opção

da transcendência, a passagem, numa ascese da vontade humana do determinismo à liberdade. E assim a consciência da incompletude não é sinal de deficiência, mas condição indispensável de desenvolvimento humano
(Sérgio 2003, 35).

E a liberdade? Tema difícil!

Vivi, em plena adolescência, a chamada Revolução dos Cravos portuguesa e, ao longo dos 50 anos que agora celebramos, vi-a ser procurada, entronada, desejada, mas também e, cada vez mais (é minha convicção), maltratada, perseguida, renegada, esquecida.

Estamos, porém, a falar de que liberdade? Recuso, porque demasiado estreita, a definição do dicionário – «direito de um indivíduo proceder conforme lhe pareça, desde que esse direito não vá contra o direito de outrem e esteja dentro dos limites da lei» (<https://dicionario.priberam.org/liberdade>). Se dúvidas tivesse de que a liberdade de cada um não termina, mas começa e se expande, com a liberdade dos outros, leria, de novo, Manuel Sérgio:

As democracias ainda não erradicaram do seu seio as desigualdades de oportunidades. Ao invés: parecem não se sentir demasiado perturbadas com todo o tipo de injustiças deste jaez. O corpo não cessa de nos segredar: é preciso ir da matéria ao espírito! Humberto Maturana deverá ouvir-se neste momento: «a origem antropológica do homo sapiens não se deu através da competição, mas sim através da cooperação», ou seja, amando o próximo como a nós mesmos.
(Sérgio 2003, 27-28)

Mas também leio Viktor Frankl:

A liberdade espiritual do ser humano, a qual não se lhe pode tirar, permite-lhe, até ao último suspiro, configurar a sua vida de modo que tenha sentido. [...] Tudo pode ser tirado de um homem exceto uma coisa: a última das suas liberdades – escolher a sua atitude num determinado arranjo circunstancial, a escolha de seu próprio caminho. (Frankl 1991, 45)

E, neste ponto, neste colóquio instituído pelo CITER, Centro de Investigação da Faculdade de Teologia, não consigo deixar de pensar no Professor José Carlos Carvalho, no nosso Zé Carlos. Estamos na sua casa. No dia em

Liberdade, criatividade e motricidade humana

que apresento esta reflexão, faz exatamente um mês que «partiu para a Casa do Pai. [...] Fica a luz e a coragem do seu testemunho»⁶, testemunho de quem, até ao seu último dia, projetou, cuidou e preparou um futuro que, sabia bem, não iria ver. No dia da sua partida chegou-nos também este texto:

A morte do Prof. José Carlos Carvalho [...] era sentida como próxima, mas ninguém ousava acreditar nela. A sua força de viver, a naturalidade com que superava as crescentes dores e fragilidades da saúde, que se esgotava a cada dia que passava, davam a sensação de que algo poderia acontecer para que ele continuasse a viver e a trabalhar. E agora chega-nos a notícia do seu mergulho na vida invisível.

Diversas gerações [...] da Faculdade de Teologia beneficiaram do seu labor incansável. Tantos e tantas beneficiaram do seu gabinete sempre aberto [...]. Ele aliava como ninguém a simplicidade e a exigência na comunicação do saber, a disponibilidade e a azáfama, a proximidade e o distanciamento, quando se tratava de receber gestos de gratidão.

[...] Vimos nele um estudioso sempre insatisfeito [...]. A Faculdade de Teologia nas suas diversas escolas do Porto, de Lisboa e de Braga ficam devedoras de uma dedicação sem medida.⁷

Não sou capaz de dizer mais, nem melhor, sobre o tema «liberdade».

Estou em vias de terminar. Disse, já bem atrás, que a *educação criativo-motricia* é a minha bússola para fazer caminho para a «liberdade-criatividade-motricidade» em qualquer campo do saber em que me mova. Não se trata de um modelo fechado, nem existe um modo único de lhe dar corpo, mas incorpora um conjunto de condições e propósitos que interligam reptos e estímulos. Na sua natureza dinâmica, com o foco nas pessoas, não nos conteúdos ou só nas tarefas, no aprender com a vida em todas as suas formas, na busca intencional de sentido e de transcendência, a educação criativo-motricia sintetiza-se e materializa-se em quatro compromissos individuais e relacionais: (1) trabalhar com as pessoas, na sua corporeidade, com tudo o que são as suas

⁶ Do email que nos foi enviado pela Direção da Faculdade de Teologia, 21.05.2024.

⁷ Jorge Teixeira da Cunha, «José Carlos Carvalho: um servidor da Palavra de Deus», www.vozportucalense.pt, 20.05.2024.

capacidades, competências e motivações; (2) desembocar numa maior consciência de si, do outro, do mundo; (3) colocar no contexto, no histórico; (4) criar espaços de reflexão, de reconhecimento de si mesmo, ou seja, de ação.

Isto faz sentido num Colóquio sobre «Desporto, Ética e Transcendência» que, no dia de hoje, tem como tema «Desporto, Liberdade e Democracia»? Pode também ser transferido para outras áreas do fazer e do viver? É caminho que todos nós, venhamos de onde venhamos, com as nossas próprias especificidades, possamos percorrer juntos? Como disse atrás, acredito que sim. Por isso estou aqui.

Referências

- Delors, Jacques. 2010. *La Educación encierra un tesoro*. Madrid: Santillana.
- Dicionário Priberam. <https://dicionario.priberam.org/liberdade>
- Feitosa, Anna. 2006. «La Problemática de la Mudanza – epistemología de la motricidad humana». *Mudanzas, horizontes desde la Motricidad*. Colombia: En-acción / Unicauca.
- Frankl, Viktor. 1991. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freire, Paulo. 2000. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gil da Costa, Helena. 2005. «O Medo no Desenvolvimento Humano: do medo da subjetividade à subjetividade do medo». *Libro de Actas do IV Congreso Internacional de Motricidad Humana – Motricidad y Desarrollo Humano*. Editorial Disputación Provincial de A Coruña.
- Gil da Costa, Helena. 2012. *Medo, Criatividade e Desenvolvimento Humano – um processo de investigação*. Colombia: Instituto Internacional del Saber.
- Gil da Costa, Helena. 2015. «Manuel Sérgio en mi camino». *Pensar y Transformar: un legado de Manuel Sérgio*. Colombia: Instituto Internacional del Saber.
- Gil da Costa, Helena. 2019. «Pelos labirintos de um eixo: reflexões sobre um ciclo de vida». *Revista Internacional D'Humanitas* 46/47: 37-50. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- Gil da Costa, Helena. 2021. «Entre o chão percorrido e o que fica por encontrar». *E era outra coisa – criatividade e praxis no mestrado em gestão de indústrias criativas*. Porto: Universidade Católica Editora.
- Gil da Costa, Helena. 2024. «Diversidade Geracional – uns com os outros». *Ética e Diversidade Geracional – (Des)Encontros?*. Lisboa: UCP Editora.
- Gil da Costa, Helena, Eugénia Trigo Aza. 2024. *Educação, criatividade e cultura portuguesa: uma experiência com estudantes internacionais*. Lisboa: UCP Editora. No prelo.
- Honoré, Carl. 2005. *Elogio de la lentitud*. Granada: Océano.

Liberdade, criatividade e motricidade humana

- Isaksen, Scott. 2023. «Developing Creative Potential: The Power of Process, People, and Place». *Journal of Advanced Academics* 34, n.º 2: 111-144.
- Isaksen, Scott, Brian Dorval, Donald Treffinger. 1994. *Creative Approaches to Problem Solving*. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company.
- Kolyniak, Carol. 2005. «Propuesta de un Glosario Inicial para la Ciencia de la Motricidad Humana». *Consentido En-Acción* 1: 29-37.
- Maturana, Humberto, Sima Nisis Rezepka. 2000. *Formação Humana e Capacitação*. São Paulo: Editora Vozes.
- Morin, Edgar. 2015. *Enseñar a vivir*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Parnes, Sidney, Ruth Noller, Biondi. 1977. *Guide to creative action*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Rhodes, Mel. 1961. An Analysis of Creativity. *Phi Delta Kappan* 42: 305-310.
- Sérgio, Manuel. 1988. *Para uma Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa: Edições Faculdade Motricidade Humana.
- Sérgio, Manuel. 2003. *Alguns Olhares sobre o Corpo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sérgio, Manuel. 2005. *Para um novo paradigma do saber e... do ser*. Coimbra: Ariadne.
- Sérgio, Manuel. 2020. *Uma Reformulação da Ética – e outros escritos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, Manuel, Sergio Toro. 2005. «La Motricidad Humana – un corte epistemológico de la educación física.» *En-Acción Consentido* 1: 101-109.
- Stengers, Isabelle. 2019. *Otra Ciencia es posible. Manifiesto por una desaceleración de las ciencias*. Barcelona: Ned.
- Trigo Aza, Eugenia. 2006. *Inteligencia Creadora, Ludismo y Motricidad*. En-acción / Unicauca.
- Trigo Aza, Eugenia. 2011. *Ciencia y Investigación Encarnada*. Colombia: Instituto Internacional del Saber.
- Trigo, Eugenia (Coord.). 2015. *Pensar y Transformar: un legado de Manuel Sérgio*. Colombia: Instituto Internacional del Saber.

A Motricidade Humana como expressão de liberdade e democracia

Manuel Sérgio

Filósofo

I.

Começo por visitar Eduardo Lourenço: «A grande questão, a que merece ainda ser colocada, hoje em dia, em tempo de crise, nacional e europeia, é esta: adquirimos, para além das aparências, esse rosto novo que a memorável Revolução nos teria dado?» (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 17-30 de abril de 2024). E, neste mesmo *JL*, encontro Lídia Jorge: «O 25 de Abril, assim mesmo grafado, como se fosse uma simples data que se apõe a uma assinatura, contém, na sua sinalética primária o conceito de uma Revolução que desembocou numa Democracia e só por isso se trata do nosso marco histórico mais assinalável, pois que nos deu a Liberdade.» E dou lugar, por fim, a Guilherme d'Oliveira Martins: «A Revolução de 25 de Abril de 1974 constitui um momento especial, na história política contemporânea. Soma-se, no caso português, a 1820, 1826, 1834, 1836, 1851 e 1910 – datas marcantes na afirmação do constitucionalismo liberal e democrático.» E, parafraseando Rimbaud, sem liberdade, a verdadeira vida está ausente. No meu livro *Para uma nova dimensão do desporto*, a primeira edição da Direção-Geral dos Desportos, após a Revolução dos Cravos (junho de 1974), escrevia eu, no posfácio. «Não me esqueço da afirmação do antigo ministro da Educação Nacional, Edgar Faure: “Morreu todo o ensino baseado no individualismo, na memória e na cultura greco-latina.” Servindo-me desta afirmação, poderia acrescentar que a Escola em Portugal, por isso que se baseia nas características acima denunciadas, não prepara para a vida, mas contra a vida. O nosso desporto que há-de ser sempre o reflexo do sistema educativo vigente (educação de base, educação no ócio, educação permanente) sofre por isso dos efeitos de

A Motricidade Humana como expressão de liberdade e democracia

uma educação racionalista, dualista e mecanicista e, mesmo esta, dedicada tão-só a minorias.»

II.

Hoje, nos 50 anos da Revolução dos Cravos, é possível relembrar o que se sonhou e o que se conseguiu e, de facto, as conquistas da educação, no regime democrático que o 25 de Abril nos ofereceu, está entre o que é impossível esconder. «No campo educativo, a mudança observada em Portugal, ao longo dos últimos 50 anos, foi abissal, com um aumento exponencial dos percursos escolares e das habilitações literárias, mais acentuado ainda no caso das mulheres, passando de uma situação de contraste, relativamente aos restantes países europeus, para uma situação de relativa continuidade na maior parte dos indicadores educativos. Em 1960, a maior parte da população portuguesa não tinha completado o ensino primário e cerca de um terço analfabeta, sendo esse valor ainda mais elevado, no caso das mulheres. De referir que, nesse momento, a taxa de analfabetismo já era residual, na maioria dos países europeus» (Pedro Abrantes, *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 17-30 de abril de 2024). E a formação de professores dos ensinos básico e secundário que só passou a existir, formalmente, no pós 25 de Abril? E a expansão significativa da educação pré-escolar (3-6 anos)? E a forma rápida e segura no crescimento do número de alunos, no ensino superior? E, ainda no ensino superior, os mecanismos de regulação, como os estatutos de carreira docente, as leis de autonomia, ou o estatuto das instituições privadas? E a Educação dos Adultos? À escola, desde meados de 1974, se atribuem também várias e importantes funções. Uma das que adquiriu maior relevo foi a de formar cidadãos para uma sociedade democrática. Por isso, 50 anos após o 25 de Abril. Ana Maria Bettencourt e Maria Emília Brederode Santos realçam, hoje, três dimensões às quais a escola portuguesa deve mostrar particular interesse: a) Diversidade dos que a frequentam e a qualidade da socialização; b) Participação de todos e de cada um, nos assuntos comuns da turma e da escola no seu próprio processo de aprendizagem; c) Conhecimentos, comportamentos e valores (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 17-30 de abril de 2024).

III.

A criação da Ciência da Motricidade Humana (CMH), a qual define, hoje, a motricidade humana como a energia para o movimento intencional e solidário da transcendência (ou superação) muito deve também aos «capitães de Abril» e a todos os que, com eles e para além deles, tentaram (tentam) concretizar a sua lucidez, a sua coragem, o seu patriotismo, o seu apelo, ainda vivo, à liberdade e à democracia. Rememoro o que escrevi no meu livro *Para uma nova dimensão do desporto*, que reuniu textos por mim escritos e publicados na imprensa, ainda o dia 25 de Abril não tinha amanhecido: «Este é o desporto em que eu acredito. Conserva intacta a função biológica do desporto, percepcionado à maneira antiga. Mas acredita firmemente que tem uma função social e política, por outras palavras: que se situa na esfera da responsabilidade social. Pensando bem, talvez possa mesmo adjectivá-lo de político. Porque recusa a esfera do primado do íntimo, do subjectivo e aceita o predomínio da categoria do encontro e do intersubjectivo [...]. O desporto, repito-me, sem pôr de lado a biologia, há-de ter presente toda uma dimensão humana onde deverão caber, sem dúvida, a política, a intuição poética e a utopia do futuro.» Noutro livro da minha autoria, *Algumas Teses Sobre o Desporto* (Compendium, Lisboa, 1999) eu continuava o que escrevera, ainda antes do 25 de Abril: «O Desporto é uma praxis lúdico-agonística e corporal, institucionalizada e com regras e, como tal, transforma-se naturalmente em acto político, pois que são também colectivas ou sociais as suas causas e as suas consequências. Dentro de uma ontologia do Desporto, difícil se torna entender um mundo de seres humanos, constituído por indivíduos radicalmente isolados. Sem intersubjectividade, sem intercorporeidade, não há Desporto» (p. 11).

No livro *Metodologia das Ciências Sociais*, organizado por Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, publicado pela editora Afrontamento, em 1986, podia ler-se o seguinte: «O social é irreduzível ao individual; sem a consolidação desta tese não haveria ciências sociais. Mas elas também não se formariam, sem a dinâmica e o impacto crescentes do saber lógico-matemático, físico e biológico, que elaborava um modelo de estratégia de investigação que ia servindo de referencial aos estudiosos sociais. E sem as profundas transformações económicas, demográficas, políticas e culturais das nações oitocentistas do Ocidente. É num mundo alterado pela industrialização, a urbanização e o crescimento populacional, as revoluções liberais e a eclosão dos movimentos

A Motricidade Humana como expressão de liberdade e democracia

operários e socialistas, o surgimento de novas instâncias e padrões de socialização, etc., que é fundada uma ciência, a sociologia, que disciplinas já cultivadas, como a economia, primeiro e, depois, a história, a geografia ou a demografia se tornam científicas – e que umas e outras ganham títulos de legitimidade e meios institucionais de produção e reprodução» (p. 14). O cientista português Alexandre Quintanilha, em entrevista ao mensário *Ensino Magazine* relata, emocionado, o que sentiu, quando voltou a Portugal, na década de 90, advindo da universidade de Berkeley, na Califórnia, onde lecionava: «Existia [em Portugal] muita vontade de construir um país cada vez melhor, num quadro de democracia recentemente conquistada. Essa energia sentia-se no ar» (João Ruivo e João Carrega, orgs., *Políticas educativas em confronto*, Castelo Branco: RVJ Editores Lda., 2024, p. 237). Michel Serres salienta, em extensa entrevista a Bruno Latour (cf. Michel Serres, *Eclaircissements*, Paris: Paris, 1992) que as evidentes dificuldades da reflexão filosófica e mesmo de aceitação das ciências humanas, no âmbito das ciências da natureza, se devem, principalmente, à ignorância das letras, por parte dos cientistas e das ciências por parte dos literatos. Na *École Normale*, de Paris, que ele frequentou, «os peritos eram incultos e os ditos cultos eram ignorantes» (cf. Michel Serres, *Eclaircissements*, Paris: Paris, 1992, p. 43).

IV.

Como ciência humana que é, a CMH não aceita transformar a pessoa em mercadoria – por qualquer clubismo, regionalismo, nacionalismo, ou unicidade ideológica – ou, de qualquer maneira, reificá-la. Pessoa saudável, consciente, livre e com vontade de ser mais e melhor é o objetivo primeiro das várias práticas que compõem a motricidade humana. O Professor Eduardo Paz Ferreira lembrou no livro, acima citado, *Políticas educativas em confronto*, que «a senhora Christine Lagarde, presidente do FMI, declarava numa entrevista que as 85 pessoas mais ricas do mundo têm uma riqueza igual a metade da população mundial». E acrescentou, terminante: «Trata-se de uma verdadeira monstruosidade que nos deixa sem palavras» (p.135). Portanto, na análise e estudo do ser humano, tenhamos a especialidade que tivermos, é sempre ao serviço do ser humano que nos situamos. E, porque a pessoa humana se compõe, simultaneamente, de matéria-vida-espírito, não desconhecendo que

um colapso ambiental (quero eu dizer: um ambiente sufocante e cadaverizado) significa, necessariamente, desrespeito pelo ser humano que dizemos servir. Aliás, considerar o Clima como Património Comum da Humanidade supõe uma dialética incessante entre as ciências da natureza e as ciências hermenêutico-humanas (ou sociais e humanas), entre as ciências e as humanidades. O meu colega, na Faculdade de Motricidade Humana, Professor Daniel Tércio, grafou, no *JL* que venho referindo ao longo deste artigo e com o brilho que lhe é peculiar: «A Revolução dos Cravos trouxe ao universo da dança o reconhecimento das possibilidades de movimento e nos modos de o pensar: possibilidades plurais, para corpos democráticos. A dança torna-se desta maneira espaço crítico da geração de ideias.» O mesmo poderia dizer-se do desporto, designadamente o de alto rendimento. Só que, porque se trata do espetáculo de maior magia no mundo contemporâneo, a «sociedade de mercado» (não a sociedade com mercado) já dele se apoderou e já dele faz mercadoria... como faz de tudo!

A «sociedade de mercado», em que o lucro é o primeiro, o mais apetecível dos valores («esta economia mata» são palavras inescurecíveis do Papa Francisco) consigna em si todas as potencialidades de exploração, de manipulação, de alienação da Ordem-Desordem em que vivemos. E, em regime de exploração de manipulação, de alienação, por mais que a linguagem oficial, ou bem-pensante, o oculte, todas as pessoas se transformam em coisas e todos os sujeitos em objetos. No futebol profissional (o exemplo mais flagrante), o jogador e o treinador, sujeitos a discutíveis imperativos de submissão e obediência e a uma pressão psicológica (da parte dos dirigentes, dos adeptos, da comunicação social) inçada de mentiras – no futebol profissional, dois jogos semanais e exigindo «tudo» aos praticantes, nada tem de saudável e muito tem de (digamo-lo, por amor à verdade) deformado e deformante. Trabalhei no Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, convivi com vários médicos que, discretamente, mas sem receio, mostraram assentimento ao que me ouviram: «Ninguém faz desporto de alta competição para ter saúde, fá-lo porque tem saúde». O espetáculo desportivo, praticado por superdotados e supertreinados, é para ser promovido e respeitado. Mas começando por respeitar aqueles que, antes de todos, o fazem: os jogadores e os treinadores. Um ponto ainda a relevar. O Professor António Sampaio da Nóvoa, Reitor Honorário da Universidade de Lisboa, faz sua uma afirmação de Michel Serres que merece atenção verdadeira, leitura real: «só houve três revoluções. A primeira foi a invenção da

A Motricidade Humana como expressão de liberdade e democracia

escrita [...]. A segunda foi a revolução do livro. E a terceira, a revolução digital, que está a acontecer» (*Políticas educativas em confronto*, p. 132). Mas a CMH não esquece, também, o muito que deve aos «capitães de Abril», que nos restituíram a liberdade e ajudaram à passagem de um desporto «orgulhosamente só» e pensado com o fito único de circulação interna – para um desporto que trilha caminhos novos e pode ser pensado e projetado à luz daqueles princípios onde a dignidade humana encontra a sua mais autêntica justificação.

Capítulo II.

O Desporto como construção política

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância.

Notas sobre futebol e política a partir das mobilizações de massas em recintos desportivos durante a década de 1940

Daniel Freire Santos

Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST)

A crescente popularização do futebol em Portugal, desde os primórdios do século xx, implicou uma ponderação generalizada, partindo das associações e/ou federações responsáveis pelo fomento da modalidade e dos clubes e passando pelas próprias autoridades centrais, sobre a forma como se poderia cuidar e organizar os campos destinados à prática desportiva. Talvez por isso possamos compreender o desembocar, já na transição para este nosso século xxi, no reconhecimento pelo poder estatal, através do Decreto Regulamentar 10/2001, de 7 de junho, do estádio enquanto entidade com um papel legal autónomo e específico com utilidades que o diferenciavam de um qualquer outro tipo de edifício ou arena. Aliás, a consideração facultada a esses recintos nas décadas mais recentes pode mesmo ser sentida pelas ramificações legais expandidas com a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, ao limitarem a expressão de manifestações de ideologia política no seu interior e ao apontarem a um controlo visual sobre toda a arena desportiva e em seu redor.

Este breve apontamento introdutório mais não serve do que para nos instigar a refletir sobre a relação histórica entre o objeto *estádio de futebol*¹ e a

¹ Escolhemos concentrar esforços para pensar o estádio de futebol, ou o «campo de futebol», seja numa grande ou pequeníssima escala, na sua relação com o mundo da política e da

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

esfera do *político*. As preocupações das autoridades centrais e locais perante a manutenção da ordem pública e a melhor organização do espaço dos recintos com vista a garantir a disciplina do corpo multitudinário parece-nos ser já suficiente para revelar a mencionada relação entre objeto e esfera. No entanto, num exercício de análise histórica devemos complexificar o nosso entendimento sobre essa mesma relação. Nas próximas linhas procuraremos debruçar-nos sobre a historicidade do *estádio político*, tendo em especial consideração a dinâmica dialógica entre os vetores espacial, visual e corpóreo. A abordagem que propomos estabelecer seguirá uma linha mais «tradicional», ao agregarmos a dimensão política dos estádios à instrumentalização tática dos mesmos, olhando-os como potenciais espaços de afirmação, de dramatização e de legitimação política², ainda que procuremos problematizar fenómenos que são, em bom rigor, multifacetados. Para tal, restringindo-nos ao contexto português, focar-nos-emos em dois momentos sintetizadores que servirão de bússola ao nosso empreendimento: a) a inauguração do Estádio Nacional, durante a ditadura do Estado Novo, a 10 de junho de 1944; e b) a sessão de propaganda em favor do candidato oposicionista Norton de Matos à presidência da República, no Campo do Sport Comércio e Salgueiros, a 9 de janeiro de 1949. Utilizaremos aqui alguma imprensa periódica, tanto generalista como desportiva, em redor dos eventos, conjugando-a com a produção fotográfica e gráfica realizada à época, enquanto materiais empíricos que nos permitirão substanciar a nossa tarefa.

I.

A inauguração do Estádio Nacional, localizado no concelho de Oeiras, mais propriamente na zona norte da Cruz Quebrada, ficou para a história como um

história contemporâneas. Ignoramos por agora, para facilitar o nosso argumento, uma genealogia maior do estádio moderno que nos levaria a aprofundar tipologias e categorizações diversas.

² Segundo alguns estudos, devido a algumas das suas especificidades, o futebol e as respetivas infraestruturas concorrerem para a nacionalização das massas (Mosse 1975), para o prestígio de determinadas opções políticas (Martin 2004) e para a sacralização do que aí se poderia testemunhar (Bolz 2008). O desporto, em geral, e o futebol, em particular, enquanto ferramentas ao serviço das estruturas hierárquicas da sociedade (Vassort 1999), interligar-se-iam com o aspeto «irresistível» emanado dos recintos – estes confinariam o indivíduo, sujeitando-o a uma poderosa ordem técnica organizacional que apontaria a uma impregnação fascizante (Perelman 1998).

dos grandes momentos celebratórios engendrados pelo regime ditatorial português no seu período de consolidação, talvez apenas comparável à Exposição do Mundo Português, em 1940, em plenas «comemorações centenárias». Aliás, a própria edificação do Estádio Nacional, uma das mais imponentes obras da ditadura, pode e deve ser enquadrada na estratégia de transformação geral da região de Lisboa, incluindo a valorização da zona a poente, encetada a partir de 1932 quando Duarte Pacheco assume o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, tendo em vista a referida celebração de 1940.

Esse enquadramento possível não deve, todavia, ignorar um vasto contexto que dispôs das suas implicações na hora de decidir porquê, quando e como construir um complexo desportivo moderno com um cariz nacional. Assim, não devemos olvidar o crescimento da popularidade do desporto, particularmente do futebol, no âmbito de uma «socialização da prática desportiva» que não se limita à atuação do Estado, mas que a partir deste também se manifesta, nem mesmo esquecer os «processos de massificação da cultura» e de «estetização da política» (Ágoas e Gomes 2011), durante um período de ascendência dos nacionalismos e de evidente hegemonia dos fascismos, o que significou, em variadíssimas latitudes e através de diferentes justificações, a construção de vários testemunhos monumentais para a posteridade.

Aprofundando, o desejo de construir esse estádio nacional também pode ser interpretado, especialmente a partir da festa da inauguração, como um culminar público e excecionalmente visível da tentativa de subordinação do universo desportivo à visão política do Estado Novo, mas particularmente como parte da articulação das ideias específicas em torno do desporto e da educação física, em fabrico constante ainda por esta altura, que a ditadura procurou encaixar junto do seu plano ideológico-político. Essa iniciativa confluía para uma lógica de captação e enquadramento dos lares da população portuguesa, nomeadamente junto do setor trabalhador, assim como para um modelo genérico de intervenção sobre a vida da juventude, cujo corpo (e mente) poderia ser modelado a partir das estruturas competentes encarregues pela educação física e pelo desporto nacional. Não é por isso de estranhar que seja durante as décadas de 1930 e de 1940, bem antes da inauguração do recinto, que o regime promove diferentes organizações que apontam a essa lógica, tais como a Mocidade Portuguesa (MP), a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), as Casas do Povo, o Instituto Nacional de Educação Física

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

(INEF) ou mesmo a Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

No entanto, como hoje sabemos, o alcance e a concretização dos grandes desígnios do regime nem sempre se estenderam como era desejado, nem a sua aplicabilidade seguia à risca os moldes projetados, chocando ou mesmo sendo ultrapassada pela solicitude do próprio movimento associativo e/ou desportivo³. Este aspeto permite-nos contextualizar, por agora, a sessão de propaganda em favor de Norton de Matos à presidência da República, ocorrida no Campo do Sport Comércio e Salgueiros, em janeiro de 1949.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, numa época em que o regime salazarista procurava uma adaptação que visava a sua sobrevivência, as forças da oposição parecem apostar numa via de contrapoder que seguia a linha *legal-eleitoral* (Rosas 2019, 272). No entanto, a linha do *levantamento nacional* a construir, seguida nos anos de guerra, nomeadamente pelo Partido Comunista Português (PCP), vai ainda ter os seus espasmos nas eleições legislativas de 1945 e, particularmente, nas presidenciais de 1949, o que implicou conjugar, ainda que por breves momentos, as duas vias.

Neste cenário, no qual as forças oposicionistas se unem em torno do general Norton de Matos, um histórico republicano há algum tempo ativo em diversas movimentações reviralthistas⁴, levando-o a considerar e a aceitar a ida às urnas, o Sport Comércio e Salgueiros⁵ surge como peça-chave para que as concentrações políticas de apoio à candidatura tivessem o seu pontapé inicial. A escolha pelo recinto do clube popular do Porto não pode ser, contudo, desenquadrada do contexto a que já aludimos por dois motivos. Em primeiro lugar, por muito que o Estado Novo promovesse as obras realizadas ou a realizar no mundo desportivo, os apoios a pequenos clubes eram parcos e a supervisão era quase inexistente, o que levava a que o empreendimento privado continuasse a tomar a liderança em boa parte desses processos. Foram estes espaços, nas suas formas orgânicas de construção e de manutenção, que encaixaram naquilo a que os serviços da candidatura almejavam, até por

³ Para uma discussão mais densa sobre esta temática, veja-se o trabalho de Rahul Kumar em *A Pureza Perdida do Desporto: Futebol no Estado Novo* (2017).

⁴ Presidia o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e era ainda testemunho vivo das experiências políticas da Primeira República.

⁵ Clube desportivo popular fundado em 1911, na cidade do Porto, entre a Cedofeita e Paranhos, adotando o nome pelo qual é hoje conhecido durante o ano de 1920.

uma questão de falta de alternativas. O campo do Salgueiros, utilizado aqui pela Oposição, cabe nesta conjunção em que escasseavam equipamentos desportivos com condições adequadas, transferindo consigo todos os subterfúgios que isso pode ou não trazer a uma campanha que, em abono da verdade, era feita com imensas restrições e até com perseguições. Logo, não será de todo inocente a escolha de um recinto, o Campo de Augusto Lessa, sito na rua com o mesmo nome, inscrito na zona do Bairro de Casas Económicas de Paranhos, cujos terrenos se encontravam na posse do engenheiro Alexandre Vidal Pinheiro. Em segundo lugar, porque é precisamente nas redes sociais que florescem não apenas da luta oposicionista, mas também dos encontros mais ou menos fugazes no universo associativo, que nasce uma outra cadeia de decisões e de ações. O combate à ditadura nem sempre passou pelos palcos mais óbvios, concedendo, deste modo, algum protagonismo, entre vários outros tipos de coletividades, aos clubes de futebol e aos seus aposentos, seja porque a sua plurifuncionalidade se ajustava às formas de desbloquear a vigilância sobre um outro largo domínio associativo e, logo, flexível quanto à penetração de elementos desafetos ao regime, seja porque a própria dinâmica desportiva poderia abrir portas a uma outra cultura política que contribuiria para o desgaste da primazia cultural do Estado Novo (Melo 2010; Gonçalves, Louro e Santos 2023). Neste sentido, a figura de Vidal Pinheiro, já supramencionada, pode servir-nos aqui de ponte para esta hipótese. Conhecido oposicionista que já tinha passado por várias prisões, entre o final da década de 1920 e meados da década de 1940, o engenheiro de profissão era uma das figuras republicanas de relevo no norte do país, certamente contando com várias ligações pré-estabelecidas a outros agentes oposicionistas. Ainda que, por motivos políticos, tivesse sido impedido de exercer funções de alto relevo no Salgueiros, conta-se que era ele que, no fundo, fazia parte daqueles que estruturavam os destinos do clube.

II.

Usando as extensões físicas dos recintos, os dois blocos que se diferenciavam entre si – não só pela instância político-ideológica, mas pelo seu diferente posicionamento face ao centro de poder – perseguiriam nesses momentos de galvanização lógicas distintas, ainda que partindo de pressupostos com

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

alguma base em comum. Se uns procuravam por aí a consolidação e a celebração de um país ou uma imagem deste, aliada à exposição de um conceito específico sobre a educação física e os desportos que concorresse para a «transformação nacional», outros deambulavam entre a necessidade de recorrer a essas extensões físicas por serem alternativas possíveis a espaços abertos a manifestações que lhes eram habitualmente velados pelas autoridades e o imperativo de disseminar horizontes de esperança e promover a legitimidade de um derrube do sistema vigente a partir de um futuro levantamento em massa.

Para tomarmos o pulso à reprodução dessas lógicas distintas poderemos analisar sinteticamente, para além do modo como a imprensa projetou os momentos, a forma enquanto ambas as esferas tenderam a encarar o elemento corporal-espacial nos eventos já acima contextualizados.

Ainda que não procuremos prolongar-nos na descrição pormenorizada da inauguração do Estádio Nacional⁶, é fundamental ter em conta a própria disposição dos corpos no espaço ao longo do dia 10 de junho de 1944⁷. No *Diário da Manhã*, no rescaldo do dia anterior, a capa destaca em fotografia os dignatários do regime presentes na inauguração, neste caso sentados na Tribuna de Honra⁸, agradecendo especialmente a Salazar pela festa – a este o país deveria a «Paz, a Alegria e o Futuro»⁹. No mesmo segmento, não haveria dúvidas quanto à perceção de que o estádio seria exemplo da «vontade firme

⁶ Outros já o fizeram num registo de grande profundidade. Vejam-se os trabalhos de Andresen (2007), de Serra (2008) e de Drumond (2013). Também deveremos mencionar os trabalhos de Andresen (2003), de Cruz (2005) e de Bordalo e Sá (2013), uns procurando sintetizar o projeto arquitetónico do recinto e outro contextualizar a película de António Lopes Ribeiro sobre a inauguração.

⁷ Data que nos leva a registar a associação entre a inauguração e o Dia de Portugal e da Raça, feriado assim celebrado pelo regime salazarista até 1974.

⁸ Tribuna de traço imperial clássico projetada por Miguel Jacobetty Rosa.

⁹ Esta linha de exaltação propagandística, na qual se procurava associar a fortuna em torno da acalmia da vida em Portugal, em contraste com uma Europa em guerra, a uma sábia liderança do regime, e em especial de Salazar, ficou ainda mais explícita quando, a 11 de março de 1945, se lança em pleno Estádio Nacional, em dia de jogo entre as seleções de futebol de Portugal e de Espanha, milhares de panfletos sobre os adeptos, reforçando a imagética de um país enquanto «verdadeiro oásis de paz». Aí lemos que, para além da «nossa gratidão aos que nos garantem momentos como este», os portugueses desejariam «é futebol – isto é, paz, alegria de viver, ordem nas ruas e nos espíritos», algo que não seria possível se «vivéssemos sob outro regime que fosse igual ou parecido ao do comunismo soviético». Arquivo do Museu da Presidência da República, arquivo Óscar Carmona, Caixa 66. PT/MPR/AOC/CX066/085.

de elevar o nível da educação física do Povo Português, formando gerações fortes aptas para o trabalho, sãs de corpo e de espírito»; afinal, da educação física dependeriam o «afeiçoamento à disciplina, o equilíbrio dos nervos, o gosto do ar livre, a alegre aceitação do serviço militar, [...] a ordem nas ideias e nos sentimentos». Destacava-se ainda que:

[...] de todos os lados dos bairros alcandorados nas sete colinas, das Avenidas Novas às vielas floridas de Alfama, dos prédios ‘novos ricos’ às casas pobrezinhas, caladas de branco, do Alto de Sete Moinhos para as bandas de Monsanto, até ao bairro novo da Madre de Deus – começou gente a fluir, [...] endomingada de todas as categorias.

E, não sem evidenciar novas fotografias, desta vez apontando para uma tribuna que abraçava todo um estádio preenchido, passava-se à descrição do começo da inauguração propriamente dita:

[...] a multidão vai entrado sem pressas, num desfilar ininterrupto, maciço, enchendo o anfiteatro enorme, e os alto-falantes lançam por toda a parte as notas vibrantes, das marchas miliares, cobrem-se os montes em torno do Estádio com as falanges da Mocidade Portuguesa, desfraldando bandeiras.¹⁰

Nas páginas do *Diário de Notícias*, completava-se a visão já oferecida pelo órgão do regime: «Foi [...] diálogo de entendimento completo entre a Nação e o Estado, entre o povo e Salazar, [...] com clamores de apoteose e acentos de emoção.» E salientava-se a «profunda lição» do dia: «Lição que, vinda das pedras do Estádio, ensinou que é na simplicidade que reside a beleza; que é no respeito pelas regras imutáveis que vive a harmonia», mas também uma lição que terá ensinado que é «no culto do ar livre e da força e da disciplina que se forjam os homens robustos e as mentalidades sãs»¹¹. Já no *Os Sports*, no número lançado depois da inauguração, aprofundava-se:

Isto só foi possível com uma perfeita compreensão desportiva, com uma completa identidade do Homem com o Povo, com o justo reconhecimento do Chefe

¹⁰ *Diário da Manhã*, 11 de junho de 1944.

¹¹ *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1944.

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

com os sentimentos e anseios da falange desportiva. [...] E se a presença do Povo consagra uma obra imorredoura e representa o «obrigado» singelo e sincero de quantos têm trabalhado [...] pelo Desporto, a presença do Estado traduz o interesse [...] pelo Desporto.¹²

Essas sugestivas imagens eram também mantidas e até prolongadas por outros periódicos desportivos. Na revista *Stadium*, por exemplo, num número que destaca Salazar e outros membros do governo que observavam os níveis mais inferiores do recinto a partir da tribuna, perante «oitenta mil portugueses», fala-se de um «programa que absorveu um período que não se pode medir em horas, porque a toda a gente pareceu a margem do tempo, visão de sonho»¹³. A demarcação da transcendência do ato inaugural já teria sido mesmo prenunciada por Marcelo Caetano, na altura comissário da MP – «[...] o público há-de sentir estar perante um acto simbólico de transcendente significado» –, e por Higino de Queiroz, presidente da FNAT – «[...] [a] inauguração do Estádio representa um acontecimento transcendente porque interessa a resolução de um dos mais instantes problemas nacionais: o revigoramento da raça»¹⁴.

De facto, do evento-inauguração podemos inclusivamente destacar a forma como se procurou preparar e até antecipar o mesmo, tanto através da Emissora Nacional, como da imprensa periódica: quer nos ensaios prévios, quer no grande dia, os «patrões encarregados das empresas e duma maneira geral todos» deveriam «facilitar a comparência dos seus empregados» e colaborar «na organização do festival com a sua boa vontade e compreensão». Já o cenário seria depois completo «com as bancadas repletas de dezenas de milhares de pessoas», onde «natural entusiasmo e alegria desenrolar-se-á» num «momento mais alto» quando todos entoassem «num coral imenso, de grandesa enorme, o Hino Nacional». Pelo meio, sublinhava-se que o público deveria «ocupar os seus lugares até às 16 horas e 30 e os convidados até às 16 horas e 40 minutos». Até porque tudo teria sido «estudado e organizado em pormenor», tendo em vista «o máximo de comodidade para todos – desde que todos cumpram disciplinadamente as instruções publicadas e as indicações

¹² *Os Sports*, 12 de junho de 1944.

¹³ *Stadium*, 14 de junho de 1944.

¹⁴ *Diário da Manhã*, 10 de junho de 1944.

que fornecer o pessoal»¹⁵. No mesmo registo, José de Ayala Botto, à época dirigente da MP e inspetor dos desportos da Direcção-Geral da Educação Física, reforça a mensagem no *Diário da Manhã*:

[...] [E]xige de quantos possam deslocar-se ao novo Estádio [...] um respeito absoluto por tudo e por todos, não esquecendo que há DEVERES A CUMPRIR; na verdade, nunca o cumprimento da palavra DISCIPLINA se tornou tão oportuno. Só com a perfeita OBEDIÊNCIA às indicações dadas pelos funcionários do trânsito, [...] pelos empregados do Estádio e por quantos tenham por missão orientar a ida e a vinda pode evitar quaisquer percalços desagradáveis.¹⁶

E no *Os Sports*, dias antes, parafraseando a comissão organizadora da inauguração, encabeçada por António Ferro, então diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, sugeria-se o seguinte:

As massas desportivas que se exibirem no Estádio devem marcar pela sua apresentação, oferecendo um espectáculo rico de cor, de saúde, de alegria de viver. [...] O dever de todos os atletas é colaborar activamente, facilitando os trabalhos de organização. Como? Obedecendo prontamente às normas de disciplina que forem impostas. Sem disciplina não há ordem, e sem ordem não há organização.¹⁷

O acesso principal ao recinto, uma zona aberta que se ligava aos terrenos próximos do vale, tendo em conta o formato em ferradura do estádio¹⁸, contribuía para a visão sugerida por Ferro, servindo a contemplação do desfile dos atletas, formadores e outros que representavam cada organização, clube ou sindicato presente na cerimónia. Vestidos de branco, tanto os que trajavam de fato, como aqueles que envergaram peças prontas para os esquemas de ginástica ou para as demonstrações de destreza, do sexo masculino ao feminino, os jovens presentes colaboravam para o cortejo ordenado, com a ajuda

¹⁵ *Diário da Manhã*, 10 de junho de 1944.

¹⁶ *Diário da Manhã*, 10 de junho de 1944.

¹⁷ *Os Sports*, 29 de maio de 1944.

¹⁸ Este formato tinha sido sugerido por Caldeira Cabral e pelo alemão Konrad Wiesner já no final da década de 1930.

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

de estandartes, bandeiras e ordens sonoras, servindo então os preceitos do regime.

Todo esse cenário organizado e ritmado contrasta, em parte, com aquele que podemos reter da sessão de propaganda oposicionista de 9 de janeiro de 1949. A própria tomada dos espaços do recinto parece acontecer de forma mais improvisada e autónoma, ora seguindo as limitações geográficas do terreno e adjacentes, ora procurando tomar um lugar público numa arena social e num campo político que raramente se abriam à sua disposição. Disto nos informa o jornal *A República*, no dia seguinte à sessão, depois de no título também se fazer menção ao número presente – «Trinta mil pessoas manifestaram o seu vivo desacordo com a política ditatorial do Governo». Aí lemos:

Milhares, muitos milhares de pessoas. O campo do Sport Comércio e Salgueiros era um mar de gente, transbordante de entusiasmo pelo desejo de ver derubada essa política arbitrária e violenta do chamado Estado Novo, [...] que à maioria do Povo inspira repugnância e desejo que termine o quanto antes. O Povo acorreu [...] em massa, ao campo do Salgueiros, pagando ele próprio os transportes, indo sem imposição, espontaneamente, sem ordenado para gritar o seu amor às instituições republicanas e democráticas. [...] Calorosas palmas e vivas ao sr. General Norton de Matos e à Democracia vinham de todos os pontos do campo e até mesmo dos terrenos em redor, cobertos também de pessoas que não haviam tido a possibilidade de obter um lugar no recinto.¹⁹

A descrição feita pelo *Diário de Lisboa* também não se afastava dessa imagem traduzida anteriormente: «O campo estava coalhado de uma multidão enorme. De todas as ruas de acesso comprimia-se o povo que, de qualquer modo, [...] pretendia obter um lugar, por muito mau que fosse.»²⁰

Todavia, como seria de esperar, esta captura do espaço público ou semi-público, nomeadamente a partir dos recintos desportivos, não passou incólume. Sabendo o próprio regime do potencial propagandístico de espaços como esses²¹, não demorou até que se tivesse procurado constranger a ação

¹⁹ *A República*, 10 de janeiro de 1949.

²⁰ *Diário de Lisboa*, 9 de janeiro de 1949.

²¹ Tal como fizemos referência na nota 9, nesse caso sobre a distribuição de panfletos aos adeptos no Estádio Nacional, o mesmo pode ser mencionado por nós agora junto do setor oposicionista. A título de exemplo, sabemos que na 16.^a jornada a contar para a Primeira Divisão do

oposicionista. Esse constrangimento pode ser palpável em diversos momentos prévios e posteriores à sessão no Salgueiros e até durante a mesma.

Se antes da sessão o regime já teria tentado desestabilizar o encontro, com o Governo Civil do Porto a comunicar no dia anterior que estavam «expressamente proibidas a concentração e a “caravana” de automóveis»²² na cidade, mais tarde a tentativa de conter o entusiasmo no recinto e, sobretudo, no que a partir daí poderia florescer ficava patente no encerramento da própria sessão de dia 9: «[...] o sr. António Macedo transmitiu pedidos feitos pelos srs. Governador-civil e comandante da PSP para que a assistência ao dispersar não fizesse manifestações pelas ruas.»^{23, 24}

Mas foi já depois do impacto dessa sessão no Salgueiros que os serviços da ditadura se interpuseram de forma mais óbvia sobre os meios usados pela Oposição. Logo a 18 de janeiro, no *Diário de Lisboa*, a comissão central ao serviço da candidatura de Norton de Matos denuncia essa perseguição: «[...] inventou-se que, em campos de futebol, era impróprio fazer propaganda eleitoral [...], pois que [...] o Governo não precisa de campos de futebol para a sua!»²⁵ Essa denúncia surge no rescaldo de vários cancelamentos sobre as sessões planeadas para a segunda metade de janeiro. Neste caso, as sessões previstas para o Estádio Municipal de Luanda, em Angola, para o Campo do Agueiro, em Vila Nova de Gaia, e, de novo, para o recinto do Salgueiros acabaram suspensas. As justificações para esses cancelamentos seguiram três vias. Uma via argumentativa pela qual as autoridades central e local se baseavam na deliberação da Federação Portuguesa de Futebol, a 14 de janeiro, que exortou a «todas as associações distritais dos clubes que os campos de futebol não podem ser cedidos para reuniões políticas», julgando-se «conveniente evitar a

Campeonato de Futebol, a 9 de janeiro de 1949, em pleno Estádio do Campo Grande, durante e após um jogo entre o SL Benfica e o Lusitano Futebol Clube, foram distribuídos diversos panfletos de propaganda à candidatura de Norton de Matos, chegando-se a afirmar que «essa distribuição foi acolhida com o maior entusiasmo, por todos os assistentes que auxiliaram eles próprios essa distribuição». *Diário de Lisboa*, 10 de janeiro de 1949.

²² *A República*, 9 de janeiro de 1949.

²³ Pedidos deste género não foram incomuns nestas circunstâncias. Por exemplo, para a sessão oposicionista em Luanda, no Estádio Municipal, que acabou por não se concretizar, não se permitia «qualquer retransmissão para o exterior» nem «manifestações na via pública e à entrada e saída das reuniões». *A Província de Angola*, 16 de janeiro de 1949.

²⁴ *O Século*, 10 de janeiro de 1949.

²⁵ *Diário de Lisboa*, 18 de janeiro de 1949.

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

cedência dos campos para outros fins que não os desportivos que viesse a estabelecer a divergência»²⁶. Outra via que apontava o dedo à suposta falta de condições nos espaços para garantir a segurança e a ordem, pois recintos havia que não se encontravam devidamente fechados ou vedados, «conforme [...] é superiormente exigido»²⁷. E uma última via que se refugiava na própria burocracia do regime sobre os pedidos efetuados para as sessões a realizar – neste caso em Luanda, os serviços da Administração Civil apontavam o dedo a uma autorização dada pela Câmara Municipal que teria passado por cima dos trâmites legais.

Toda essa perseguição e atenção redobrada passou também, muito mais tarde, pelos próprios clubes e coletividades. Registemos, entre outros casos, a participação da polícia contra a Cooperativa do Povo Portuense por, já em 1950, ter albergado uma assembleia geral do Salgueiros. Na informação que parte da PSP do Porto para o Governo Civil desse distrito, somos elucidados quanto aos próprios trabalhos: no começo da reunião ter-se-á pedido «dois minutos de silêncio, à memória do falecido engenheiro Vidal Pinheiro, que foi dirigente do club, o que toda a assistência composta por cerca de 200 pessoas observou de pé»; mais à frente, conta-se que na mesma reunião se propôs que «ao campo de jogos fosse dado o nome de “Campo Engenheiro Vidal Pinheiro”, o que foi aprovado», constituindo-se então uma «comissão para angariar fundos para a construção de um monumento, no campo, em homenagem ao falecido»²⁸.

Ainda assim, foi através desses mesmos clubes e coletividades que a campanha a favor de Norton de Matos se continuou a fazer. Estendendo, em última análise, o próprio conceito de recinto, uma vez que nestes se tornara agora impossível realizar sessões, os encontros vão acontecendo por todo o país em lugares de menor visibilidade, mas talvez com maior aproximação aos habitantes locais. Entre os dias 16 e 27 do mês de janeiro, organizaram-se vários encontros nas sedes e nos salões de festa de coletividades como o Grupo Desportivo Amarelejense, em Beja, o Clube de Futebol «Os Águias de Alpiarça», em Santarém, o União Futebol Avenida, em Setúbal, ou o Grupo

²⁶ *A Província de Angola*, 17 de janeiro de 1949.

²⁷ *Diário de Lisboa*, 18 de janeiro de 1949.

²⁸ Arquivo Distrital do Porto, Governo Civil do Porto, Gestão da informação e documentação. PT/ADPRT/AC/GCPRT/F/138/0006/00201.

Desportivo do Calhariz de Benfica, em Lisboa. Para lá de todas as limitações, estas sessões continuaram a ser muito concorridas – estima-se que, na sessão da Amareleja, estivessem presentes mais de 1500 pessoas –, chegando-se inclusive a angariar dinheiro para a campanha – na sessão em Benfica, reuniu-se quase mil e quinhentos escudos – e a dar vivas em memória de figuras proeminentes do movimento antifascista, tais como Bento de Jesus Caraça ou Abel Salazar.

Apesar de podermos apontar alguns princípios, os quais já tivemos oportunidade de referir para o caso da inauguração de 1944, principalmente em torno da expectativa e até da organização do evento, semelhantemente tratados pelo setor oposicionista²⁹, a verdade é que as lógicas perseguidas são declaradamente distintas quando comparadas com o modo como o regime encarou o próprio espaço do recinto desportivo. Mais não fosse pela visibilidade e pela livre forma como foram acolhidos no seio da bancada central, por exemplo, várias mulheres e representantes da classe trabalhadora, além de diferentes delegações democraticamente constituídas vindas de vários distritos do país, contrastando assim com a almejada organização corporativa da sociedade portuguesa, cuja cabeça seria o líder do regime, simbolicamente exposta na inauguração do Estádio Nacional.

III.

A transformação do futebol numa prática de consumo do quotidiano, transversal a vários estratos sociais, fez com que o mesmo contribuísse para a fabricação de uma *ritualidade* inerente ao seu fenómeno cultural. Deste modo, os próprios recintos, enquanto cenários, tomam parte na formulação de uma *epicidade* que atesta aos atores que por lá intervêm uma *aura* de diferente natureza, independentemente de se tratar de um jogo de futebol ou de um

²⁹ Podemos mencionar, por exemplo, a tentativa de flamejar o que viria a acontecer no dia seguinte – o jornal *A República* refere um «grandioso comício de propaganda eleitoral» que «vai mobilizar largas massas populares», não tendo dúvidas de que o «povo do Porto está preparado para demonstrar ao País, e ao Mundo, os seus ideais democráticos» – e o destaque dado, numa tribuna composta na bancada central do Campo de Augusto Lessa, a «oradores ilustres» – algo que perpassa nos próprios registos fotográficos depois partilhados. *A República*, 8 de janeiro de 1949.

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

evento político. Os estádios, ao marcarem a diferença entre *os que tomam parte* e *os que não tomam parte* e ao concorrerem para organizar a multidão em torno de um determinado foco – ainda que deixando que todos os participantes se vejam e revejam, num processo de *constituição mútua* que passa necessariamente por uma experiência visual e sensorial –, providenciam um espaço em potência para garantir uma sensação de *propósito partilhado* e uma legitimação das *emoções compartilhadas*. Essas sensações e emoções, contudo, não acontecem sem a própria ativação e manutenção do que é *expectável*, nem tampouco sem uma interação com aquilo que seria da ordem do *extrassomático* (do som das ordens ao ritmo cimentado pela própria arquitetura física), tal como pudemos exemplificar.

Assim, no quadro destas considerações finais, torna-se evidente que os estádios de futebol, enquanto espaços que tendem a garantir uma grande visibilidade pública através dos eventos que aí se organizam, dificilmente escapam à instrumentalização política sobre os mesmos. Não será desmedido afirmarmos que a massificação gradual deste desporto acolheu uma certa tentação para qualquer movimento político – no fundo, torna-se um dos meios pelos quais se procuraria uma sustentação legitimadora e/ou uma conformação hegemónica perante diferentes formas de fazer sentido do mundo e de organizar a própria sociedade. Só a partir de todo este enquadramento podemos entender a capacidade de mobilização associada ao futebol – especialmente através das suas infraestruturas – e como essa se tornou rapidamente uma ferramenta bastante útil para diferentes agendas, num empreendimento que passa pelo manuseamento da identificação entre *os que governam* e *os que são governados* e do reconhecimento que daí possa advir, tal como vimos a partir dos casos brevemente analisados.

No entanto, o modo como se manusearia essa ferramenta não deixou de se sustentar a partir de lógicas distintas. Afinal de contas, a mobilização de massas em recintos desportivos, nomeadamente no período delineado neste nosso artigo, e a aspiração de a partir delas se abraçar uma linha política orientadora, nem sempre conseguia manter uma fórmula pré-estipulada e imutável, nem tão pouco assentava no mero adereço. Talvez por isso o Estádio Nacional, um palco flexível para memórias subjetivas (Frier 2019), tenha sido tomado pelos estudantes em luta, durante a final da Taça de Portugal, em 1969, ou por militantes políticos noutros comícios, após o 25 de Abril de 1974. Mas talvez também por isso tenha sucumbido, depois de 2005, a vida do Estádio

Engenheiro Vidal Pinheiro, relegando-o a mera ruína e sem qualquer tipo de espaço para a discussão, entre outras hipóteses, sobre a sua memorialização.

Referências

a) Arquivos

Arquivo Distrital do Porto – Governo Civil do Porto

Arquivo do Museu da Presidência da República – Arquivo Óscar Carmona

b) Fontes impressas

A Província de Angola (1949)

A República (1949)

Diário da Manhã (1944)

Diário de Lisboa (1949)

Diário de Notícias (1944-1949)

O Século (1944-1949)

Os Sports (1944)

Stadium (1944)

c) Estudos

Ágoas, Frederico e Pedro David Gomes. 2011. «Contributos para uma genealogia do estádio de futebol em Portugal: arquitetura, Estado e cultura de massas». In *Uma História do Desporto em Portugal*, editado por José Neves e Nuno Domingos, Vol. I, 167-192. Lisboa: Quidnovi.

Andresen, Teresa, ed. 2003. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: FCG.

Andresen, Teresa, ed. 2007. *O Estádio Nacional. Um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Bolz, Daphné. 2008. *Les arènes totalitaires. Hitler, Mussolini et les jeux du stade*. Paris: CNRS Editions.

Bordalo e Sá, Sérgio. 2013. «10 de Junho: Inauguração do Estádio Nacional. O culto da pátria e a glorificação do regime no Olympia português». In *Atas do II Encontro Anual da AIM*, 583-593. Lisboa: AIM.

Cruz, André. 2005. *O Estádio Nacional e os Novos Paradigmas de Culto – Miguel Jacobetty Rosa e a sua Época*. Tese de mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa.

Drumond, Maurício. 2013. «Ao bem do desporto e da Nação: relações entre esporte e política no Estado Novo Português (1933-1945).» *Revista Estudos Políticos*, n.º 7.

Frier, David. 2019. «Lisbon's Estádio Nacional: An Adaptable Lieu de mémoire». *Lusotopie* 18, n.º 1: 40-65.

De Cruz Quebrada a Paranhos vai um estádio de distância

- Gonçalves, Gil, Andreia Fontenete Louro e Daniel Freire Santos. 2023. «Enquanto a bola não começa» – clubes desportivos como espaços de contracultura, o caso Estrela da Amadora (1951-1974)». *Materiales para la Historia del Deporte*, n.º 24: 118-131.
- Kumar, Rahul. 2017. *A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo*. Lisboa: Paquiderme.
- Martin, Simon. 2004. *Football and fascism: the national game under Mussolini*. Oxford: Berg.
- Melo, Daniel. 2010. «A força do povo» photomaton do associativismo popular». In *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*, 123-138. Lisboa: Tinta-da-China.
- Mosse, George. 1975. *The Nationalization of the Masses*. New York: Howard Fertig.
- Perelman, Marc. 1998. *Le stade barbare – le fureur du spectacle sportif*. Paris: Editions Mille et une Nuits.
- Rosas, Fernando. 2019. *Salazar e os Fascismos – Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Serra, André. 2008. «Os estádios de futebol como veículo de propaganda do Estado Novo». *Bro-téria*, 167, n.º 2-3: 123-136.
- Vassort, Patrick. 1999. *Football et politique. Sociologie historique d'une domination*. Paris: Editions de la Passion.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

Ana Santos

Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa,
Centro em Rede de Investigação em Antropologia

A Volta a Portugal em bicicleta, ao longo da sua história, é mais do que um evento desportivo de grande envergadura; é também um fenómeno complexo que atua como um dispositivo ideológico, onde o espaço, o movimento e as perceções territoriais são estruturados e representados. A análise dos itinerários das diferentes edições da Volta revela a forma como o evento evoluiu, refletindo não apenas escolhas logísticas, mas também disputas, tensões e negociações políticas e económicas. Inspirada por outras grandes corridas europeias, como o *Tour de France* e o *Giro d'Itália*, a Volta a Portugal sempre procurou afirmar-se como uma manifestação de unidade nacional e de coesão territorial, através do desenho dos seus percursos.

Este artigo propõe uma análise crítica dos itinerários da Volta a Portugal, focando-se na forma como os traçados, ao longo do tempo, acompanham as transformações económicas, políticas e sociais do país. Partindo dos conceitos de ideologia estética e cinestésica, analisa-se como os percursos da corrida serviram para naturalizar certas perceções de unidade territorial, enquanto revelam tensões internas e momentos de descontinuidade que fragmentam o sentido de coerência espacial. Ao longo das décadas, a mobilidade inerente à Volta tornou-se um meio não só de competição desportiva, mas também de representação de geografias e territórios disputados, cujas narrativas de coesão, por vezes, se mostram frágeis e contraditórias.

Este artigo argumenta que as alterações dos itinerários da Volta a Portugal não são meras mudanças técnicas, mas sim reflexos das dinâmicas de poder e dos conflitos ideológicos presentes no país. Através de uma análise focada na estética e na cinestesia desses percursos, explora-se como a Volta

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

a Portugal contribuiu para construir e reforçar percepções territoriais, mas também como, em determinados momentos, essas narrativas de unidade revelam vulnerabilidades às tensões e desafios inerentes à própria geografia e mobilidade envolvidas no evento.

Significado de ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal

Da obra de Dikeç (2015) entende-se ideologia estética como uma forma de poder em que valores e crenças são expressos, mantidos e naturalizados através de elementos visuais, espaciais e sensoriais. Em vez de operar apenas no nível das ideias ou do discurso, a ideologia estética age através da organização das experiências visuais e sensoriais para estruturar percepções de realidade, criando uma sensação de «normalidade» ou de «naturalidade» em relação a certas narrativas ou relações de poder¹. A estética, nesse contexto, não é apenas sobre beleza ou estilo, mas sobre a forma como o mundo nos é apresentado de forma organizada e sensível, condicionando o modo como percebemos a realidade e como certas narrativas são aceites sem sequer se questionarem.

Esta ideia está relacionada ao que teóricos como Jacques Rancière² defendem: a estética pode ser um mecanismo pelo qual o poder e a política se tornam invisíveis ao normalizar uma determinada visão do mundo, ao definir o que pode ou não ser visto ou experimentado. No contexto de eventos como a Volta a Portugal, a ideologia estética pode, por exemplo, criar uma visão idealizada de unidade nacional ou coesão territorial através da forma como o percurso é representado ou experienciado visualmente.

¹ Do capítulo *Space, Politics and Aesthetics* (Dikeç 2015, 12-38).

² Citado por Dikeç (2015, 33-36).

De acordo com segundo Mutter (2022), a ideologia cinestésica vai além da estética, abrangendo a dimensão sensorial do movimento e da mobilidade. Segundo o autor, a cinestesia refere-se às sensações físicas associadas ao movimento e à posição do corpo no espaço. No caso da ideologia cinestésica, esta abordagem foca-se na forma como o movimento, o deslocamento e as experiências corporais, como correr, pedalar ou percorrer um território, constroem as percepções e crenças políticas e ideológicas.

Por exemplo, as experiências sensoriais de movimento ao longo dos percursos da Volta (subir montanhas, percorrer diferentes regiões) contribuem para a criação de narrativas políticas e territoriais. A forma como os ciclistas, o público e até os espectadores experimentam fisicamente o evento desportivo pode reforçar ou contestar ideias de unidade territorial, identidade nacional e integração espacial. A ideologia cinestésica argumenta que as ideias e crenças não são apenas construídas pelo que vemos ou ouvimos, mas também pelas sensações e pelo movimento do corpo no espaço.

Em resumo, enquanto a ideologia estética opera na organização e percepção sensorial do mundo de forma visual e espacial, a ideologia cinestésica acrescenta a dimensão do movimento e da experiência corporal como fundamentais para a constituição de crenças e percepções ideológicas.

A criação da Volta: a competição entre jornais

A Volta a Portugal foi criada em 1927 pelos jornais desportivos *Os Sports* e o *Diário de Notícias*. É a imprensa escrita que, no início do século xx promove, divulga e organiza as principais competições desportivas. A primeira Volta a Portugal em bicicleta é inspirada pelo Tour de França que se realizou pela primeira vez em 1903. O Giro de Itália é criado em 1909 e, por último, a Vuelta de Espanha em 1935.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

Tabela 1 – Data da criação das Voltas Nacionais –
o Tour de França, o Giro de Itália, a Volta a Portugal e a Vuelta a Espanha.

	O Tour	Il Giro	A Volta	La Vuelta
Data 1. ^a realização	1-19 de julho 1903	13-20 de maio 1909	26 abril a 15 maio 1927	29 abril a 15 maio 1935
Organizador	<i>L'Auto</i>	<i>La Gazzetta dello Sport</i>	<i>Os Sports e Diário de Notícias</i>	<i>Informaciones</i>
Interrupções	1915-1918 1940-1946	1915-1918 1941-1945	1928-1930 1936-1937 1942-1945 1953-1954 1975	1937-1940 1943-1944 1949 1951-1954
N.º de etapas Km da corrida	6 etapas 2 428 Km	8 etapas 2 448 Km	18 etapas 1 958 Km	14 etapas 3 425 Km
Cidade partida	Paris	Milão	Lisboa	Madrid
N.º de corredores	60	127	37	50

O anúncio da realização da Volta a Portugal em 1927 provocou uma reação de crítica nos jornais concorrentes *Sporting* e *O Sport de Lisboa*, estendendo-se também à União Velocipédica Portuguesa (UVP) por apoiar oficialmente o evento. A disputa entre os jornais originou uma série de artigos críticos que dialogavam entre si, refletindo o conflito de interesses. Inicialmente, a revista *Sporting* anunciou a organização da Volta, mas posteriormente o *Diário de Notícias* e *O Século* também lançaram a sua própria versão da corrida, levando a uma competição acirrada pela hegemonia do evento (Moreira 1980, 105).

As críticas ao mau estado das estradas e à falta de preparação dos corredores foram centrais nas publicações. Os jornais patrocinadores da Volta criam, em contraposição, a uma narrativa de inclusão, transmitindo uma imagem de unidade nacional, de grande solidariedade perante as dificuldades existentes em cada uma das regiões para que o evento sucedesse.

Os jornais concorrentes acusavam a União Velocipédica de Portugal (UVP) de organizar uma corrida mais focada em interesses comerciais do que desportivos, desvalorizando a integridade do desporto amador. A acusação de

que a corrida se tornaria um desfile de marcas comerciais, com ciclistas transformados em «caixeiros-viajantes», refletia a preocupação com a perda de autoridade da UVP e a ameaça à soberania do ciclismo no Norte de Portugal³. Este contexto levou à formação de uma nova União Federativa Ciclista do Norte, que procurava maior autonomia na organização de corridas regionais.

A crónica do jornal *O Sport de Lisboa*, assinada por «Pedal X»⁴ chega a comparar os ciclistas ao cavalo do Tanganho, vencedor de uma corrida hípica em 1925, utilizando metáforas na comparação dos ciclistas com as montadas para criticar o estado das estradas e a falta de preparação dos corredores. A narrativa destacava o sacrifício e o sofrimento dos ciclistas no enfrentar de «caminhos de cabras», exacerbando a crítica às más condições das infraestruturas. Além disso, argumentava que a realização da prova beneficiaria apenas a venda de jornais e bicicletas, sem considerar a segurança e o bem-estar dos participantes.

A disputa entre os jornais e as críticas à UVP evidenciam a centralidade do espetáculo das corridas de bicicleta na competição mediática, onde a retórica emocional e as metáforas dramáticas são usadas para influenciar a opinião pública na perceção do evento. A narrativa de sacrifício e desafio físico acentuava a crítica às condições da prova e à organização, questionando a legitimidade e os verdadeiros objetivos da Volta a Portugal.

Em 1927, a disputa e rivalidade entre os jornais de Lisboa e do Porto chegou mesmo ao ponto de se assistirem, no mesmo ano, a duas voltas a Portugal: a que vingou, realizada em abril com o apoio da estrutura federativa, e a outra em maio, realizada pelo jornal *Sporting* do Porto. Não obstante a popularidade alcançada, em termos económicos, o encargo de qualquer uma das voltas terá sido de tal ordem que nos três anos seguintes não é organizada por nenhum dos jornais. A segunda edição acontece em 1931 já não em abril, como a primeira, mas nos meses de verão, como todas as que se seguiram.

A competição entre os jornais, sobre o evento desportivo, é representada por uma pluralidade de vozes e a realização de duas voltas reflete a tentativa de diferentes entidades reivindicarem autoridade no espaço desportivo.

Em França, logo na primeira edição de 1903, o sucesso económico levado a cabo pelo jornal *L'Auto* com a criação do *Tour*, poderá ser explicada muitos

³ *O Sport de Lisboa*, 15 de abril de 1927.

⁴ *O Sport de Lisboa*, 1 de abril de 1927.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

fatores, dos quais destaco os seguintes: a expressão *Tour* tem conotações históricas, políticas e sociais⁵, a população francesa para além de ser maior tem, no ano de 1900, uma taxa de alfabetização superior a 80%, enquanto em Portugal no ano de 1930 a taxa ronda os 40%. As notícias da Volta eram afixadas nas praças principais das cidades possibilitando a leitura partilhada das notícias por parte de quem sabia ler.

Tabela 2 – Taxas de alfabetização – desde o ano de 1900 até 2010⁶

Nação	1900	1910	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2010
França	83,5	88,1	94,7		96,5	96,6	97,0	98,0	99,0	99,0
Portugal	26,6	30,9	39,8	49,6	55,9	61,9	71,0	79,4	87,9	95,2

A precariedade económica da organização do evento pode ser analisada através da variedade de organizadores. A Volta, com quase 100 anos de existência, já foi organizada por 14 entidades distintas e foi, até aos anos 70, um projeto coletivo que assentou em solidariedades institucionais efémeras e precárias, cujas alterações de produção se devem à experimentação seguindo uma lógica de ensaio e erro na luta pela sua sobrevivência (Santos 2011).

Tabela 3 – Entidades organizadoras da Volta a Portugal e datas de interrupção

<i>Diário de Notícias e Sports</i> – Raul Oliveira	1927
Interrupção	
<i>Diário de Notícias e Sports</i> – Raul Oliveira	1931-1935
Interrupção – Guerra Civil de Espanha	
<i>Diário de Notícias e Sports</i> – Raul Oliveira	1938-1939
C.A.C.O. (Clube Atlético de Campo de Ourique) – Raul Oliveira	1940-1941
Interrupção – II Guerra Mundial	

⁵ Ver Campos (2003, 153 e seguintes) e Thompson (2006, 51-76).

⁶ Fontes: Literacy rates of adult total (% of people ages 15 and above) – <https://www.hbs.edu/businesshistory/Documents/historical-data/literacy.xls>

<i>Diário de Notícias e Mundo Desportivo</i> – Raul Oliveira	1946
Sport Lisboa e Benfica – Raul Oliveira	1947
UVP-FPC – Raul Oliveira	1948-1949
<i>Diário do Norte</i> – Raul Oliveira / Rodrigues Teles	1950-1951
<i>Diário do Norte e Norte Desportivo</i> – Anacleto da Ponte	1952
Interrupção – Falta de organizador	
UVP-FPC e <i>Mundo Desportivo</i> – Anacleto da Ponte	1955
UVP-FPC – Anacleto da Ponte	1956-1957
<i>Diário Ilustrado</i> – Justino Lopes	1958-1960
UVP-FPC	1961-1964
<i>Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Mundo Desportivo</i>	1965
UVP-FPC	1966-1970
Sonarte/Publirama – G.P. Robialac	1971-1973
UVP-FPC	1974
Interrupção – pós 25 de Abril de 1974	
UVP-FPC	1976-1981
<i>Jornal de Notícias</i> – Serafim Ferreira	1982-2000
PAD e Unipublic – Joaquim Gomes	2001-2002
PAD/João Lagos Sport – Joaquim Gomes	2003-2008
Podium – Joaquim Gomes	2003-2019
UVP-FPC	2020

A organização do Tour, por oposição à da Volta, caracteriza-se por uma grande estabilidade ao nível das entidades responsáveis pela sua produção (Boury 1997). O Tour foi inicialmente organizado pelo jornal *L'Auto*, que assim ultrapassa as vendas do rival *Le Vélo*. A ideia para a corrida surgiu de Henri Desgrange, editor do *L'Auto*, e do jornalista Géo Lefèvre. O amarelo do jornal irá distinguir a cor da camisola vencedor da prova dos demais corredores. Após a Segunda Guerra Mundial, a corrida foi organizada pela *Société du Tour de France*, uma subsidiária do *L'Équipe* que, por sua vez, é o sucessor do *L'Auto*. Desde 1992, a corrida tem sido organizada pela *Amaury Sport Organisation* (ASO), uma subsidiária do grupo de *media* Éditions Philippe Amaury (Boeuf & Léonard 1998). A ASO organiza para além do Tour de France,

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

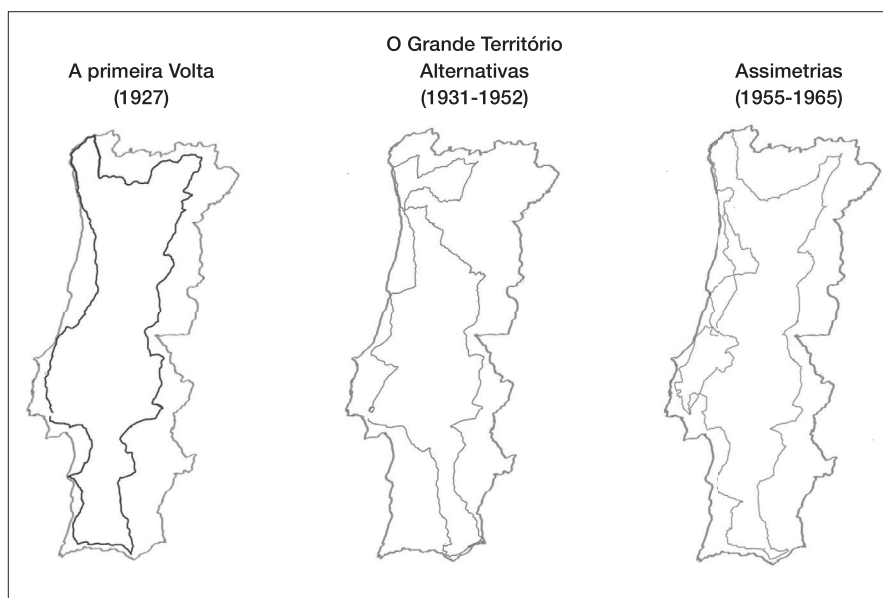
o seu evento principal, o Giro de Itália e a *Vuelta* de Espanha. As alterações de produção do Tour fazem parte de um plano estratégico que sempre visou a sua rentabilidade económica e o aumento de competitividade da prova desportiva (Boury 1997).

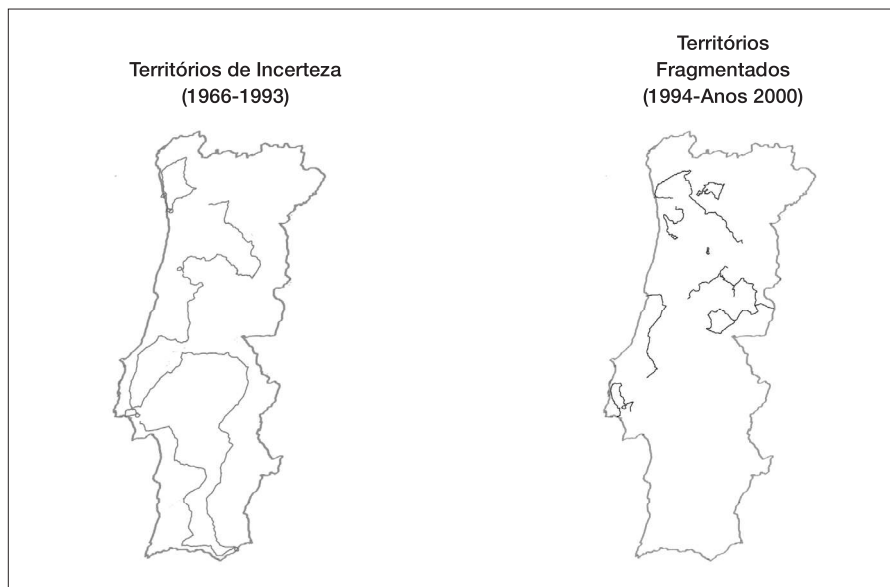
A Volta, através da pluralidade de atores em cada região e da participação de várias entidades, mesmo seguindo uma lógica de ensaio e erro, consegue sobreviver graças à relevância da sua popularidade num contexto de solidariedades institucionais efémeras e precárias, mas que apesar de tudo asseguram a continuidade do evento (Santos 2011).

As primeiras Voltas

O primeiro percurso de 1927 segue paralelo à linha da fronteira do continente português que, por sua vez, simboliza os contornos da pertença nacional. Quando os organizadores da Volta fazem da fronteira um recurso simbólico da corrida nacionalizam uma corrida de bicicletas, inventam o Tour dos portugueses (Santos 2011).

Tabela 4 – Tipologia dos desenhos dos percursos da Volta





Para realizar a primeira Volta a Portugal, o *Diário de Notícias* contava já com a experiência da realização do *Circuito Hípico de Portugal*. Este evento teve grande popularidade graças à disputa levada a cabo entre um cavaleiro militar, que usou três montadas, e um cavaleiro civil, José Tenganho, que ganhou o circuito usando unicamente o seu próprio cavalo (Santos 2011).

Dar a volta a um país, seguindo um percurso junto à fronteira continental de Portugal, tem um significado político e social para qualquer competição desportiva, seja ela realizada a cavalo ou de bicicleta. É o percurso que dita, nestas primeiras décadas, a distinção desta corrida de bicicletas face às demais. A Volta, seguindo os contornos da pertença, gera um movimento centrípeto que intensifica a produção de discursos sobre nós próprios, sobre a grande comunidade cujo território os ciclistas percorrem. Um ritual que sucede, ano após ano, graças ao reforço do drama da competição desportiva.

O primeiro ciclista a vencer a Volta a Portugal em bicicleta é António Augusto Carvalho, mas nos anos seguintes são as rivalidades protagonizadas entre José Maria Nicolau, do Sport Lisboa e Benfica (SLB), e Alfredo Trindade, do Sporting Club de Portugal (SCP), que animam e adensam o folhetim em que se tornam as notícias diariamente afixadas nas praças das cidades

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

(Júnior 2006). Nas primeiras décadas da Volta, a rivalidade entre os clubes não só alimenta a paixão dos adeptos pelo ciclismo, como recrudesce a pluralidade de identidades e emoções, dando conta da complexidade da nação portuguesa, não obstante a unidade nacional sugerida pelo percurso da Volta.

Na Volta a Portugal, a competição entre Nicolau e Trindade não se esgota no confronto desportivo, a *performance* cinestésica captura a imaginação do público e envolve os espectadores numa experiência sensorial e emocional intensa. A roda da bicicleta, ainda existente no emblema do SLB, representa essa ligação profunda entre o corpo em movimento, a identidade clubística e a celebração cultural.

A década de 1930 revela uma tentativa de conectar diversas regiões do país, promovendo não apenas o desporto, mas também a coesão nacional. A inclusão de cidades como Beja, Porto, Castelo Branco e Bragança no itinerário sublinha a intenção de integrar o país rural e urbano, criando uma rede de participação e apoio popular.

A expansão internacional da Volta, com etapas em Espanha, como a ligação Porto-Vigo, gera grande entusiasmo e participação, evidenciando o impacto transfronteiriço do evento⁷. Dado o controlo de fronteira que neste tempo existia, esta expansão pode ser interpretada como um ato de liberdade e intercâmbio cultural, ampliando a escala e a identidade da Volta para além das fronteiras nacionais. A receção calorosa em Vigo exemplifica as formas criativas que o evento elabora face ao contexto político de pouca abertura ao exterior.

Não obstante a expansão do evento, com itinerários que incluem novas cidades, os desafios logísticos continuam, bem como o mau estado das estradas, que propicia tiradas irónicas nos jornais com a que se segue, sobre a poeira que se levanta à passagem dos ciclistas.

⁷ O Século, 6 de setembro de 1932.



Figura 1 – Desenho de Stuart.
Sempre Fixe, 24-08-1939.
Espólio do Museu do Desporto, IPDJ.



Figura 2 – O ciclista fatigado (Ilberino dos Santos).
Sempre Fixe, 24-09-1931.
Espólio do Museu do Desporto, IPDJ.

Nestes primeiros anos de itinerários fechados, extensos e circulares, a produção na corrida nem sempre é consonante com as necessidades de competitividade que o espetáculo necessita e, por isso, são criadas regras e normas para acelerar os ciclistas. A ironia dos *media* será sempre um dos vigilantes ao ritmo da corrida.

A maior parte das notícias, apesar de sujeitos à censura, são de tal modo descritivos que devem parecer inofensivos aos censores, até porque são complementados com descrições da beleza paisagística. Não obstante, a censura não deixa de ser sentida no controlo dos meios de comunicação. Nas redações o regime funciona como uma entidade coletiva e onnipresente no quotidiano de trabalho dos jornalistas⁸.

Se interpretarmos a Volta, nestes primeiros anos através da perspectiva da ideologia estética (Dikeç 2015, 12-38), a Volta a Portugal, enquanto grande evento cultural, serve não apenas como uma competição desportiva, mas oferece um retrato da dinâmica sociopolítica do país. Os desenhos dos itinerários e mapas que se publicam tanto enfatizam a criação de um sentido partilhado de beleza e significado das paisagens atravessadas, como também prosperam nos jornais concorrentes uma pluralidade de perspetivas ligadas com as

⁸ Da história de vida de Fernando Emílio, jornalista de *A Bola*, realizada em julho de 2006.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

más condições dos percursos e, por consequência, do fraco ritmo que assim se impõe ao pelotão. Durante a ditadura, a Volta pode ter sido entendida como instrumento de promoção de uma narrativa singular, que enfatiza a unidade nacional. No terreno, a novidade do evento acaba por proporcionar narrativas com pontos de vista alternativos, associados a uma diversidade de vozes que se focam não apenas na competição desportiva, mas essencialmente nas condições de realização, no território da disputa que diz respeito à infraestrutura de ligação entre vilas e cidades, na descrição dos lugares pobres que a Volta atravessa e do povo que à beira dos caminhos assiste à corrida.

Neste contexto e paradoxalmente, durante os anos da ditadura, a corrida terá contribuído para o enriquecimento da vida política porque, se por um lado, reforça uma identidade nacional unificada que até parece ir ao encontro do desejo do regime de impor padrões fixos e reduzir o espaço para a dissidência; por outro, proporciona um espaço onde diferentes interpretações e experiências puderam surgir subtilmente, especialmente na forma de como as pessoas se envolveram com a corrida, celebraram vitórias ou narraram as suas experiências.

Apesar dos esforços do regime, o espaço mediático da Volta permitiu a expressão de uma pluralidade de vozes, reveladora da natureza dinâmica e multifacetada da vida política, mesmo em ambientes repressivos. Assim, as narrativas da Volta a Portugal ao longo das primeiras décadas podem ser vistas como um campo de batalha entre a unidade que se pretende e a diversidade irreprimível da experiência e expressão mediática.

Assimetrias

A popularidade crescente do ciclismo explica a construção de novas pistas como Alpiarça, Loulé e Sangalhos, revelando a disparidade da prosperidade, concentrada que estava na linha litoral entre Lisboa e Porto. As notícias da Volta a Portugal mostram uma assimetria económica entre o litoral, com os seus circuitos bem estruturados e festivais de pista, e o interior, onde os desafios logísticos e de falta de infraestruturas subsistem (Santos 2011). À luz da interpretação das teorias de Dikeç (2015) sobre a relação entre espaço, política e estética, a ideologia opera através da distribuição espacial de evidências sensíveis, naturalizando e ordenando a perceção dos espaços. Por um lado,

a concentração de etapas da Volta no litoral, que possui melhores infraestruturas, reforça a centralidade dessas áreas e a disparidade em relação ao interior. Por outro, as comparações que são feitas sobre o litoral e o interior constituem um desafio narrativo porque dão conta de um desenvolvimento regional pouco equilibrado, revelando as desigualdades sociais e territoriais.

As memórias de Alves Barbosa⁹, ao descrever as dificuldades enfrentadas nas estradas poeirentas do interior, ilustra como a mobilidade e as condições das estradas influenciam a experiência dos ciclistas, bem como a percepção do evento. Este enfoque nas sensações de movimento e nas dificuldades do terreno reforça a ideia de que a ideologia não é apenas uma questão estética, mas também cinestésica. As sensações de movimento e a experiência física dos ciclistas nas estradas do interior contrastam com as condições mais favoráveis do litoral, destacando as desigualdades territoriais e a necessidade de um desenvolvimento de infraestruturas mais equilibrado.

As descrições detalhadas dos percursos e das condições adversas enfrentadas pelos ciclistas ajudam a construir uma narrativa de resistência e superação, que é central à identidade do evento. Este enfoque questiona o discurso ideológico do regime salazarista, que promovia uma visão idílica do Portugal rural e bucólico, em contraste com a realidade dura e frequentemente precária das infraestruturas (Rosas 1994, 53).

Pelas notícias do evento também se dá conta da dissonância entre a integração de Portugal em organizações internacionais e a defesa dos seus impérios coloniais, enquanto enfrenta uma emigração em massa, pode ser explicada através de vários fatores políticos, económicos e sociais. Em primeiro lugar, a adesão de Portugal à EFTA e à OCDE na década de 1960 representava uma tentativa de modernização e de inserção na economia global, procurando benefícios económicos através do comércio livre e da cooperação internacional (Marchueta 2002). No entanto, esta integração contrastava com a política colonial do país, que se mantinha fiel à defesa dos territórios ultramarinos. Esta contradição revela um esforço para manter uma imagem de modernidade e desenvolvimento económico ao nível internacional, enquanto internamente o regime salazarista permanecia conservador, tentando preservar um *status quo* colonial que estava a ser cada vez mais contestado no cenário global (Rosas 1994, 41ss).

⁹ Da história de vida de Alves Barbosa realizada em abril de 2006, em Montemor-o-Velho.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

Ao mesmo tempo, Portugal enfrentava uma enorme pressão demográfica e social que resulta num surto de emigração para países europeus mais prósperos, como França e Alemanha (Santos 2011, 111). Esta emigração, em parte ilegal, era motivada pelas difíceis condições económicas e pela falta de oportunidades no país, que contrastavam com as promessas de prosperidade oferecidas pela integração em organismos internacionais. A saída em massa de portugueses para outros países europeus criou uma «nova fronteira» de identidade e legitimidade, transcendendo as antigas fronteiras nacionais e indicando uma busca por melhores condições de vida fora do território nacional (Rosas 1994, 99-100).



Figura 3 – Não seja tolo!!! (Martinez).
Mundo Desportivo, 15-08-1955.

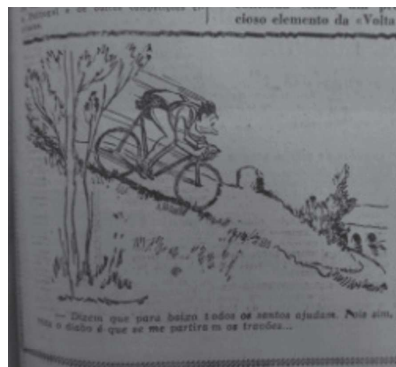


Figura 4 – Não seja tolo!!! (Martinez).
Mundo Desportivo, 15-08-1955.

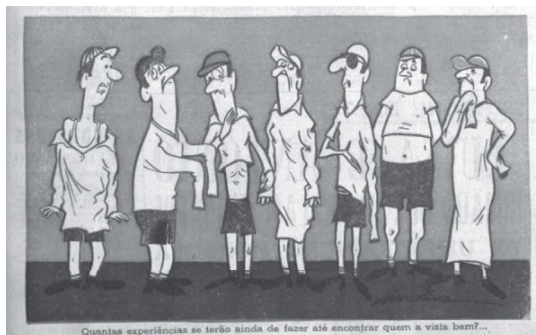


Figura 5 – Quantas experiências se terão ainda de fazer até encontrar quem a vista bem? (Martinez). *Mundo Desportivo*, 12-08-1959.

Esta situação também expõe a fragilidade da ideologia nacionalista e colonial promovida pelo regime, que não conseguia reter a população dentro do país devido à estreiteza de valores de imobilismo e perenidade de *status*. Os manuais escolares e a propaganda oficial pintavam uma imagem de uma nação estável e próspera, mas a realidade económica e social era bem diferente. Esta dissonância entre a narrativa oficial e a experiência vivida pela população contribuiu para a emigração em busca de melhores condições de vida, questionando assim a legitimidade do regime e a sua capacidade de proporcionar prosperidade e segurança (Rosas 1994, 157ss).

A Volta a Portugal, nestes anos, enfrenta um período de incerteza e de indefinição devido à saturação dos itinerários e à falta de qualidade das estradas, refletindo as tensões existentes entre a unidade propalada e a desigualdade realmente sentida. Esta situação sublinha a complexidade das relações entre mobilidade, espaço e ideologia, mostrando como eventos desportivos tanto podem consolidar e reforçar as desigualdades e estruturas existentes, como também têm o potencial de catalisar mudanças significativas, promovendo maior equidade e inclusão social e territorial.

A Volta, com as suas constantes variações de percurso e a inclusão de novas cidades, promoveu a interação entre diferentes regiões, alargando a escala da memória coletiva associada ao evento. Por exemplo, ao incluir percursos que atravessavam a fronteira com Espanha, como as etapas que ligavam o Porto a Vigo e Vigo a Viana do Castelo, reconfigura a perceção territorial e amplia a identidade nacional para além das fronteiras tradicionais. Esta estratégia mediática não só aumenta a visibilidade e a popularidade do evento, como também reforça a ligação cultural e histórica entre as duas nações ibéricas.

Territórios de incerteza (1966-1993)

O itinerário da Volta a Portugal divide-se entre locais que já são conhecidos pela prática do ciclismo, possuindo velódromos e pistas onde se realizam festivais que financiam a prova, situados no litoral entre Lisboa e Porto, e as montanhas, onde a incerteza do resultado desportivo garante a promoção do espetáculo. Um desafio para os organizadores é que as áreas de alta montanha não possuem vilas que possam igualmente sustentar economicamente a prova, como é o caso do Alpe d'Huez em França. A etapa das Penhas da

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

Saúde entrou no percurso em 1968, a da Torre em 1971, seguida pela Sr.^a da Graça em 1979 (em 1978, a etapa terminou em Mondim de Basto sem subir o Monte Farinha).

Entre 1966 e 1973, o traçado da Volta adquiriu uma identidade própria, desvinculando-se dos contornos simbólicos da pertença ao território nacional, um processo já observado na França desde 1950 (Boury 1997, 191). Os novos traçados, caracterizados por grandes diagonais, passaram a incluir novos locais, mantendo, no entanto, cidades como Lisboa e Porto como pontos fixos no percurso da Volta. Com três décadas de existência, a Volta incorporou agora locais como Sangalhos e Alpiarça, onde a identidade está ligada ao ciclismo, com a indústria e o comércio de bicicletas garantindo emprego para parte da população, como no caso de Sangalhos, e com o velódromo marcando a paisagem (Santos 2011).

O afastamento do desenho do itinerário da Volta dos contornos da fronteira deve-se mais à sobrevivência do ritual do que a uma intenção específica por parte da organização. A realização da Volta durante a década de 60, por falta de organizador privado, fica a cargo da Federação de Ciclismo de Portugal (UVP-FCP). A Volta necessitava de muitos apoios, e era difícil conseguir financiamento. Se atualmente conta com publicidade e patrocínios, na época isso só acontecia quando eram os jornais a organizá-la, com secções de publicidade paga¹⁰.

À medida que o itinerário evolui para etapas de montanha caracterizadas pela incerteza e pela imprevisibilidade de resultado desportivo, tentando que esta mudança assegure pluralidade e diversidade na visibilidade mediática do evento. A montanha para além da incerteza do resultado desportivo propicia a ampliação do julgamento estético destes novos territórios. A denominação de «etapa rainha» à etapa da Serra da Estrela por parte dos *media*, pode ser interpretada como uma forma de enaltecimento e personificação da paisagem, onde a natureza assume um carácter majestoso e quase soberano. Esta nomeação confere à Serra da Estrela um *status* especial, destacando-a como a etapa de maior desafio e prestígio da competição. A «etapa rainha» não é apenas uma descrição objetiva da dificuldade, mas uma atribuição simbólica que humaniza e embeleza a paisagem, atribuindo-lhe uma qualidade quase régia que exige respeito e admiração.

¹⁰ Da entrevista realizada a Guita Júnior em julho de 2007.

A humanização da estética da paisagem, como é o caso da Serra da Estrela, insere-se numa tradição de personificar elementos naturais, conferindo-lhes características humanas ou divinas¹¹. Este processo reflete a forma como a estética da paisagem é percebida não apenas visualmente, mas também emocionalmente e culturalmente. Ao chamarem a etapa de «rainha», projeta-se na paisagem uma narrativa de poder, desafio e beleza sublime, que transcende a mera geografia e se torna uma parte integral da experiência humana e da narrativa coletiva do evento. Este tipo de adjetivação estética interliga os ciclistas, o público e a própria natureza, criando um cenário onde a paisagem é tanto um adversário quanto um parceiro na criação de uma narrativa épica.

A Volta ganha uma identidade própria. Os contornos da pertença continuam no mapa, mas é no interior desse território que a volta ganhará novos sentidos, nomeadamente quando, nos anos seguintes, as etapas se desligam entre si e passam a ser trajetos fragmentados e autónomos.

Assegurada a competitividade, abandonaram-se alguns locais que até então tinham dado apoio financeiro, a entrada em território inóspito, como o da Serra da Estrela, exigiu procurar novos apoios financeiros. Os primeiros anos de subida à Torre foram então garantidos por organizações privadas ligadas à publicidade, a Publirama e a Sonarte, que até organizaram a Volta entre 1971 e 1973. Além da Volta, as equipas também já tinham o apoio financeiro de empresas extradesportivas como o Gás Cidla, a Robbialac e o Atum Bom-Petisco, que usavam a Volta para promover seus produtos aproveitando as novas formas de visibilidade do evento, que já aparecia em resumos televisivos. O crescimento do consumo também se refletia no aumento do número de cartas de condução e na diminuição das licenças de bicicleta desde 1958, juntamente com o aumento dos anúncios de marcas de automóveis (Santos 2011, 188).

À medida que os patrocínios e as marcas se tornaram mais proeminentes, o foco do evento desloca-se para interesses comerciais. Esta mudança mostra como os sentimentos nacionalistas associados à Volta tendem a nublar a influência corporativa que, por sua vez, ficará em suspenso durante os anos da Revolução.

A década de 70 foi marcada, a nível político interno, pela revolução do 25 de Abril de 1974 e o início da descolonização. Ao nível externo, a primeira crise

¹¹ Ver texto de *O Tour de França como Epopeia* de Roland Barthes (1978).

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

do petróleo provocou um período de recessão económica mundial. O território nacional redefiniu-se, e a nova fronteira deixou de seguir o traçado geográfico, histórico, político, defensivo e administrativo conhecido há séculos, para acompanhar as necessidades de criação de grandes espaços políticos, de defesa e de mercado, de flexibilização das trocas e dos fatores de produção, de fluidez financeira, de mobilidade humana e de rapidez das comunicações de todo o género (Marchueta 2002, 18).

Nas décadas de 60 e 70, os anos de 1976 e 1977 apresentaram os itinerários mais curtos, com a prova localizada no Norte e Centro do país, e o Sul sendo contemplado apenas com uma etapa em 1975. Pela primeira vez, a Volta deixou de fora as grandes cidades de Lisboa e Porto. Em 1975, devido aos problemas ocorridos em 1974, a Volta não se realizou. A Federação viveu um período de instabilidade de liderança. Melo de Carvalho propôs a criação de um Plano de Desenvolvimento para o ciclismo, que foi interrompido pelas eleições legislativas de 1976, quando o Partido Socialista ganhou, acabando com os programas existentes¹².

As alterações nos itinerários da Volta durante a década de 1970, particularmente nos anos que se seguiram à Revolução de 25 de Abril, podem ser vistas como uma interação complexa entre os ideais revolucionários da época e um desejo profundamente enraizado de preservar a realização do evento, que não necessariamente de reafirmar a identidade nacional no meio da «turbulência». Se, por um lado, a reconfiguração do território nacional e do panorama socio-político sugerem uma mudança para novos ideais, os ajustes nos itinerários da Volta – centrando-se nas regiões Norte e Centro, evitando Lisboa e Porto – podem, pelo contrário, representar um regresso ao tradicional, a espaços familiares que ecoam uma memória coletiva e identidade histórica. Este regresso, especialmente no contexto da Revolução e do processo de descolonização, pode ser interpretado como uma tentativa de ancorar a nação no seu passado durante um período de incerteza, em vez de abraçar plenamente os ideais revolucionários de criação de um futuro radicalmente novo.

Neste contexto, as criações de sentido através de novos espaços de encontro podem aqui ser considerados contraditórios. Os espaços políticos não são inteiramente novos, mas de certo modo reativam e reafirmam aqueles que fazem parte da memória coletiva portuguesa e da continuidade histórica.

¹² Da história de vida de Alves Barbosa realizada em abril de 2006, em Montemor-o-Velho.

O facto de a Volta evitar as grandes cidades e se focar nas áreas regionais mais pequenas pode ser interpretado como uma reafirmação do passado – aproximando o evento das raízes da identidade nacional, das tradições rurais e das narrativas históricas anteriores à Revolução. Pode, no entanto, também ser visto como uma reorganização seletiva que eleva áreas tradicionais e historicamente significativas acima da aspiração revolucionária de reformar inteiramente as estruturas sociais. Assim, os itinerários de Volta na década de 1970 podem ser vistos como um reflexo da tensão entre os ideais revolucionários da época e um impulso conservador para preservar um sentido de continuidade e identidade enraizado no passado.

A década de 80 marcou uma mudança significativa na organização e no propósito da Volta a Portugal, indo ao encontro de uma outra dinâmica social, económica e política característica desta época. Este período pode ser interpretado como um período de consolidação e adaptação, onde os itinerários e a estrutura da Volta respondem às novas realidades trazidas pelo fim da Guerra Colonial e pelas mudanças socioeconómicas que se seguiram. O afluxo de 500 000 pessoas das ex-colónias, juntamente com o regresso dos emigrantes em 1980 devido às crises económicas no estrangeiro, provocadas pela crise do petróleo, alteraram significativamente a paisagem urbana e o tecido cultural de Portugal¹³. A Volta, agora sob a gestão estável do *Jornal de Notícias*, adaptou-se a estas mudanças alinhando a sua programação com os feriados de agosto e com os ritmos das férias de agosto e do regresso dos emigrantes, garantindo assim o máximo envolvimento local e participação do público¹⁴.

Este período assistiu também a uma mudança pragmática na forma como a Volta foi organizada, com os fatores económicos e desportivos a tornarem-se os principais impulsionadores da seleção do percurso. A crescente influência das autarquias, no acolhimento do evento, pagando a partida ou a chegada de cada uma das etapas, reflete uma descentralização do poder e uma comercialização do evento. Esta mudança, de conjugação de prioridades económica e desportiva significa nova adaptação da Volta às realidades impulsionadas pelo mercado dos anos 80. A aposta no Norte de Portugal e o evitar da região do Alentejo podem ser vistas como uma decisão estratégica para servir regiões

¹³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Portugal 1935-1985*.

¹⁴ Da história de vida de Serafim Ferreira realizada em julho de 2006, em Vila Nova de Gaia.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

com maior densidade populacional e maiores incentivos económicos. O foco da Volta no Norte e a influência dos incentivos financeiros reflete uma tendência mais ampla para a tomada de decisões orientada para o mercado, e é um indicador das políticas económicas neoliberais que ganharam proeminência a nível mundial durante a década de 1980. Este período representa, portanto, um equilíbrio entre a manutenção do significado cultural tradicional da Volta e a adaptação às novas realidades económicas e sociais do Portugal pós-colonial. Para além disso, a inclusão da Volta na competição internacional da UCI trouxe novos regulamentos, como os dias de descanso obrigatórios, o que influenciou ainda mais a duração e a estrutura dos itinerários.

Itinerários fragmentados – desde 1994

A partir dos anos 90, os itinerários são caracterizados por percursos mais curtos e intensos, desligados entre si, ou seja, a partida de nova etapa pode ser a quilómetros da chegada da anterior. Dadas as profundas alterações provocadas pelos avanços nas tecnologias de comunicação, pela expansão da rede de estradas e autoestradas e pelo início da era digital, a fragmentação dos itinerários na Volta a Portugal exige uma análise mais matizada que tenha em conta estes fatores. De novo, o evento adapta-se para sobreviver no seio das complexidades de um mundo digitalmente ligado e em rápida evolução.

No contexto das modernas tecnologias e infraestruturas de comunicação, a fragmentação dos itinerários da Volta pode ser vista não apenas como uma resposta às pressões económicas ou desportivas, mas como um reflexo da descentralização e da democratização mais amplas da informação e da mobilidade. A expansão das redes rodoviárias e autoestradas reduziu as barreiras geográficas, permitindo que a Volta pudesse alcançar lugares anteriormente inacessíveis e integrá-los na narrativa nacional. A Volta a Portugal, tal como muitas outras grandes competições de ciclismo, é um evento que equilibra tradição e modernidade. O percurso da Volta, fragmentado, mas coeso, reflete a forma como a tecnologia permitiu um novo tipo de unidade nacional – que não é centralizada, mas sim distribuída por vários locais, cada um contribuindo para a experiência global.

No entanto, muito embora a corrida tenha as suas raízes num tempo em que a bicicleta representava uma conexão pioneira entre diferentes regiões,

atualmente, o evento é apoiado por uma infraestrutura moderna, que inclui uma caravana de automóveis que garante a vigilância da corrida, a logística e a cobertura mediática. Isso reflete uma adaptação às exigências contemporâneas, onde a segurança dos ciclistas em estradas modernas e movimentadas se torna uma prioridade. A presença de uma caravana de automóveis não diminui o valor da Volta como evento desportivo, mas sublinha a complexidade de organizar uma corrida de grande escala num ambiente onde a infraestrutura se tornou uma ameaça às deslocações de bicicleta. A corrida, apoiada por essa caravana, poderia ser considerada um microcosmo da sociedade moderna, onde diferentes formas de mobilidade e tecnologia coexistem e interagem.

Nesta era digital, onde a cobertura mediática e a comunicação em tempo real desempenham um papel crucial, o itinerário fragmentado da Volta permite um maior envolvimento e visibilidade junto de um público mais vasto, ou seja, com as redes sociais deu-se uma ampliação da experiência sentida na Volta. A fragmentação do percurso, amplificada pelas tecnologias digitais, reorganiza a forma como o evento é entendido e vivenciado, não apenas pelos presentes fisicamente, mas por um público global. Cada segmento da corrida, seja numa aldeia remota ou numa grande cidade, é transmitido, *tweetado* e discutido *online*, garantindo que todas as partes do país podem partilhar a visibilidade e o significado do evento. Por hipótese, esta redistribuição da atenção desafia as hierarquias tradicionais de importância, dando igual peso a diversas regiões e comunidades. Alargam-se, deste modo, as possibilidades de interação e comunicação, traduzindo-se em experiências mais inclusivas e participadas.

O itinerário da Volta, fragmentado por várias regiões, torna-se um espaço onde múltiplas narrativas e identidades podem coexistir e interagir. As plataformas digitais que cobrem a Volta permitem partilhar, discutir e celebrar essa pluralidade de perspetivas, refletindo a visão de Arendt¹⁵ de um espaço político onde diversas vozes contribuem para a criação de um mundo comum.

A evolução do itinerário da Volta acaba por não ser apenas uma resposta a preocupações práticas, mas uma manifestação de como a tecnologia e a modernidade transformaram a nossa compreensão do espaço, da visibilidade e da participação em eventos culturais e desportivos.

A Volta a Portugal de 1927 foi, de facto, um evento visionário que simbolizava a ligação quase impossível entre várias cidades, demonstrando como

¹⁵ Citada por Dikeç (2015, 20-28).

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

o país poderia ser percorrido de bicicleta numa época em que a infraestrutura rodoviária era limitada. Naquela época, a Volta representava um triunfo sobre as barreiras geográficas e tecnológicas, criando, entre outras narrativas, a de união nacional e progresso.

No contexto moderno, com o advento de automóveis, estradas e autoestradas, a bicicleta como meio de transporte em grandes distâncias não só perdeu parte do seu carácter visionário, como também se tornou uma atividade considerada perigosa devido à coexistência com veículos motorizados, mesmo em vias onde não é possível a alta velocidade. Nesse sentido, a Volta a Portugal confronta-se com um paradoxo: o evento já não representa mais a vanguarda da ligação territorial que uma vez simbolizou, mas sim um evento que, em certo sentido, desafia as condições práticas impostas pela modernidade e pelo desenvolvimento tecnológico.

Essa mudança obriga a Volta a redefinir o seu propósito e significado. Não se trata mais de demonstrar a viabilidade de percorrer o país de bicicleta, mas de preservar um legado cultural e desportivo que continua a conectar as pessoas do ponto de vista simbólico. A Volta torna-se, assim, uma celebração da história, da tradição e da resistência humana, destacando a persistência de valores como a superação e o esforço, mesmo num mundo onde a eficiência e a velocidade se tornaram as principais características de deslocamento.

A Volta reitera a importância da experiência humana e da relação direta com a paisagem, algo que o automóvel e as autoestradas, por mais eficientes que sejam, não conseguem substituir. A necessidade do evento, então, está enraizada na sua capacidade de preservar e celebrar a identidade cultural, regional e desportiva de Portugal, num contexto onde a bicicleta se transforma, paradoxalmente, apenas num símbolo de resistência à própria modernidade que antes a elevou a ícone de progresso.

Considerações finais

Este artigo procurou investigar a evolução dos itinerários da Volta a Portugal em bicicleta, abordando-os como mais do que simples decisões logísticas ou estratégicas, mas sim como manifestações de processos ideológicos complexos, envolvendo dimensões estéticas e cinestésicas. A análise desenvolvida ao longo do texto demonstrou que os percursos traçados na Volta refletem

não só as transformações económicas, políticas e sociais de Portugal, mas também operam como veículos de naturalização de perceções territoriais e de coesão nacional.

Ao longo da história da Volta, os seus itinerários têm sido utilizados para reforçar narrativas de unidade nacional e promover um sentido de identidade territorial, em consonância com os discursos dominantes de cada época. No entanto, como foi sublinhado, essas narrativas não são isentas de tensões internas. As dissonâncias que emergem da experiência cinestésica da corrida — as dificuldades logísticas, as desigualdades regionais, e os desafios geográficos — revelam fragilidades nas tentativas de criar um sentido de coerência espacial. Estas tensões apontam para a instabilidade das ideologias subjacentes, que são continuamente testadas e, por vezes, fragmentadas pela realidade vivida ao longo dos percursos.

A ideologia estética, associada à organização sensorial e espacial do evento, e a ideologia cinestésica, que se foca nas experiências sensoriais do movimento e da mobilidade, ajudam a entender como o desporto pode servir como um instrumento de poder simbólico, moldando a perceção coletiva do território e das suas fronteiras. No entanto, este processo está longe de ser homogêneo ou definitivo, uma vez que as variações nos itinerários da Volta ao longo das décadas interpelam as mudanças nas dinâmicas de poder e nas estruturas ideológicas do país.

Desta forma, conclui-se que os itinerários da Volta a Portugal não apenas acompanham as transformações do país, mas também desempenham um papel ativo na construção e questionamento das suas narrativas territoriais. Através da análise dos seus percursos, este artigo contribui para uma compreensão mais profunda da relação entre desporto, espaço e ideologia, revelando como a Volta a Portugal tem sido, ao longo de quase um século, um palco de representação e disputa sobre o que significa ser Portugal e como o território é vivido e imaginado.

Referências

- Barthes, R. 1978. *Mitologias*. Lisboa: Edições, 70.
- Boeuf, J. L., e Y. Léonard. 2003. *La république du tour de France 1903-2003*. Paris: Seuil.
- Boury, Paul. 1997. *La France du Tour. Un espace à géographie variable*. Paris: L'Harmattan.

Ideologia estética e cinestésica na Volta a Portugal em bicicleta

- Campos, C. 2003. «Beating the bounds: The Tour de France and national identity». *The International Journal of the History of Sport* 20, n.º 2: 149-174.
- Dikeç, Mustafa. 2015. *Space, Politics and Aesthetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Júnior, Guita. 2006. *História da Volta*. Lisboa: Talento.
- Marchueta, Maria Regina. 2002. *O conceito de fronteira na época da Mundialização*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Moreira, Abílio Gil. 1980. *A história do ciclismo português: no seu já um século de existência e o que tem sido a sua ligação com a velocipedia internacional*. Alcobça: Ed. do Autor.
- Mutter, Samuel. 2022. «Kin-aesthetics, ideology, and the cycling tour: the performance of territory in the Israeli Giro d'Italia». *Mobilities* 17-4, 501-516.
- Rosas, Fernando. org. 1994. *O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Ana. 2011. *A Volta a Portugal em Bicicleta: Narrativas, Territórios e Identidades*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Thompson, C. 2003. «The tour in the inter-war years: Political ideology, athletic excess and industrial modernity». *The International Journal of the History of Sport* 20, n.º 2: 79-102.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

Francisco Pinheiro

Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20, Universidade de Coimbra

Ao longo do século xx o futebol foi-se convertendo numa «forma de cultura, criada pelo coletivo de adeptos que assistem ao jogo, o discutem e analisam, num folclore que passa de gerações em gerações», tornando-se numa espécie de «telenovela sobre a relva, criadora de muitas narrativas» (Tomlinson 2013, 2). E foram vários os fatores que contribuíram para essa popularização, desde o acolhimento por parte das classes populares, a simplicidade do jogo e das regras, a incerteza do resultado, a capacidade de difusão internacional, as emoções do jogo (dentro e fora de campo), as rivalidades construtoras de sentimentos de pertença e orgulho (de escala local, regional e nacional) até ao papel difusor dos *media* (imprensa, rádio e televisão) e a relação com a política. Este artigo centra-se precisamente no âmbito destes dois últimos contextos, ou seja, da relação entre desporto, *media* e política, através da análise ao jornalismo desportivo no período revolucionário de 1974.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a fase subsequente de transição para a democracia foram dos poucos períodos da história contemporânea portuguesa em que a popularidade do futebol se viu superada pela efervescência da vida política. Nos meses seguintes à Revolução, a imprensa desportiva começou a posicionar-se do ponto de vista editorial e ideológico, em relação ao seu papel durante quase 50 anos de ditadura em Portugal. Um dos mais populares jornais desportivos, criado em 1945, o lisboeta *O Mundo Desportivo*, retratou esse momento histórico num editorial, a 22 de maio de 1974, com um título ilustrativo do momento que se vivia em Portugal: «Mãos lavadas». Nesse artigo defendia afincadamente os jornalistas e os jornais desportivos, ilibando-os das acusações de favorecimento ideológico ao regime fascista. Este género de imputações abundava entre o meio jornalístico português, que

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

vivia uma fase de perseguição, nas redações, a todos aqueles que tinham colaborado com o Estado Novo e com a Censura. Assistia-se, assim, a uma mudança radical de paradigma noticioso com a Revolução do 25 de Abril e a instauração do regime democrático e a liberdade de imprensa.

O jornalismo desportivo, na sua generalidade, viveu um período de turbulência e esperança, como praticamente todos os setores da vida portuguesa. Recordemos que no final da década de 1960, o modelo doutrinal em que tinha assentado a imprensa desportiva desde o seu início, alicerçado no princípio de «missão» e de defesa da «Causa Desportiva», começou a apresentar sinais de mudança, embora algumas questões, como a independência e isenção jornalísticas, continuassem intactas. Estes sinais estavam claramente relacionados com a chegada e consolidação do profissionalismo nas redações. Até finais da década de 1950 era ainda comum encontrar, nas linhas editoriais dos jornais desportivos, a intenção de preservar e alimentar o espírito de missão em prol do desporto português. Esta ideia seria sintetizada por Orlando Neves, no artigo «A missão da imprensa desportiva», publicado no *Remate* de 7 de junho de 1960:

É à Imprensa quem compete apontar os erros de orientação e ao mesmo tempo as soluções verdadeiras. A ela está entregue a missão de moralização dos costumes desportivos. É ela que deve desenvolver a campanha necessária para que o entendimento do Desporto seja, em qualquer grau, aquele que mais interessa ao cumprimento da sua finalidade civilizadora.

Deixou ainda uma constatação, em tom de reflexão final: «Temos verificado um certo desinteresse (ou desânimo) da parte dos jornais sobre o assunto que versamos.» Menos indiferença gerava a questão da imparcialidade e isenção jornalística, tópico recorrente nos jornais desportivos, em especial nos editoriais comemorativos das datas de aniversário desses periódicos. Geralmente, as ideias expostas baseavam-se na necessidade de os jornalistas desportivos fazerem as suas análises com o máximo de rigor crítico e neutralidade, evitando os clubismos exacerbados e o aumentar da «vala de ódios e paixões» entre os clubes, princípios que o redator Aníbal José deixaria claros no artigo «O jornalismo desportivo», publicado na capa do *Figueira Sport* de 26 de outubro de 1960. O redator reforçava a ideia de que «o jornalismo desportivo não pode nem deve ser exercido por incorrectos, faciosos e maus desportistas»

e o jornalista não pode representar «jamais o indivíduo, nem tampouco o associado desta ou daquela colectividade», devendo acima de tudo ser «o mais justo, correcto e honesto».

Cerca de dez anos depois, no «Editorial» do jornal *Centro Desportivo*, de 21 de outubro de 1969, a direção começava por afirmar que o «jornalismo é função ingrata. Exige dignidade, isenção». E, num mundo, como o desportivo, dominado por «paixões» e «fanatismo», era imperativo aos jornais não se venderem às cores clubistas e manterem-se «até ao fim verdadeiramente independentes». Porém, se num espaço temporal de praticamente uma década, o sentimento era o mesmo quanto a esta questão, o mesmo já não sucedia relativamente ao espírito de missão da imprensa desportiva. Em 5 de maio de 1970, o *Centro Desportivo* publicaria uma outra crónica, desta vez assinada por José Rocha Dinis, com o título «Jornalismo desportivo, praga que urge banir?», em que fazia um ponto da situação da imprensa desportiva portuguesa, esclarecendo diversas questões. A primeira relacionava-se com a propriedade dos jornais, na sua maioria sociedades comerciais viradas para o lucro económico. E para aumentar as vendas, «os jornais desportivos foram-se dedicando à sistemática exploração dos «casos desportivos», alargando-os a uma escala nacional», não deixando «nenhuma agressão, assembleia geral de clubes, transferência, danças de treinadores e muitas vezes a vida privada de um profissional», sem ser «espolhada em largos títulos, a muitas colunas na primeira página». Um fator que contribuiu para isso foi a concorrência, a qual «encaminhou os jornais desportivos à descoberta do possível e do imaginário para agradar aos seus leitores».

Outra questão importante para José Rocha Dinis era o facto do desporto em geral, mas o futebol em particular, se ter transformado num espetáculo, o que, interligado com o profissionalismo na imprensa, levou à exploração do espetáculo-desportivo, «mobilizador de largos milhares de pessoas, logo passível de grandes lucros». Relativamente ao papel dos jornais, segundo Rocha Dinis, «o jornalismo desportivo nada mais é que um espelho do meio em que vive», embora reconhecesse que os jornais desportivos talvez «pudessem fazer algo para a modificação desta mentalidade», mas tal «não lhe compete» – esta reflexão era o exemplo de que «o espírito de missão» da imprensa desportiva estava no seu fim.

Alienação das massas

A evolução da imprensa desportiva generalista, entre 1971 e 1974, manteve as características da década anterior, ou seja, foi marcada pelo aparecimento de poucos periódicos (unicamente três, todos em Lisboa) e pela hegemonia noticiosa dos habituais jornais de referência. Um desses periódicos, o *Angola Desportiva*, publicado em Luanda desde 8 de agosto de 1930, seria suspenso, a título definitivo, em 29 de setembro de 1971, ao fim de 847 números que marcaram indelevelmente o jornalismo desportivo e o próprio desporto em Angola.

Em Lisboa, por seu turno, o *Record*, bissemanário das terças-feiras e sábados, procurava nesta altura, sob a direção de Artur Agostinho (entrou para diretor em 1 de junho de 1963), alargar a influência e o prestígio, de forma a cativar mais leitores. Em 1972, o *Record* decidiu passar a trissemanário, escolhendo como novo dia de saída a quinta-feira, dia em que se publicava também *A Bola*, concretizando esta aposta arrojada a 18 de abril. Por essa altura, criou-se um Suplemento Especial de 12 páginas e a redação reforçou-se com as entradas de Mário Zambujal (subdiretor por pouco tempo), Afonso de Lacerda, Rodrigo Pinto e Fernando Correia.

O rival *A Bola*, em meados de 1972, era claramente o jornal desportivo de maior tiragem, superando os dois outros trissemanários, *Record* e *Mundo Desportivo*. Em julho, as 14 edições de *A Bola* tiveram uma tiragem total de 1 841 721 exemplares, apresentando-se o dia 1 com a menor tiragem (110 390 exemplares) e o dia 24 com a mais elevada (159 735 exemplares). Em março, o jornal tinha visto um dos seus correspondentes, Rebelo de Carvalho, em Londres, ser declarado desertor (era tenente miliciano e desde 20 de agosto de 1971 que se ausentara ao serviço), recebendo a direção de *A Bola* a indicação que não podia mantê-lo como correspondente. No ano seguinte, em 1973, as tiragens médias de *A Bola* mantiveram-se elevadas, isto quando comparadas com os outros rivais, apresentando em março uma tiragem total de 1 648 976 exemplares, em 14 edições (a mais elevada foi no dia 19, com 154 935 exemplares, e a mais reduzida no dia 17, com 100 335 exemplares).

Em finais de 1973, *A Bola* e a generalidade da imprensa, não só a desportiva, sofreu com o aumento de 50 por cento do preço do papel, com efeitos nocivos nos jornais. O *Record*, por exemplo, viu-se forçado, a partir de 27 de

dezembro, a reduzir o número habitual de páginas para 12. O aumento do preço do papel seria também um dos fatores que justificaria o parco aparecimento de novos periódicos desportivos neste período, resumindo-se, em 1973, à conversão da secção desportiva de *O Século* numa publicação diária (fazia parte do jornal e não podia ser vendida separadamente), com o título *O Século Desportivo*. O primeiro número deste «suplemento diário» (era o subtítulo) saiu em 4 de janeiro de 1973, com 12 páginas, em que se destacava o futebol, assentando o seu modelo «numa análise informativa, muito abrangente e eclética, e com algumas preocupações teóricas e contextuais, em especial no que concerne à importância social da educação física» (Domingos & Kumar 2006, 609). «Sociologia e Desporto» e «A Mulher e o Desporto» seriam duas secções regulares de *O Século Desportivo*, que contaria igualmente com uma boa qualidade fotográfica e de ilustração humorística, saindo diariamente até à quinta-feira, 25 de Abril de 1974, data a partir da qual deixou de publicar-se como suplemento, integrando-se na edição diária de *O Século* – continuou a sair como suplemento autónomo unicamente às segundas-feiras (fazia o rescaldo da intensa atividade desportiva do domingo), publicando-se nos dias seguintes como secção desportiva.

Em finais de 1973, quem estava a atravessar um período festivo era *A Voz Desportiva*, de Coimbra, que a 13 de novembro comemorou o 47.º aniversário, naquela que era a edição 2 458. Desde 1926 que se publicava semanalmente, sem uma única falha, afirmando, em consequência disso, que na Península Ibérica unicamente o diário *El Mundo Deportivo*, de Barcelona, publicado desde 1906, o superava em longevidade e regularidade. No entanto, a crise do papel de finais de 1973, gerada pela crise global do petróleo, causaria graves dificuldades ao jornal, com efeitos negativos nos dois anos seguintes.

Além da crise do papel, os jornais desportivos continuaram também a ser alvo, em 1973, de críticas sistemáticas que os associavam e culpabilizavam dos distúrbios recorrentes nos campos de futebol e dos males do desporto. Em resposta, os jornalistas desportivos defendiam-se com o argumento que não cabia aos jornais educar o povo português. O trissemanário lisboeta *Mundo Desportivo* de 31 de janeiro publicou o artigo «A imprensa desportiva e a alienação das massas», onde afirmava que «em Portugal, quando as pessoas não sabem fazer outra coisa, entretêm-se a criticar a imprensa desportiva», existindo mesmo quem a preferisse chamar de «imprensa futebolística». Sobre esta última crítica, o *Mundo Desportivo* reconhecia o seguinte:

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

Toda a imprensa desportiva em Portugal é, de facto, «desportiva», embora, logicamente, e porque os jornais se fazem para serem lidos (e o futebol ajuda largamente a difundir jornais, caso contrário a própria imprensa diária não teria chegado à conclusão de que lhe é necessário, para captar o público, dar maior desenvolvimento ao desporto e, fundamentalmente, ao futebol) ela tenha de dar ao desporto-rei uma outra dimensão.

Quanto à má educação do povo português, «não compete só aos jornais limá-la ou dirigi-la», cabendo sim a «todos a grande tarefa de educar, de instruir, de intelectualizar os povos». Quanto ao papel dos jornais, estes «podem formar a opinião do povo, mas não o educam», uma vez que a empreitada educacional devia começar a ser construída nos «bancos da escola primária», não sendo «missão exclusiva dos jornais desportivos».

Efeitos do 25 de Abril

A vida social, política e desportiva de Portugal sofreria uma reviravolta com o derrube da ditadura a 25 de Abril de 1974, momento político de viragem com implicações diretas em todas as vertentes da sociedade, obviamente também no jornalismo desportivo e no desporto português (como aliás havia sucedido em 1910, com a Implantação da República, e em 1926, com a instauração da ditadura militar). As duas únicas publicações periódicas desportivas generalistas criadas neste ano (1974), as revistas *Livre* e *Desporto*, surgiram antes do fim da ditadura, sofrendo ambas os efeitos nefastos de um período conturbado.

A revista *Livre* lançou o seu número zero, de apresentação, em 20 de março de 1974, apresentando 48 páginas de boa qualidade gráfica e jornalística (na linha tradicional das revistas ilustradas desportivas), cabendo a propriedade à Sepura – Sociedade Editorial de Publicações, com sede em Lisboa. As ideias de renovação nacional e desportiva alastrariam nos seus editoriais a partir do dia 25 de abril, normalmente assinados pelo diretor, José Sampaio, e pelo chefe de redação, Fernando Pires. A revista apostaria igualmente na defesa do futebol, o qual, após a revolução, seria apontado como um fenómeno «alienatório», que «não interessa a ninguém» e prejudicial ao resto do desporto¹. Apesar da

¹ C. Miranda, «O caluniado futebol», *Livre*, s.d., 1974, 3.

qualidade da revista, a *Livre* suspenderia atividade a 24 de julho de 1974, numa edição que tinha o ciclista Joaquim Agostinho na capa.

Em relação à revista semanal *Desporto*, saiu no mesmo dia do número um da *Livre*, ou seja, a 3 de abril de 1974, apresentando 84 páginas (abordando 44 modalidades desportivas), ao preço de 15\$00, sob a direção de Manuel Sérgio². A propriedade cabia à Nostra – Empresa de Publicações e Artes Gráficas (formada por um grupo de pessoas ligadas à revista), contando o corpo redatorial com 41 colaboradores (destacavam-se nomes como Adriano Cerqueira³, Cagica Rapaz, Arons de Carvalho ou Daniel Reis, entre outros) e três responsáveis pela fotografia (António Capela e Nuno Santa Clara eram os fotógrafos, coordenados por Álvaro Tavares). As suas primeiras edições seriam muito afetadas pela Censura, fazendo diversos cortes⁴ no número dois, de 10 de abril, e no número três, de 17 de abril, censurando inclusivamente, de forma total, um artigo crítico do estado da caça em Portugal, previsto para o número dois. Embora tivesse sido bem acolhida pelo público, em parte graças à linha editorial que retomava o tradicional espírito de missão e de causa desportiva, a revista *Desporto* seria uma das afetadas com a Revolução, deixando de sair regularmente após o 25 de Abril de 1974⁵.

Afetado pelos Serviços da Censura, dias antes da Revolução, foi também o jornal *A Bola*, que viu a coluna de opinião «Hoje jogo eu!», assinada por Carlos Miranda, ser totalmente cortada a 10 de abril, estando prevista a sua publicação no dia seguinte, na edição 4 262. O teor do texto prendia-se com uma parábola sobre um reino longínquo, em que se fez um concurso para eleger o melhor público de teatro, sendo eleito um público ordeiro e disciplinado, incapaz de criticar. A crónica fechava com a frase simbólica: «Só que o público de teatro não era assim.»⁶ Obviamente tratava-se de uma analogia com

² Tinha 41 anos e colaborara com *Mundo Desportivo*, *O Século*, *Record*, *República* e foi chefe da secção desportiva do Jornal do Comércio. Professor de educação física em várias escolas de formação em Lisboa, Manuel Sérgio foi funcionário da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, tornando-se numa das figuras mais proeminentes do pensamento sobre desporto em Portugal no final do século xx.

³ Aos 35 anos, tinha passado 14 anos no Telejornal da RTP, tendo colaborado com *Diário de Lisboa*, *Motor e Volante*.

⁴ Cf. Caixa 605, nos arquivos da Censura do SNI, no ANTT, em Lisboa.

⁵ Publicou o número 4, em 24 de abril de 1974, terminando no número 7, de 13 de junho de 1975.

⁶ Cf. Caixa 265, nos arquivos da Censura do SNI, no ANTT, em Lisboa.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

o futebol. Após a Revolução, assistiu-se à saída de *A Bola* de alguns jornalistas – consequência direta dos saneamentos políticos que ocorreram um pouco por toda a imprensa e sociedade portuguesa –, como o diretor Silva Resende, assumindo a direção Carlos Miranda, confesso homem de esquerda. A habitual separação editorial entre política e desporto, nas páginas de *A Bola*, sofreu uma «inversão» (Coelho 2001, 132) neste período, sendo regulares as análises ideológicas ao papel do desporto, da imprensa e do futebol durante a ditadura.

No rival *Record* passou-se relativamente o mesmo, quer em termos discursivos, quer diretivos, registando-se a saída, em outubro de 1974, do diretor Artur Agostinho, afastado do cargo e substituído interinamente por Rodrigo Pinto, por decisão da Sociedade Industrial de Imprensa, na sequência de um comunicado dos trabalhadores do jornal. No mês anterior, a edição do *Record* de 28 de setembro de 1974 seria proibida pelo Ministério da Comunicação Social, reflexo do tempo conturbado que se vivia. Porém, apesar das conturbações, esse era o ano do 25.º aniversário do jornal, data comemorada no número de 26 de novembro de 1974, que registou uma mudança drástica de logótipo e na composição, agora no moderno formato «offset». O *Record* tentava cativar mais leitores e contrariar o afastamento temporário do público, mais preocupado com questões políticas que desportivas, o que constituía uma novidade.

De mãos lavadas

Face aos «novos rumos»⁷ abertos pela democracia, o outro trissemanário lisboeta, O *Mundo Desportivo*, reforçaria os discursos de esperança, renovação social e liberdade, defendendo-se das acusações de favorecimento ideológico ao regime fascista por parte de certos jornalistas e jornais desportivos. O principal manifesto de defesa do jornalismo desportivo foi publicado neste jornal, como referimos no início do artigo, a 22 de maio de 1974, com o título «Mãos lavadas», o qual sintetizava uma série de questões relevantes:

⁷ A Redação, «Uma hora alta de confiança e decisão», *Mundo Desportivo*, 1 de maio de 1974, 1.

Nós, os homens da Imprensa Desportiva (e a Imprensa Desportiva em Portugal tem largas dezenas de anos de combate e de vitória), nunca, mas nunca, tolerámos um cabresto nem uma baixeza. Muitos jornais deixaram de publicar-se porque não transgrediram com o que lhes era imposto. Muitos! Um sem número de jornalistas foram forçados a procurar o sustento com outras actividades porque não estiveram dispostos a submeter-se ou a transigir. Foram muitos, também. Há quem se permita, com visível validade, afirmar que a Imprensa Desportiva, nestes quase 50 anos de vida nacional que enfermaram de tantos vícios, de tantos erros, de tantas violências, foi qualitativamente viciada. Outros acusam-na de colaborante. Outros permitem-se, na inutilidade das suas opiniões, dizerem dela que foi uma arma sempre utilizada contra a inteligência e contra a sensibilidade do povo português. Senhores! Aonde nos leva isto?

Traição? Desconhecemos o que é isso. Fraqueza? Nem queremos admitir que exista. Sabemos apenas que vimos lutando desde que o Desporto é Desporto no nosso País, por um presente mais válido, por um futuro melhor.

Deixou também uma mensagem clara relativamente ao que tinha sucedido durante quase 50 anos de ditadura e o posicionamento da imprensa desportiva na nova era da vida social e política portuguesa, recorrendo a uma citação bíblica de Pilatos, no Evangelho segundo São Mateus:

Sáímos de 50 anos de fascismo com esta maravilhosa consolação: temos as mãos lavadas! Temos as mãos lavadas! Continuamos com as mãos lavadas! Nós, os jornalistas desportivos, deste jornal e de todos os outros jornais, cumprimos o nosso dever. À custa de todos os sacrifícios. À custa de todos os mártires. Enquanto muitos capitulavam, calavam e transigiam, nós, os jornalistas desportivos, lutávamos.

A exorcização de velhos fantasmas fascistas abrangeu igualmente o futebol, dando origem a «uma campanha sem paralelo» de desprestígio social, atirando «com todas as culpas da falência do nosso desporto para o futebol e para cima dos homens que escrevem sobre futebol». Estas palavras foram publicadas na primeira página do *Mundo Desportivo* de 19 de junho de 1974, no artigo «O futebol e os seus detractores», no qual se acusava um apresentador desportivo da RTP de andar pelos centros universitários a pedir aos estudantes que dissessem mal do futebol ao serem entrevistados.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

E quanto à questão da alienação das massas pelo futebol, o jornal foi categórico ao afirmar:

O futebol foi, é e será sempre o grande desporto das multidões. E o futebol, como qualquer outro espectáculo, só aliena as massas quando as massas são, por natureza, fracas de espírito.

Assim, o jornal tentava desresponsabilizar a imprensa desportiva e o próprio futebol de qualquer relação com a manutenção do regime fascista em Portugal, atribuindo essa responsabilidade a outros setores da sociedade.

O contexto radiofónico e televisivo

As dinâmicas informativas da rádio e televisão (confinada a um único canal, a RTP), a nível desportivo, reforçaram-se durante as décadas de 1960 e 1970. Em termos radiofónicos, a Emissora Nacional (EN) e o Rádio Clube Português (RCP) aumentaram o seu interesse, sobretudo, pelos relatos de futebol, o que se deveu à própria dimensão europeia, dada ao futebol português, pela presença do SL Benfica em cinco finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus durante os anos 1960 e à excelente participação da Seleção Nacional no Mundial de Inglaterra – 1966.

O RCP foi uma das emissoras de rádio mais ativas em termos de programação desportiva. E também uma das mais inovadoras: em 1967, para a cobertura do Circuito Automóvel de Vila Real, decidiu fazer a reportagem em simultâneo com um estúdio instalado no perímetro do circuito, um helicóptero e a partir de um dos automóveis em prova, sendo instalado um rádio-telefone a bordo do carro de Francisco Santos, que ia comentando a corrida desde o interior do veículo – por questões técnicas utilizou-se o microfone habitual do aparelho, que obrigava o condutor, sempre que o utilizava, a usar uma das mãos para o segurar, conduzindo com a outra, no que foi visto pelo comissariado da prova como uma temeridade, levando à sua saída da prova e posterior desclassificação.

Ao nível das rádios locais, em 13 de fevereiro de 1973 principiou a emissão do programa «Escape Livre», na Rádio Altitude, na Guarda. Começou por ser transmitido às terças e sextas-feiras, com a duração de 13 minutos, dedicado

ao desporto automóvel, à indústria automóvel e à prevenção rodoviária, cabendo a sua produção ao advogado Luís Celíneo. O programa gradualmente conquistou ouvintes e prestígio em Portugal, mantendo-se em atividade regular ao longo das décadas de 1980 e 1990, ocupando «um lugar de indiscutível importância na informação da especialidade»⁸.

Este género de programas radiofónicos locais, subordinados ao desporto, enraizou-se no meio informativo regional, criando, a generalidade das emisoras de rádio, os seus próprios programas desportivos. Um dos melhores exemplos foi a Madeira, que em 1974 tinha no ar vários programas do género, sendo o seu número «deveras satisfatório»⁹ para uma cidade com a dimensão do Funchal. O mais antigo programa era o «Desporto Através da Rádio», difundido aos domingos à tarde, pelas 19h30, no Posto Emissor do Funchal, produzido por Carlos Veloza. Mais tarde surgiu o programa «Semana Desportiva», produzido pelo desportista José Manuel Silva, e emitido também aos domingos, na Estação Rádio da Madeira. E em dezembro de 1974 iriam para o ar mais dois programas radiofónicos desportivos: «Chama Desportiva», de Gastão Dinis, emitido no Posto Emissor do Funchal; e «Tempo Desportivo», de Juvenal Xavier, na Estação Rádio da Madeira, que constituiu uma novidade por se dedicar a uma única coletividade madeirense, o Clube Desportivo Nacional.

A crescente importância do desporto na rádio portuguesa coincidia com o que sucedia a nível televisivo¹⁰, embora não em todas as áreas, contrastando principalmente no campo do desporto automóvel. Durante as décadas de 1960 e 1970, a RTP era constantemente acusada de «alicerçar o mito do futebol, erguendo-o à dignidade inabalável de desporto-rei», apostando reiteradamente nas transmissões diretas de jogos de futebol. As transmissões dos grandes eventos automobilísticos, como as corridas de Fórmula 1, eram relegadas para um plano secundário, de tal forma que em meados de 1974 as retransmissões das corridas eram feitas «aos soluços» e nos intervalos dos

⁸ J. Anjor, «Escape Livre – Dez anos... é muito tempo!», *Rallyes e Velocidade*, dezembro, 1983, 9.

⁹ A Redação, «Da Rádio – Programas Desportivos», *Correio Desportivo*, 20 de dezembro, 1974, 1.

¹⁰ Em 1978, a revista *Antologia Desportiva* publicou, no número 17, um vasto estudo, feito pela Clearing House, com o título «O Papel da Televisão na Promoção da Prática Desportiva», em que analisava o papel de 15 televisões estatais europeias na divulgação do desporto nos seus respetivos países.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

programas infantis, chegando a cortar frequentemente os grandes prémios de automobilismo para colocar outro género de programação, sem dar qualquer explicação aos telespectadores¹¹.

Entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, o desporto subiu significativamente a percentagem de tempo na RTP (em 1968 teve direito a 9,23 por cento, contra 6,37 por cento em 1967), fruto principalmente das transmissões do exterior, quer nacionais, quer internacionais, em especial dedicadas ao futebol – em 1968 era popular o programa do fim da tarde «Momento Desportivo». Em 1972, os programas desportivos da RTP, graças sobretudo às transmissões diretas dos Jogos Olímpicos de Munique, via Eurovisão, atingiram as 409 horas de emissão, contrastando com as 380 horas dedicadas ao Telejornal – em 1975, o bloco formado pelo trio informação-atualidades-desporto ocupou 75,28% do tempo total da emissão – 3 654 horas no Canal 1 e 1 185 no Canal 2 (Tevez 2007). Num mundo informativo em processo inicial de globalização, o desporto constituía um dos principais fenómenos agregadores de audiências, fundamentalmente as transmissões dos Jogos Olímpicos e dos Campeonatos do Mundo de Futebol.

Ajustes após a Revolução

A evolução da imprensa desportiva portuguesa, nos anos seguintes à implementação do regime democrático, foi marcada pelo crescimento, mas também por alguma conturbação. Entre 1975 e 1978 assistiu-se a um novo incremento de títulos de imprensa desportiva, aparecendo um total de 60 novas publicações, sendo Lisboa o epicentro de 33 títulos. Entre a imprensa desportiva assistiu-se a um período de reajustamento editorial, consequência natural da experimentação da liberdade de imprensa, assumindo-se os *media*, em geral, como «um poder emergente» (Ferreira 2001, 138), capaz de influenciar «cada vez mais o gosto e a mentalidade dos elementos mais recetivos da sociedade portuguesa» (Ferreira 2001, 138). No jornalismo desportivo, os periódicos de referência continuaram a ser *A Bola*, *Mundo Desportivo*, *Record* e *O Norte Desportivo*, mas nenhum deles escapou aos efeitos do conturbado

¹¹ S. Pereira, «As transmissões diretas», *Motor*, 21 de maio, 1974, 2.

período político-social-económico-identitário que se viveu em Portugal nos anos seguintes à Revolução do 25 de Abril de 1974.

Um dos efeitos dessa agitação foi o decréscimo das vendas de jornais desportivos, que se deveu, em grande medida, ao «indesmentível facto de que, pela primeira vez confrontadas com uma imprensa livre e sem censura que diariamente relatava a agitação política e social do momento, as pessoas, naturalmente, colocaram as suas preocupações desportivas e «futebolísticas» em segundo lugar»¹². *A Bola*, principal jornal em termos de tiragem e vendas, foi um dos grandes afetados do desinteresse, momentâneo, pelo desporto, em especial o futebol, apontado negativamente como um dos instrumentos que o fascismo usou para manipular as massas. As ligações e conotações de alguns dos principais redatores de *A Bola*, a vários quadrantes políticos, contribuíram para uma certa desconfiança dos leitores, que se alargou ao jornalismo português. Foi precisamente durante esta fase conturbada que *A Bola* chegou ao 30.º aniversário, comemorado na edição de 30 de janeiro de 1975. Na capa realçava-se o título «30 anos! 1.º aniversário em liberdade» e no texto defendia-se o conceito de família e de mística do jornal, apresentando-se como capaz de resistir a tudo, «até a 30 anos de uma política orientada no sentido da manipulação do desporto como meio de alienação das grandes massas». Nesta altura, *A Bola* continuava trissemanal (segundas, quintas-feiras e sábados) e a direção era liderada por Silva Resende, que pouco tempo depois cedeu o lugar a Carlos Miranda, mais ligado aos quadrantes políticos de esquerda.

O rival *Record*, que por ocasião do 25.º aniversário, em 26 de novembro de 1974, tinha encetado uma série de mudanças (logótipo, preço e composição gráfica), recebeu em janeiro de 1975, com grande entusiasmo, a notícia do Ministério do Trabalho que equiparou os jornalistas desportivos aos restantes colegas da imprensa diária, reconhecendo-lhes o direito a uma carteira profissional e ao estatuto de jornalistas. No mês seguinte, a vida e história do *Record* era tema de um documentário, filmado pelas Produções Francisco de Castro, com texto e locução de Júlio Isidro. Mas, nesta altura, a vida financeira do *Record* gerava dúvidas, com o elevado passivo a colocar em causa a sua sobrevivência, causando agitações internas. Em setembro, o jornal mudou de diretor, regressando o fundador Monteiro Poças, que substituiu Rodrigo Pinto,

¹² A Redação, «Entrevista ao diretor de *A Bola*, Carlos Miranda», *Público*, 30 de janeiro de 1995, 4.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

mas a instabilidade manteve-se, sendo o jornal forçado a interromper a publicação entre 25 de novembro e 12 de dezembro de 1975. Na sequência desta crise, o jornal retomou o logótipo anterior (que perduraria até ao fim do século xx) e alterou os dias de saída, de forma a evitar a concorrência direta de *A Bola*, passando a sair às sextas-feiras e domingos (em vez das quintas-feiras e sábados), mantendo a edição de terça-feira.

Às segundas, quartas e sextas-feiras continuava a sair o *Mundo Desportivo*, que em janeiro de 1975 se viu forçado a aumentar o preço de capa, de três para cinco escudos, para fazer face aos acréscimos dos custos do papel, impressão e do aumento das remunerações dos trabalhadores (jornalistas desportivos incluídos). Em março e abril de 1975, o *Mundo Desportivo* esteve politicamente muito ativo, condenando¹³ a tentativa de golpe de Estado do 11 de março, por parte dos militares afetos ao general Spínola, e acompanhando as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de Abril de 1975. A vida interna do jornal seria igualmente afetada em março de 1975, após se ter tornado público o facto do diretor, José Moreira Boavida-Portugal, ter integrado uma ex-comissão do distrito de Lisboa da Assembleia Nacional. Esse facto levou à marcação, no dia 15, de uma reunião plenária de trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade – que integrava o *Mundo Desportivo* –, da qual saiu a decisão de «sanear de imediato o fascista»¹⁴ (referindo-se a Boavida-Portugal), sendo nomeado interinamente para diretor o até então chefe de redação, António Castro (a 18 de abril, o cargo foi ocupado por Mário Zambujal). E a 26 de setembro desse ano, na primeira página, publicou-se o «Estatuto Editorial» do jornal, imposição direta da nova Lei de Imprensa de 26 de fevereiro de 1975: do estatuto constavam sete pontos, o primeiro deles com o seguinte teor: «Mundo Desportivo é uma publicação de informação especializada, dedicada naturalmente ao desporto, independente de quaisquer forças ou poderes no sector a que se vota ou em outros que lhe sejam alheios.»

O aumento dos custos de produção dos jornais, em todas as suas vertentes (conceção, composição e impressão), derivado do novo contrato de trabalho, aliado à nova tabela dos CTT, com encargos seis vezes superiores no tocante ao despacho dos exemplares (as assinaturas eram ainda um dos

¹³ Nota dos Trabalhadores, «A nossa posição», *Mundo Desportivo*, 14 de março de 1975, 1.

¹⁴ A Redação, «António Castro, diretor interino», *Mundo Desportivo*, 17 de março de 1975, 1.

métodos de vendas utilizados por alguns periódicos, sobretudo os regionais) foram fatores decisivos para o fim do jornal desportivo generalista mais antigo em atividade regular em Portugal: *A Voz Desportiva*, de Coimbra. Desde 13 de novembro de 1926 que se publicava semanalmente sem qualquer interrupção, concebido por uma redação totalmente amadora (não remunerada), sob a direção e propriedade de Amadeu Rodrigues (ainda no cargo). Apesar de ter sobrevivido a várias crises, não resistiu ao período conturbado de 1975 e o último número seria publicado a 10 de junho de 1975, após 2 540 edições – à redação restava ainda uma esperança: «Que as coisas se modifiquem de modo que o nosso jornal possa continuar a sua jornada»¹⁵. Mas não se modificariam.

O panorama de conflitualidade jornalística, agravado pelas dificuldades económicas, aliado ao momentâneo desinteresse pelo desporto (em especial o futebol, olhado negativamente) a favor da política, obrigaram a um reajustamento das publicações desportivas. No entanto, apesar do cenário negativo, entre 1975 e 1978 continuaram a surgir novos títulos desportivos generalistas, num total de 14 publicações, distribuídas por Lisboa (7), Porto, Coimbra, Vila Nova de Famalicão, Funchal (Madeira), Costa da Caparica, Vila Nova de Gaia e Angra do Heroísmo (Açores). Durante o ano de 1975, por exemplo, apareceram três novos jornais desportivos generalistas de qualidade, embora dois deles, semanários, com um percurso editorial reduzido: *JD – Jornal do Desporto*¹⁶ (Porto) e *Desporto*¹⁷ (Lisboa).

A publicação que mais tempo estaria em atividade seria a revista mensal *Equipa*, lançada em janeiro de 1975 pela Sociedade Editora Equipa, Lda. (uma cooperativa de jornalistas), sediada em Lisboa. A direção estava entregue a Monteiro Poças e a chefia de redação a Amadeu José de Freitas, aparecendo

¹⁵ A Redação, «A Voz Desportiva suspende temporariamente a publicação», *A Voz Desportiva*, 10 de junho de 1975, 1.

¹⁶ Lançado em 2 de março de 1975, com 16 páginas (formato 41x26), este semanário dominical tinha um corpo redatorial de qualidade: Marques Pinto (diretor), Alfredo Barbosa (diretor-adjunto), Joaquim Queirós (chefe de Redação), Dias Costa (subchefe de Redação) e uma Redação de cinco jornalistas (realce para Álvaro Braga Júnior e Luís César). Apesar do cariz inovador (destacaram-se, por exemplo, uma série de artigos de Jorge Bento, sob o título «Desporto e Política») e eclético, extinguiu-se ao fim de 16 números, em 15 de junho de 1975.

¹⁷ Era a continuação da revista *Desporto*, publicada entre 3 e 24 de abril de 1974, aparecendo agora no formato jornal, com a mesma redação e linha editorial. A direção era ocupada por Manuel Sérgio, que no número inaugural de 23 de abril de 1975 afirmava a necessidade de «fazer do desporto um facto de democratização» (cf. «Editorial», 2). Saiu mais sete vezes, até 13 de junho de 1975, mostrando sempre um pendor doutrinal e eclético.

O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

o primeiro número com 148 páginas, recheadas de secções interessantes e uma cobertura noticiosa a um vasto conjunto de modalidades desportivas. A linha editorial ficaria marcada pela conturbação política que se vivia em Portugal, realçando-se o número 7, de setembro de 1975, em que publicava dois artigos de reflexão sobre a política e o desporto: na coluna de opinião «Pausa», assinada por Amadeu José de Freitas, surgia o título «O povo é quem mais ordena?» (análise muito negativa ao que estava a ser feito ao nível do desporto infantil) e a secção «Peço a palavra», de Alves Henriques, intitulada «A «politi-zação» dos críticos desportivos» (reflexão crítica sobre a forma como os jornalistas desportivos estavam a transformar os jornais «em órgãos de formação política», o que desagradava aos leitores, diminuindo as tiragens e as receitas).

Esta instabilidade no jornalismo desportivo começaria a diluir-se gradualmente a partir de 1976, recuperando a nível das vendas e terminando as perseguições políticas nas redações. A partir de 1978 retomou o seu percurso natural, voltando o desporto, e em especial o futebol, a ocupar um espaço de relevo na vida dos portugueses, com reflexo na venda de jornais e nas audiências radiofónicas e televisivas.

Reflexão final

Os estudos científicos dedicados ao desporto e ao próprio futebol foram marcados, sobretudo, pela cronologia política, num sentido claro de entender este género de fenómenos sociais e de cultura popular à luz da temporalidade dos regimes políticos, como os períodos da I República (Pereira 2018) ou do Estado Novo (Kumar 2014), por exemplo, no caso português. Mas não foi uma tendência de investigação científica unicamente restrita a Portugal, como demonstram estudos internacionais na linha de *Les Athlètes de La République* (Arnaud 1987) ou *Sport y Autoritarismos* (Aja 2002), por exemplo, centrados em determinados regimes e contextos políticos.

Os períodos específicos de mudança política entre regimes, quer através de revoluções quer transições de diferente índole, não têm sido especificamente abordados e criticamente analisados, talvez derivado da sua especificidade e temporalidade. Foi o que pretendemos fazer neste artigo, centrado no 25 de Abril de 1974 e no tempo que mediou entre o fim da ditadura e os primeiros anos da democracia, cruzando os fenómenos do desporto, do futebol

e da imprensa desportiva – uma das mais lidas neste período da história de Portugal.

Este contexto permitiu abordar questões como o papel da censura, a popularidade do futebol, a liberdade de imprensa, as linhas editoriais do jornalismo desportivo, o desporto-espetáculo, entre outras. Possibilitou igualmente analisar questões transversais do pós-Revolução, como o posicionamento explicativo dos jornalistas desportivos relativamente a quase 50 anos de fascismo em Portugal, a necessidade de defesa do papel de isenção e independência do jornalista ou a tentativa de distanciamento entre política e desporto. Tópicos por explorar no contexto de investigação português, ainda muito incompleto em determinadas áreas temáticas de investigação sobre história do desporto (e.g.: estudos de género, racismo, movimento LGBTQI+) e períodos temporais, de perfil mais alargado ou específico, como este artigo pretendeu fazer ao abordar a Revolução do 25 de Abril de 1974. Um artigo que é uma contribuição reflexiva sobre diversos temas deste período histórico, no ano em que se comemora o cinquentenário da Revolução, contribuindo (assim o esperamos) para a abertura de novas linhas de investigação.

Referências

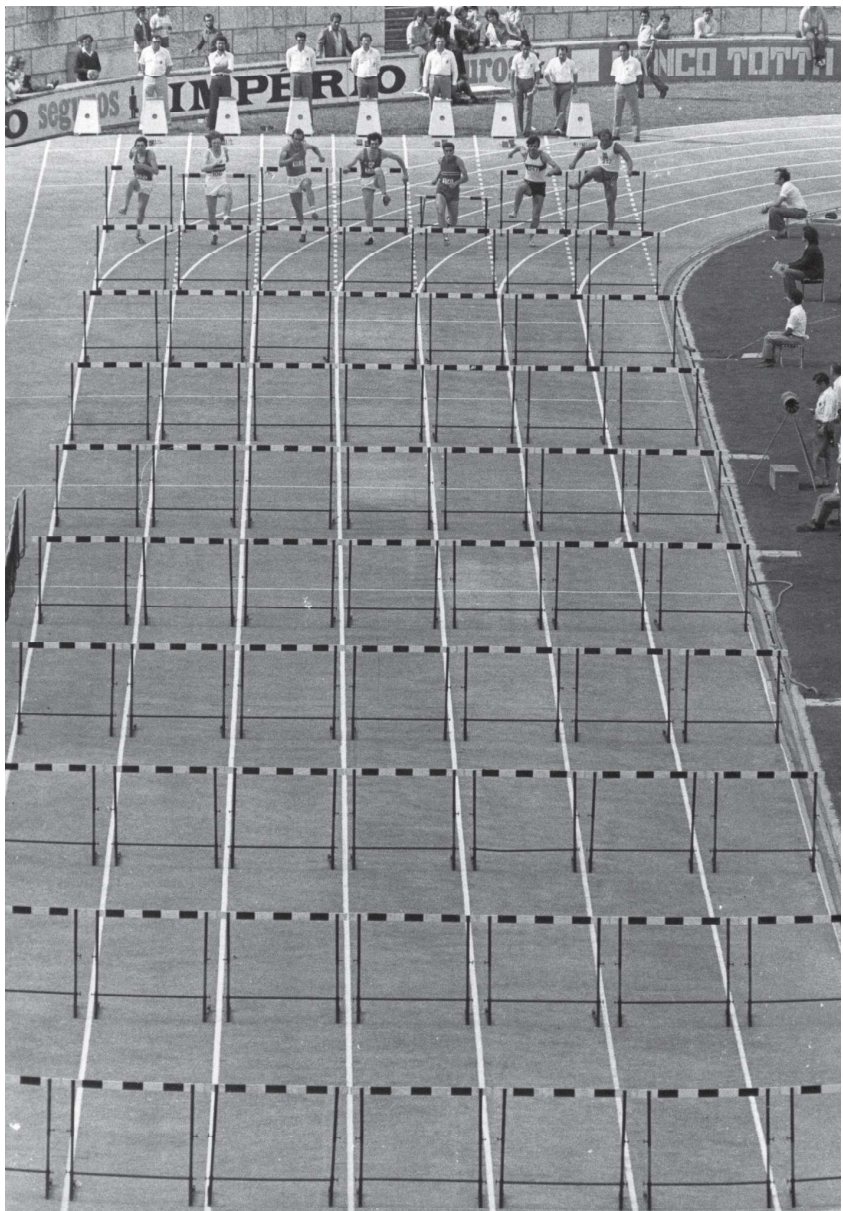
- Aja, T., org. 2002. *Sport y autoritarismos: la utilizacion del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Arnaud, P., org. 1987. *Les Athlètes de la République: gymnastique, sport et idéologie républicaine, 1870-1914*. Toulouse: Editions Privat.
- Biblioteca Nacional. 2004. *Desportos & Letras*. Lisboa: BN.
- Coelho, J. N. 2001. *Portugal, A Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, J. N. & Pinheiro, F. 2002. *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cunha, L. 2001. *O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Domingos, N. & Kumar, R. 2006. «A grande narrativa futebolística». In *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século xx*, org. D. R. Curto, 575-638. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Feio, N. 1985. *Portugal: Desporto e Sociedade*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.
- Ferreira, J. M. 2001. «O Estado Novo». In *História de Portugal*, Vol. 8, org. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa.

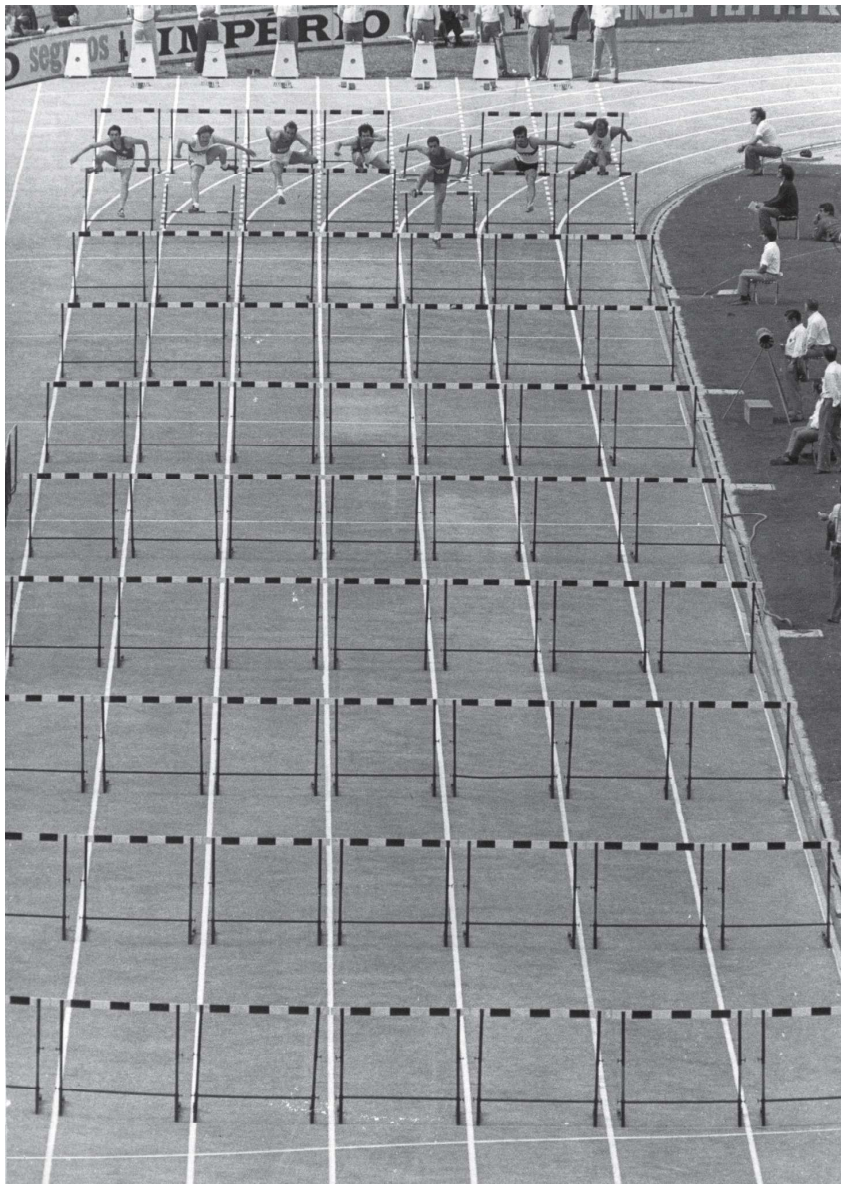
O jornalismo desportivo na transição democrática portuguesa

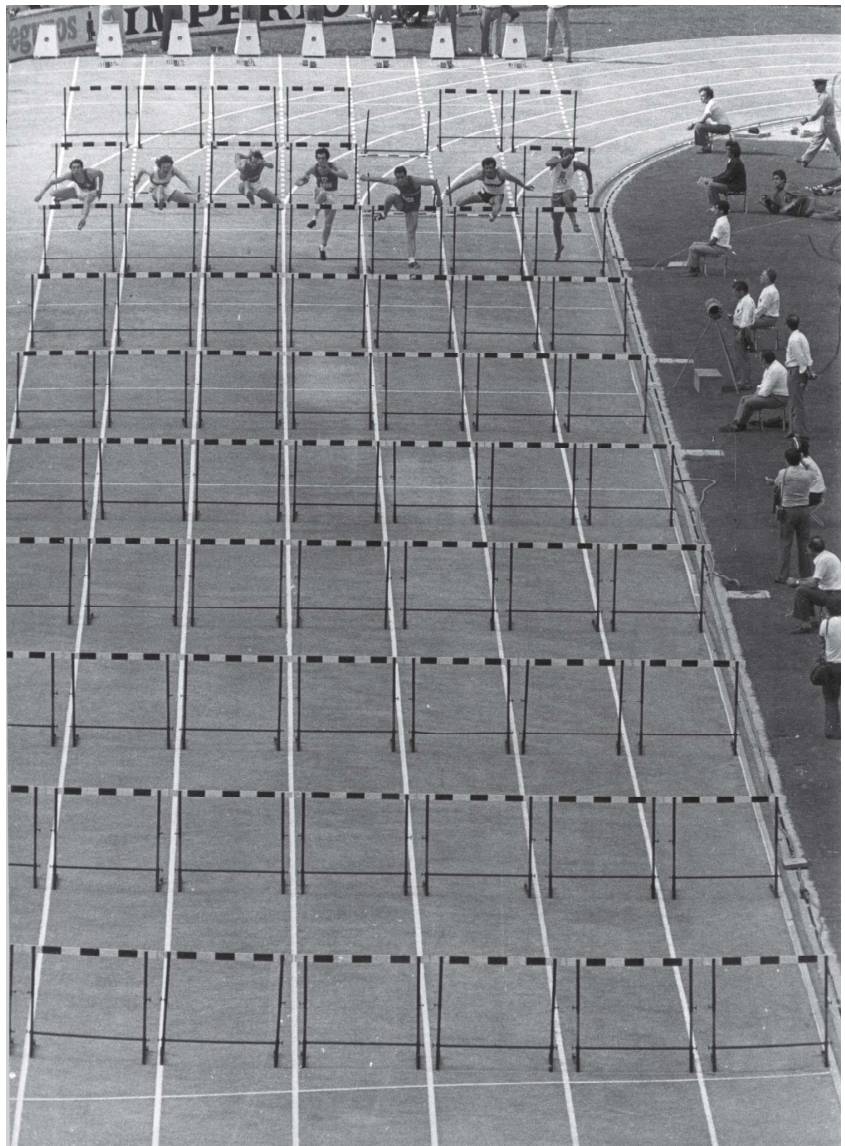
- Kumar, R. 2004. «Da Bancada aos Sofás da Europa: Apontamentos sobre os Media e o Futebol no século XX português». In *A Época do Futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, org. J. Neves & N. Domingos, 231-263. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Kumar, R. 2014. «A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo». Tese de doutoramento. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Lemos, M. M. 2006. *Jornais Diários Portugueses do Século XX*. Coimbra: Ariadne.
- Pereira, R. 2018. «O futebol português no tempo da I República (1910-1926)». Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pinheiro, F. 2011. *História da imprensa desportiva em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Tevez, V. H. 2007. *RTP 50 anos de história (1957-2007)*. Lisboa: Ed. RTP.
- Tomlinson, A. 2013. «“And did those feet...”: Introduction». In *The Cambridge Companion to Football*, org. Rob Steen, Jed Novick e Huw Richards, 1-9. Cambridge: Cambridge Companions.

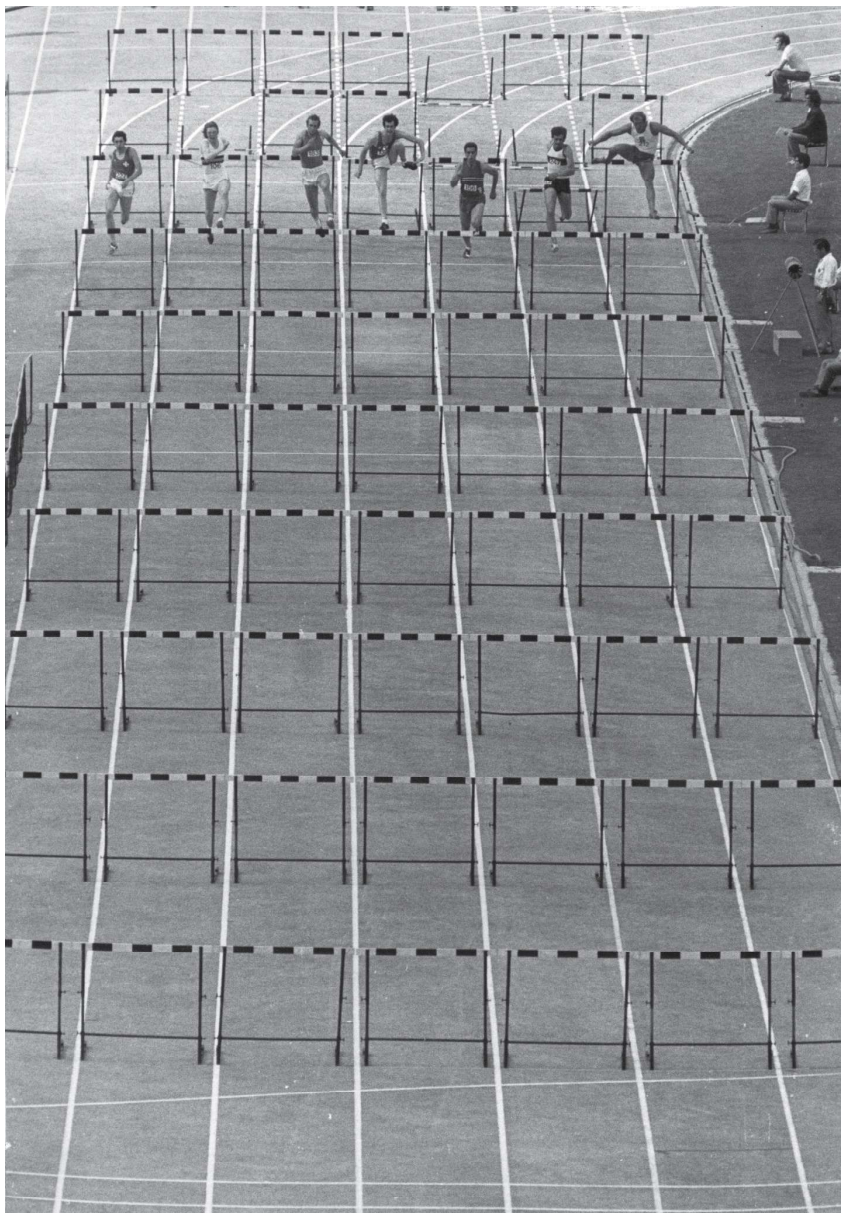
TAÇA DA EUROPA, 110M BARREIRAS, 1975

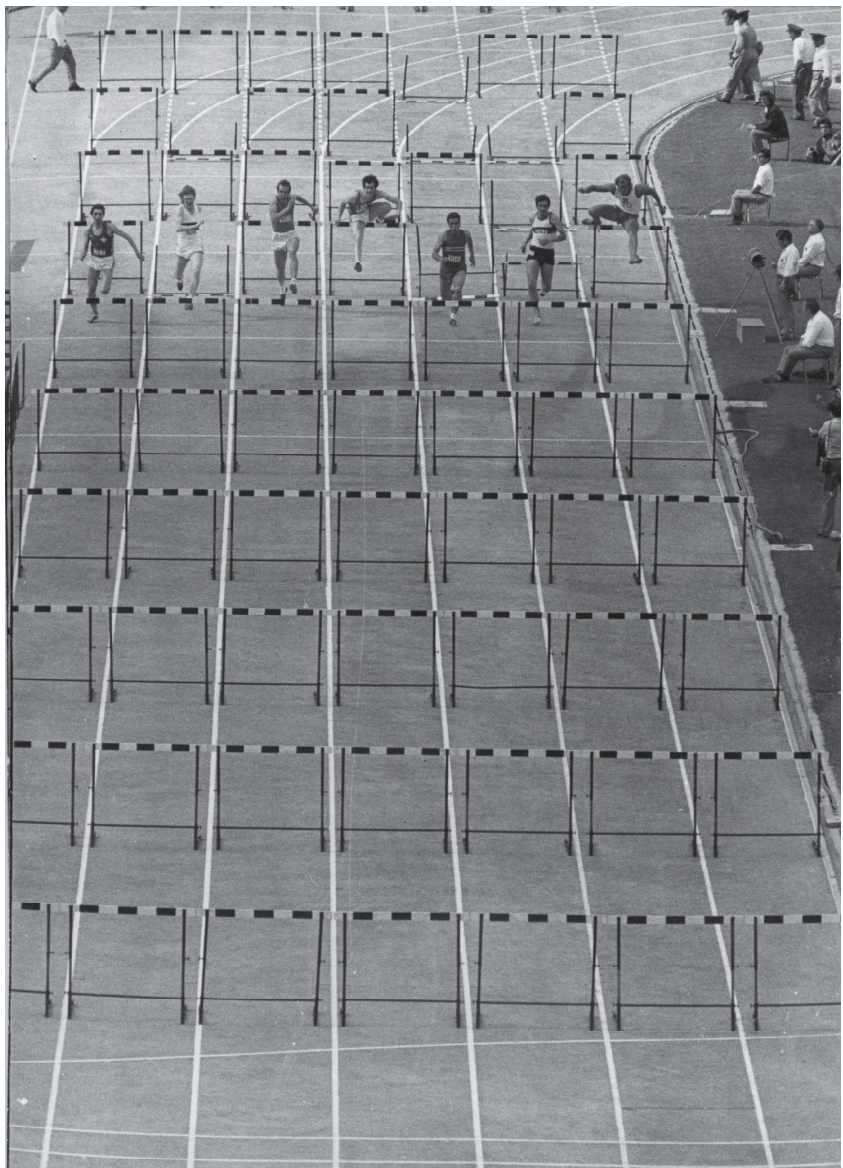
Fotografias de Nuno Ferrari, espólio de Mário Moniz Pereira,
depositado no Museu Nacional do Desporto

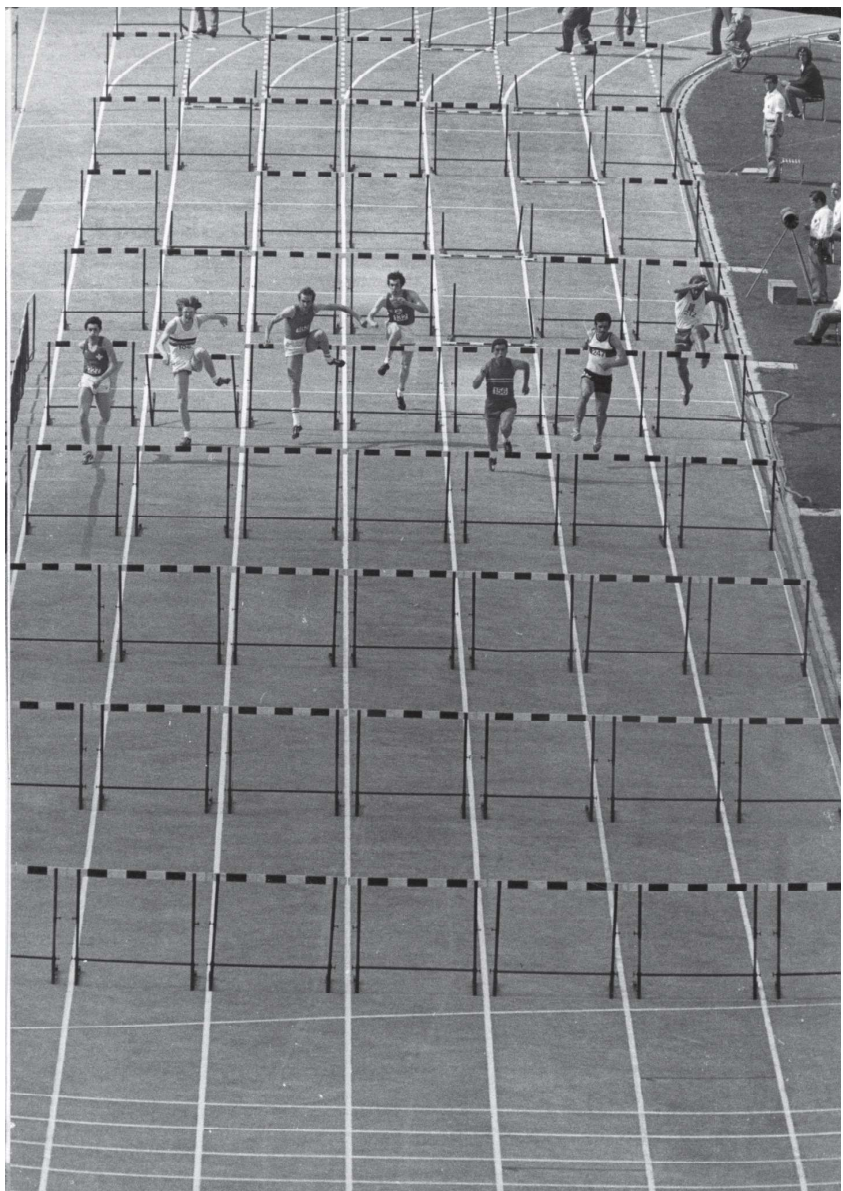


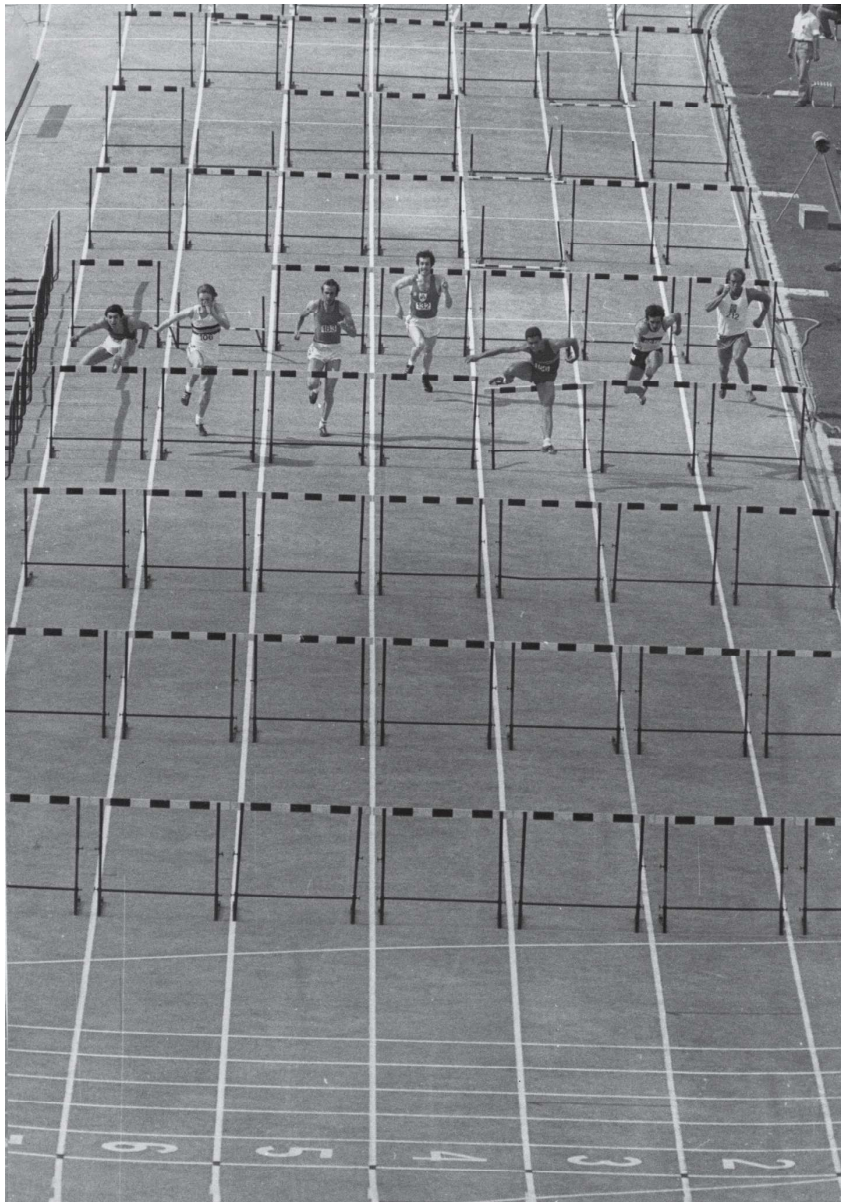


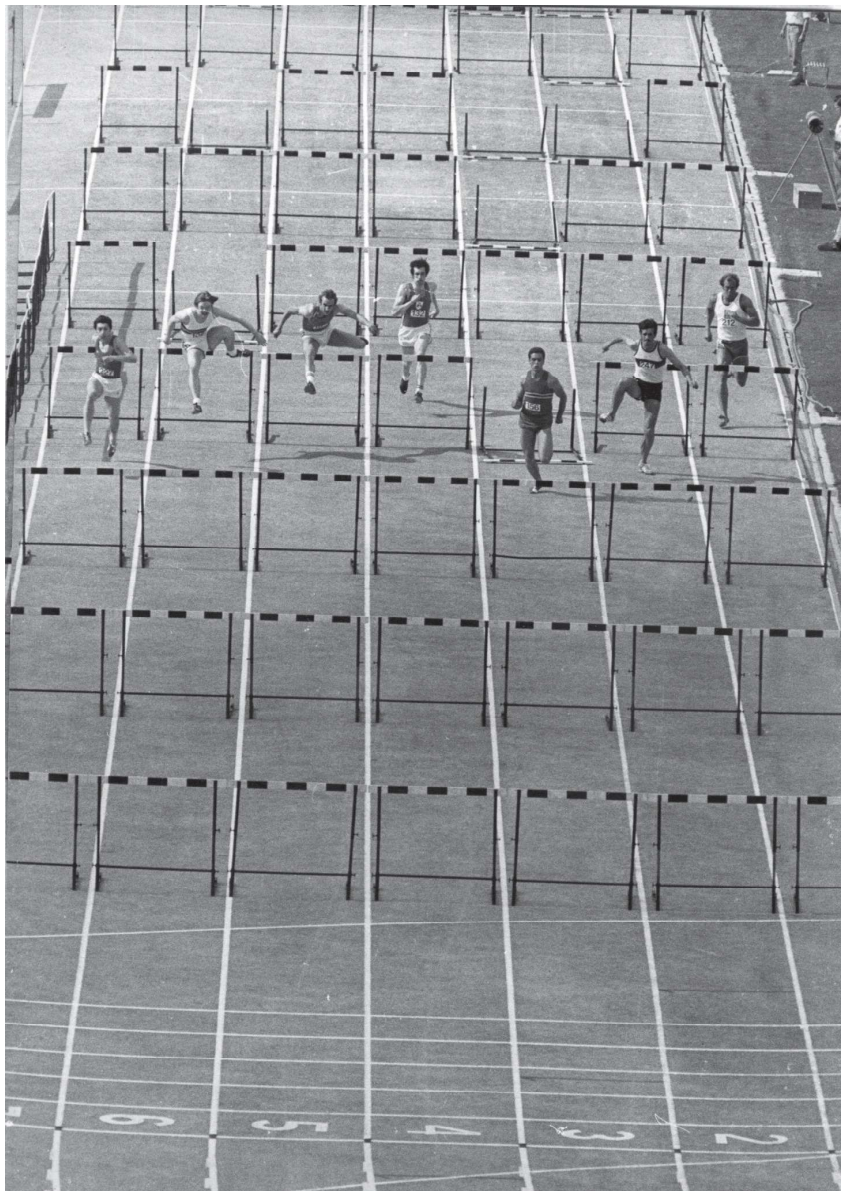


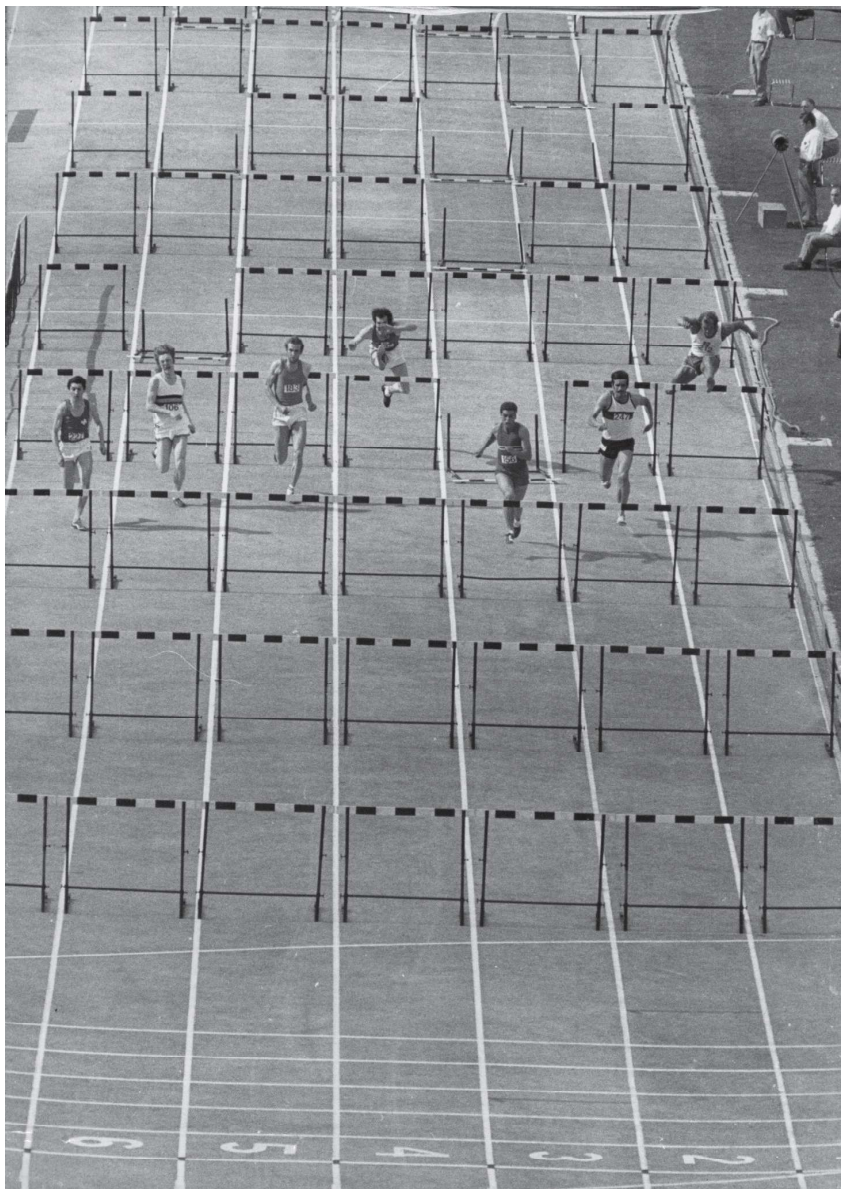


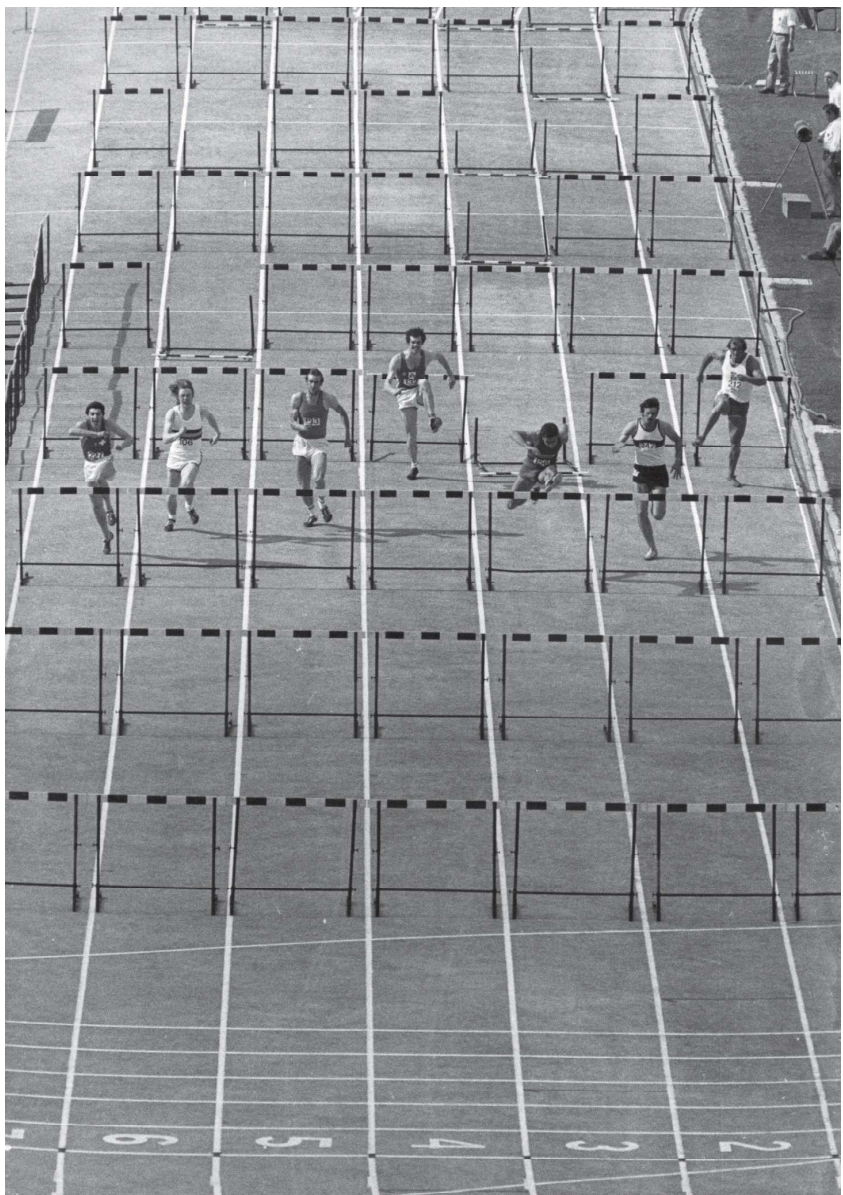


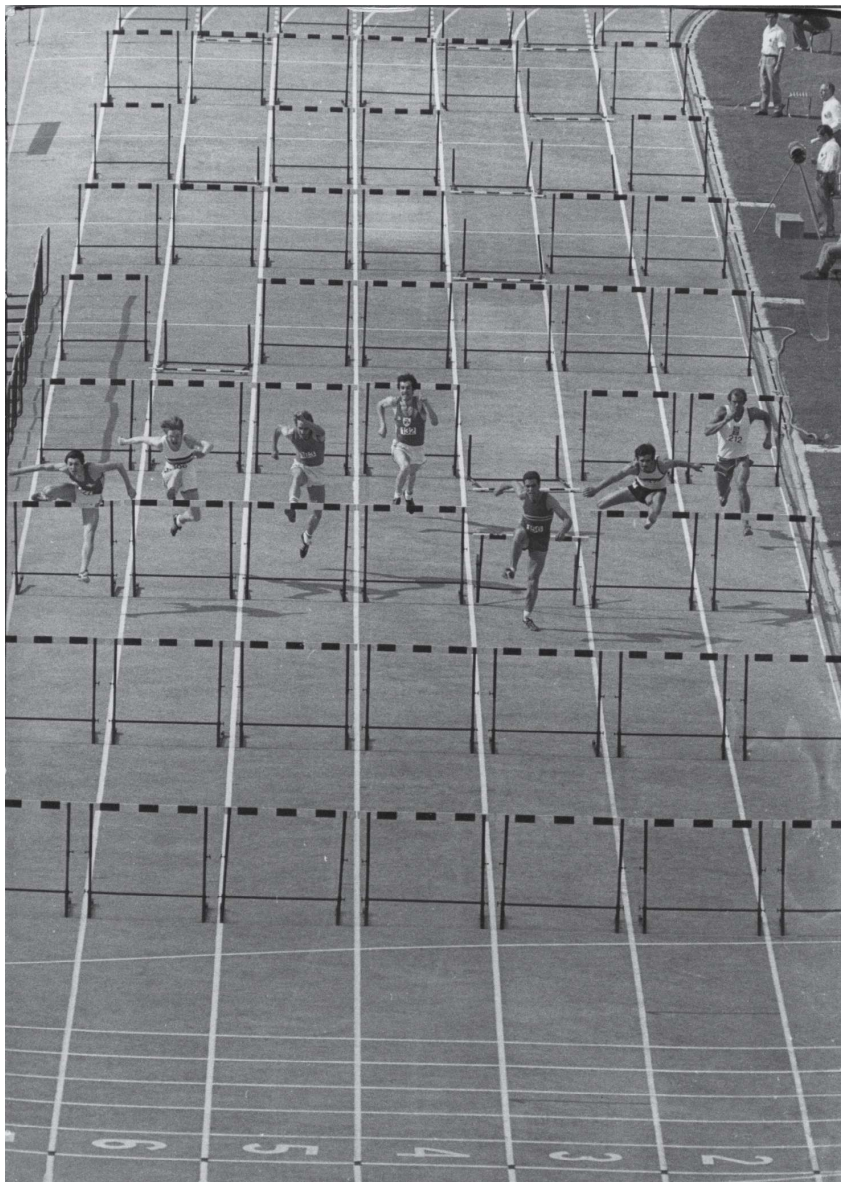


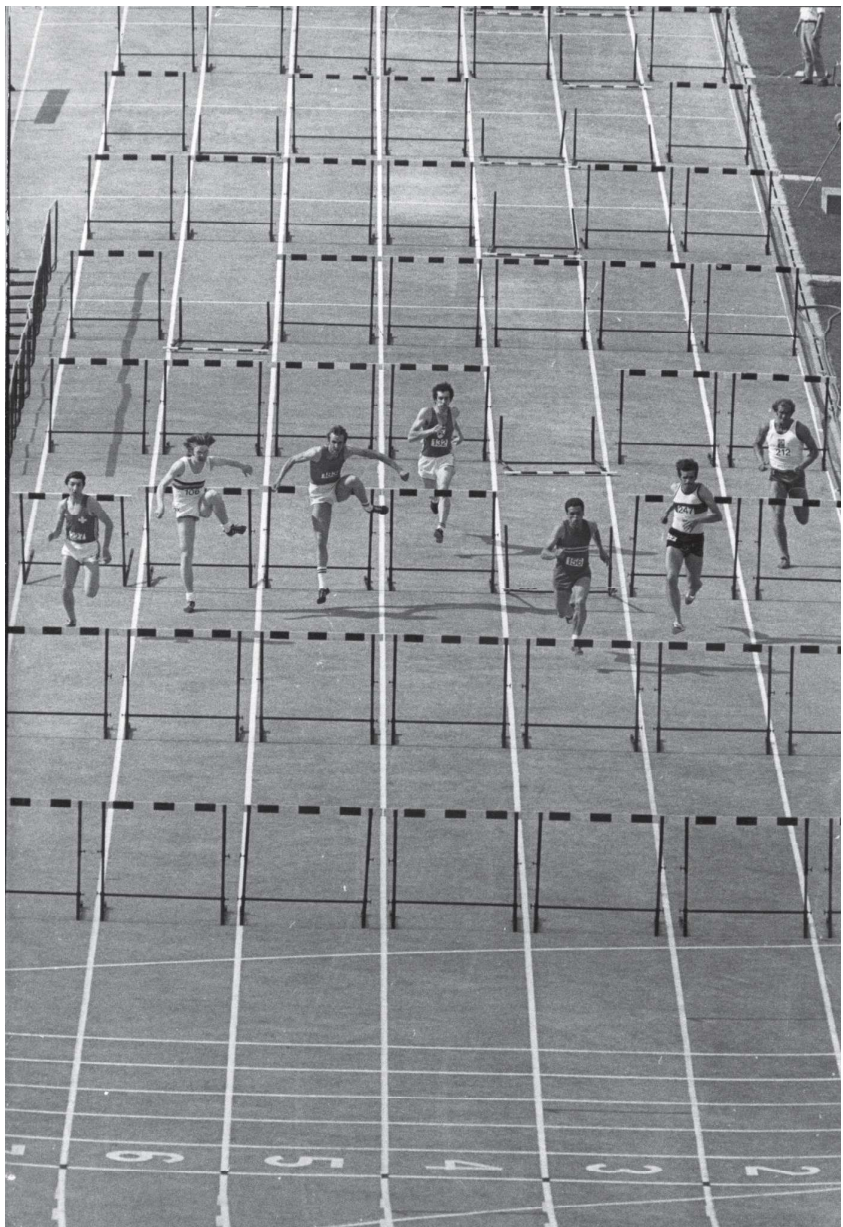


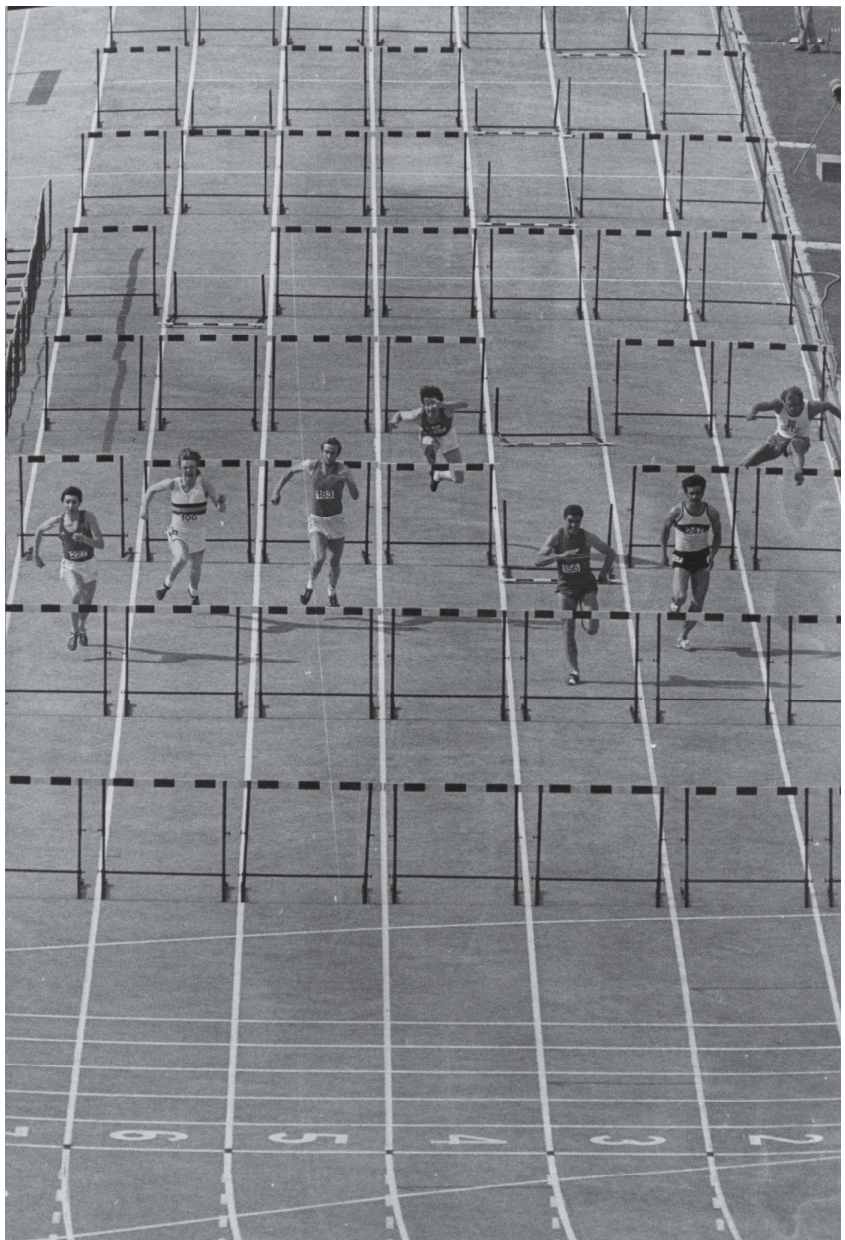


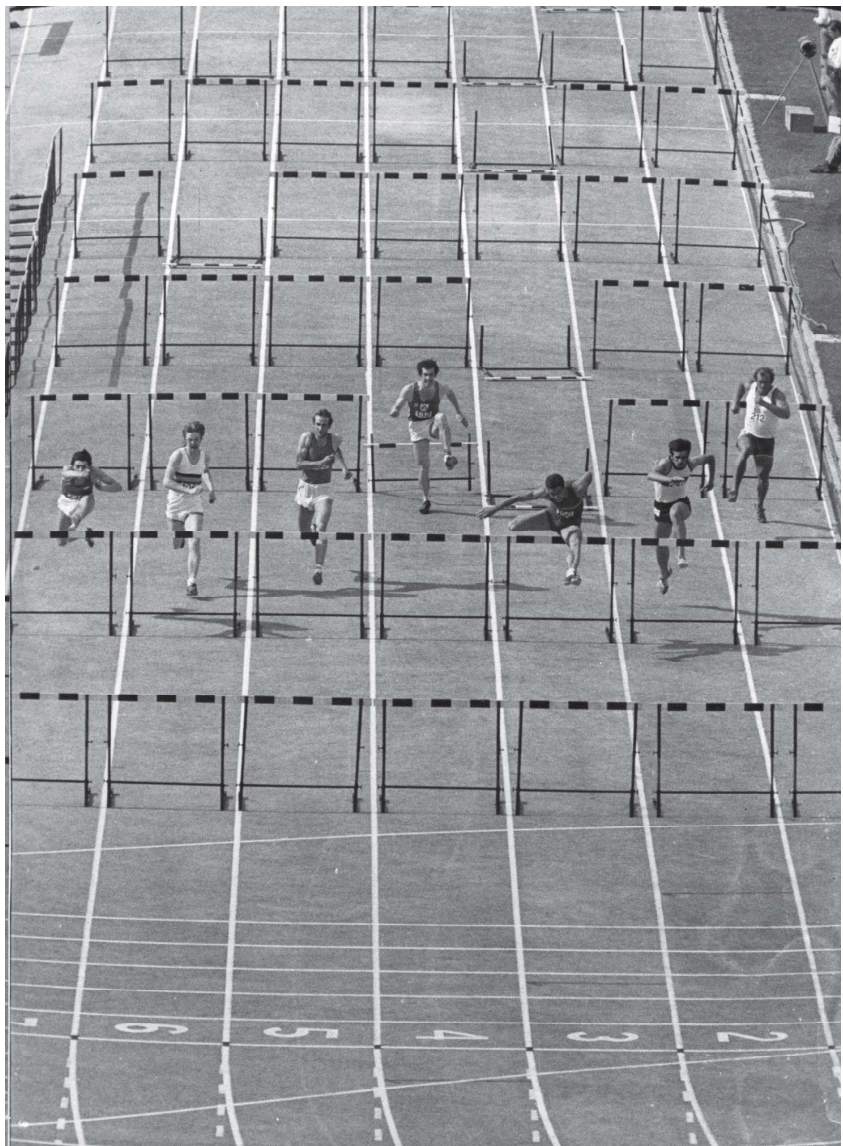


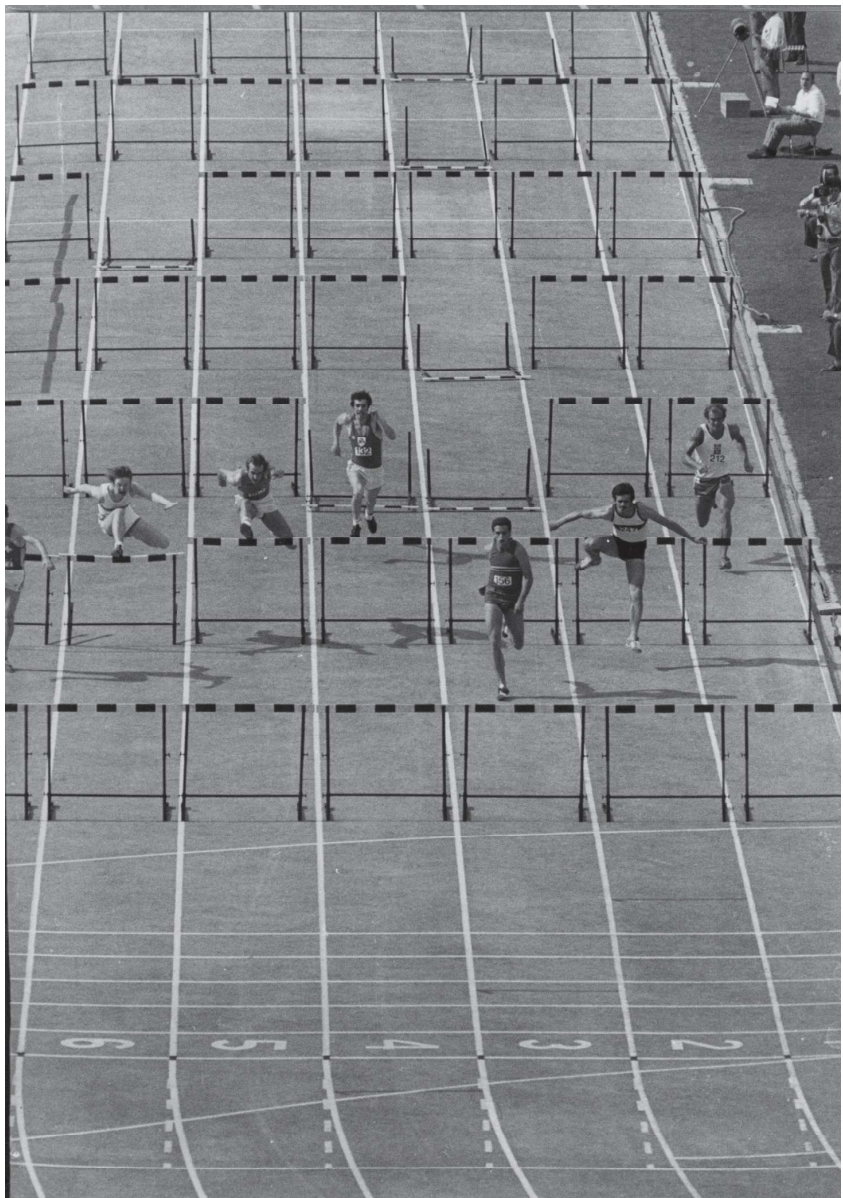


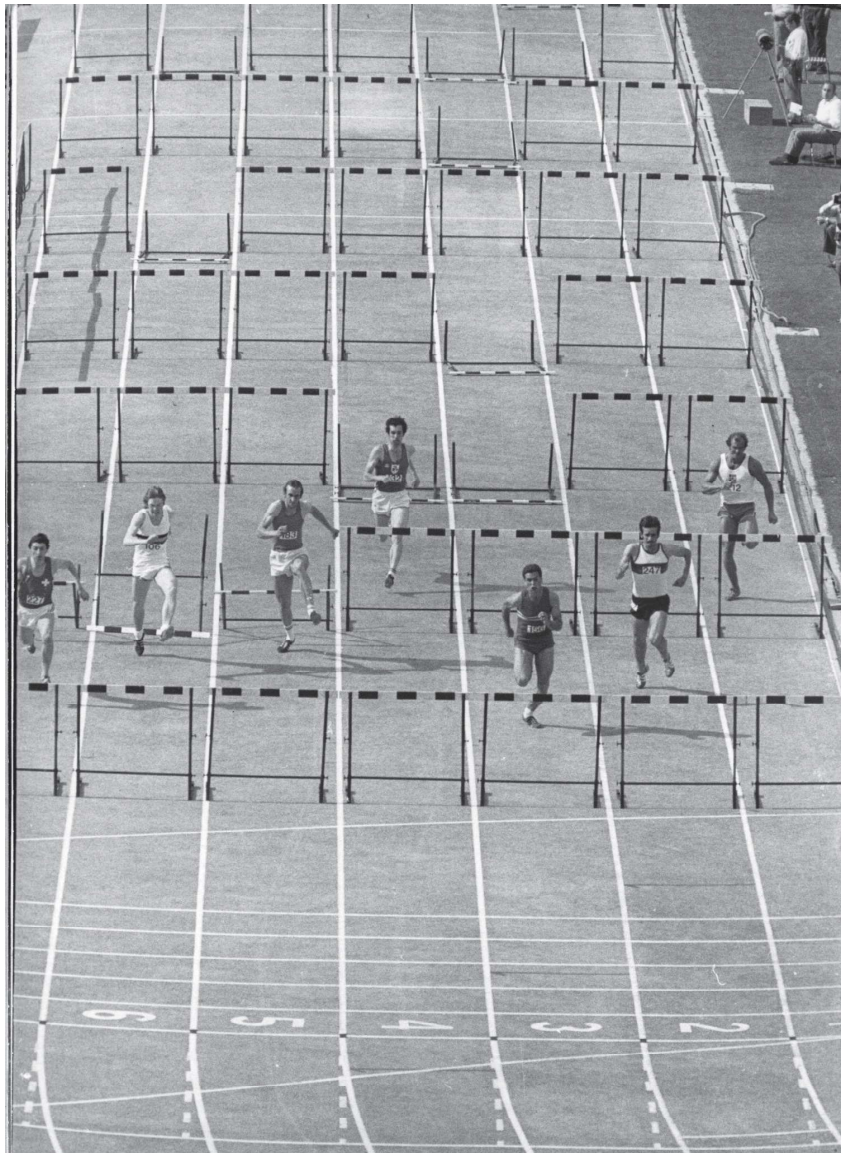


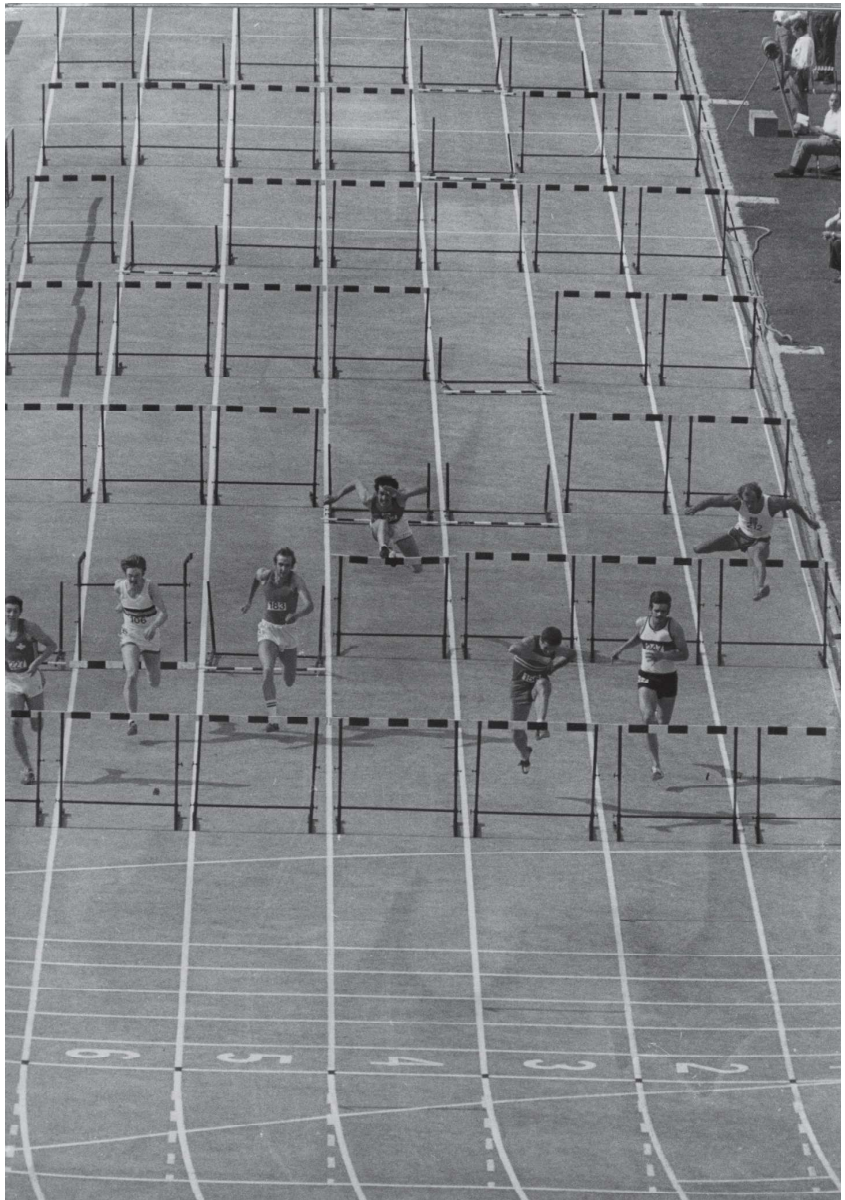


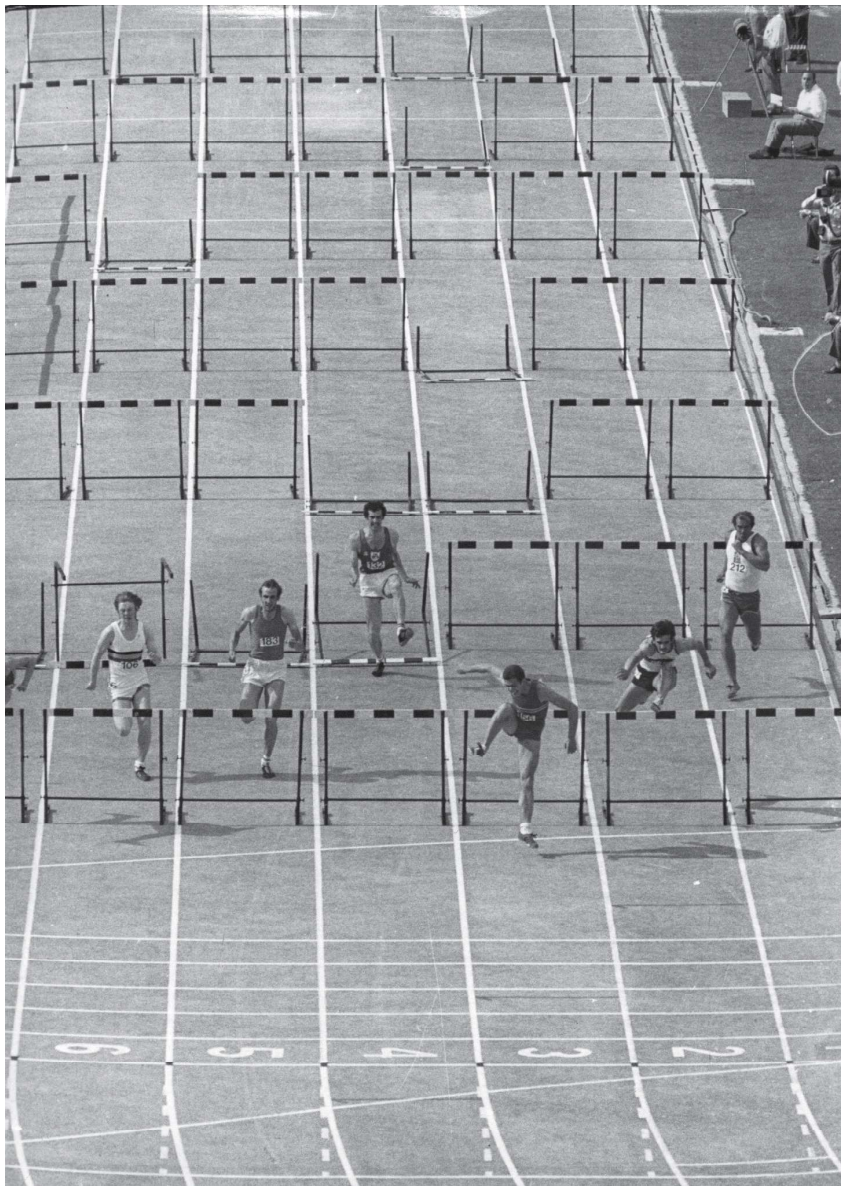


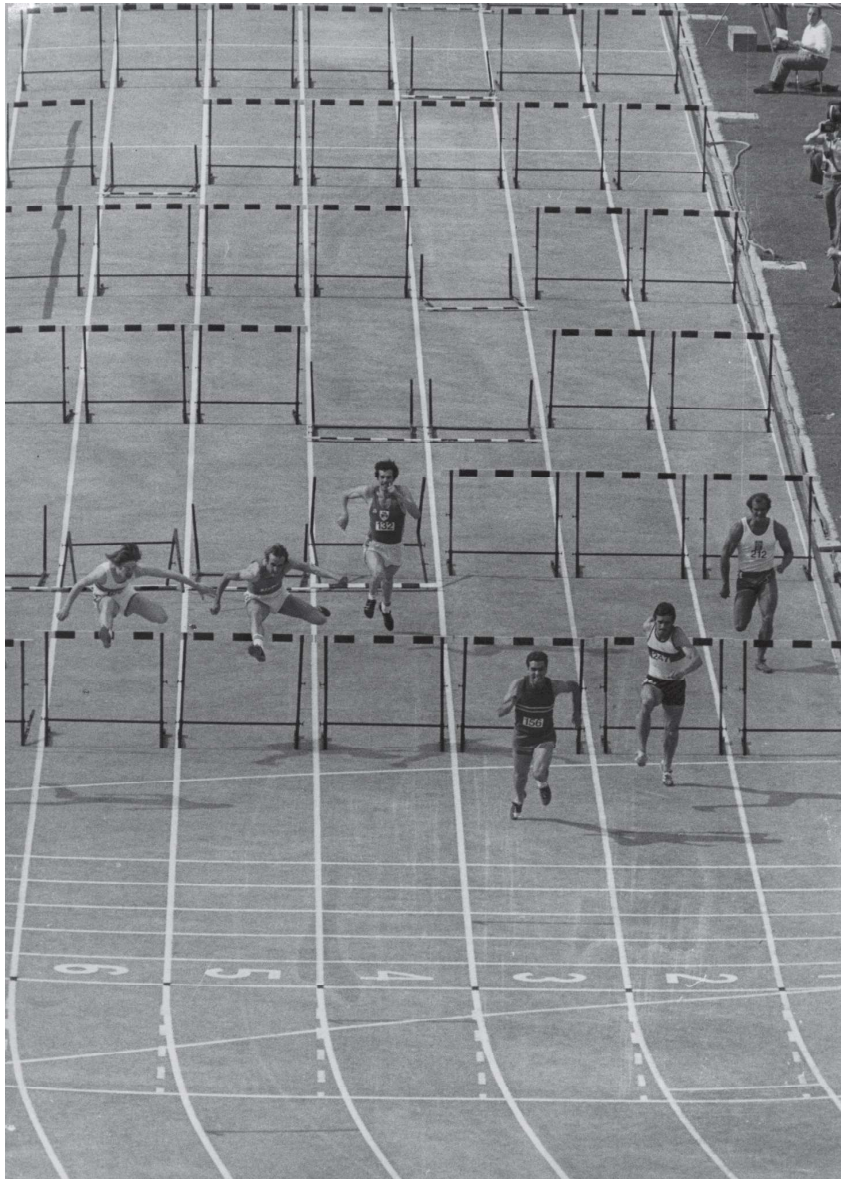


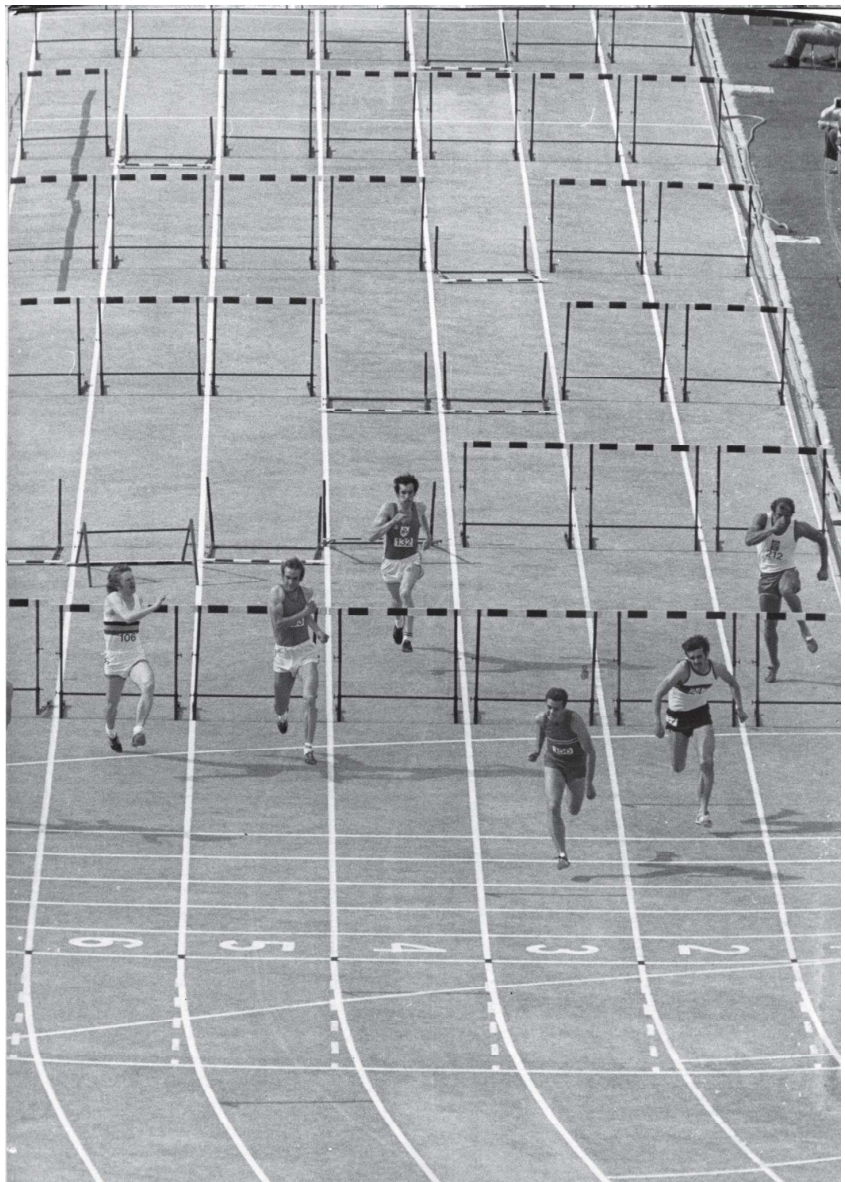












Capítulo III.

Políticas desportivas: Um laboratório de cidadania

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Rui Madeira Claudino

Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa,
Centro de Estudos de Desenvolvimento do Desporto – Prof. Dr. Noronha Feio,
Câmara Municipal do Entroncamento

O papel das associações desportivas locais na construção de uma comunidade é um aspeto com potencial, para ser enquadrado no âmbito das políticas desportivas. Não só por se relacionarem diretamente com as políticas públicas do desporto, de âmbito local, mas também porque as associações desportivas locais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de um sentido comunitário, através da relação dos seus membros com as respetivas atividades físicas e desportivas.

Por outro lado, a cidadania, considerada como intervenção no espaço da comunidade ou no espaço comunitário, de um país, região ou localidade, é determinante nesta construção e as várias possibilidades da sua manifestação são, ao mesmo tempo, um laboratório (entendido como possibilidade de experiência, neste caso experiência social através do desporto).

No seu conjunto, estes dois temas (associações e cidadania), são centrais na nossa abordagem, sobre políticas desportivas de âmbito municipal, para além dos aspetos técnicos relacionados com as abordagens de gestão que suportam as estratégias desportivas municipais, bem como a respetiva implementação e avaliação.

Outro aspeto não despiciente é o recurso às tecnologias de informação e sistemas de informação, para a construção de observatórios municipais do desporto, dedicados a recolher dados, produzir informação e obter

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

o conhecimento da situação desportiva que possibilite tomar decisões adequadas ao desenvolvimento desportivo de um concelho, afastando a discricionariedade na escolha das políticas desportivas.

Que cidadania?

São muitos os autores que abordam o tema da cidadania. Desde os trabalhos iniciais de Thomas Humphrey Marshall e de Ralf Gustav Dahrendorf da década de 50 do século xx, passando por Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Martha Nussbaum, John Rawls até chegarmos a Michael Sandel, entre alguns outros.

Todos eles contribuíram para a definição de um entendimento das dimensões da cidadania e desenvolveram um corpo de conhecimento bem delimitado, capaz culminar até numa proposta de educação para a cidadania.

Mas apesar do tema da cidadania ser muito importante, não é altura de o desenvolvermos exaustivamente nesta ocasião, porque só a genealogia do conceito obrigar-nos-ia a retroceder até à Antiguidade Clássica, a personagens como Sócrates e a Péricles, à Idade Média, nomeadamente a São Tomás de Aquino e à Magna Carta, bem como ao denominado período da Modernidade, com autores como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Mary Wollstonecraft.

Situaremos o tema apenas a partir do trabalho original de Marshall (1950), cuja proposta, para um conceito de cidadania, envolve três patamares: civil, político e social.

Esta sistematização equivale a uma progressão histórica, onde as épocas representam os direitos adquiridos desde o século xviii, como é o caso dos direitos civis, englobando a liberdade individual, os direitos políticos, como o direito à participação política, surgidos no século xix e os direitos sociais, originados no século xx, representados pelo direito ao bem-estar, à saúde, à educação e também poderíamos acrescentar o direito ao desporto e à atividade física.

O conceito de cidadania também se manifesta através de deveres, ou mesmo de obrigações, entre os agentes de cidadania, ou seja, entre as pessoas e as dimensões dos territórios e âmbitos administrativos com que se relacionam, caso de um estado, de uma nação, de uma região, de um distrito, de uma

comunidade intermunicipal, de uma localidade ou de uma comunidade dessa localidade.

Em última análise, estas diversas divisões administrativas do território representam sociedades particulares, às quais se encontram vinculadas comunidades identitárias, com tradições singulares, que expressam uma cultura e valores particulares.

Os direitos e deveres de cidadania de um indivíduo são hoje formalmente estabelecidos através de um vínculo legal, de natureza jurídico-política, que regulamenta e baliza os comportamentos entre as pessoas e as dimensões territoriais administrativas a que pertencem. O cumprimento dos direitos e dos deveres numa comunidade obriga, ou pelo menos implica necessariamente, uma participação nessa mesma comunidade, entre uma cidadania passiva e uma cidadania ativa.

No primeiro caso o envolvimento é para cumprir calendário e cumprir os serviços mínimos da vida em comunidade. No caso da cidadania ativa, a participação é de natureza cívica (respeita o interesse público, os valores de uma sociedade, as suas instituições e as responsabilidades e os deveres do cidadão – ex.: comportamento cívico), orientando-se para o desenvolvimento ativo do bem-comum, através de formas de participação influentes em várias áreas, como na política, na educação, na cultura ou no desporto.

Mas a cidadania ativa na comunidade está muito para além dos deveres, dos direitos e dos vínculos formais estabelecidos.

Existem outros elementos de conexão com a comunidade que transcendem qualquer estatuto legal de natureza administrativa, utilizado para regular a organização administrativa e funcional da comunidade. O sentimento identitário com a comunidade, ou com parte dessa comunidade, funciona como um sentido de pertença, facilitando a participação na sociedade e o empenho na vida social da comunidade.

Curiosamente o desporto é bem representativo desse fenómeno. Primeiro, através da participação das pessoas nas associações desportivas de uma comunidade e, segundo, na participação destas últimas nas comunidades onde se inserem. Muitas destas associações locais têm um estatuto de utilidade pública desportiva e são de natureza voluntária. No entanto, o seu contributo para o desenvolvimento do desporto e da atividade física é significativo ao nível das comunidades.

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Neste primeiro ponto sobre cidadania o que pretendemos salientar é o contributo de cada um para a comunidade e também o contributo das associações, nomeadamente as do setor do desporto, para essa mesma comunidade, com o seu papel educativo informal, no desenvolvimento da personalidade e no desenvolvimento de competências sociais, preparando os seus membros para a vida na comunidade, segundo um conjunto de valores, normas e tradições características dessas associações e comunidades.

Consideramos que as associações de desporto são um instrumento fundamental na construção de um sentido identitário, na construção de um sentido de pertença a uma comunidade e encerram todo um conjunto de possibilidades potenciais, para combater a exclusão social, as situações de vulnerabilidade, a pobreza infantil e possibilitar a construção de uma comunidade capaz de maior coesão social.

Neste sentido, as associações do desporto ganham uma dimensão de responsabilidade social que vai muito para além daquilo que é o objeto mais evidente de mera atividade desportiva.

Arriscamo-nos dizer que as associações ligadas ao desporto vão muito para além do desporto.

Que laboratório?

Quanto à questão da dimensão de laboratório, consideramos que esta segunda dimensão pode ser entendida como um conjunto de propostas de políticas públicas desportivas, na forma de programas, projetos, eventos e ações, sobretudo através da parceria com as associações desportivas, segundo várias configurações.

É claro que o papel de uma câmara municipal, no setor do desporto e da atividade física, vai muito para além do trabalho que faz em cooperação com as associações, mas neste momento apenas pretendemos fazer sobressair a área de intervenção das associações do setor do desporto.

Uma vez que estamos a tratar de políticas como é que nos situamos politicamente num município?

Situamo-nos à esquerda? À direita? Ao centro? Na Terceira Via? No Liberalismo? No Individualismo? Ou ainda numa outra corrente de pensamento político?

Quando nos envolvemos na atividade política de âmbito local tentámos situar-nos em termos ideológicos, perante o gradiente das concepções políticas que vão da esquerda à direita.

É verdade que apesar de representarmos um partido político de matriz social-democrata, fazemo-lo conscientemente na qualidade de independentes, pela simples razão da orientação política preservar a liberdade, não apenas a liberdade individual, porque essa está garantida para todos nós, mas porque preserva a liberdade de intervenção, com sentido transformador e reformador na sociedade. Pelo menos no nosso concelho tem sido assim.

No entanto, podia ter havido a tendência para uma intervenção mais de centro-esquerda ou uma intervenção mais de centro-direita. Até porque as grandes narrativas ideológicas deixaram de estar adaptadas às atuais realidades socioeconómicas. A bem da verdade nunca conseguiram mostrar na prática o potencial que durante anos prometeram e que nunca conseguiram concretizar.

Talvez por isso Fukuyama (2019, 11) tenha sugerido o fim da história e anunciado o último homem, como referência ao fim de um ciclo e ao início de um novo ciclo da História. No seu entender as correntes políticas liberais pareciam ter um consenso notável em todo o Mundo, através da legitimidade obtida pela democracia liberal, como opção política de governo.

Porém, quem optou por acreditar numa autorregulação dos mercados deu-se conta dos excessos libertários das correntes neoliberais. Como resultado, a ganância deixada à rédea solta, também não se mostrou adequada para servir de suporte ideológico à nossa ação.

Perante este cenário, o movimento designado por Terceira Via surgiu como uma possibilidade. Deu mostras de ser uma solução em Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos da América, respetivamente através da ação do ex-primeiro ministro inglês Tony Blair, do ex-chanceler alemão Gerhard Schroder e do ex-presidente americano Bill Clinton.

Parecia uma solução interessante estabelecendo um compromisso entre o melhor de dois mundos, ou seja, entre a esquerda e a direita, representando um equilíbrio entre estas duas orientações.

Esta posição mais central, que de algum modo prometia também revitalizar a social-democracia, teve como responsável ideológico o sociólogo Anthony Giddens, que através da sua obra *Para uma terceira via: a renovação da social-democracia* (Giddens 1999), caracterizou esta abordagem.

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Referindo-se ao trabalho de Anthony Giddens, Veiguiha (2023, 439), considera que o termo Terceira Via representa uma aposta renovada, para ultrapassar uma social-democracia datada e estafada, bem como um neoliberalismo desenfreado, característicos da época marcada pela derrocada da União Soviética e pelo aparecimento de uma globalização consolidada, que em conjunto permitiram ao capitalismo galgar para uma escala planetária.

O mesmo autor não esconde que o livro em questão revela ainda a impossibilidade de se vislumbrarem projetos políticos com potencial para se constituírem como alternativas credíveis ao capitalismo.

Perante este cenário, parece-nos que, em parte, a Terceira Via não só converge para as conclusões de Francis Fukuyama como também as parece fundamentar e reforçar. Perante esta visão os partidos sociais-democratas não parecem ter outra opção que não seja estarem destinados a governar e a regular este mesmo capitalismo, considerado como o estado final da evolução humana e a que Francis Fukuyama dá o nome de *homo liberalis*, como refere Amaral (2020, 87).

Mas a social-democracia estabelecida na base de uma democracia liberal não é um projeto perfeito e não está isenta de críticas. Estas compreendem, desde logo, a desilusão com a atividade política contemporânea que afasta as pessoas da política e as torna céticas relativamente à utilidade prática dos seus resultados para o bem-comum.

Mas as críticas dirigem-se ainda para as características da sociedade ocidental atual, onde as manifestações individualistas, as visões do eu, da sociedade e da democracia se consideram destituídas de valores, dando preferência ao individualismo exacerbado que é privilegiado nestas circunstâncias, deixando para trás a componente social e de relacionamento entre «pares», que empobrece a esfera das comunidades onde se situam.

O liberalismo social-democrata por vezes enfatiza demasiado o individualismo liberal e sublinha em demasia a importância da autonomia individual, em detrimento das ligações sociais que estabelecemos com os outros e que assim se tornam prejudiciais no âmbito da esfera comunitária.

Esta crítica é aceitável. A visão liberal da pessoa apenas como mera portadora de direitos individuais e desligada de qualquer sentido de pertença a uma comunidade não permite dar prioridade ao bem-comum cultivado comunitariamente.

Para contrariar esta situação é importante invocar novamente as noções de cidadania ativa e de participação cívica que respeitem o interesse público, os valores de uma sociedade, as suas instituições, as suas tradições, os seus valores, a sua cultura e as diversas formas de associação entre as pessoas, capazes de fazerem sobressair a identidade de uma comunidade e de contribuir para o bem-comum, salientando, em paralelo com os direitos, os deveres das pessoas perante as suas comunidades locais.

Adicionalmente, como a nossa perspetiva é crítica em relação às tradicionais narrativas ideológicas, considerámos que as características de uma comunidade têm um papel muito importante na definição de uma abordagem política, para os destinos dessa mesma comunidade.

Em conformidade com a crítica ao individualismo e com a importância do papel da comunidade, considerámos a possibilidade de nos aproximarmos da abordagem do comunitarismo, classificada por Simmons (2008, 97), como uma teoria crítica que se opõe às tradições políticas dominantes, nomeadamente às de natureza neoliberal ou mesmo libertária.

Convém referir que o comunitarismo, apesar de criticar o liberalismo, fá-lo no sentido de corrigir, aperfeiçoar e melhorar, esse mesmo liberalismo. Não pretende ser uma teoria política alternativa. Apenas uma abordagem para refinar o liberalismo. Nem podia ser de outro modo. É que o comunitarismo não apresenta com nitidez uma visão positiva de si próprio, com possibilidade de se constituir como alternativa ao liberalismo. O comunitarismo é substancialmente mais claro naquilo a que se opõe do que naquilo que pretende implementar.

Esta falta de «gravidade» não permite ao comunitarismo consolidar-se como uma ideologia com envergadura suficientemente robusta. É apenas uma «zona» do pensamento liberal que atrai os críticos dos excessos da narrativa liberal e agrega também alguns dos que se opõem ao liberalismo político de John Rawls (1993, citado por Amaral 2020).

Para Amaral (2020, 88), são vários aspetos merecedores de reparo: a crítica à modernidade e o peso excessivo das referências individualistas; a crítica ao desencanto que a atividade política tem demonstrado nas sociedades liberais atuais; a crítica ao liberalismo por não deixar grande espaço para as comunidades e os princípios morais que as estruturam; a crítica por não se levar em consideração o valor que as comunidades acrescentam na formação da identidade e da personalidade de cada um; a crítica à conceção asséptica do sujeito, considerado apenas como sujeito racional de direitos; a crítica

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

à possibilidade de emancipação das pessoas dos seus núcleos identitários tradicionais, como a família, um território, uma religião, uma profissão, entre outros elementos identitários; a crítica ao isolamento de cada pessoa do meio social onde nasceu e se desenvolveu; a crítica à modernidade por conceber todos os indivíduos como iguais, destituídos de conteúdo e de identidade, apenas detentores de direitos.

Na interpretação de alguns autores (Rosas, Thaler e Gongález 2018, 183), o mito fundador do comunitarismo considera que o indivíduo é formado pela comunidade. Tanto em termos psicológicos como sociológicos, existe uma influência da comunidade sobre o indivíduo, na forma de uma abordagem social integrada que contribui para o seu desenvolvimento total.

É também o que defendem os autores mais reconhecidos como comunitaristas, ou pelo menos como críticos do liberalismo individual, casos do escocês Alasdair MacIntyre, de influência aristotélica, do norte-americano Michael Sandel, crítico do liberalismo contemporâneo, do canadiano Charles Taylor, adepto do papel das tradições na vida moderna e do norte-americano Michael Walzer, crítico do liberalismo pelo excessivo peso do individualismo. De todos estes autores apenas Michael Sandel se considerou um comunitarista, preferindo na atualidade identificar-se com o republicanismo e com o perfeccionismo (Simmons 2008, 97).

Resumidamente estes e outros autores referem-se à importância de uma comunidade, para a construção da identidade e autoconhecimento dos seus membros. Ao contrário dos liberais que consideram que não há qualquer ligação entre o indivíduo, a cultura, a tradição e as normas da comunidade a que pertencem.

Os comunitaristas consideram que somos seres genuinamente sociais, porque já nascemos rodeados de costumes e em contacto direto com as tradições das comunidades específicas a que pertencemos (Wolf 2022, 256).

A identidade pessoal, a moralidade e a personalidade são moldadas e formadas, em grande parte, pelas interações com as comunidades e respetivos contextos sociais, culturais, tradições e práticas comunitárias. A ênfase é colocada na importância das comunidades e das tradições na formação dos valores e de identidades individuais e coletivas, ao contrário do liberalismo com o seu foco excessivo no individualismo.

Na nossa perspetiva as comunidades e as suas diversas associações desportivas têm um papel fundamental nas políticas públicas e são um dos pilares

para situarmos a nossa atividade política de âmbito local, necessariamente restrita, neste caso, num concelho.

As associações locais do setor do desporto desenvolvem atividades físicas e práticas desportivas, muitas vezes, desde os escalões etários mais baixos até aos escalões de veteranos, e, adicionalmente, algumas ainda oferecem atividades físicas a faixas etárias da população mais envelhecidas. Simultaneamente prestam um serviço cívico aos seus associados e em particular à comunidade em geral.

Consideramos ainda que as associações são fundamentais para o processo de integração social dos jovens que efetuam uma parte do seu desenvolvimento pessoal nas associações locais. Consequentemente, as associações podem ser entendidas como parceiras e, nessa condição, como um instrumento das políticas públicas do desporto, para implementação das estratégias de desenvolvimento desportivo a nível local, garantindo o desenvolvimento de um espírito comunitário e também do bairrismo, esse conceito hoje em desuso.

Políticas municipais: um caso

Consideremos, por exemplo, o concelho do Entroncamento, situado na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e no distrito de Santarém. De acordo com os dados do Centro de Inteligência Territorial (CIT s.d.), é o 2.º mais pequeno do país, com uma área de 13,7 km². Alberga uma população residente de 21 294 pessoas, sendo o 14.º com maior densidade populacional do país, calculada em 1 551 hab/km².

Mas se retirarmos a área ocupada pela Infraestruturas de Portugal (caminhos-de-ferro e atividades ferroviárias) e a área ocupada pelas instalações militares (atualmente sem atividade significativa), é seguramente um dos 10 concelhos do país com maior densidade populacional.

Nos últimos anos uma nova realidade emergiu porque chegaram ao concelho imigrantes de 50 nacionalidades. Este fenómeno transformou-o no concelho, do distrito de Santarém e do Médio Tejo, com maior densidade populacional de imigrantes por km², de acordo com dados do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Sefstat s.d.).

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Recorrendo aos dados oficiais das estatísticas do referido serviço, verificamos que, em 2022, residiam no concelho 1 352 imigrantes, com estatuto legal. Mas a nossa experiência do quotidiano leva-nos a considerar que estes dados não refletem a realidade, sendo apenas uma estimativa que se situa muito abaixo dos números reais. Por exemplo, só no primeiro trimestre de 2024, os atestados de residência emitidos pelas duas juntas de freguesia ultrapassaram o milhar (1 000). Convém salientar que os atestados de residência são emitidos por residência e não por indivíduo, pelo que este número pode ser multiplicado por um fator de 2 ou de 3, ou mesmo mais, como algumas composições do agregado familiar nos mostram, bem como a verificável sobrelotação dos apartamentos de vários destes agregados familiares.

Acresce ainda a informação sobre os dados oficiais do agrupamento escolar do concelho, onde se verifica que a nossa atual população escolar é composta por mais de 30% de alunos estrangeiros. Por isso, apesar de recente, a imigração, é um fenómeno em crescimento no concelho.

De acordo novamente com dados do Centro de Inteligência Territorial (CIT s.d.), a taxa de variação do crescimento da população estrangeira, do ano de 2021 para 2022, situou-se em 37,4%, tornando o concelho um dos que recebe mais imigrantes, na região do Médio Tejo. Uma explicação plausível é sua privilegiada localização geográfica, tradicionalmente rica em acessos ferroviários, mas, atualmente, também com excelentes acessos rodoviários, como a A1, a A13 e a A23. Mas toda esta rápida e significativa afluência tem trazido algumas dificuldades de integração destas populações que importa resolver.

Recentemente o concelho foi classificado como um concelho onde se verifica pobreza infantil, onde ocorrem situações de vulnerabilidade social e onde existe o risco de exclusão profissional, com a correspondente exclusão social. Não é um concelho onde estas situações se generalizem à maioria das pessoas, mas foram identificadas bolsas de pobreza e situações facilitadoras do seu desenvolvimento.

Para fazer frente a estas situações o concelho adotou alguns programas sociais, tentando capacitar as populações identificadas, com competências capazes de as ajudar no processo de integração, para conseguirem ultrapassar as condições de vida em que se encontravam.

O Município, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia do concelho, concorreu à implementação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), para tentar debelar as situações referidas.

Na sua proposta de estrutura geral estes CLDS são desenvolvidos através de 3 eixos, nomeadamente, o eixo 1 dirigido ao emprego, formação e qualificação; o eixo 2 dirigido à intervenção familiar e parental; o eixo 3 dirigido à capacitação das comunidades e das instituições locais.

Mas não se consegue perceber bem o resultado conseguido pelos programas dos CLDS. Aliás, o relatório final de avaliação destes projetos, denominado Estudo de Avaliação de Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, elaborado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C 2019), refere as dificuldades porque tais ações e objetivos são, no geral, largamente insuficientes face à dimensão dos problemas identificados nos territórios vulneráveis.

Refere ainda que outro problema destes programas é a relativa passividade dos parceiros locais, com muitos projetos CLDS a caírem numa lógica de assistência social, dirigida para a família, em alternativa a outros aspetos estruturais da pobreza, caso da promoção da inclusão no mercado de trabalho e integração social.

Outra crítica dirigida a estes programas CLDS é que falham no fortalecimento do tecido associativo local, no «*empowerment*» (fortalecimento) das comunidades e na transformação das lógicas de intervenção dos serviços locais.

Para além disso, refere-se no relatório que «existem poucas evidências de que os serviços e atividades CLDS apoiados permaneçam em funcionamento após o término do apoio do programa». Esta constatação coloca em causa o *tracking* (acompanhamento) da modificação dos comportamentos e a verificação da sua concretização.

O relatório também salienta que após as suas quatro gerações (CLDS, CLDS+, CLDS 3G e CLDS 4G), os CLDS parecem deficitários na sua intervenção ao nível do associativismo. Esta situação pode resultar de uma escolha de parceiros pouco adequada, que se mostram incapazes de concretizar uma inclusão ativa, promover a igualdade de oportunidades, potenciar a participação ativa e reforçar a coesão social.

Como recomendação o relatório em questão refere que as câmaras municipais devem apostar no trabalho comunitário, assumindo o seu papel de responsável institucional sobre a intervenção nos territórios, em parceria com outras entidades, como Associações de Desenvolvimento Local, Misericórdias, Cáritas Diocesanas ou Centros Paroquiais. Paralelamente, lança dúvidas sobre a concretização do programa de maior responsabilização dos parceiros.

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Por outro lado, considera que as associações recreativas e culturais já foram parceiras dos CLDS ou mesmo coordenadoras dos CLDS, mas numa percentagem residual, o que no nosso entender tem de ser incrementado.

Como forma de corrigir os CLDS o relatório propõe que os destinatários possam ser entidades e *stakeholders* relevantes, em diversas áreas de intervenção, designadamente habitação, saúde, desporto, educação, cultura e reabilitação urbana nos territórios CLDS.

Portanto, os clubes e as associações podem ter um papel que ultrapassa em muito a sua intervenção apenas no âmbito desportivo ou da atividade física. Podem contribuir para uma melhor integração na comunidade das populações em dificuldades, nomeadamente as populações imigrantes, ao mesmo tempo que lhes imprimem as normas, os valores, as tradições e a cultura própria de uma comunidade, contribuindo para a sua integração social e para o desenvolvimento de uma maior coesão social no território.

Deste modo, as associações desportivas são no nosso entender entidades que podem funcionar como parceiras eficazes dos diversos programas sociais existentes.

Seguindo as recomendações dos programas sociais referidos e de acordo com a nossa própria perspetiva, as associações desportivas existentes na maioria dos concelhos são uma das entidades que as políticas públicas do desporto, de âmbito municipal, deveriam privilegiar como parceiras, para a implementação das suas estratégias de desenvolvimento desportivo.

As associações desportivas têm uma significativa capacidade de integração social, transmitindo simultaneamente aos seus membros, durante a realização das atividades físicas e desportivas, os valores e as tradições que as caracterizam. Fica assim criada a possibilidade de se estabelecerem laços significativos entre os membros e entre estes e a comunidade, através de um processo de mútuo reconhecimento.

É assim que o comunitarismo é levado à prática e em simultâneo permite aperfeiçoar o equilíbrio entre o individualismo de cada um com uma integração social, favorecendo uma maior coesão social.

Atualmente o corpo de conhecimento da gestão do desporto e da atividade física, em contexto municipal, apresenta diversas soluções, para estruturar e implementar políticas públicas desportivas, suportadas em correspondentes programas estratégicos de desenvolvimento do desporto e da atividade física, de uma forma que podemos considerar como um ato puramente técnico

e trivial. O setor municipal dispõe de modelos, abordagens, metodologias e métodos para o adequado desenvolvimento das estratégias municipais dirigidas ao desporto e à atividade física.

A definição de uma missão, que traduz a «filosofia» de intervenção, a projeção de uma visão, capaz de estabelecer onde queremos chegar, num determinado período e a definição de valores, para garantirem uma intervenção adequada do ponto de vista ético e deontológico, representam o ponto de partida da tomada de decisão estratégica.

Segue-se a análise estratégica, com as abordagens macro à situação global, caso das análises políticas, económicas, sociais, tecnológicas, do envolvimento e legais (PESTEL) e as análises para construção de cenários prospectivos plausíveis, onde o futuro é, por antecipação, desvelado e se tenta perceber porque acontece o que acontece (Claudino 2020, 147).

Juntam-se as análises do setor de atividade, com as metodologias de análise da cadeia de valor, a análise das forças competitivas e as análises à própria organização desportiva, através, por exemplo, da análise das *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats* (SWOT), entre outras. Estas análises permitem definir os grandes temas estratégicos que vão ajudar a orientar o desenvolvimento da política desportiva municipal.

O desenvolvimento da política desportiva municipal pode ser modelado através de uma das várias abordagens de gestão estratégica, como é o caso da gestão por objetivos ou de uma abordagem como o modelo do *balanced scorecard* (BSC), mais da nossa preferência.

Qualquer uma destas abordagens de gestão estratégica permite estabelecer o desdobramento em cascata (*cascading*) dos objetivos estratégicos, para todos os diferentes níveis hierárquicos do município, através do alinhamento (*alignment*) desses níveis hierárquicos e das relações de causa-e-efeito que se estabelecem entre os objetivos dos diferentes níveis.

Importa também considerar na definição da estratégia a perspetiva financeira; a perspetiva dos membros da comunidade («clientes»), que usufruíram/ /consumiram os serviços desportivos disponibilizados; a perspetiva dos processos internos utilizados, para disponibilizar os serviços desportivos aos consumidores; e a perspetiva da aprendizagem e crescimento dos recursos humanos do município que trabalharam para proporcionar os serviços desportivos.

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

Todas estas perspetivas devem ter objetivos específicos; indicadores, para medir esses objetivos; metas, para quantificar os objetivos; iniciativas, para ajudar a cumprir com a operacionalização e implementação dos objetivos.

A maturidade das tecnologias digitais, a par dos sistemas de informação específicos, para processar os dados e informações das atividades físicas e desportivas de âmbito municipal, estão hoje à disposição das câmaras municipais e constituem-se como uma oportunidade, para integrar todas as operações necessárias a uma gestão capaz de acompanhar, monitorizar e controlar a atividade desportiva num concelho.

Desenvolvidos à medida e de forma personalizada ou adquiridos como solução *standard*, os sistemas de informação, suportados por bases de dados relacionais (ou de outra natureza), são uma necessidade, para o funcionamento eficiente e eficaz do aparelho administrativo municipal, em matéria de desporto e atividade física. É o que refere Claudino (2004, 431), considerando a integração e unidade entre desporto, gestão e sistemas de informação, para o desenvolvimento de observatórios municipais do desporto.

A par dos outros departamentos municipais, também o departamento do desporto necessita de desenvolver ou adquirir uma plataforma informática, para registar todos os dados obtidos pela avaliação e produzir informação periódica, dando conhecimento da realidade desportiva, época a época ou período a período, para ser possível tomar decisões que ultrapassem a discricionariedade.

Na nossa opinião estas plataformas podem ser desenvolvidas debaixo do «chapéu» de um observatório do desporto, onde todas as associações estão conectadas em rede e através do qual as associações, juntamente com o município, disponibilizam os dados a tratar, para produção da informação sobre a realidade desportiva do concelho.

Mas o observatório não fica por aqui. Para além dos dados de natureza desportiva, como o número de praticantes, equipas, competições e resultados desportivos o observatório também deverá recolher dados sobre o emprego direto, proporcionado pelas organizações do desporto do concelho. Também deve recolher dados sobre a importância económica dessas organizações e qual é o seu contributo para a economia do concelho.

Mas o observatório pode ainda estender o seu âmbito de atuação, analisando a atividade das organizações/empresas relacionadas com o desporto, como é o caso das empresas que não tendo como atividade de base

o desporto ou a atividade física, mostram alguma dependência da atividade das organizações desportivas, para a sua subsistência ou parte da sua subsistência.

Referimo-nos às empresas de venda de material desportivo, de fabricação de material desportivo, de manutenção de material desportivo, ou, ainda, todas as empresas que de algum modo estabelecem relações de dependência económica com o desporto e a atividade física. É também objeto de análise perceber como é que o desporto cria emprego induzido nestas empresas.

Todos estes elementos de informação são importantes, para perceber o que é o desporto num concelho e como é que ele deve ser entendido, desde uma dimensão política até uma dimensão mais técnica de gestão do desporto e das atividades físicas.

E não só em relação ao associativismo, também o deverá fazer em relação às organizações privadas do desporto, como é o caso dos *healthclubs*, ginásios e afins, focando a sua análise nas mesmas dimensões, membros, atividades, emprego, importância económica e dinâmica social.

Conclusão

Com o presente texto tentámos ensaiar a justificação para a importância das associações desportivas, como parceiras da implementação das políticas públicas do desporto no âmbito dos municípios, evidenciando o seu contributo para o desenvolvimento e fortalecimento de um sentido comunitário.

Depois de nos termos situado no quadro de referência ideológico do comunitarismo, entendido como teoria crítica do liberalismo, mas promovendo um equilíbrio entre individualismo e comunidade, salientámos o papel das associações desportivas como instrumentos capazes de operar esse equilíbrio, ajudando à integração social, para obtenção de uma maior coesão social.

O exemplo do concelho do Entroncamento foi importante para se perceber na prática como se deve proceder quando os programas sociais, para combater a exclusão social, a pobreza, nomeadamente a infantil e eliminar situações de vulnerabilidade, não parecem apresentar resultados significativos.

A necessidade de enquadrar a vaga de imigrantes que têm chegado ao concelho foi outro aspeto que salientou a importância das associações desportivas, como instrumentos com potencial para operar a integração dos

Da filosofia política aos sistemas de informação no desporto

imigrantes na comunidade, através de uma partilha de valores e tradições características do concelho.

Relevante é também o papel da gestão do desporto, como quadro de referência teórico, para a definição e implementação das estratégias de desenvolvimento desportivo municipal que consubstanciam as políticas públicas do desporto e da atividade física. Este tipo de intervenção, mais de natureza técnica, tem hoje à sua disposição um corpo de conhecimento que permite reduzir a incerteza dos procedimentos a adotar, tornando a intervenção relativamente trivial.

Por fim, mas não menos importante, entra em jogo a valência das tecnologias digitais, nomeadamente a utilização de observatórios municipais do desporto e da atividade física, para ligar em rede as associações desportivas e o município, permitindo a obtenção de dados, de informações e dos conhecimentos necessários a uma tomada de decisão criteriosa, de acordo com a situação desportiva do concelho, para a definição das respetivas políticas públicas de natureza desportiva.

Referências

- AD&C. S.d. «Avaliação de Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)», Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/avaliacaoclds_sumarioexecutivo_pt.pdf.
- Amaral, Carlos, e Rui Areal. 2020. «Comunitarismo». In *Manual de Filosofia Política* – 2.ª edição revista e aumentada, org. João Cardoso Rosas, 87-116. Coimbra: Edições Almedina.
- CIT. S.d. «Territórios em Números: Entroncamento», Centro de Inteligência Territorial, <https://www.inteligenciateritorial.pt/territories-in-number/1611410/da6d072d-d62f-4c7a-bc7b-0a47400df761/4e60b92b-21b8-4b47-8f45-3662c048e03e>.
- Claudino, Rui Madeira. 2004. «Desporto, Gestão e Sistemas de informação». In *Cultura e Desporto*, Separata da Revista Povos e Culturas (9), org. Gustavo Pires, 431-443. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa.
- Claudino, Rui Madeira. 2020. «Notas Biográficas». In *Um Corpo*, org. Carlos Rosa Ferreira, 147. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana/Universidade de Lisboa.
- Fukuyama, Francis. 2019. *O fim da história e o último homem*. 2.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, Anthony. 1999. *Para uma Terceira Via: a renovação da social-democracia*. Trad. de Saúl Barata. Lisboa: Presença.
- Marshall, Thomas Humphrey. 1950. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge: CUP.

Desporto, Liberdade e Democracia

- Rosas, João Cardoso, Mathias Thaler, e Inigo González. 2020. «Filosofia Política». In *Filosofia. Uma Introdução por Disciplinas*, org. Pedro Galvão, 175-213. Lisboa: Edições 70.
- SEF. S.d. «Estrangeiros residentes em: Entroncamento/Santarém», Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – sefstat portal de estatística, <https://sefstat.sef.pt/forms/Santarem.aspx>.
- Simmons, Alan John. 2008. *Political Philosophy*. New York: Oxford University Press.
- Veiguiha, Joaquim Jorge. 2023. *História Crítica do Pensamento Político – Vol. 2: Do Nascimento da Sociologia Política ao Retorno da Filosofia Política*. Coimbra: Edições 70.
- Wolf, Jonathan. 2022. *Introdução à Filosofia Política*. Trad. de Maria de Fátima St. Aubyn. Lisboa: Gradiva.

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

Jorge Vilela de Carvalho

Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP.

O Desporto formal ou organizado começa a ser estruturado pós-revolução industrial com a criação, internacionalmente, das primeiras Federações Desportivas Internacionais a partir de 1881, a exemplo da Federação Internacional da Ginástica (FIG), da fundação do Comité Olímpico Internacional (IOC) em 1894, a inauguração da primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna que ocorreram em 1896, na Grécia, em Atenas. A participação de atletas com deficiência nos Jogos Olímpicos tem lugar a partir da segunda edição em 1900 França, Paris, Ewry, 1900, Eyser, 1904 até ao presente com Melissa «Milly» Tapper (IOC, 2016; 2020) e Bruna Alexandre (IOC, 2024), entre outros atletas (APCAS s.d.).

As Organizações Desportivas consideradas convencionais ou regulares e os seus Dirigentes em geral e, em particular, os Olímpicos têm discriminado, ao longo da história até ao presente, as pessoas por razões políticas, de sexo, da raça e a população vulnerável, designadamente as pessoas com deficiência/incapacidade que sentiram na obrigação e no direito de criarem organizações próprias, que têm vindo a serem denominadas de desporto adaptado e de modelos segregados.

Categorização e enquadramento normativo

Em Portugal a Constituição de 1822 (AR s.d.) limitava o exercício da atividade política e os direitos eram suspensos «Por incapacidade física ou moral» (n.º I, art. 24.º, p. 7), e eram «absolutamente inelegíveis» (n.º II, art. 34.º, p. 10) «os que não têm para se sustentar, não tem renda, nem bens ...». Os monarcas

também foram abrangidos (art. 144.º, p. 38) uma vez que «a pessoa que houver de suceder na Coroa tiver incapacidade notória e perpétua para governar, as Cortes declaram que por esta fica excluído da Coroa».

Pós 25 de Abril de 1974 o Estado português reconheceria o desporto, apenas, como «meio de ocupação de deficientes» [alínea h), art. 7.º, do DL 553/73, de 31 de dezembro] ou o desporto como «meio de terapêutica ocupacional» [alínea g), art. 7.º, da Lei n.º 63/78 de 29 de setembro]. O acesso ao alto rendimento desportivo só veria a ser reconhecido em 1995 (DL 125/95, de 31 de maio) e o direito aos Prémios em 1997 (Portaria 393/97, de 17 de junho).

Os diferentes modelos de intervenção pública na organização do desporto têm reproduzido, ao longo dos tempos, a evolução do conceito e estatuto das pessoas com deficiência na sociedade tendo como fim último a inclusão, ou seja, a participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas e, nomeadamente, a participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto (art. 30.º, CDPD, 2006).

A Visão e a Estratégia para a Inclusão no Desporto perspetivada pelo Sir Ludwig Guttman há mais de setenta e cinco anos (Guttman 1976, 24) têm dado os seus frutos embora, no nosso entender, o percurso internacional tem sido muito lento por um lado e, por outro lado, o Modelo de Inclusão tarda a chegar a Portugal, a saber:

- A realização dos três primeiros eventos, Jogos Nacionais de 1948 em Inglaterra, os internacionais em 1952 e os primeiros Paralímpicos 1960 Itália, Roma, coincidentes com os anos dos Jogos Olímpicos, países (Inglaterra e Itália) e cidade (Roma) culminaram, cinquenta e três anos depois no acordo IOC-IPC, assinado em abril de 2001, estabelecendo, entre outras importantes medidas, o princípio de uma candidatura, uma cidade e dois Jogos, Olímpicos e Paralímpicos, a coincidência em termos de ano, país, cidade, instalações desportivas, aldeia olímpica e, quando possível, o mesmo comité organizador.
- O acordo estabelecido entre o IOC e o IPC deu início aos subsequentes acordos de transferência das responsabilidades e competências de intervenção das modalidades paralímpicas do IPC para as Federações Desportivas Internacionais, respetivas, sendo o primeiro assinado em 2005 com a Fédération Equestre Internationale (FEI), designado por «Transfer of Governance».

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

- A Noruega (NIF, 1996-2008), a Netherlands (1993-2012), a África do Sul (SAS-COC, 2003) e os Estados Unidos da América (USOPC, 2019) conceberam e implementaram Modelos de Inclusão, do topo à base, partindo das organizações desportivas supranacionais até aos clubes desportivos, de base local, cada país com particularidades e especificidades próprias, optaram pela estratégia da fusão ou da criação de uma nova macroestrutura, todas, visando a inclusão, a sustentabilidade, a partilha dos serviços, a racionalização de recursos de um modelo «centrado no atleta/participante».
- Em Portugal impera um Modelo Segregado que tem divergido da inclusão, primeiro tutelado pelo Estado passando do setor da Saúde para o Desporto, através da Direção-Geral do Desporto (DGD) em abril de 1974, a terceira fase inicia-se em 1983 com a dinâmica do associativismo liderado pelas organizações não-governamentais para pessoas com deficiência (ONGPD), a quarta em 1988 com a criação da Federação Portuguesa de Desporto para as Pessoas com Deficiência (FPDD), a quinta com a criação em 2008 do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), a sexta a partir de 2014 a «imitar o Transfer of Governance» mas que não obedeceu a qualquer estudo prévio com a consequente definição de uma visão e estratégia, a definição de um plano com a devida reestruturação, a capacitação dos recursos humanos, a adequação de recursos, de um calendário e, conseqüentemente, acompanhado pela avaliação e monitorização.

O Modelo de Desporto Segregado continua a vigorar, em Portugal, até a presente data, apesar de, há cinquenta anos, ter ocorrido a implantação do Estado Democrático que nos trouxe progressos em termos de Direitos Humanos e de Liberdade. Não existe, no entanto, no país qualquer organização desportiva, da base ao topo, isto é, desde Clubes Desportivos, estruturas intermédias como são as Associações Desportivas (Associações Territoriais), a nível nacional, nem as Federações Desportivas ou as organizações supranacionais (COP, CDP), possuem um Modelo de Desporto Inclusivo e Sustentável.

Urge e é um imperativo proceder a reforma do sistema político desportivo nacional, quer a nível governamental quer não-governamental. Precisamos de um novo Modelo de Desporto para Portugal, pós Paris 2024.

Os modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado, quer Governamental quer Não-Governamental são, em certa medida, interdependentes da evolução dos conceitos e estatutos das pessoas com

deficiência, desde origem da Humanidade e das Sociedades até aos nossos dias, que tem passado pela eliminação física até à atual fase tendo como fim último a «Total Participação» (ONU 1983, 7).

Esta evolução em direção à inclusão, que tem sido muito longa, odiosa e discriminatória, infelizmente continua a coabitar, em algumas regiões geográficas e em determinados países, com a eliminação física e a violação dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência/incapacidade, a exemplo do que acontece, ainda, com a paralisia cerebral e, (... *killings, dismembering, mutilation and attacks against ...*) ou seja, assassinatos, desmembramentos, mutilações e ataques contra os albinos (UN 2013, 7). Abordaremos os seguintes termos: pessoas com deficiência, inclusão, desporto, desporto adaptado, paralímpicos e modelos de desporto.

a) *Pessoas com deficiência*

Socorremo-nos das definições das Nações Unidas que estão universalmente consensualizadas e, previamente, baseadas em aprofundados estudos de especialistas como são a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a saber:

- «Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas» [alínea e), Preâmbulo, CDPD, 2006].
- «As pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que, em interação com várias barreiras, podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade» (art. 1.º Objecto, CDPD, 2006).
- «Deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo como um desvio significativo ou uma perda» (CIF 2008, 21). A CIF utiliza as deficiências como problemas das funções e estruturas do corpo associados aos estados de saúde.
- A «incapacidade» é um termo que abrange deficiências, limitação de atividades ou restrição na participação. «Funcionalidade» é um termo que abrange todas as funções do corpo, atividades e participação.

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

O Modelo de Desporto evoluiu (prática, normas, estrutura organizativa, etc.), nos anos oitenta do século XIX, para o conceito e princípios de «Funcionalidade», um progresso alcançado muito antes que as UN/OMS, traduzido na rejeição dos conceitos de paciente, de pessoa com incapacidade, que perdeu algo, passando o desporto a colocar no plano dianteiro o Ser Humano e, por detrás, o atleta com funcionalidade e eficiência que, mais tarde, se veio a comprovar pelo CIF pelo abandono do Modelo Médico e evolução para o Modelo Social.

b) Inclusão

Os fins da «total participação» enunciados nos objetivos do Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, pela ocasião da Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência 1983-1992 (UN 1982, 7) e, posteriormente, enunciada de uma forma generalizada na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência a «*participação e inclusão plena e efetiva na sociedade*» [alínea c), art. 3.º Princípios Gerais; art. 19.º alínea b); art. 24.º Educação, alínea e), do número 2; art. 26.º Habilitação e Reabilitação número 1 e alínea b) do número 1 da CDPD 2006].

Estima-se em 15% a população mundial com deficiência e, conjuntamente, com outras minorias integram a população vulnerável e, no domínio do desporto, existem diversos estudos que avaliam os sistemas, as teorias e as estratégias de inclusão e, nuns estabelecem quatro classificações: de segregação, de marginalização, de assimilação e de inclusão.

Os exemplos a seguir apresentados leva-nos a aperceber o que não é inclusão:

- Os Clubes desportivos e as Federações Nacionais que existem apresentam justificações infundadas, no nosso entender, desde falta de recursos humanos qualificados, barreiras arquitetónicas, etc., para recusarem integrarem pessoas com deficiência.
- Os Clubes desportivos e as Federações Nacionais que admitem como atletas pessoas com deficiência, mas que, organicamente, são enquadrados nas designadas de «Desporto Adaptado» ou em secções multidesportivas e multideficiência e não são enquadrados como os demais atletas «sem deficiência» nas estruturas por modalidades desportivas, ou seja, os de atletismo na Secção de Atletismo, de natação na Secção da Natação com os seus pares, atletas sem deficiência/incapacidade.

Se alargarmos o acesso à população alvo com deficiência para a participação no desporto conforme se encontra estabelecido no número 5 do artigo 30.º da CDPD, designadamente a participação ativa (atletas), passiva (como espectadores), como agentes desportivos (benévolo ou remunerado), como profissionais e/ou como consumidor, sendo necessário assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de pessoas envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, desportivas e de lazer, constataremos que nenhuma organização desportiva governamental bem como os privados garantem uma *«inclusão plena e efetiva na sociedade»*.

c) *Desporto*

A definição oficial de Desporto que vigora em Portugal é a que foi adotada pelo Governo e pela Administração Pública Desportiva estabelecida na Lei de Bases do Desporto e que se encontra definida pelo Conselho da Europa, a saber: «Entende-se por desporto qualquer forma de atividade física que, através de uma participação livre e voluntária, organizada ou não, tenha como objectivos a expressão ou a melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competições de todos os níveis» (n.º 2, art. 2.º, Lei n.º 30/2004, de 21 de julho).

O desporto como «meio de ocupação de deficientes» [alínea h), art. 7.º, do DL 553/73, de 31 de dezembro] é o que estava previsto pós 25 de Abril de 1974 ou desporto como «meio de terapêutica ocupacional» [alínea g), art. 7.º, da Lei n.º 63/78, de 29 de setembro].

A primeira Lei-Quadro do Desporto ou Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei 1/90, de 13 de janeiro) limitou-se a reconhecer, apenas, o desporto de base ou a «generalização da atividade desportiva» apesar de se ter retomado a participação nos Jogos Paralímpicos (1984 e 1988), Campeonatos do Mundo (1986, 1987), de se ter criado em 1988 a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD, 1988) que na Lei de Bases passou a ser reconhecida e a ter um enquadramento como uma federação multidesportiva por se dedicar ao «desenvolvimento da prática cumulativa de diversas modalidades desportivas, para áreas específicas de organização social, designadamente do desporto para deficientes ...» (art. 23.º). O Comité Paralímpico de Portugal (CPP), entretanto, criado em 2008 foi, previamente, previsto na Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 30 de 2004, de 21 de julho, Secção II Organização privada do desporto, Subsecção I Movimento associativo desportivo, art. 26.º).

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

A alta competição ou alto rendimento desportivo viria a ser reconhecida e a abranger os cidadãos com deficiência que «obtenham resultados de excelência na prática desportiva» (art. 40.º, DL 125/95 de 31 de maio) e, consequentemente e no desenvolvimento do disposto no n.º 2 do artigo 33.º foi emitida a Portaria 953/97, de 4 de agosto que veio a fixar o montante dos prémios e os termos da sua atribuição.

A segunda Lei de Bases do Desporto (Lei 30/2004, de 21 de julho) veio a introduzir o «Princípio da não discriminação» (art. 5.º, Cap. II) e de acordo com estes Princípios Orientadores e por forma a salvaguardar o direito no acesso e na participação foi considerado às Acessibilidades, ou seja, o acesso às infraestruturas desportivas (art. 82.º, Cap. X) e a considerar os produtos de apoio (ajudas técnicas) como um meio para o ensino e treino «... adequadas, para uma plena integração e participação sociais em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos».

d) Desporto Adaptado

O processo de adaptação não se aplica única e exclusivamente às pessoas com deficiência, mas tem como objetivo todo e qualquer participante-atleta com menores e maiores exigências, quer se trate do desporto informal quer o alto rendimento e poderá ser estruturado de acordo com quatro princípios que concebemos partindo do conceito de atividade física adaptada de Winnick (2005), a saber: aos Objetivos (interesses, motivações); às Capacidades (fator de funcionalidade psicossomática); a Prevenção (saudável e seguro) e alcançar Sucesso (resultados/objetivos).

e) Paralímpicos

O Sir Ludwig Guttmann fundador do movimento paralímpico considerado pelo Papa João XXIII, em 1960, como o «Coubertin das pessoas com deficiência» foi quem idealizou em 1949 (Guttmann 1976, 24) o direito das pessoas com deficiência a competirem num Jogos «equivalentes» aos Jogos Olímpicos, daí nasceu o paralelismo que deu origem aos Paralímpicos.

f) Modelos de desporto

Importa aqui analisar os Modelos de Desporto em termos de Políticas Públicas de Desporto em geral e, particularmente, as que se destinam as pessoas com deficiência.

É reconhecido, internacionalmente, a existência de dois Modelos Políticos, o Americano (de estrutura horizontal) e o Europeu de estrutura vertical ou piramidal, este último, é o que vigora na maioria dos países e o que reproduz o Modelo Desportivo Não Governamental. O Conselho da Europa (Resolução 1602, de 2008) defende a preservação do Modelo Europeu do Desporto.

O Livro Branco do Desporto é considerado como sendo o primeiro documento político da Comissão Europeia que aborda a função social do desporto, a dimensão económica do desporto e a organização do desporto e, nesta última parte faz referência ao chamado «Modelo Europeu do Desporto» (EU 2007, 24). O «Reforço dos princípios de um modelo desportivo europeu» consta da Resolução do Parlamento Europeu de 2021 (2021/2058/INI). Sobre as «características principais de um modelo europeu do desporto» consta de uma Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho da EU de 2021 (UE 2021/C 501/01). Foi realizado pela ECORYS e pela KEA o estudo sobre o Modelo Europeu do Desporto (Study on the European Sport Model 2022).

É com o Tratado de Lisboa de 2007, que introduz um artigo específico sobre o desporto (art. 165.º TFEU), que passa a conferir competências legais à União Europeia no domínio do Desporto.

Modelos de organização

a) Da elegibilidade e classificação aos modelos organizativos

A «Elegibilidade e a Classificação» são dois dos fundamentos que estão na origem das organizações desportivas e dos seus respetivos Modelos que têm evoluído ou coexistido e que são:

- As organizações desportivas internacionais por deficiência, designadas por IOSD – Internacional Organisations of Sports for Disabled, que começaram a surgir em 1924 (CISS/ICSD), até recentemente, SU-DS e, outras têm resultado dos processos de fusões da IWAS em 2004 e World Abilitysport em 2022.
- As Federações Desportivas Internacionais (para a deficiência), umas são específicas, a exemplo do Boccia (BISFed), outras são adaptadas das modalidades convencionais, a exemplo de basquetebol em cadeira de rodas, que surgiu nos anos setenta (IWBF).

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

- As Federações Desportivas Internacionais (ISF – International Sport Federations) convencionais que no âmbito do «Transfer of Governance» (IPC-FEI) passaram a assumir quer as modalidades paralímpicas (FEI; UCI; FISA; ICF; etc.) quer as não paralímpicas (Flying Disc, Armwrestling, etc.)

b) Campos de intervenção do desporto

Os Modelos de Organização do Desporto para as pessoas com deficiência evoluíram em função de quatro campos de intervenção, a primeira de Desporto-Terapia tendo por finalidade a funcionalidade ou (re)habilitação da função, enquadrada organicamente por centros hospitalares, de medicina física e reabilitação. A segunda é de Desporto-Recreação tendo por objetivo a ocupação dos tempos livres e de lazer, enquadrada, também, por centros hospitalares e de reabilitação e, ainda, por organizações não-governamentais de e para as pessoas com deficiência. Estas duas organizações passam a desenvolver o Desporto-Rendimento e o Paralímpico. E, por fim, o Desporto-Educação através da Educação Física e do Desporto, desenvolvido quer no setor público quer no privado, tendo por finalidade desenvolver as competências e promover a inclusão social.

- Os atletas com deficiência começam a participar nos Jogos Olímpicos a partir da segunda edição em Paris 1900 (George Eyser) até aos dias de hoje, Tóquio 2020 e prevista para Paris 2024 (Melissa «Milly» Tapper, Bruna Alexandre).
- As duas Guerras Mundiais causaram um elevado número de civis e militares com deficiências/incapacidades tendo levado a uma maior consciência social para combater as discriminações e, conseqüentemente, para promover os direitos humanos, a inclusão social e, nomeadamente, a implementação de medidas nos domínios da educação, da qualificação profissional e do emprego. Acresce o facto tanto as mulheres como as pessoas com deficiência terem contribuído como força produtiva, quer durante a guerra quer após, para a reconstrução dos respetivos países e para a recuperação económica passando a reabilitação e a inclusão a ser uma das missões da Comissão Militar Inter-Aliada de Controlo (2019). Surgem na América do Norte e na Europa as primeiras legislações, nomeadamente no Reino Unido a «Lei das Pessoas com Deficiência (Emprego) do Reino Unido de 1944» e o «United Kingdom Disabled Persons Employers Act of 1944».

- Em Portugal surge, em 1916, o Instituto-Pedagógico de Santa Isabel, da Casa Pia de Lisboa que passou a designar-se, em 1918, de Instituto dos Mutilados de Guerra. Em 1966 foi inaugurada o Hospital do Alcoitão, integrando o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) vocacionado para a reabilitação dos militares que adquiriram a deficiência/incapacidade na Guerra Colonial.
- O Guttmann considera que o desporto para pessoas com deficiência foi debatido pela primeira vez, internacionalmente, durante o Congresso Científico de Munique 1972. A UNESCO publicou a obra de Guttmann em 1976 em inglês, francês e espanhol no âmbito do programa de educação especial de crianças e jovens tendo referido no prefácio que «*O desporto desempenha um papel vital neste processo de integração*» (UNESCO 1976, 11). A obra foi traduzida para português pelo Ministério da Educação de Portugal (DGD 1977, 9).
- O acordo de colaboração assinado em 1922 entre o Comité Olímpico Internacional (COI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) teve por objetivo promover o desporto como meio de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, o que ocorreu muito antes de 1945, data da criação das Nações Unidas.
- O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981) e a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (1982-1992) através do Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência (ONU, 1982) estabeleceu uma estratégia global que fornece um modelo para os países alcançarem a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência, que inclui a Educação Especial, a Cultura, a Recreação e o Desporto.
- As diversas iniciativas para a inclusão de atletas com deficiência no desporto regular ou convencional resultaram na assinatura de um acordo entre o Comité Paralímpico Internacional (IPC – International Paralympic Committee) e o Comité Olímpico Internacional (IOC – International Olympic Committee), assinado a 19 de junho de 2001, é de relevar, entre outras medidas acordadas, o princípio de uma candidatura, uma cidade e dois Jogos, Olímpicos e Paralímpicos. Este acordo resultou, ainda, em 2005 no início do processo de transferência das modalidades paralímpicas para a Governação das Federações Desportivas Internacionais, tendo sido a Federação Equestre Internacional (FEI – Fédération Equestre Internationale) a primeira a assinar o acordo do «Transfer of Governance» (IOC, 2001).

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

– A Noruega (1996-2008) foi o primeiro país a iniciar o processo de fusão das organizações desportivas não-governamentais seguida da África do Sul (2003), da Netherlands (2012) e dos Estados Unidos da América (2019). A fusão do topo a base, com a fusão das três organizações supranacionais, o Olímpico, o Paralímpico e o Confederado passando a designar-se por *Norwegian Olympic and Paralympic Committee and Confederation of Sports* (NIF). A Netherlands começou pela fusão do Olímpico com a estrutura Confederada em 1993 e, por fim, com o Paralímpico adotando a designação de *Nederlands Olympisch Comité***Nederlandse Sport Federatie* (NOC*NSF). Na África do Sul a organização criada *South African Sports Confederation and Olympic Committee* (SASCOC) passou a integrar os Comitês Olímpico e Paralímpico, a Confederação e as Federações Desportivas, o Desporto Escolar e o Universitário e os Jogos da Commonwealth e, nos Estados Unidos, a *United States Olympic and Paralympic Committee* (USOPC). Os diferentes Modelos de Fusão com particularidades e especificidades próprias têm em comum para além da inclusão, visam, ainda, a criação de macroestruturas inclusivas, sustentáveis, racionalizando os recursos, promovendo a partilha de serviços com o foco ou o investimento centrado no atleta/praticante (*Athlete-Centered*). A fusão ocorreu, também, no seio das organizações desportivas internacionais por deficiência (*International Sports Organisation for the Disabled – IOSD*) primeiro em 2004 entre a *ISMWSF – International Stoke Mandeville Wheelchair Sport Federation* (lesões medulares) e a *ISOD – International Sports Organisation for the Disabled* (amputados e os outros) tendo resultado na *IWASF – International Wheelchair and Amputee Sports Federation* e entre esta e a *CPISRA – Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association* que, em 2022, resultou na *World Abilitysport*.

c) Um modelo português para a inclusão

O desporto para pessoas com deficiência em Portugal já passou por seis fases desde período antes de 1974 até à presente data e que foram:

– 1.ª Fase (1972-1974): antes de revolução de abril de 1974 é caracterizada por «Desporto-Terapia», a semelhança dos programas de reabilitação no Hospital de Stoke Mandeville, o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) integrou o desporto (natação, tiro com arco, ténis de mesa, basquetebol em cadeira de rodas, etc.) na reabilitação funcional e inclusão social.

Uma equipa de basquetebol masculino do CMRA e do Hospital Ortopédico de Sant'Ana participaram na IV Edição dos Jogos Paralímpicos de 1972, Alemanha, Heidelberg.

- 2.ª Fase (1974-1983): pós-abril de 1974, de natureza recreativa e terapêutica enquadrada pelo Estado, através da Direção-Geral dos Desportos (DGD). Neste período é reestruturado a DGD (1977) que traduz da UNESCO e publica uma obra da autoria de Guttmann (1977), é elaborado Projeto-Programa Desporto para Deficientes (1977), é criado o Secretariado Nacional para a Reabilitação (atual INR), é realizado um Seminário Internacional de Tempos-Livres para Deficientes e Encontros Desportivos para as pessoas com deficiência. Foi um período de intensa e significativa importância, mas sem consequências para o desenvolvimento estruturado e sustentado nem do Para-Olímpismo (sofreu um interregno de 12 anos) nem para o desporto para as pessoas com deficiência (suprimida a competição e o alto rendimento).
- 3.ª Fase (1983-1992): «Desporto segregado», informal (recreação) e formal (alto rendimento e paralímpico) da iniciativa do movimento associativo de e para as pessoas com deficiência, da quais realçamos a iniciativa da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (atual FAPPC), que permitiu retomar, a participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos (1984, 1988), para atletas com paralisia cerebral e efetuar a primeira filiação desportiva internacional (ICPS, CPISRA), com base na realização, em 1983, de dois cursos, o primeiro no âmbito da competição/alto rendimento e o segundo de lazer, recreação e tempos livres. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) desempenharam um importante papel na defesa do direito ao desporto, em termos institucionais e os militares com deficiência que tiveram a experiência desportiva durante a reabilitação no estrangeiro foram grandes incentivadores da prática desportiva.
- 4.ª Fase (1992-2008): inicia-se a fase do desporto organizado segregado, pelo impulso do associativismo, pela força da legislação (Lei de Bases do Desporto, 1990) e dos primeiros-contratos programa, passando a Governança para a Federação Portuguesa de Desporto para as Pessoas com Deficiência, (FPDD, 1988), com a, conseqüente, criação da primeira estrutura do desporto organizado do país (nacional, regional e local) com a criação das Associações Nacionais de Desporto por Deficiência (ANDD) da área «intelectual – ANDDI», «visual/cegos – ANDDVIS», «auditiva/surdos – LPDS» «motora – ANDDEMOT» e paralisia cerebral (PCAND). A FPDD foi responsável pela representação da

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

deficiência intelectual nos Jogos de Madrid 1992 e nos Paralímpicos de 1992 (Barcelona) a Pequim (2008). Não integram a FPDD o Grupo Desportivo dos Transplantados de Portugal (GDTP) e a Associação Novas Olimpíadas Especiais (ANOE).

- 5.^a Fase (2008-2014): o desporto paralímpico passa para a tutela do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) que passou a integrar as Associações Nacionais de Desporto por Deficiência e as Federações Desportivas Nacionais. O CPP passou a assumir, com a participação em Londres 2012, a responsabilidade pelo Plano de Preparação Paralímpica (PPP) e Surdolímpica (PPS), bem como pelas Missões aos Jogos Paralímpicos e Surdolímpicos. Das cinco categorias de membros do CPP destacamos, as quatro subcategorias de «membros ordinários», que são as quatro (4) Associações Nacionais de Desporto para as Pessoas com Deficiência e cerca de trinta e três (33) Federações Desportivas Nacionais, com UPD, estatuto de Utilidade Pública Desportiva.
- 6.^a Fase: inicia-se, a partir de 2014, o processo de transferência dos atletas paralímpicos (CPP) e do desporto para as pessoas com deficiência para a responsabilidade das Federações Desportivas Nacionais (com UPD), tendo sido as primeiras as Federações de Atletismo e Natação, simbolizada, na altura, pela assinatura de contratos-programa. Este processo foi iniciado pelo Comité Paralímpico Internacional (IPC) designado por «Transfer of Governance», ou seja, a transferência da responsabilidade da Governança o que se distingue da verdadeira essência do processo e da estratégia que é de inclusão das pessoas com deficiência nas estruturas regulares ou convencionais do desporto (*mainstreaming*). Existem bons exemplos quer de inclusão quer de fusão das organizações do desporto convencional, que resultaram na criação, de apenas, uma única organização nos Estados Unidos da América (Olímpicos e Paralímpicos), nos Países Baixos (Olímpicos, Paralímpicos e Confederado), África do Sul (Olímpico, Paralímpico, Federado, Desporto Escolar, Universitário e Jogos da Commonwealth). Permitam-nos realçar o modelo da Noruega que resultou na fusão (Olímpico, Paralímpico e Confederado) em termos verticais, com estruturas supranacional, regional e local. O modelo baseou-se em evidências internacionais, com base em pesquisas de diferentes teorias e experiências de inclusão de minorias, após um diagnóstico prévio foi elaborado um plano de ação, com indicadores, metas e processo de monitorização e avaliação. O modelo português não tem qualquer enquadramento

de orientação política, estratégica e legal, não obedeceu a qualquer estudo prévio e muito menos a um Plano de Ação.

A nossa proposta de um novo Modelo de Intervenção Pública na Organização do Desporto para Pessoas com Deficiência terá de ser equacionada na Reforma do Sistema Político Desportivo, como um todo, que já tivemos a oportunidade de apresentar na obra Sistema Político Desportivo e o Modelo de Financiamento em Portugal (Carvalho 2022, 129-134), bem como nos dois Relatórios por nós produzidos «Final Report» (30-06-2023) e o «Project Status Report» (31-05-2023) no âmbito do Projeto «The Sports Model of the United States of America and Portugal in the Merger and Inclusion of the Paralympics» (Carvalho 2023) em resposta à questão: «Que Modelo de Governação para o Sector do Desporto em Portugal, Pós-Paris 2024?»

Do diagnóstico por nós efetuado e de acordo com estudos europeus realizados, nomeadamente de Ian Henry (Henry 2009, 2) o Modelo do Desporto em Portugal incorpora, ainda, a herança do Estado Novo e a sua Cultura organizacional, caracterizado o Modelo de «configuração burocrática» com elevado envolvimento do Estado, muito burocrático, com a regulação do sistema desportivo baseada na legislação e nos procedimentos (veja-se, por exemplo, o Programa Nacional de Desporto para Todos), que não delega nas organizações da sociedade civil, portanto centraliza ao invés de descentralizar, que procura a continuidade do sistema em vez de inovar, procura garantir uma estabilidade e que não é empreendedora e nem competitiva. Apesar da elevada intervenção do Estado o Sistema Político Desportivo é muito fragmentado, com sobreposição de organismos, de competências, desperdício e lideranças bicéfalas a exemplo do Desporto Escolar (repartida entre Setor do Desporto e Educação), o Desporto Universitário (Desporto *versus* Ensino Superior), o Desporto para Trabalhadores (INATEL que tem agora por Missão, também, os Jovens), Desporto nas Prisões sem articulação, assim como o Militar e o Desporto-Turismo, o Desporto Sénior sem enquadramento, o Desporto Autárquico com diferentes modelos e separado, da política nacional desportiva, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O Movimento Associativo Desportivo representa, também, este modelo fragmentado como elevado número de estruturas de nível nacional e intermédio que consomem muitos recursos que fragilizam toda a base, já por si reduzida, que são os Clubes Desportivos na sua grande maioria sem

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

sustentabilidade que, também, não inovaram e não são competitivos que em nada favorecem os modelos de governança como já havíamos alertado (Carvalho 2016, 53).

A Reforma do Sistema Político Desportivo em Portugal é um imperativo e um desígnio nacional mas que passa previamente pela definição de uma Visão e de uma Estratégia para o país e, a Estrutura, enquanto Modelo virá a seguir com a criação de macroestruturas quer a nível Governamental com a criação de um Ministério para o Desporto e a nível das organizações desportivas não-governamentais pela fusão das organizações supranacionais e nacionais numa macroestrutura nacional, com a redução das estruturas inter-médias e alargamento da base, com a criação de um maior número de Clubes Desportivos.

Conclusões

Por fim apresento três ideias para reflexão em jeito de conclusão por um lado e, por outro lado, uma recomendação. Socorremo-nos da nossa comunicação «O Desporto e a Inclusão» (Carvalho 2008, 4: 17-18) de modo a promover a reflexão em torno de Desporto, Adaptado e o Homem.

- Reafirma Huizinga, na sua obra *Homo Ludens*, de 2003, que o «jogo tem de estar ao serviço de qualquer coisa que não o próprio jogo».
- O Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (CIEPS/ICSS-PE) no seu Manifesto sobre o Desporto proclamou, em 1964, «*O desporto ao serviço do Homem*».

O Sílvio Lima do seu vasto legado, na sua obra *Ensaios sobre o Desporto*, de 1937, contribui para clarificar os três conceitos Desporto, Adaptado e o Homem que sai reforçada através do pensamento pedagógico d'El-Rei D. Duarte as estratégias de equidade e inclusão das pessoas com deficiência.

- «O desporto existe para o homem, e não o homem para o desporto»;
- «Cada desportista constitui um problema pessoal, um caso, por assim dizer, clínico»;

- «O desporto (que é apenas um dos belos ramos da educação física) deve, para ser vivificante, partir das necessidades concretas e das possibilidades reais de cada indivíduo em particular»;
- «Parafraseando uma bela fórmula do cientista genebrino Eduardo Claparède, há que fundar um desporto *sur mesure*, isto é, por medida, ou seja, graduado, ajustado, adaptado. Se o alfaiate deve atender aos vários “dados” do corpo do cliente, o desportista deve atender aos vários “dados” somáticos, psíquicos, sociais, do jogador: sexo, idade, alimentação, resistência nervosa e muscular, capacidade de energia e esforço, profissão, etc. [...]»;
- «A rã da fábula estoirou, porque se deixou seduzir pela miragem do atletismo “bovino”. Quanto jovem luso a fazer de rã! E quanto a estoirar, como ela!»;
- «Discat a puero magister! Que o mestre aprenda do aluno. D. Duarte pretende ensinar aos seus vassallos a arte de cavalgar tôda a sela. Belo e útil propósito, pois, não é assim? Mas, antes de redigir um tratado sobre a ensinança da equitação, a si próprio perguntou o monarca, razoadamente: qual o obstáculo principal a vencer? Tôda a doutrinação pressupõe três dados: o doutrinador, o doutrinando e a matéria a doutrinar [...]. Pelo contrário, D. Duarte, sentindo embora o mesmo entusiasmo álaque pelos exercícios desportivos, e ensinando com idêntico talento magistral as técnicas da equitação, não olvida, contudo, antes coloca em plano dianteiro, o aluno a doutrinar».

As Políticas Públicas para o Desporto, bem como os respetivos Modelos de Intervenção deverão estar «centrados» e ao serviço do Homem como fim último, sem deixar de atender as diversidades multidimensionais do Ser Humano, em que o Desporto é um meio, sem perder, no entanto, as finalidades de uma política desportiva, coerente e conseqüente, em que as Organizações como elementos de um Sistema deverão estar estruturados em interação dinâmica em função do fim último que é servir o Homem.

Nesta perspetiva a nossa recomendação, pós Paris 2024, são para reformar o Sistema Político Desportivo em Portugal criando macroestruturas organizacionais a nível governamental e não governamental que sejam mais sustentáveis, baseadas na partilha de serviços, na racionalização dos recursos com o fim último de servir o Homem.

Modelos de intervenção pública na organização do desporto adaptado ou para pessoas com deficiência

Referências

- APCAS – Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal. S.d. «The European Sport Model for Inclusion», <https://in-sport.eu/guides-for-implementation-of-european-sport-model-for-inclusion/> | <https://in-sport.eu/>.
- AR. S.d. «A Constituição de 1822», Assembleia da República.
- Carvalho, Jorge. 2008. «O Desporto e a Inclusão». Comunicação apresentada no Fórum interativo inclusivo «O Mundo da Vida», do Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.
- Carvalho, Jorge. 2016. «Uma breve história do desporto para pessoas com deficiência», 43-53. In *Manual do Desporto Adaptado, Desporto Com Sentido*, APCAS –Associação de Paralisia Cerebral de Almada e Seixal.
- Carvalho, Jorge. 2022. *Sistema Político Desportivo e o Modelo de Financiamento em Portugal*. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude. <https://ipdj.gov.pt/investigacao-desporto>.
- Carvalho, Jorge. 2023. «Que modelo de governação para o sector do desporto em portugal?» Project Final Report (30-06-2023) e Project Status Report (31-05-2023), *The Sports Model of the United States of America and Portugal in the Merger and Inclusion of the Paralympics*, desenvolvidos no âmbito dos Prémios de Acompanhamento do Programa dos Visitantes Desportivos de 2022 apoiado pela Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, Portugal, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, Secretaria de Educação e Assuntos Culturais, Divisão de Diplomacia Desportiva e pela FHI 360 Global Connections.
- Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em Português, org. 2008. *CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Council of Europe. 2008. The need to preserve the European Sport Model, Resolution 1602 (2008) <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=17628&lang=en>.
- Decreto-Lei 125/95, de 31 de maio, <https://dre.tretas.org/dre/66649/decreto-lei-125-95-de-31-de-maio>.
- Decreto-Lei 553/77, de 31 de dezembro, Reestrutura a Direção-Geral dos Desportos, <https://dre.tretas.org/dre/13846/decreto-lei-553-77-de-31-de-dezembro>.
- European Commission, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, Sennett, J., Le Gall, A., Kelly, G. *et al.* 2022. *Study on the European sport model – A report to the European Commission*, Publications Office of the European Union, <https://data.europa.eu/doi/10.2766/28433>.
- European Commission. 2007. White Paper on Sport, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture (European Commission).
- Guttmann, Ludwig, 1977. *O Desporto para deficientes físicos*, antologia desportiva 7. Lisboa: Edição do Centro de Documentação e Informação, Direcção Geral dos Desportos, Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, Ministério da Educação e Investigação Científica.
- Guttmann, Ludwig. 1976. *Sport for the physically handicapped, physiques*. Lausanne, Switzerland: UNESCO.

- Guttmann, Ludwig. 1976. *Textbook of Sport for the Disabled*, HM+M Publishers, Milton Road, Aylesbury, Bucks, England.
- Henry, Ian. 2009. *The European Models of Sport: Governance, Organisational Change and Sports Policy in the EU*.
- IOC. 2001. IOC and IPC To Sign Agreement on the Organisation of the Paralympic Games, <https://olympics.com/ioc/news/ioc-and-ipc-to-sign-agreement-on-the-organisation-of-the-paralympic-games>. IOC and IPC Sign Amendment To 2001 Agreement, <https://olympics.com/ioc/news/ioc-and-ipc-sign-amendment-to-2001-agreement>.
- IOC. S.d. Bruna Alexandre (Paralympics 2016-2024, Olympic 2024), International Olympic Committee, <https://olympics.com/pt/noticias/bruna-alexandre-sonho-tenis-mesa-olimpico-paralimpico-paris-2024>.
- IOC. S.d. Melissa Tapper (Paralympics 2012-2020, Olympics 2016 & 2020), International Olympic Committee, <https://olympics.com/en/athletes/melissa-tapper>.
- Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD). Aprova a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) – Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro.
- Lei de Bases do Desporto. Aprova a Lei de Bases do Desporto (LBD) – Lei n.º 30/2004, de 21 de julho.
- Lei de Bases do Sistema Desportivo. Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro.
- Lei n.º 63/78 de 29 de setembro, <https://dre.tretas.org/dre/213229/lei-63-78-de-29-de-setembro>
- Nações Unidas. 1983. «Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas Deficientes, Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes 1983-1992». Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- Portaria 393/97, de 17 de junho, <https://dre.tretas.org/dre/82587/portaria-393-97-de-17-de-junho>.
- União Europeia. 2021. Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre as características principais de um modelo europeu do desporto (2021/C 501/01).
- United Nations. 2006. *Convention on the Rights of Persons with Disabilities and Optional Protocol*.
- United Nations. 2013. *Persons with albinism – Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, A/HRC/24/57*, 12-09-2013.
- Winnick, J. 2005. *Adapted Physical Education and Sport* (4.ª ed.). Champaign, IL: Human Kinetics.

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

Carlos Pereira

PhD em Gestão, especialização em Finanças, Economista Conselheiro n.º 15752

O desporto constitui-se como uma das atividades sociais mais populares da humanidade, assumindo-se, em Portugal, como um direito fundamental consagrado no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, no capítulo dos direitos e deveres culturais. O desporto constitui-se como uma das atividades sociais mais populares da humanidade assumindo-se em Portugal como um direito fundamental consagrado no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, no capítulo dos direitos e deveres culturais.

Externalidades positivas e negativas do desporto

A par dos direitos económicos e sociais, com os quais o desporto estabelece uma estreita relação de complementaridade, o direito ao desporto é um direito de aplicação diferida, que depende da existência de condições sociais, económicas e políticas para que se efetive.

Pese embora na perspetiva constitucional, o desporto seja um fim em si mesmo, correspondendo nesse aspeto à perspetiva defendida por Benito Castejon Paz (1997), em que uma política desportiva só pode ter finalidades especificamente desportivas, é incontornável admitir que também contribui para a concretização de outros direitos como direito ao trabalho, o direito dos consumidores, o direito à iniciativa e à propriedade privada.

Mas também se relaciona com os direitos inseridos no âmbito do capítulo dos direitos e deveres sociais, tal como os demais direitos e deveres culturais onde se insere.

Por esse motivo, embora se partilhe a convicção de que a escolha dos objetivos é uma das questões primordiais de uma política pública, no caso do desenvolvimento desportivo, o objetivo, para além de se centrar no próprio desporto, como finalidade humana, deve alargar-se a outras finalidades para e extradesportivas, mas essenciais para o desenvolvimento desportivo, enquanto atividade económica, social e ecológica.

Esta opção faz com que se olhe para o desporto na perspetiva das suas diferentes implicações sociais que, para além do papel da administração pública desportiva, do associativismo desportivo, do sistema desportivo escolar e das empresas ligados ao setor, entre outras, deve contribuir e contar para a concretização da missão de múltiplas áreas de governação, como a educação, a saúde, a juventude, o turismo, entre outras.

Nesta conformidade, sem prejuízo de se estabelecer que o desenvolvimento desportivo deve ter por referência compromissos relacionados com o acréscimo da prática desportiva, em todas as suas formas: formal, no contexto federado nas mais diversas modalidades; não formal, relacionada com a prática desportiva orientada mas que não visa a participação em quadros competitivos formais; e informal, praticada em autogestão, em autonomia e sem enquadramento técnico; o desporto tem uma função social e política no sentido em que faz com que uma pessoa que pratica desporto seja também uma pessoa que participa na sociedade enquanto projeto coletivo.

A visão é magistralmente enunciada por Manuel Sérgio (2003, 75), no texto «O Desporto em que eu acredito», ao defender que:

Também concorre ao aperfeiçoamento das características psicofisiológicas de todas as idades e de cada um dos sexos. Nada esquece no movimento humano, sob o ponto de vista articular, muscular, funcional. Pretende dar ao praticante força, velocidade, endurance, resistência, coordenação.

Não se limita a fazer bestas esplêndidas ou mesmo «animais racionais» com impecável coordenação neuromotora. É mais ambicioso: quer ser um factor de enriquecimento das estruturas sociais, porque reivindica tempo de lazer e nível de vida aceitável, porque quer fazer parte integrante da vida quotidiana de todos (todos!) os homens, porque se afasta do *panem et circenses* das turbas massificadas e quer ser um meio de o homem se exercitar no uso da liberdade. Este é o desporto em que eu acredito. Conserva intacta a função biológica do desporto percecionado à maneira antiga! Mas acredita firmemente que tem uma

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

função social e política, por outras palavras: que se situa na esfera da responsabilidade social.

E mais adiante, refere ainda Manuel Sérgio:

Este é o desporto em que eu acredito. Não ostenta records, estádios monumentais, campeões superstar. Não tem por ele as letras grandes das páginas dos jornais. Mas tudo considera instrumental em relação ao ser humano. Tudo!

Esta perspetiva encontra-se, em boa parte, de acordo com o preconizado pelo Modelo Europeu do Desporto, que Portugal subscreve, segundo o qual as políticas públicas de desporto se assumem como um fator de equidade gerador de externalidades positivas, ao facilitar e promover a prática desportiva pela população, independentemente dos níveis competitivos desses praticantes, mas também gerador de externalidades negativas que dão origem a custos para a sociedade.

Ou seja, à ótica da responsabilidade social do desporto, e por essa via considerando o exercício da cidadania por parte dos agentes envolvidos na prática desportiva: sejam dirigentes, árbitros, treinadores, professores, gestores, atletas, entre outros; podemos associar a ótica da teoria económica que estuda as externalidades do desporto e as classifica em «externalidades positivas» e «negativas».

As externalidades positivas referem-se aos benefícios indiretos que o desporto proporciona à sociedade, como a promoção da saúde pública, enquanto fator que contribui para o bem-estar individual e coletivo, mas também a redução dos custos do sistema nacional de saúde e o aumento da produtividade. No que concerne à educação, o fortalecimento do sentimento de comunidade e de exercício prático de cidadania, complementando as aprendizagens em contexto formal, com outras, decorrentes de aprendizagem não formal: como as que resultam das deslocações a nível nacional e internacional, que possibilitam o conhecimento do território e de diferentes idiomas; as competências de gestão e a literacia financeira proporcionada pela organização de eventos ou pela preparação de atividades.

Por outro lado, as externalidades negativas incluem os custos sociais não evidenciados, que devem ser reconhecidos e mitigados pelos agentes desportivos, como a poluição gerada pelas deslocações dos participantes na

prática desportiva, desde atletas e pessoal técnico de apoio, passando por espectadores, no caso dos grandes eventos internacionais, como os congestionamentos de trânsito que concorrem para a redução da produtividade geral das pessoas que se deslocam quotidianamente por razões profissionais, formativas ou outras, e ainda, os frequentes problemas de segurança pública e de violência sobre atletas. Ou, numa perspetiva mais abrangente, todas as questões que colocam em causa a integridade do desporto e que afetam a sua imagem positiva e que são geradoras de consequências negativas para a sociedade, como o tráfico e utilização de substâncias dopantes, a combinação de resultados desportivos, com o propósito ou não de obter vantagem económica em apostas desportivas, a discriminação social em razão do género, da etnia, orientação sexual ou meramente em resultado de menores capacidades motoras, o tráfico de pessoas a pretexto de eventuais oportunidades de uma carreira desportiva internacional, o branqueamento de capitais ou a corrupção associada à organização de grandes eventos desportivos.

A teoria económica ensina-nos que as externalidades devem ser internalizadas para que os mercados funcionem eficientemente. Ou seja, no caso do desenvolvimento do desporto, significa que as externalidades positivas podem e devem ser reconhecidas e potenciadas através do apoio público. Ao incentivar a prática desportiva a consequência esperada será a produção de benefícios sociais, como os que foram enumerados, ainda que de forma geral.

Já as externalidades negativas, à luz da citada teoria económica, podem e devem ser mitigadas quer por via de ações positivas, como a formação, o reconhecimento e a divulgação de boas práticas, quer por via de regulamentação que limite ou elimine os efeitos negativos na sociedade, como sucede relativamente ao mecanismo internacional antidopagem, ou por meio de impostos que contribuam para a redução de uma determinada atividade que gera impacto negativo na sociedade, de que é exemplo a realização de algumas atividades desportivas na natureza que podem provocar impacto ambiental em locais sensíveis.

Em suma, para além do reconhecimento do desporto para a promoção da cidadania, enquanto atividade que gera externalidades, pode ser analisado e gerido na perspetiva da teoria económica, tentando obter um equilíbrio que maximize os benefícios sociais e minimize os custos associados.

A um desporto, na perspetiva de Manuel Sérgio (2017), «que possa integrar-se na construção de uma humanidade diferente, de uma globalização

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

alternativa», que possa conciliar-se de forma virtuosa à perspetiva económica, muitas vezes confundida erradamente com a autorregulação dos mercados e com doutrinas neoliberais, aproveitando para benefício de todos a capacidade de potenciar as externalidades positivas do desporto, através do adequado desenho de apoios públicos, ou, no caso das externalidades negativas igualmente geradas pelo desporto, estabelecendo regulamentação, impostos e negociações, a título de exemplo que podem ser utilizados para promover um desenvolvimento desportivo sustentável e benéfico para toda a sociedade.

Um exemplo concreto resulta da possibilidade de criação de um «imposto pigouviano», em homenagem ao economista Arthur Pigou que desenvolveu o conceito de externalidades económicas, para atividades que geram externalidades negativas, de forma a desencorajar comportamentos prejudiciais e compensar a sociedade pelos danos causados. Meramente a título de exemplo, recorrendo a ferramentas que permitam apurar o retorno social do investimento (*SROI – social return on investment*), isso poderia significar a imposição de taxas sobre grandes eventos que provoquem uma grande pegada ambiental, com custos associados à degradação do ecossistema, segurança, recolha de resíduos, não refletidos na estrutura de custos e preço, permitindo a internalização desses custos sociais adicionais e incentivando os organizadores de eventos desportivos a adotarem modelos de gestão mais sustentáveis.

Em alternativa, pode também ser adotada a teoria de Coase, proposta por Ronald Coase, que argumenta que, na presença de direitos de propriedade bem definidos, como é o caso do sistema federado em Portugal, e custos de transação baixos, as partes envolvidas podem negociar soluções para as externalidades negativas sem a necessidade de intervenção governamental. No processo de desenvolvimento desportivo, esta teoria poderia aplicar-se a situações como:

- O estabelecimento de acordos entre os clubes desportivos e autarquias no sentido de promoverem programas de requalificação das instalações desportivas com o objetivo de as tornarem mais sustentáveis do ponto de vista do consumo energético;
- As federações e os respetivos clubes desportivos conceberem e implementarem de forma colaborativa planos de promoção de integridade no desporto tendo em vista a sensibilização e formação dos agentes desportivos, nomeadamente: dirigentes, treinadores, árbitros, atletas, pais e comunidade

em geral; sobre matérias relacionadas com o racismo e xenofobia, dopagem, combinação de resultados, violência sobre atletas, entre outros.

Cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

Se por um lado vimos que o desporto é um fim em si próprio, sendo por esse motivo o foco primordial das políticas de desenvolvimento desportivo, por outro, tanto no domínio dos direitos constitucionais, como na perspetiva económica, entende-se que a prática desportiva, num conceito amplo que inclui todos os agentes desportivos e todas as fases da formação desportiva, é uma realidade económica e social. Económica no sentido em que corresponde de forma evidente a uma função utilidade, geradora de bem-estar individual, coletivo e social, na perspetiva em que se estabelece na relação entre pessoas. Social enquanto fenómeno sociocultural que parte da cultura e da organização social (Naumenko 2018; Westerbeek e Smith 2003) onde a pessoa, no papel de agente desportivo, pode e deve participar na vida em comunidade.

No exercício do seu direito de acesso ao desporto no contexto de um Estado democrático, o cidadão deve participar ativamente na vida política e social, defendendo as suas posições e os seus ideais, mas respeitando os outros cidadãos, independentemente do seu género, etnia, classe, idade ou crença (Hahn 1998; Cogan & Dericott 1998), tendo por referência cinco atributos base: o sentido de identidade; o gozo de certos direitos; o cumprimento de deveres sociais; o interesse e envolvimento em assuntos públicos; e a aceitação de valores básicos da sociedade.

Nesta conformidade, o papel do cidadão envolvido no fenómeno desportivo não se reduz à vida estritamente limitada da sua relação com o treinador, com o dirigente, com os árbitros, com os adeptos ou adversários, pelo contrário, envolve a relação com outros agentes, mais ou menos próximos, como as instituições públicas locais e as organizações sociais.

Desde o atleta, em qualquer fase do seu processo de formação, a qualquer agente desportivo, no seu exercício de cidadania, podem e devem exercer ações de ajuda humanitária, de consciência política, conhecer as leis e regulamentos, os seus direitos e deveres sociais, tal como contribuir para a concretização de externalidades positivas do desporto e para a mitigação das externalidades negativas.

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

Aqui chegados significa, por exemplo, que o praticante de uma modalidade desportiva, sobretudo a partir da juventude, na perspetiva do exercício dos seus direitos e deveres de cidadania, é um agente autónomo e responsável, consciente e cioso dos seus interesses e dos outros, pugnando pela defesa dos seus direitos individuais, mas tendo por referência os interesses coletivos.

Assim, sobretudo relativamente aos jovens praticantes, para se assegurar o papel do desporto para o sistema democrático, torna-se necessário que as organizações contribuam para a sua educação cívica em complementaridade com o processo de educação formal. Assim, o clube enquanto célula base do Modelo Europeu do Desporto deve assumir-se e ser incentivado a promover a educação para a cidadania, como externalidade positiva fundamental para que os valores democráticos se desenvolvam.

No contexto do desporto, os jovens cidadãos devem adquirir conhecimentos, competências e valores para que se tornem cidadãos efetivos nas suas comunidades, nas suas regiões, na sua nação e também enquanto cidadãos do mundo, no sentido em que sejam críticos e intervenientes na procura da igualdade, justiça e paz social para todas as pessoas do mundo (Banks 2007; Osler 2012).

No entanto, não é garantido que a participação desportiva, quer no contexto da educação física, quer no desporto escolar ou na prática realizada num clube desportivo, assegure o desenvolvimento de competências e de valores que se traduzam no correto desenvolvimento social dos jovens, havendo inúmeros relatos de situações que propiciam a competição pela competição, a vitória a todo o custo, a discriminação em razão da capacidade técnica ou, no limite, o incentivo ao discurso de ódio.

Pelo contrário, é necessário que haja uma intencionalidade das organizações para que, em consonância com as conclusões de Jacobs, Knoppersb e Webb (2013), o desporto tenha um papel crucial na aquisição de valores que possibilitem o desenvolvimento social dos jovens, atendendo a que proporciona um contexto singular, onde ocorre uma multiplicidade de interações sociais entre os praticantes, propiciando relações únicas entre atletas e treinadores/ /professores.

Por sua vez, Hellison (2010) refere que o desporto, porque envolve ação e movimento, interação entre os participantes e provoca diferentes estados emocionais, oferece uma oportunidade única de desenvolvimento pessoal e social.

Tendo por referência os múltiplos efeitos positivos e negativos que o desporto, em geral, e a prática desportiva dos mais jovens, em particular, podem promover interessa agora aprofundar quais os valores e as virtudes que o desporto promove e a importância destas no contexto do desenvolvimento pessoal e da educação para a cidadania assumindo que, muitas vezes, aquelas concorrem para o exercício desta.

Sem ser exaustivo, identificam-se de forma recorrente as seguintes virtudes associadas ao desporto e desenvolvidas pelo desporto:

a) *Fair-play*

Assumindo a tradução de *fair-play* como «jogo limpo», e na perspetiva de Sigmund Loland (2023), existe uma relação entre os princípios morais gerais, a ética no desporto e valores como a justiça, interpretação moral e imoral e o desempenho do atleta que, na perspetiva de Gibbons, Ebbeck & Weiss (1995), contribui para a educação para a cidadania por privilegiar o respeito pelo outro (ainda que adversário), a luta contra a corrupção e a desigualdade de oportunidades.

Assim, para além do cumprimento da regra de jogo e dos regulamentos formais existentes numa modalidade, o *fair-play* manifesta-se em rotinas e práticas estabelecidas, como por exemplo: o cumprimento dos jogadores, treinadores e árbitros antes de se iniciar o jogo; a cooperação entre jogadores adversários durante o aquecimento para uma competição; ou a existência de um momento de confraternização entre adversários após a conclusão de uma competição, como sucede no rúgbi na célebre terceira parte.

b) *Autocontrolo e justiça*

No contexto da prática desportiva, sejam quais forem as funções desempenhadas, desde atleta formal, praticante informal, treinador, dirigente ou juiz, os agentes desportivos, sobretudo numa fase de formação, são sujeitos a situações que exigem o seu autocontrolo, o sentido de justiça e a capacidade de assumir riscos e, por essa via, demonstrar uma atitude de coragem.

No entanto, para que a formação desportiva constitua uma experiência que contribua para o reforço do autocontrolo, dentro e fora do contexto desportivo, torna-se necessário concretizar uma nova forma de desporto que, segundo Manuel Sérgio (2017), passa por «a competição se transforme em «coopetição», onde a competição se encontre integral, mas superada e que na

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

«coopetição» se descubra, por fim, o fermento de um desporto novo, de um ser humano novo, de um mundo novo».

De acordo com esta perspetiva, o processo de treino, como uma via de educação complementar à educação formal, permite que a expressão do desempenho assuma o carácter multidimensional abrangendo, para além do resultado desportivo, sempre efémero, as experiências que resultam do processo formativo subjacente à prática desportiva formal, não formal ou informal.

Assim, para além do resultado desportivo, obtido no respeito da lei e das regras de cada modalidade e competição desportiva, o desporto, na perspetiva de Mouratidou, Goutza e Chatzopoulos (2007), promove a capacidade de tomar decisões e fazer juízos morais e sociais, enquanto Rudd e Stoll (2004) referem que o desporto potencia o desenvolvimento do carácter em termos de competências sociais como o trabalho de equipa, lealdade, autossacrifício, comportamento ético e perseverança para atingir os objetivos.

Ora, a capacidade de tomar decisões pode e deve fazer parte da atividade desportiva em si mesma como, por exemplo, rematar ou passar a bola a um companheiro, optar por escolher um determinado atleta em detrimento de outro para integrar a equipa mas, muitas vezes, vai muito além do simples objetivo desportivo e assume uma dimensão relacionada com a excelência de carácter, como sucedeu, por exemplo, quando numa das etapas decisivas do Tour 2022, Jonas Vingegaard aguardou pelo restabelecimento do seu principal opositor, Tadej Pogacar, após a queda deste na curva de uma descida. O comportamento de Jonas Vingegaard, sobretudo atendendo a que foi concretizado no ciclismo, numa das provas desportivas mais competitivas do desporto contemporâneo, para além de ser visto pela sociedade em geral como uma virtude, assume um princípio regulador da vida social do grupo de ciclistas que disputam a prova e uma norma que o público pode vir a associar ao desporto e à vida em sociedade.

Independentemente de o comportamento ser considerado justo, enquanto virtude adquirida pela educação proporcionada pela formação desportiva e socialização, em conformidade com a reflexão de David Hume (1975), o cumprimento de um conjunto de regras não formais por parte dos agentes desportivos, racionalmente formuladas e socialmente necessárias promovem, na sua perspetiva, vantagens mútuas.

Para além do sentido de justiça como virtude, o comportamento de esperar ou ajudar um adversário, observável em algumas competições desportivas e

no quotidiano da prática desportiva, em contexto de treino, promove, na perspetiva de Gordon (2010), o carácter relacionado com o desenvolvimento da responsabilidade social e pessoal.

c) Responsabilidade pessoal e social

A solidariedade relaciona-se com a responsabilidade social e pessoal na perspetiva de nos permitir desenvolver a capacidade de agir segundo uma comunhão de interesses que ultrapassam o interesse próprio, a título pessoal ou de uma organização, incentivando-nos a dar o nosso melhor, a descobrir sem receio os nossos limites e a experimentar a alegria da realização pessoal e coletiva (Hossne e Silva 2013). Nesta medida, são pilares fundamentais para a convivência harmoniosa em sociedade.

No domínio do desporto, a solidariedade traduz-se em práticas que vão além da competição. Um exemplo claro disso, em Portugal, são os «Jogos Solidários» promovidos pela Liga Portugal e alguns dos mais reconhecidos clubes de futebol, onde a arrecadação de fundos é destinada a várias causas sociais, como ajuda a crianças desfavorecidas e apoio a instituições de saúde. No Reino Unido, um exemplo marcante é o «Soccer Aid», um evento de beneficência no futebol que reúne celebridades e ex-jogadores para angariar fundos para a UNICEF.

No âmbito da formação é imprescindível que as instituições educativas promovam a cidadania ativa através do desporto. Em Portugal, o projeto «Cartão Branco» e «Bandeira da Ética», promovidos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), através do Plano Nacional de Ética no Desporto, visam a integração dos valores desportivos no sistema desportivo nacional, incluindo o desporto escolar, desenvolvendo não apenas habilidades físicas, mas também valores como o trabalho em equipa, a disciplina e o respeito.

Mas a solidariedade no desporto não deve ser vista de forma isolada. Ela reflete e alimenta a solidariedade na sociedade em geral. Em Portugal, atletas como Cristiano Ronaldo têm promovido campanhas de doação de sangue e arrecadação de alimentos, mostrando como a responsabilidade pessoal pode impactar positivamente a vida de muitas pessoas. No Reino Unido, jogadores como Marcus Rashford têm sido vozes ativas na luta contra a pobreza infantil, utilizando a sua influência para mobilizar recursos e apoio para causas sociais.

Na sociedade, a responsabilidade social traduz-se em iniciativas que procuram reduzir as desigualdades e promover o bem-estar comum. Empresas

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

socialmente responsáveis, tal como clubes e sociedades desportivas, por exemplo, investem em programas de sustentabilidade ambiental, inclusão social e apoio a comunidades vulneráveis. A responsabilidade pessoal, por sua vez, manifesta-se em atitudes quotidianas de cidadania, como o voluntariado, ou através das competências adquiridas durante a formação desportiva.

O percurso de formação desportiva, como processo educativo, na linha do proposto por Hellison (2010), pode assumir uma abordagem conceptual para o ensino da responsabilidade pessoal tendo como princípios os valores fundamentais associados ao desenvolvimento holístico que resulta de olhar para a criança e jovem desportista como o centro do processo formativo.

Nesta perspetiva, o projeto educativo de qualquer organização promotora da formação desportiva de crianças e jovens, deve estabelecer pressupostos claros para orientar a prática, estabelecer níveis de responsabilidade, desenvolver competências de liderança, fomentar a participação na governação das organizações com o intuito de contribuir ativamente para a resolução de problemas e participar na avaliação da atividade desenvolvida.

Por sua vez, os níveis de responsabilidade promovidos pelo processo educativo, propostos por Hellison (2010), foram adaptados por Watson e Clocksin (2012), considerando-os progressivos, cumulativos e estruturados em cinco níveis, designadamente:

- *Nível 0 – Irresponsabilidade.* Os praticantes a este nível recorrem a desculpas para o seu desempenho, culpam os outros pelo seu comportamento e negam a responsabilidade pessoal pelo que fazem ou deixam de fazer.
- *Nível I – Respeito.* Os praticantes do Nível I podem não participar nas atividades do treino e do clube ou mostrar muito domínio ou melhoria, mas são capazes de controlar o seu comportamento o suficiente para não interferir com o direito dos outros atletas ou prejudicar a capacidade do treinador executar o treino, sem necessidade de grande intervenção ou supervisão regular.
- *Nível II – Participação.* Os praticantes do Nível II não só mostram, pelo menos, um mínimo de respeito pelos outros, como também apresentam uma atitude lúdica, aceitam desafios, praticam capacidades motoras e treinam para atingir uma boa forma física, sob a supervisão do treinador.
- *Nível III – Autogestão.* Os praticantes do Nível III não só demonstram respeito e participação, como também são capazes de trabalhar sem supervisão direta. Conseguem identificar as suas próprias necessidades e começam a planear

e a executar os seus programas de complemento de treino e de participação ativa nas atividades da organização.

– *Nível IV – Transferência para a vida, fora do contexto desportivo.* Os praticantes do Nível IV, para além de respeitarem os outros, participarem e serem autónomos, estão motivados para alargar o seu âmbito de responsabilidade para além de si próprios cooperando, dando apoio, mostrando preocupação e ajudando a organização a executar as suas atividades, quer internas, quer no contexto da comunidade em que se insere.

Em conclusão, Hellison (2010) afirma que o modelo de responsabilidade pessoal e social proposto só surte efeito se existir uma abordagem holística de todas as componentes. Para além do modelo fazer parte integrante do processo de formação desportiva deve existir intenção de o transferir para além do espaço de treino, para o dia-a-dia do jovem e para o seu papel na vida da organização desportiva em que se insere.

Considerações finais

Esta é uma forma de olhar para as políticas desportivas e, dentro destas, avaliar como podem contribuir para o aumento do bem-estar, na perspetiva do cumprimento dos direitos constitucionais e do desenvolvimento da humanidade.

Neste sentido, associou-se à exigência ética de cada agente desportivo, profissional ou amador, em contexto formal, não formal ou informal, a perspetiva da teoria económica, que reconhece no desporto, para além do desenvolvimento de competências motoras que conduzam à melhoria da prestação desportiva, a capacidade de gerar externalidades positivas, que devem ser reconhecidas e objeto de apoio público, como por exemplo os benefícios para a saúde e negativas, que incluem custos sociais não apurados e devem ser mitigadas pelos agentes desportivos ou pelo Estado.

Deste modo, o processo de formação desportiva, para além da sua finalidade essencial, é relacionado com algumas das virtudes proporcionadas pela participação desportiva, destacando-se o seu papel e relevância como precursor da cidadania e da participação, quer no domínio das organizações desportivas em que os agentes se inserem, quer numa perspetiva mais global no contexto da comunidade.

Externalidades positivas e negativas do desporto e sua relação com a cidadania, participação e desenvolvimento desportivo

Referências

- Banks, J. A. 2007. *Educating citizens in a multicultural society*. Nova Iorque: Teachers College Press.
- Cogan, J., Derricott, Ray. 1998. *Citizenship for the 21st century: An international perspective on education*. Nova Iorque: Routledge.
- Gibbons, S. L., Ebbeck, V., & Weiss, M. R. 1995. «Fair play for kids: Effects on the moral development of children in physical education». *Research quarterly for exercise and sport* 66, n.º 3, 247-255.
- Gordon, B. 2010. «An Examination of the Responsibility Model in a New Zealand Secondary School Physical Education Program». *Journal of Teaching in Physical Education* 29, n.º 1, 21-37.
- Hahn, Carole. 1998. *Becoming political: Comparative perspectives on citizenship education*. Albany: Suny Press.
- Hellison, D. 2010. *Teaching personal and social responsibility through physical activity*. Leeds: Human Kinetics.
- Hossne, William e Silva, Franklin. 2013. «Dos referenciais da Bioética: a solidariedade». *Revista Bioethikos* 7, n.º 2, 150-156 [Consul. junho de 2024]. Disponível em <https://saocamilo.sp.br/assets/artigo/bioethikos/103/3.pdf>
- Hume, David. 1975. «An enquiry concerning the principles morals». In *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*, ed. by Lewis A. Selby-Bigge, revised by P.H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press.
- Jacobs, F., Knoppers, A., & Webb, L. 2013. «Making sense of teaching social and moral skills in physical education». *Physical Education and Sport Pedagogy* 18, n.º 1, 1-14.
- Loland, Sigmund. 2023. «The Idea of Natural Athletic Performance: An Interpretation and a Defence». In *Sport, Performance and Sustainability*, ed. by Daniel Svensson, Erik Backman, Susanna Hedenborg, Sverker Sörlin. Routledge, 19-30. DOI: 10.4324/9781003283324-3.
- Mouratidou, K., Goutza, S., & Chatzopoulos, D. 2007. «Physical education and moral development: An intervention programme to promote moral reasoning through physical education in high school students». *European Physical Education Review* 13, n.º 1, 41-56.
- Naumenko, Yuri. 2018. Sport as a social phenomenon. SHS Web of Conferences 55, ICPSE <https://doi.org/10.1051/shsconf/20185502023>
- Osler, Audrey. 2012. «Citizenship Education and Diversity». In *Encyclopedia of Diversity in Education*, Vol. 1, ed. by J.A. Banks. London, Los Angeles: Sage, 353-361.
- Paz, Benito Castejon. 1997. *A Racionalização das Escolhas em Matéria de Política Desportiva: Os Instrumentos Conceptuais*. Direção-Geral dos Desportos, Portugal.
- Rudd, A., & Stoll, S. 2004. «What type of character do athletes possess? An empirical examination of college athletes versus college non athletes with the RSBH Value Judgment Inventory». *Psychology Today* 5, 60-63.
- Sérgio, Manuel. 2003. *Para uma nova dimensão do desporto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sérgio, Manuel. 2017. *Para um desporto do futuro*. Porto: Edições Afrontamento.

Desporto, Liberdade e Democracia

Watson, D., & Clocksin, B. 2012. *Using Physical Activity and Sport to Teach Personal and Social Responsibility*. Leeds: Human Kinetics.

Westerbeek, Hans & Smith, Aaron. 2003. *Sport Business in the Global Marketplace*. Palgrave Macmillan.

Capítulo IV.

Desporto e Educação: Educar para ser livre

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

João Martins

Centro de Estudos em Educação, Faculdade de Motricidade Humana e UIDEF,
Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Em 2019, foi instituída a «Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência» na Universidade Católica Portuguesa, com vista a reconhecer o papel da obra de Manuel Sérgio na construção de uma nova filosofia do desporto. Foi neste âmbito que em 2024 ocorreu o IV Colóquio «Desporto, Ética e Transcendência» e fomos desafiados a realizar uma comunicação oral no painel «Desporto e educação: educar para ser livre». Como ponto de partida lançaram-nos o desafio de refletir até que ponto as práticas de educação física podem ser um lugar de experimentação e potenciação de «movimento», «inclusão», «liberdade», «democracia» e «transcendência» do ser humano. A nossa resposta assentou na apresentação do Observatório Global de Educação Física (*Global Observatory for Physical Education*) – GoPE!, uma iniciativa mundial recentemente lançada que visa monitorizar um ensino de qualidade em educação física e da atividade física na escola (Martins *et al.*, 2023a). Este texto, que decorre da nossa apresentação oral, oferece uma visão geral do GoPE!. Abordaremos as motivações que levaram ao desenvolvimento do GoPE!, descreveremos o que ele é e como funciona. Por fim, destacaremos o seu potencial impacto a nível mundial na monitorização de uma educação física de qualidade e, com a finalidade de contribuir para que mais seres humanos sejam mais ativos e saudáveis.

Porquê o Observatório Global de Educação Física (GoPEI)?

A escola desempenha um papel crucial na promoção da igualdade social, proporcionando a crianças de todas as origens acesso a aulas de educação física e experiências de atividade física guiadas por profissionais qualificados. Essas experiências, por sua vez, promovem o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social (Dudley *et al.* 2022), além de fortalecer a literacia física essencial para uma vida saudável e ativa (UNESCO 2015; WHO 2018). Atualmente, a literacia física é considerada como o principal resultado de um processo de uma educação física de qualidade (UNESCO 2015) e como um importante determinante da atividade física (Cairney *et al.* 2019). Por um ensino de qualidade em educação física entenda-se:

A experiência planeada, progressiva e inclusiva de aprendizagem, que faz parte do currículo na educação infantil, bem como na educação primária e na secundária. A esse respeito, a EFQ atua como o fundamento para o envolvimento na atividade física e no desporto ao longo da vida. A experiência de aprendizagem oferecida a crianças e jovens, por meio de aulas de educação física, deve ser adequada ao desenvolvimento, de modo a ajudá-los a obter habilidades psicomotoras, compreensão cognitiva e habilidades sociais e emocionais necessárias para que sejam capazes de levar uma vida fisicamente ativa (UNESCO 2015, 8).

Estas experiências positivas nas aulas de educação física, e em outros contextos escolares como recreios, aulas ativas e atividades extracurriculares, seguindo o modelo *whole-school approach* da OMS (2021a), são essenciais para o desenvolvimento de hábitos de vida mais ativos, saudáveis e gratificantes. Por outras palavras, tendo por base a obra de Manuel Sérgio, ousamos referir que o Ser Humano fica mais completo, se transcende, quando é o centro da atividade educativa, quando é exposto ao «movimento» e aos valores, como inclusão, democracia e liberdade.

O acesso à educação física, atividade física e ao desporto são direitos fundamentais de todas as crianças. Considerando que em 2022 cerca de 1,2 mil milhões de crianças frequentavam a escolaridade obrigatória, e que a educação física é uma disciplina obrigatória na maior parte dos países, a educação física e a escola podem ter um impacto muito relevante na educação e na

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

saúde global da população. Para isso, contudo, é prioritário melhorar a implementação de uma educação física de qualidade e de experiências de atividade física positivas na escola (WHO 2022). Isto porque a sociedade enfrenta desafios muito relevantes, como o da inatividade física. De facto, a maior parte das crianças e jovens (~80%) não cumprem com as recomendações de atividade física para beneficiar a sua saúde, com as raparigas e aqueles com um baixo estatuto económico a evidenciarem indicadores mais preocupantes (Guthold *et al.* 2019; WHO 2022).

Vários sistemas internacionais monitorizaram ou têm monitorizado a educação física e atividade física nas crianças e jovens (e.g. Aubert *et al.* 2022; EuPEO s.d.; UNESCO 2014; WHO 2021b). Porém, estes sistemas têm incidido sobretudo nos países desenvolvidos, apresentam ciclos de implementação inconsistentes, e não articulam de forma explícita a relação entre experiências de qualidade em educação física e atividade física na escola e as políticas, monitorização e investigação nesta área. De entre estes, o projeto EuPEO (s.d.), financiado pelo Erasmus+ Sport, criou um sistema abrangente e prático para monitorizar e promover a educação física de qualidade e a atividade física em escolas na Europa. O sucesso do EuPEO (s.d.) serve como modelo para o desenvolvimento de soluções inovadoras que podem suprir a necessidade global por um sistema abrangente de monitorização da qualidade da educação física em todo o mundo.

A nível mundial, na área da atividade física, destaca-se o Observatório Global da Atividade Física (Global Observatory for Physical Activity) (GoPA!), liderado por Andrea Ramirez Varela, Michael Pratt e Pedro C. Hallal. Criado em 2012, este sistema mundial de monitorização visa combater a inatividade física na população adulta, com o objetivo de reduzir a sua prevalência, diminuir a incidência de doenças e mortes associadas a este problema e promover a produção científica no campo da atividade física, particularmente nos países em desenvolvimento (Varela *et al.* 2018). Para tal, o GoPA! divulga dados sobre as políticas de atividade física, da sua monitorização e do desenvolvimento da investigação científica nesta mesma área. Porém, até agora o GoPA! não incluiu indicadores específicos sobre educação física e atividade física na escola. Portanto, inspirado no EuPEO e alinhado com o GoPA!, desenvolveu-se o GoPE! para permitir colmatar essa lacuna de monitorização a nível mundial.

O que é o Observatório Global de Educação Física (GoPE!)?

a) Missão

Inspirado e afiliado no GoPA! (Varela *et al.* 2018), o GoPE! (Martins *et al.* 2023a) é um sistema de vigilância independente de políticas, estratégias monitorização e investigação na área da educação física e da atividade física na escola a nível mundial. A sua missão é, portanto, vigiar e avaliar a nível mundial as políticas, estratégias de monitorização e a investigação relacionadas com a educação física e a atividade física na escola, com o fim último de contribuir para que mais cidadãos sejam fisicamente mais ativos e saudáveis. Na figura 1, apresenta-se o logotipo do GoPE!



Figura 1 – Logotipo do GoPE!

b) Composição

Estruturalmente, o GoPE! tem a seguinte composição:

- Coordenação e liderança: João Martins (*Chair*; Universidade de Lisboa, UL, Portugal), Andrea Ramirez Varela (*Co-chair*; University of Texas Health Science Center at Houston, Estados Unidos) e Marcos Onofre (*Co-chair*; Universidade de Lisboa, Portugal).
- Comité diretivo (*steering committee*), composto por investigadores na área da educação física, atividade física e epidemiologia: Dean Dudley (Macquarie University, Australia), João Costa (University College Cork, Irlanda) Rafael Tassitano (University of Illinois Urbana-Champaign, Estados Unidos), Michael Pratt (University of California San Diego, Estados Unidos), Pedro C. Hallal (University of Illinois Urbana-Champaign, Estados Unidos).
- Coordenador das operações: Rafael Cristão (Universidade de Lisboa, Portugal).

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

- Equipa operacional: Cíntia Borges (Designer, Federal University of Pelotas, Brazil); Paulo Ferreira (Tecnologia de informação, Federal University of Pelotas, Brazil) e Lucas Ferreira (Tecnologia de informação, Federal University of Pelotas, Brazil).
- Equipa de investigação GoPE!, que contribuiu para a recolha dos dados: Aia Boldovskaia (UL, Portugal), Andressa Sobrinho (Universidade de S. Paulo, Brasil), Conor Philpott (University College of Cork, Ireland), Dana Masarykova (University of Trnava, Slovakia), David Sánchez-Oliva (Universidade de Extremadura, Espanha), João Mota (University College of Cork, Ireland), Juliana Mejía Grueso (GoPA! Operations Coordinator), Manolis Adamakis (University of Athens), Rubén Llanos Muñoz (Universidade de Extremadura, Espanha), Sara Martins (UL, Portugal), e Tiago Carreira (UL, Portugal).

c) Rede global de especialistas

O GoPE! será composto ainda por uma rede global de investigadores, políticos e profissionais da educação física, atividade física, desporto e saúde pública, caracterizada por ser: independente, dinâmica, baseada em evidência, colaborativa e orientada para a ação. Estas pessoas, que designamos Contactos do País. *GoPE! Country Contacts* serão responsáveis por rever e confirmar os dados recolhidos de forma independente pela equipa do GoPE! referentes ao país que representam. Estes dados irão ser apresentados no Cartão do País (*GoPE! Country Cards*), o principal produto do GoPE! O GoPE! pretende ter pelo menos 218 «contactos do país», uma vez que de acordo com a metodologia do GoPA! (Varela *et al.* 2018; GoPA!) são considerados 218 países. Os *GoPE! Country Contacts* devem ser especialistas em educação física e/ou atividade física, podendo envolver vários colegas na confirmação dos dados. Espera-se que os especialistas possam, com base em evidência, atuar ou influenciar mudanças com vista a promover a qualidade da educação física e da atividade física nos seus contextos de intervenção (e.g. política, investigação, formação de professores, escola, representantes dos professores de Educação Física). Um fator distintivo do presente projeto é o facto dos dados pertencerem aos Contactos do País e ao GoPE! Os «primeiros» são por isso incentivados e apoiados a realizar investigação e a publicar estudos a partir dos dados recolhidos pela equipa do GoPE!

Desde o seu lançamento, o GoPE! já conta com mais de uma centena de Contactos do País, de países das seis regiões mundiais consideradas (WHO,

s.d.), nomeadamente: África (AFRO); Mediterrâneo Oriental (EMRO); Europa (EURO); Américas (PAHO); Sudeste Asiático (SEARO); Pacífico Ocidental (WPRO). De acordo com o World Bank (2023), os países também são categorizados em função do seu índice de desenvolvimento económico (baixo, médio-baixo, média-alto, alto).

O que é que faz o Observatório Global de Educação Física (GoPEI)?

a) *Questões de investigação*

O GoPEI pretende responder às seguintes principais questões de investigação:

- Qual é, mundialmente, o estatuto da educação física e da atividade física na escola ao nível das políticas, estratégias de monitorização e investigação, nos ensinos primário e secundário?
- Como se alteram estes indicadores ao longo do tempo?

b) *Cartão de País (GoPEI Country Cards)*

O GoPEI apresentará, numa periodicidade de 5 anos, o Cartão de País, o produto principal do GoPEI. O Cartão do País é, em suma, um infográfico que deve ser entendível por qualquer pessoa. É no Cartão do País que se evidenciará o estado da educação física e da atividade física no que concerne às políticas, monitorização e investigação. Pretende-se assim que este produto do GoPEI ajude os governos, investigadores, professores e a sociedade a melhorar a qualidade das experiências de educação física e de atividade física na escola junto de todos os jovens.

Este produto, apresentará dados em cinco grandes dimensões para os anos de escolaridade obrigatória do ensino básico e do ensino secundário, tal como definidos pelo ISCED (UNESCO 2024). O quadro conceptual do GoPEI, que conduziu até às presentes dimensões e indicadores, emergiu dos racionais teóricos do GoPAI (Varela *et al.* 2018; GoPAI), do EuPEO (s.d.), e da revisão da literatura que permitiu identificar os sistemas de monitorização formais e internacionais da EF durante a última década (*e.g.*: Aubert *et al.* 2022; EuPEO s.d.; UNESCO 2014; WHO 2021b). Na tabela 1 constam as dimensões e os

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

indicadores do Cartão de País. De referir que outros indicadores relacionados com a qualidade de educação física (EUPEO s.d.; UNESCO 2015) poderão ser considerados no futuro (e.g. avaliação, professores, infraestruturas e materiais, inclusão).

Tabela 1. Dimensões e indicadores do Cartão de País (GoPE! Country Card)

Dimensões	Indicadores
1. Dados do país e demográficos	• Capital
	• População total
	• Taxa de alfabetização dos jovens (15 a 24 anos)
	• Despesas governamentais com educação
	• Idade oficial de entrada no ensino primário
	• Idade oficial de entrada no ensino secundário
	• Duração do ensino primário
	• Duração do ensino secundário
	• Duração da escolaridade obrigatória
	• Duração dos anos de escolaridade obrigatória do ensino primário
	• Duração dos anos de escolaridade obrigatória do ensino secundário
	• População em idade escolar no ensino primário
	• População em idade escolar no ensino secundário
2. Participação em atividade física	• Estimativas da prevalência da atividade física (11-17 anos)
	• Estimativas da prevalência da atividade física para rapazes (11-17 anos)
	• Estimativas da prevalência da atividade física para raparigas (11-17 anos)

Dimensões	Indicadores
3. Políticas de educação Física	• Existência de um currículo nacional de educação física para os anos de escolaridade obrigatória do ensino primário e do ensino secundário
	• Existência de uma política nacional que requer a obrigatoriedade do ensino da educação física para os anos de escolaridade obrigatória do ensino primário e do ensino secundário
	• Existência de uma política nacional que requer um tempo mínimo de educação física para os anos de escolaridade obrigatória do ensino primário e do ensino secundário
4. Monitorização da educação física	• Existência de um ou mais sistemas de monitorização externos implementados para avaliar a implementação das políticas de educação física nos anos de escolaridade obrigatória
5. Investigação: intervenções na educação física e na escola para promover a atividade física	• Número total de artigos por país referentes a intervenções em educação física e na escola para promover a atividade física
	• Contribuição para a investigação sobre intervenções em educação física e na escola para promover a atividade física
	• Quintis de investigação sobre intervenções em educação física e na escola para promover a atividade física

c) *Métodos e considerações éticas*

De forma resumida, o GoPE! recorre a bases internacionais (e.g. UNESCO, World Bank) para identificar os dados necessários relacionados com o país e o sistema educacional. No que se refere à participação em atividade física, o GoPE! privilegia os dados de estudos internacionais que estandardizaram as medidas de prevalência de AF (e.g.: Guthold *et al.* 2019). Contudo, outros dados podem ser sugeridos pelo *GoPE! Country Contacts* desde que os critérios identificados sejam cumpridos (e.g.: recomendações de atividade física da OMS; dados autorreportados, amostras representativas com pelo menos 100 participantes). Nas dimensões referentes às políticas de educação física e às estratégias de monitorização, os dados são recolhidos de acordo com um protocolo estandardizado e de forma independente pelos investigadores do GoPE!. Esta estratégia envolve, por exemplo, a pesquisa em bases de dados

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

internacionais, relatórios internacionais, *sites* governamentais e no Google acadêmico. Na dimensão 5, efetua-se uma revisão de revisões sistemáticas com intervenções em EF e na escola para promover a AF, de acordo com um protocolo pré-registado (Martins *et al.* 2023b). Todas estas estratégias metodológicas serão descritas em detalhe e publicadas no *GoPE! Almanac*, outro dos produtos do GoPE!.

O GoPE! cumpre com as normas éticas internacionais para investigações envolvendo seres humanos e obteve aprovação do Comité de Ética da Universidade do Texas em Houston, Texas, Estados Unidos (IRB n.º HSC-SPH-24-0230).

d) Outros produtos do GoPE!

Para além dos Cartões de País, o GoPE! produz os seguintes produtos:

- *GoPE! Almanac* – onde será apresentado: as equipas do GoPE!, os Contactos dos Países, os métodos, os Cartões dos Países, e informações adicionais sobre os países.
- Artigos de investigação, envolvendo os investigadores e os Contactos dos Países.
- *GoPE! newsletters*.
- *Website* (similar ao *website* do GoPA!: <https://new.globalphysicalactivityobservatory.com>)

Conclusão

O GoPE! fornecerá um modelo mundial consistente, rigoroso e viável com indicadores que contribuem para um denominador comum mínimo de qualidade em educação física e atividade física na escola. O GoPE! responde a uma solicitação urgente para o estabelecimento de um sistema de vigilância mundial. O GoPE! está a ser desenvolvido e facilitará a análise periódica (de 5 em 5 anos, a começar em 2025) de dados críticos para permitir que os países melhorem as suas políticas, estratégias de monitorização e investigação relacionadas com a educação física de qualidade e a atividade física na escola. Ao fazê-lo, o GoPE! fornecerá informações para a promoção, a defesa de direitos, e a definição de agendas relacionadas a experiências de educação

física e atividade física na escola de qualidade, com o objetivo de atingir metas e recomendações internacionais¹.

Referências

- Aubert, Salomé, Joel Barnes, Iryna Demchenko, Mark Tremblay, *et al.* 2022. «Global matrix 4.0 physical activity report card grades for children and adolescents: Results and analyses from 57 countries». *Journal of Physical Activity & Health* 11, n.º 19: 700-728.
- Cairney, John, Dean Dudley, Matthew Kwan, Rheanna Bulten, Dean Kriellaars. 2019. «Physical Literacy, Physical Activity and Health: Toward an Evidence-Informed Conceptual Model». *Sports Medicine*, n.º 49: 371-383.
- Dudley, D., Erin Mackenzie E., Penny Van Bergen P., John Cairney, Lisa Barnett L. 2022. «What drives quality physical education? A systematic review and meta-analysis of learning and development effects from physical education-based interventions». *Frontiers in Psychology*, 13. DOI:10.3389/fpsyg.2022.799330.
- EUPEO. S.d. «European physical education observatory. Erasmus + Sport Project (Ref: 590560-EPP-1-2017-1-EN-SPO-SCP)». Acedido em 12 de julho de 2024 em: <http://www.eupeo.net>
- GoPA! *Global Observatory for Physical Activity 2024*. Acedido em 12 de julho de 2024 em: <https://new.globalphysicalactivityobservatory.com>
- Guthold, Regina, Gretchen Stevens, Leanne Riley, Fiona Bull. 2020. «Global trends in insufficient physical activity among adolescents: a pooled analysis of 298 population-based surveys with 1·6 million participants». *The Lancet Child & Adolescent Health* 1, n.º 4: 23-35.
- Martins, João, Marcos Onofre, Pedro Hallal. 2023. «Launch of the Global Observatory for Physical Education (GoPEI)». *Journal of Physical Activity & Health*. DOI: 10.1123/jpah.2023-0099.
- Martins, João, Andrea Ramirez Varela, João Costa, Pedro C. Hallal, *et al.* 2023. «Worldwide physical education and school-based physical activity interventions for promoting physical activity in children and adolescents: A protocol for a systematic umbrella review». *Open Science Framework*. DOI: 10.17605/osf.io/d2xwe.
- The World Bank. 2023. *Income level classification (available year 2022)*. Acedido em 12 de julho de 2024 em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>.

¹ O autor gostaria de agradecer a todos os colegas e membros do GoPEI que foram mencionados neste trabalho. A colaboração de todos foi fundamental para o sucesso do projeto. O autor gostaria de agradecer especialmente aos colegas da equipa de coordenação e liderança (Andrea Ramirez Varela e Marcos Onofre), coordenação das operações (Rafael Cristão) e do *Steering Committee* (Dean Dudley, João Costa, Rafael Tassitano, Michael Pratt, Pedro C. Hallal), cuja visão, trabalho colaborativo e dedicação foram essenciais.

GoPE! – O Observatório Global de Educação Física

- UNESCO. 2014. «*World-wide survey of school physical education final report 2013*». Paris: UNESCO.
- UNESCO. 2015. *Quality Physical Education: Guidelines for Policy-Makers*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- UNESCO. 2024. *International Standard Classification of Education*. Acedido em 12 de julho de 2024 em: <https://isc.ed.uis.unesco.org>.
- Varela, Andrea, Deborah Salvo, Michael Pratt M., *et al.*, «Worldwide use of the first set of physical activity Country Cards: the global observatory for physical activity – GoPA!». *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity* 1, n.º 15: 29.
- WHO. 2018. *Global Action Plan on Physical Activity 2018-2030: More Active People for a Healthier World*. Paris: World Health Organization.
- WHO. 2021a. *Promoting Physical Activity Through Schools: A Toolkit*. Geneva: World Health Organization.
- WHO. 2021b. *2021 physical activity factsheets for the European union member states*. Geneva: WHO European region.
- WHO. 2022. *Global Status Report on Physical Activity 2022*. Geneva: World Health Organization.
- WHO. S.d. *The Global Health Observatory*. Acedido em 12 de julho de 2024 em: <https://www.who.int/data/gho>.

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

José Carlos Lima

Plano Nacional de Ética no Desporto, Instituto Português do Desporto e Juventude

Educar – em qualquer idade – é fazer crescer,

Maria Ulrich.

Empreender uma reflexão sobre a presente temática não é tarefa fácil, quaisquer das palavras ou conceitos inscritos no presente título são polisémicas, manifestam uma pluralidade de sentidos e de significados. Trata-se, pois, de trilhar um trajeto reflexivo, cheio de desafios e de obstáculos que tentaremos ultrapassar, no sentido de chegarmos a bom porto. Tentarei abordar os diferentes temas da educação, do desporto e da liberdade tendo como elo condutor a ética, mais concretamente a ética aplicada ao desporto. Introduzirei também o tema do ócio, como expressão da liberdade, do *ludus*, e a necessidade de uma pedagogia do ócio. Defendo que quer o desporto, quer a educação são atividades humanas que só fazem sentido quando vividas com intencionalidade ética ou valorativa. Não há uma educação ou um desporto neutros. Como veremos, quer a educação quer o desporto possuem um *ethos*, isto é, um conjunto de bens internos (valores), que lhe dão sentido e significado, e pelos quais a sociedade as reconhece como atividades humanas dignas de valor. E quando esta dimensão valorativa se expressa, eis que surge a liberdade, entendida esta como projeto para a realização do bem e do ser humano.

Como referi, a ética aplicada ao desporto será o elo entre os conceitos da educação, desporto e liberdade. Tendo como exemplos a Bandeira da Ética e o Cartão Branco, duas ferramentas pedagógicas criadas e desenvolvidas pelo Plano Nacional de Ética no Desporto, e que têm como finalidade promover um conjunto de valores educativos no desporto, de o entender como ação educativa, de forma que quem viva esses valores se realize livremente.

O desafio de educar para a liberdade

Existe uma relação íntima entre educação e liberdade, já que a educação tem por missão ajudar a pessoa a ser livre, no sentido de lhe dar autonomia e de se realizar. A palavra educação vem do termo latino *educare* que significa criar, alimentar, instruir, conduzir. O educador é aquele que orienta, que leva pela mão, que conduz para o exterior, isto é que leva o educando a revelar ou a manifestar (no exterior) as suas riquezas interiores. Como os valores que formam o carácter da criança, as suas habilidades ou capacidades são reveladas, como «trazidas ao de cima», através de gestos e palavras.

Entre outras finalidades, a educação tem a função de desenvolver o serviço do *aperfeiçoamento*, isto é o educador ajuda o educando a aperfeiçoar-se, a melhorar, a transcender-se, a sair de si para ser melhor (Barbosa 2015, 31).

Esta ideia também acontece no desporto, a relação que se estabelece entre o treinador e o atleta acontece através de um processo educativo, ou de uma ação educativa que se transforma em ação desportiva, isto é, tal como na educação o treinador tenta retirar do atleta o melhor que ele tem dentro de si (capacidades ou habilidades) para as colocar ao serviço dos objetivos desse atleta ou de uma equipa. Eis o processo educativo quer na escola ou num clube: revelar a riqueza interior de cada um para que seja partilhada com os outros e com a comunidade.

O treinador ou o educador desenvolvem a sua ação educativa de aperfeiçoamento, tal como o oleiro que molda o barro, dando forma ao objeto, apurando os defeitos e as imperfeições. O processo educativo tem como missão este aperfeiçoamento do ser humano, para que ele se desenvolva de forma harmoniosa, pois a criança – ao nascer – é um mundo de possibilidades, é um universo de qualidades humanas que tem de ser ajudada através do processo educativo potenciando as suas qualidades e as possibilidades de crescimento humano, organizando-as num todo pessoal edificado em liberdade (Barbosa 2015, 32).

De certa forma, trata-se de um processo cultural, isto é: de acrescentar à natureza algo para a enriquecer. A cultura aqui entendida como alguma coisa, quer material ou imaterial, que se acrescenta à natureza do objeto ou da pessoa e que a torna mais rica de qualidades e de beleza. Também no desporto acontece este processo cultural, o atleta incorpora os movimentos, as técnicas e táticas do treinador, no sentido de se aperfeiçoar e dessa forma atingir as metas desejadas.

Este caminho de *aperfeiçoamento* do educando ou do atleta é o caminho da liberdade, pois é afirmação da sua personalização e da sua autonomia, isto é, daquilo que já é e do que deverá ser.

Paulo Freire (1967) é talvez o expoente máximo nesta relação que se deve estabelecer entre educação e liberdade. Este autor propõe uma educação *para* a liberdade, no sentido de o homem ser sujeito e ao mesmo tempo da sociedade o ver como sujeito. O objetivo da educação libertadora é formar homens autónomos e conscientes. O homem não pode ser um mero espectador tem de ser ator na construção do seu caminho. Para Paulo Freire, educar significa conduzir a criança ou o adulto à liberdade do espírito, tendo em vista o seu inteiro desenvolvimento e formação como pessoa. Educar distingue-se de instruir, que consiste na transmissão de conhecimentos ou comandos destinados ao exercício de profissões, não quer dizer simplesmente comunicar um saber ou regras de comportamento. Trata-se de um caminho no qual educador e discípulo ou treinador e atleta são chamados a colocar em «jogo» tudo o que existe, e já revelado, no respeito absoluto da liberdade pessoal (Freire 1967).

O educador, tal como treinador, deve acarinhar a esperança em relação ao educando, de o ver melhorar não só nos aspetos que atingiu, mas também naqueles em que fracassou de modo notório. O treino desportivo não é mais que o aprimorar e ultrapassar os erros através da repetição.

Todo o aperfeiçoamento humano é um processo de liberdade conquistada qualquer que seja a área em que se manifeste, daí que toda a educação seja a educação da liberdade (Barbosa 2015, 38).

Paulo Freire critica a educação que seja simplesmente «bancária», sem diálogo, palavresca ou assistencialista, que enfatize a memorização e que esteja desvinculada da realidade. Para este autor o «combustível» de uma prática educativa libertadora é o *diálogo* que, segundo ele, deve ser horizontal entre educadores e educandos, onde juntos possam fazer críticas desenvolvendo assim o espírito de decisão, de responsabilidade social e de política. Uma prática efetiva e eficaz acontece quando existe uma participação livre e crítica dos educandos (Freire 2002).

Outro autor que promove uma breve reflexão sobre a importância da pedagogia e a relaciona com a liberdade é Kant, no seu livro *Sobre a Pedagogia* onde afirma: «O homem é a única criatura que tem de ser educada, por educação compreendemos os cuidados (alimentação para subsistência), a disciplina

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

e a instrução juntamente com a formação» (2020, 9). Para Kant a disciplina «submete o homem às leis da humanidade [...] por isso deve-se lançar mão da disciplina desde muito cedo como já se disse, pois se tal não suceder torna-se difícil modificar o homem, posteriormente passa a seguir cada um dos seus caprichos» (2020, 20). Caso não se exerça esta virtude caímos numa disposição selvagem pois «o homem [...] quando é deixado entregue a sua vontade na juventude e nada lhe opõe resistência conservará então uma certa disposição selvagem ao longo da sua vida» (2020, 11).

Ora, a disciplina, como sabemos, é uma virtude que o desporto como ação educativa promove e desenvolve, através dela cria-se o rigor, valoriza-se o hábito e o respeito por quem orienta, e com ela o atleta assume todas estas habilidades e capacidades, não só no desporto como também as leva consigo para o mundo quotidiano.

Kant refere que existe também uma *educação moral*, pois «O homem tem de velar pela moralização, ele não deve estar apto puramente e simplesmente a todos os fins, mas deve também ser dotado de consciência de modo a procurar apenas os bons fins» (2020, 19).

Mais adiante faz uma distinção dentro da educação existindo nestas duas vertentes: «A pedagogia ou doutrina da educação ou é física ou é prática. A educação física é aquela que o homem tem em comum com o animal, o cuidado. Já a educação prática ou moral é aquela através da qual o homem deve ser formado para que possa viver como um ser que aja livremente, designamos por prático tudo aquilo que se relaciona com a liberdade» (2020, 27). Trata-se, pois, de uma educação prática, que leva ação moral em que esta pode ser julgada pela razão, no sentido do dever ser. Seremos livres se formos fiéis à nossa norma interna.

Se até ao momento, nos centramos no conceito de educação, iremos agora centrar-nos no conceito de liberdade. Sendo um conceito polissémico e dinâmico, ao longo da história do pensamento, poderemos, no entanto, afirmar que a liberdade, em certo sentido, é a capacidade de autodeterminação, quer do indivíduo quer de um grupo social, bem como a capacidade de escolher sem coação ou de optar de forma livre e de o homem configurar o seu projeto de vida, pois a liberdade regula esse projeto (Sánchez Meca 1996). Haverá outras múltiplas abordagens sobre este conceito como, por exemplo, a visão de John Stuart Mill (2022) em *Sobre a Liberdade* onde o conceito de liberdade é desenvolvido na perspectiva dos limites do poder que a sociedade

pode exercer de forma legítima sobre os indivíduos, e onde reside um conflito permanente entre liberdade e autoridade.

Contudo, para o presente texto, a dimensão que nos interessa abordar é aquela que enquadra a liberdade como um *projeto de vida* com a finalidade de realizar o bem. Nesta dimensão situa-se o pensamento de Santo Agostino que distingue livre-arbítrio, faculdade de opção e liberdade como faculdade para realização do bem (2001). A este respeito da realização do bem, já Aristóteles defende que quem conhece o bem tem naturalmente de agir atraído por ele (2004a).

Para Santo Agostinho a autêntica liberdade consiste em o livre-arbítrio estar ao serviço do bem. Por inúmeras vezes, procedemos a um reducionismo ideológico, pois limitamos a conceção da liberdade ao exercício do livre-arbítrio, da faculdade de opção independentemente de ser boa ou má. Nesta sequência, para muitos de nós, ser livre pode significar opção pelo bem ou pelo mal, contudo, esta é uma dimensão limitada da liberdade porque a liberdade plena tem de conduzir forçosamente ao bem. Vemos agora com facilidade como a educação das virtudes decorre da educação da liberdade, pois a liberdade «realiza-se» neste compromisso.

Para Emanuel Kant a liberdade não é ausência de impedimentos àquilo que queremos fazer, para este autor quando nós, tal como os animais, procuramos o prazer ou evitar a dor não estamos realmente a agir livremente estamos a agir como escravos dos nossos apetites e desejos pois, ao fazê-lo, estamos a satisfazer os nossos desejos e, assim, o que fazemos é em função de um determinado fim exterior a nós. Assim, ao escolhermos um sabor de um gelado não estamos a ser livres, mas sim estamos a ser determinados pelo desejo. Segundo Kant, «Ser livre ou agir livremente é agir de forma autónoma, agir de acordo com uma lei que me imponho a mim próprio não de acordo com ditames da natureza ou convenção social» (Sandel 2022, 118).

Ao agirmos de forma autónoma, livre e de acordo com uma lei que me imponho a mim mesmo, ao fazemos algo como um fim em si mesmo, deixamos de ser instrumentos de objetivos exteriores. É esta capacidade de agir autonomamente que confere à vida humana a sua dignidade específica. Para Kant respeitar a dignidade humana significa tratar as pessoas como fins em si mesmos (Sandel 2022). Kant distinguia o mundo natural, o mundo dos fenómenos, do mundo da liberdade, o mundo das pessoas e da moral (Barbosa 2015, 79).

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

Nesta perspetiva, a palavra que expressa o contrário de liberdade é alienação, que deriva da expressão latina *alienus*, que significa o que é alheio, aquilo que pertence a outro; o alienado é o que se tornou alheio a si mesmo, que não se possui a si próprio, o que está fora de si, o que já não se domina e que é conduzido na sua ação pela vontade de outrem, isto é, aquele que não é livre (Barbosa 2015, 88). Assim, quando nos alienamos tornamo-nos escravos, serviçais dos desejos e ideais errados, ferindo, desta forma, a nossa dignidade e liberdade.

Regressando a Paulo Freire e à relação que este estabelece entre educação e liberdade, através da sua obra *Educação como prática da liberdade* (1967), afirma que a liberdade é concebida como um modo de ser o destino do homem. A educação como afirmação da liberdade vem desde os gregos e é, até hoje, afirmada nas diversas correntes pedagógicas da escola moderna. A educação não surge aqui como um conceito, mas como prática para a liberdade, contrária da opressão (Freire 1967). Como já referimos, a liberdade é uma matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só é efetiva com uma participação efetiva, livre e crítica dos educandos (Freire 1967). O método pedagógico é o *diálogo*, tal como na maiêutica socrática. Uma descoberta e um caminho feito em comum. Para este autor, *educar com* é consciencializar, *educar para* é ideologizar. O educador deve construir o saber com ou ao lado do seu educando. Hoje na escola ditamos ideias não trocamos ideias, trabalhamos sobre o educando não trabalhamos com ele; memorizam-se fórmulas não as incorporamos, pois sabemos que a incorporação leva a uma busca e a um esforço de recriação (Freire 1967). Termino este tópico da relação íntima entre educação e liberdade com uma citação de Kant:

A liberdade é a educação para a personalidade, educação de um ser que aja livremente, que se pode sustentar a si próprio e constitui um membro da sociedade, mas que pode ter um valor interior por si próprio. A educação consiste, por seguinte, primeiro, na formação didática do instrutor, segundo na formação pragmática em atenção à prudência, terceiro na formação moral em atenção aos costumes (2020, 27).

Educar para o ócio

Para uma definição de ócio há quem considere o tempo de ócio, isto é, o tempo que não está ocupado por uma obrigação de um trabalho. Em que o tempo é livre de ocupação pautado pela plena autonomia de vivê-lo como se entender e com prazer (Rovira e Trilla 1996).

Existe também uma pedagogia do ócio, a esta atribui-se uma dupla missão: educar no tempo livre e educar para o tempo livre. Educar no tempo livre significa aproveitar esse tempo como atividade educativa; educar para o tempo livre é quando o ócio se converte num objetivo ou intervenção pedagógica. Esta ideia da pedagogia do ócio como prática educativa já vem desde os gregos, referimo-nos à paideia grega, em que o tempo de ócio era orientado para os indivíduos de determinadas classes sociais que podiam desfrutá-lo (Rovira e Trilla 1996).

Os gregos tinham o termo *scholé* (escola) para caracterizar o tempo de fruição, folga, lazer, sem ocupação, o tempo de luxo para a reflexão (Pereira 1969). Mais tarde, os latinos criaram o termo *ludus* (jogo) para caracterizar este tempo lúdico, aliás o sistema educativo romano era conhecido por *Ludus Litterarius*. Como vemos, a ideia inicial de escola era totalmente contrária à de hoje, a escola era o local onde o tempo era de fruição, de reflexão, e não de ocupação ou de trabalho. Não será que a escola terá de voltar, em parte, a ter esta missão? Na escola dever-se-ia não só ensinar, mas também criar as condições necessárias para que as crianças vivam o tempo livre, ou de ócio, de forma livre e com prazer, isto é: satisfazendo as suas necessidades de descanso, de diversão e de crescimento. E não devemos esquecer que o brincar ou jogar é considerado um direito. O reconhecimento do valor formativo do brincar e do jogar foi proclamado como um direito da infância na «Declaração Universal dos Direitos da Criança» em 1959.

Contudo, com a erosão da «falta de tempo» dos encarregados de educação, da dificuldade de «viver a rua», a pedagogia do ócio vai ceder na tentação de responder ao mercado e desvirtuar a sua finalidade. São numerosas as empresas, mais no meio urbano, que oferecem serviços de atividades ligadas ao ócio. Curiosamente, de «ocupação de tempos livres». Eis o paradoxo, o ócio é entendido e vivido não como tempo livre, mas um tempo que tem de ser ocupado. A procura de atividades lúdicas, que se concretizam em férias ou jogos «ocupacionais», é cada vez maior, pois a rua converteu-se num lugar perigoso (Rovira e Trilla 1996).

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

Já o sinalizamos, houve uma mudança na vivência do ócio no ambiente familiar, com a alteração das funções dos elementos da família, a falta de apoio de retaguarda, como eram os mais velhos, que levou à procura de atividades lúdicas ocupacionais, no fundo estas atividades assumem a função que a família e a rua tinham na vivência do ócio. Assim, as mudanças da vivência do ócio dão-se mais a nível sociológico e não tanto a nível pedagógico.

Na pedagogia do ócio o brincar, o jogar têm um lugar central. Tanto o brincar como o jogar vão buscar o seu significado e sentido à expressão latina do *ludus*. A expressão «jogo» deriva do latim *jocus*, que significa brincar e, por sua vez, está relacionada com a expressão *ludus*, que significa diversão, brincar. No processo de humanização, o brincar é algo natural, não preexiste, aprende-se através das relações e interações. É, portanto, o resultado das relações (animal ou humana) e da cultura: o brincar aprende-se brincando. Para Huizinga o jogo «é uma ação livre e voluntária que se realiza com um sentimento de tensão e alegria, sem interesse material e dentro de certos limites de tempo e espaço, segundo regras livremente assumidas» (1996, 33).

Nesta definição do jogo encontramos a liberdade como força que o caracteriza, sendo uma ação voluntária com regras livremente assumidas. Em oposição ao trabalho e quotidiano com uma finalidade em si mesma e agradável, tal como defende Kant: «No trabalho, a ocupação não é agradável em si mesma, é empreendida por mor de outro propósito. No jogo, pelo contrário, a ocupação é agradável em si, sem se propor qualquer propósito para além de si própria. Quando se vai passear, o passeio é em si o propósito, e quanto mais longo for o caminho, mais nos é agradável» (2020, 46).

Como vemos, associada ao brincar está a dimensão lúdica da diversão, em oposição ao trabalho (Caillois, 1990). O ser humano primitivo transformou certas ações como caçar, correr, saltar ou lutar em atividades ou jogos lúdicos, tornando-os em habilidades motoras, em atos e formas de diversão. Estas atividades acabariam por ser transformadas em atividades desportivas. É na Grécia antiga que os jogos são institucionalizados, estabelecendo regras e períodos temporários ou festivos para a sua promoção. Os Jogos Olímpicos tomam essa expressão para esses fins e para homenagear Zeus. Eles nasceram por volta de 884 a.C. em Olímpia e os jogos Píticos eram realizados em Delfos a cada 5 anos, em honra de Apolo. Os jogos incluíam várias dimensões: religiosa (honrar os deuses), costume (fazer parte do quotidiano), estética (estátuas de heróis), bélica (trégua acordada, nenhuma luta é feita durante os

jogos), lúdica (tempo de lazer) e afirmação das cidades-estados, através dos vencedores dos jogos (Ferreira, 2004). Os jogos dos gregos destacam-se pelo *agon* (luta, combate, competição) e por valores como a honra, nobreza e excelência – *areté* – que não é mais que venerar o vencedor. Platão em seu livro *Leis* (Garcia A. & Gil L. 1966), reafirma a natureza educativa do brincar e sua importância na aprendizagem das crianças, especialmente no cálculo matemático (M. J. McNamee 2015).

Com os romanos, o jogo começou a ter um significado e um contexto diferentes, passou a ser mais lúdico, de diversão; o jogo passou do estádio para a arena; surgiu o circo e jogos de luta (gladiadores). O imperador Teodósio, em 393 d.C., converteu-se ao cristianismo e, sob sua influência, considerou os Jogos Olímpicos como exemplo e fonte de perversão e, por isso, decretou a sua proibição. Durante a Idade Média, os jogos de caça e combate eram essencialmente desenvolvidos através de torneios, destinados mais às classes nobres. Para os mais pobres estavam reservados os jogos tradicionais.

Com o triunfo do racionalismo e do iluminismo, vários autores como Montaigne e Locke, e fundadores de algumas ordens religiosas, como São Francisco de Sales, defenderam o exercício físico dentro do processo pedagógico. Jean-Jacques Rousseau incentiva a importância do brincar: «Homens, sede homens [...]. Amai a infância; favorecei os seus jogos, os seus prazeres, o seu amável instinto» (1990, 65).

Mas foi durante o século XIX que, de forma clara, o brincar e o desporto se ligaram à pedagogia, através do pensamento e ação de Thomas Arnold e Pierre de Coubertin, que mais adiante aprofundaremos. O desporto está também associado a uma metodologia higienista com Ling e a sua ginástica sueca (Povos e Culturas, 2004). Nesta época, por toda a Inglaterra, começaram a surgir clubes organizados para a prática de jogos desportivos. Surgiram também novos desportos associados a regras ou códigos, como o futebol ou o rúgbi. A prática desportiva estendeu-se a todas as classes e foram organizadas competições profissionais, como boxe, esgrima ou equitação. O desporto amador foi implementado nas escolas e universidades, proliferando também nos ginásios. Mas foi graças ao aparecimento dos Jogos Olímpicos da era moderna que o desporto, tal como nós o conhecemos, surge e se difunde até hoje (Ferreira 2004). Podemos afirmar que o jogo é «transformado» em desporto quando é massificado, universalizado e institucionalizado, incorporando universalmente regras e códigos. Levando atrás de si tudo o que é

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

bom e tudo o que é menos bom, como seja a sua instrumentalização. Pois, o jogo é muitas vezes considerado um instrumento numa perspetiva educativa, contudo, não devemos ficar só por esta dimensão instrumental, pois o jogo tem uma finalidade em si mesmo que é jogar. Ao instrumentalizá-lo, no sentido de ser uma solução de ocupação de um determinado tempo, estamos a «matar» a sua finalidade.

Esta instrumentalização também se traduz na utilização do jogo para fins comerciais e económicos, vemos isto, de modo claro, nos desportos profissionais, em que o fito ao jogar é obter lucro. A dimensão lúdica é desvalorizada porque está cercada pelo dinheiro, mas, apesar disso, é o lúdico que move a nossa paixão. «O ser humano não se reduz a *homo sapiens*, a *homo faber*, ou ao *homo economicus*. Ao lado da razão existe uma loucura, o delírio, que nos ameaça permanentemente; ao lado das ferramentas existe a produção de mitos – identificação, ao lado do *homo economicus* existe o homem do dispêndio, o homem do jogo» (Morin 2023, 39). Assim, uma das principais tarefas do educador ou do treinador é sem dúvida a defesa do ócio e do jogar naquilo que ele tem de virtuoso: o prazer, a liberdade, a sua finalidade própria que é brincar ou jogar e nada mais, o desenvolvimento de competências na formação do carácter e fundamentalmente o não estar «ocupado».

As virtudes pedagógicas do desporto

Iremos agora refletir sobre as virtudes que o desporto pode desenvolver, ou seja, a dimensão positiva do desporto na sua função educativa. Vamo-nos concentrar no «lado bom» das virtudes, apresentadas como qualidades desenvolvidas pelo desporto. Referir-nos-emos à virtude como uma qualidade aristotélica (Aristóteles 2004), evidente em sua obra: *Ética a Nicómaco*, onde a virtude é referida como uma disposição inata ou adquirida para fazer o bem e obter a felicidade, funcionando como inimiga do excesso e do mal (Sánchez Meca 1996). O homem virtuoso, segundo a filosofia aristotélica, é aquele que possui qualidades que o ajudam a agir bem e corretamente e, desta forma, a ser feliz e a poder ajudar os outros a serem felizes. Assim, as virtudes pedagógicas do desporto seriam, provavelmente, qualidades desenvolvidas pelo/no desporto que ajudariam o atleta a proceder corretamente para o seu próprio bem, o bem dos outros e do próprio desporto, como atividade humana

positiva. Mas há uma outra dimensão da virtude, não só como qualidade moral mas como capacidade(s), competência(s), qualidade(s) ou valor(es) que se desenvolvem pelo/no desporto, tais como: respeito, amizade, solidariedade, disciplina, verdade, tolerância, humildade, intenção reta [...] (Comte-Sponville 2016). São muitos os estudos que defendem a capacidade educativa do desporto e as suas virtudes, em termos do seu contributo para a mudança e adaptação ao quotidiano (Gonçalves 2013; Siedentop 1994; Weiss *et al.* 2013). A este respeito, citamos um artigo de vários autores (Holt *et al.* 2017) que revisam literatura e estudos qualitativos de longo espectro desenvolvidos em clubes desportivos, com base no modelo de desenvolvimento positivo dos jovens (PYD). É um modelo ecológico que engloba a comunidade, a política, o contexto, os pais e os adultos e que analisa a mudança pessoal, social e física do atleta, e o processo de transferência de competências que ocorreu na vida do atleta fora do desporto. Holt e outros autores defendem a capacidade do desporto para o desenvolvimento de qualidades, ou virtudes, e a sua mudança adaptativa à vida quotidiana do atleta. Qualidades ou virtudes como trabalho em equipa, reforço positivo, liderança ou comunicação positiva, entre outras. (Holt *et al.* 2017, 39). Esta é a visão mais interessante para este estudo, mas existem autores como Kavussanu e Boardley (2009), que afirmam que os comportamentos antissociais predominam no desporto de competição. Isto é, por vezes o querer vencer pode relegar para segundo plano as virtudes e os valores desportivos.

Finalmente, o desporto permite aprender, desenvolver competências, virtudes e autonomia, como defendem as teorias da autodeterminação (Ryan & Deci 2000). O atleta e o treinador devem estar despertos para o desenvolvimento desta dimensão. O treinador, de modo particular, deve mostrar que as suas atitudes (gestos) são coerentes com o seu discurso (palavras). O treinador, graças à sua experiência e conhecimento, poderá criar uma abordagem certa para responder e intervir em situações específicas, combinando várias perspetivas ou dimensões. Assim, podemos falar de uma perspetiva ou dimensão avaliativa, que entraria em jogo quando nos referimos a situações relacionadas ao comportamento, a uma dimensão relacional, que dá conta da atitude do atleta, da sua disciplina e poder de sacrifício, e, finalmente, a uma dimensão ética e reflexiva, que fala dos princípios e valores que imprimem e desenvolvem o carácter do atleta. «Os atletas são capazes de aprender enquanto praticam ou espontaneamente ou indiretamente, integrando

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

a aprendizagem em situações futuras cada vez mais complexas» (Renaud 2014, 91). Martin Lee também fala sobre a importância da reflexão avaliativa através da formação. «Treinar, sem reflexão, é uma atividade física moralmente pobre» (Gonçalves 2013, 14).

Afirmámos que o *ethos* do desporto é constituído pelos seus valores. Bem, o mesmo acontece com a dimensão do *fairplay* e seus valores na educação. Valores como autonomia, responsabilidade, liberdade e verdade estão no centro do processo educativo (Martins *et al.* 2017). Com o desporto e a educação a partilharem o mesmo *ethos* é fácil compreender a sua relação. No processo educativo há também uma intencionalidade por parte de quem orienta (família, governo, ...), que se desenvolve através do ensino e da prática de valores. O desporto é, sem dúvida, um instrumento pedagógico fundamental para o ensino e a prática de valores. Bem orientado, auxilia no «processo de construção» contínua do «aprender a ser» e do «dever ser» (Neves 2016, 238). Neste contexto, o desporto assume-se como uma prática pedagógica tendo como objetivo o ensino de valores ou qualidades visando contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do atleta. Treinar, quando bem orientado, é gratificante e valorizado pelos atletas de forma positiva (Lee *et al.* 2000). O desporto percebido desta forma, terá uma influência positiva no atleta, bem como nos seus pais e família. Assim, o atleta sentirá prazer e obterá recompensa na atividade desportiva. A formação deve ser desenvolvida de forma holística e ter as seguintes dimensões: física, técnica, tática, ética e educacional. O treinador deve ter consciência da importância pedagógica do seu trabalho, não só na dimensão desportiva mas também na dimensão educativa e social, para conseguir o desenvolvimento de competências como disciplina, responsabilidade ou respeito (Gonçalves 2013). O treino também é um processo pedagógico (Rosa 2014) com seus efeitos psicológicos e sociais, que podem ser transferidos para todas as esferas da vida do atleta.

No entanto, a questão do desporto como instrumento educativo, para lidar com valores éticos, não é muito valorizada nos cursos superiores de formação de agentes desportivos, uma vez que, atualmente, as ciências do desporto colocam o foco ou paradigma da sua investigação mais no campo das ciências exatas da formação: saúde, alta *performance*, estudo e culto ao corpo ou exercício. A grande maioria dos estudos de investigação ocorre nessas áreas. Um dos fatores que pesa para que assim seja é os apoios financeiros serem muitas das vezes canalizados para estas áreas de investigação. Por

essa razão, não há um grande compromisso e desenvolvimento em campos relacionados às ciências humanas, como sociologia, psicologia, antropologia ou pedagogia (Renaud 2014).

A ética do jogo

A existência de uma reflexão sobre a ética no desporto é relativamente recente. Em rigor, podemos dizer que essa reflexão tomou forma no último quartel do século xx (M. McNamee 2007). Até lá, as referências ao desporto são bastante morais, valorativas ou educativas.

Para o internalista Robert Simon (1999), o desporto tem bens, características e princípios internos que permitem avaliar o desporto do ponto de vista moral. É a teoria internalista que, segundo a nossa visão, é a que melhor defende e protege o *ethos* desportivo. A ética, como vimos, assenta num conjunto de valores e princípios que norteiam a nossa forma de agir na vida e, neste caso particular, no desporto.

A ética remete-nos para a consciência do homem, para uma convicção interna da lei, do autoconvencimento da bondade da lei. Por outro lado, a regra remete-nos para uma dimensão externa, de obediência a algo imposto.

Os gregos na prática dos jogos defendiam determinados valores como a honestidade ou lealdade ou a busca da excelência, mas sem um objetivo pedagógico ou educativo. Essa dimensão foi explicitamente retomada com o surgimento do racionalismo de Montaigne, Rousseau e Locke, autores que defendem a importância do exercício físico, a pedagogia e o ensino como fator de desenvolvimento das virtudes humanas. As escolas públicas e em particular os colégios das ordens religiosas (Salesianos, Jesuítas) começaram a promover um conjunto de jogos, exercícios ou ginástica (Ling), tendo em vista uma educação mais completa e abrangente. Neste contexto, Thomas Arnold (1795-1842), um clérigo que foi reitor da Escola Pública de Rugby, em Inglaterra, introduziu práticas desportivas e jogos competitivos nessa escola. Incentivou os alunos a criarem jogos com as respetivas regras, fazendo sempre prevalecer um «espírito cavalheiresco», que hoje chamaríamos de *fairplay* ou desportivismo, em que o respeito pelas regras do jogo e pelos adversários é muito valorizado, promovendo uma cultura de saber ganhar e perder. Paralelamente, desenvolveu-se o modelo educativo *Christian Gentlemen* que valoriza

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

uma educação autónoma, baseada nos valores cristãos (Muller & Todt 2015). Esta metodologia tornou-se um grande sucesso para o desenvolvimento de competências nos seus alunos tendo, mais tarde, sido desenvolvida por outros colégios (Povos e Culturas 2004).

Como dissemos, é Thomas Arnold quem, de forma clara, colocou o desporto ao serviço da educação, ao «utilizá-lo» como recurso pedagógico. Para este clérigo inglês, os valores, a dimensão cavalheiresca, o exercício das regras... podem ser desenvolvidos através do desporto (Povos e Culturas 2004). O modelo educacional «cristianismo musculado» das elites, desenvolvido pelo clérigo Kingsley nas escolas católicas inglesas e onde Pierre de Coubertin se inspiraria, defendia que o desporto era um meio de aperfeiçoar as virtudes humanas e cristãs, ser um bom exemplo, fazer o esforço com alegria e, além disso, ser um meio de formação de carácter para se tornar um bom cristão e um bom cidadão (Frasca 2007). Este modelo rapidamente se espalhou para outros lugares e ganhou defensores fora da Inglaterra, como nos Estados Unidos ou em países europeus, mais especialmente, através das escolas religiosas católicas, dos salesianos ou dos jesuítas, por exemplo. Foi neste ambiente, no final do século XIX e início do século XX, que Pierre de Coubertin, também católico, se inspirou para a ideia do desporto ao serviço da educação, da paz entre as nações ou da cultura. O espírito olímpico, criado por ele, traduz esta intenção: «O olimpismo é uma filosofia de vida que combina o desporto com a cultura, a educação, o respeito pelos princípios éticos fundamentais e universais» (Comité Olímpico Internacional 2012).

Para concluir, até no brincar e sobretudo no jogar há um conjunto de valores e atitudes que terão de existir e de ser vivenciados, porque senão é o próprio *ethos* do jogo que se desvirtua. Sem esses valores, tal como afirmamos, o jogo torna-se meramente instrumental para atingir determinada finalidade ou resultado.

Cartão Branco e Bandeira da Ética

O Plano Nacional de Ética no Desporto (<https://pned.ipdj.gov.pt/>), sediado no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., é uma iniciativa governamental para a implementação de uma política pública com o fito de promover os valores e a ética no desporto. Trata-se de um plano que se implementa de

forma transversal e em parceria com múltiplos *stakeholders*. É um plano fundamentalmente preventivo e educativo. Ao longo dos últimos anos, e fruto da sua experiência, desenvolveu, entre outros, dois recursos pedagógicos emblemáticos tendo em vista o desenvolvimento de uma ética aplicada ao desporto. Trata-se do *Cartão Branco* e da *Bandeira da Ética*.

O Cartão Branco (<https://pned.ipdj.gov.pt/caracterizacao>) foi criado em 2015 como recurso pedagógico e tem como finalidade premiar e reconhecer o gesto positivo que os atletas promovem durante o jogo ou atitudes positivas e de *fairplay* de outros agentes desportivos, bem como, do público. Num processo educativo é fundamental o reforço positivo, assim como a indicação do «caminho a seguir» para a formação do carácter e de um comportamento ético correto, reforçando os gestos e atitudes que os atletas deverão promover através do desporto. Contrariamente ao cartão de penalização (vermelho, amarelo, azul ou outro), este cartão tem a finalidade de enaltecer e não de castigar.

Em relação a números e desde o seu lançamento, o cartão branco já foi mostrado mais de 5 100 vezes, está a ser aplicado em 26 modalidades distintas, tendo aderido a esta iniciativa 84 entidades. Além do seu poder educativo, uma consequência positiva destas exposições é que possibilitaram que a comunicação social comesçasse a noticiar os cartões brancos e as histórias de *fairplay* subjacentes, isto é, as virtudes do desporto são agora mais visíveis publicamente através dos gestos de *fairplay* reconhecidos com o cartão branco.

A Bandeira da Ética, trata-se de uma metodologia de certificação de boas práticas no campo da ética desportiva. Com este sistema as distintas entidades, desde clubes desportivos, autarquias, universidades, empresas ou federações, podem candidatar-se a esta certificação e verem certificados iniciativas, projetos, departamentos ou mesmo a entidade num todo. Todo o processo de certificação é realizado numa plataforma digital (<https://bandeiradaetica.ipdj.gov.pt/>), onde se carregam as evidências (fotos, notícias, documentos, entre outras) que atestam o que a entidade promove no campo da ética desportiva. Quanto a números, desde a sua criação em 2018, foram submetidas 3 510 candidaturas, 2 070 entidades registadas, 1 644 certificações atribuídas, correspondendo a uma taxa de certificação de 43,3%.

Entre outros aspetos positivos que esta metodologia possibilitou, o principal foi, sem dúvida, as entidades verem reconhecidas as suas iniciativas no campo da ética e as suas boas práticas poderem ser disseminadas. Com esta

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

certificação a ética desportiva passou a estar mais visível e presente nas atividades regulares das entidades, passou a existir uma maior intencionalidade ética, a haver uma maior produção de documentos relacionados com códigos de conduta, a acontecerem mais iniciativas ou projetos solidários e educativos no desenvolvimento de valores, entre outros.

Contudo, para além desta dinâmica pedagógica positiva que existe de facto, é legítimo questionar-se a intencionalidade ética de quem promove tais recursos. – Qual será a intenção da criança ao provocar um gesto positivo? – Deseja ser enaltecido ou recompensado por um Cartão Branco? – O que pretende um dirigente ao certificar o seu clube com a Bandeira da Ética? – Com a certificação quer criar uma imagem positiva junto dos seus associados? Estas e outras questões legítimas.

Para ajudar a responder a estas questões iremos, por opção do autor do presente texto, recorrer à ética formal de Kant. Segundo este autor, o valor moral de uma ação consiste não nas consequências que dela advém, mas sim na intenção com que o ato é realizado. O que importa é o motivo de uma ação, o mais importante é «fazer o que é correto porque é correto» e não por nenhum motivo ulterior. Uma boa vontade não é boa pelo que produz ou realiza, é boa em si independentemente de se concretizar ou não (Sandel 2022).

Uma das críticas comuns que se faz em relação à exibição do cartão branco diz respeito ao motivo ou intenção de quem o recebe. Pois, muitas vezes, pode-se agir de forma a obter um cartão branco no jogo. Isto é, o atleta age para que tenha uma consequência benéfica para si e para a sua imagem. Muitas vezes, há um interesse pessoal em obter um cartão branco para ser reconhecido. Ora Kant critica esta intencionalidade moral, eu devo agir não para obter uma «recompensa», mas porque agir de uma determinada forma é bom, e é correto, não porque irei obter algum ganho, mesmo que seja um cartão branco. Para Kant isto aplica-se não apenas ao interesse pessoal, mas a qualquer tentativa de satisfazer as nossas necessidades, desejos e apetites (2005, 297-299).

Esta intencionalidade ética é sempre muito difícil de aferir, pois o campo conceptual é muito mais linear que a vida quotidiana concreta. Aqui surgem com facilidade os dilemas morais aos quais nem sempre se pode aplicar uma teoria ética. Aliás, um dos fundamentos metodológicos da ética aplicada é «utilizar» diversas teorias éticas na resolução de dilemas éticos, pois o que pode ser válido para um problema pode não ser para outro.

No entanto, apesar das dúvidas legítimas que se podem levantar na operacionalidade e intencionalidade ética destes dois recursos, podemos afirmar que, no geral, existe uma intencionalidade positiva genuína. Na sua grande maioria, os atletas e agentes desportivos procuram viver e concretizar um conjunto de valores éticos na atividade desportiva, que lhes permitem afirmar que no e através do desporto a ética é uma realidade.

Referências

- Agostin. 2013. *Confesiones*. Madrid: BAC.
- Agostinho. 2001. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Aristóteles. 2004a. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal.
- Aristóteles. 2004b. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal.
- Barbosa, João. 2015. *Educação e liberdade*. Cascais: Príncípa Editora.
- Caillois, Roger. 1990. *Os jogos e os homens a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia.
- Comité Olímpico Internacional. 2012. *Carta olímpica: em vigor desde 8 de julho de 2011*. Trad. e org. Alexandre Miguel Mestre, Filipa Saldanha Lopes. Instituto Português do Desporto e Juventude.
- Comte-Sponville, André. 2016. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. S. Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, Fernando. 2004. «Síntese da história do desporto». *Povos e Culturas* 9: 151-172. <https://doi.org/10.34632/POVOSECULTURAS.2004.8825>.
- Frasca, Rosella. 2007. *Religio athletae: Pierre de Coubertin e la formazione dell'uomo per la società complessa*. Roma: Società stampa sportiva.
- Freire, Paulo. 1967. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. 2002. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra.
- García A., e Gil L. 1966. *Platón obras completas*. Madrid.
- Gonçalves, Carlos Eduardo Barros. 2013. *Desportivismo e desenvolvimento de competências socialmente positivas*. Porto: Afrontamento.
- Holt, Nicholas L., Kacey C. Neely, Linda G. Slater, Martin Camiré, Jean Côté, Jessica Fraser-Thomas, Dany MacDonald, Leisha Strachan, e Katherine A. Tamminen. 2017. «A Grounded Theory of Positive Youth Development through Sport Based on Results from a Qualitative Meta-Study». *International Review of Sport and Exercise Psychology* 10, n.º 1: 1-49. <https://doi.org/10.1080/1750984X.2016.1180704>.
- Huizinga, Johan. 1996. *Homo Ludens*. 4.ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Kant, Immanuel. 2005. *A metafísica dos costumes*. Traduzido por José Lamago. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian textos clássicos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, Immanuel. 2020. *Sobre a Pedagogia*. Lisboa: Edições 70.

Ética desportiva, um caminho para a liberdade

- Kavussanu, Maria, e Ian D. Boardley. 2009. «The Prosocial and Antisocial Behavior in Sport Scale». *Journal of Sport and Exercise Psychology* 31, n.º 1: 97-117. <https://doi.org/10.1123/jsep.31.1.97>.
- Lee, Martin J., Jean Whitehead, e Nick Balchin. 2000. «The Measurement of Values in Youth Sport: Development of the Youth Sport Values Questionnaire». *Journal of Sport and Exercise Psychology* 22, n.º 4: 307-26. <https://doi.org/10.1123/jsep.22.4.307>.
- Locke, John. 2019. *Alguns Pensamentos sobre Educação*. Lisboa: Edições 70.
- Martins, Guilherme, Carlos Gomes, e Joana Leitão. 2017. *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação.
- McNamee, Michael John. 2015. «Ethics and Sports». Em *Routledge Handbook of The Philosophy of Sport*. Oxon: Routledge.
- McNamee, Mike. 2007. «Sport, Ethics and Philosophy; Context, History, Prospects». *Sport, Ethics and Philosophy* 1, n.º 1: 1-6. <https://doi.org/10.1080/17511320601173329>.
- Mill, John Stuart. 2022. *Sobre la Libertad*. Madrid: Edaf.
- Morin, Edgar. 2023. *O desporto contém nele o todo da sociedade*. Lisboa: Edições Piaget.
- Muller, Norbert, e Nelson Todt. 2015. *Pierre de Coubertin – Olimpismo*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Neves, Maria do Céu Patrão, ed. 2016. *Ética: dos fundamentos às práticas*. 1.ª edição. Ética aplicada 1. Lisboa: Edições 70.
- Pereira, Isidro. 1969. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto: Livraria apostolado da imprensa.
- Povos e Culturas. 2004. «Cultura e desporto». *Povos e Culturas* 9 (2004): <https://doi.org/10.34632/POVOSECULTURAS.2004.N9>.
- Renaud, Michel. 2014. *Ética e Valores no Desporto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rosa, Bruno. 2014. *Ética no Desporto – Linhas Orientadoras para Treinadores*. ILIDH/PNED. Mafra.
- Rosa, Hartmut. 2016. *Alienación y aceleración: hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía*. Trad. del alemán. Discusiones 2047. Madrid, Buenos Aires: Katz.
- Rosa, Hartmut. 2019. *Resonancia: una sociología de la relación con el mundo*. Trad. del alemán. Conocimiento 3103. Madrid, Buenos Aires: Katz.
- Rosa, Hartmut. 2021. *Lo indisponible*. Barcelona: Herder.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1990. *Emílio*. Vol. I. Mem Martins: Europa América.
- Rovira, Josep, e Jaume Trilla. 1996. *La pedagogia del ocio*. Barcelona: Editorial Laertes.
- Ryan, Richard M., e Edward L. Deci. 2000. «Self-Determination Theory and the Facilitation of Intrinsic Motivation, Social Development, and Well-Being». *American Psychologist* 55, n.º 1: 68-78. DOI: 10.1037/110003-066X.55.1.68.
- Sánchez Meca, Diego. 1996a. *Diccionario de filosofía*. DICO diccionarios. Madrid: Alderabán.
- Sánchez Meca, Diego. 1996b. *Diccionario de filosofía*. DICO diccionarios. Madrid: Alderabán.
- Sandel, Michael. 2022. *Justiça – Fazemos o que devemos?* Barcarena: Editorial Presença.
- Santos, Ana. 2011. *Volta a Portugal em Bicicleta: Narrativas, Territórios e Identidades*. Lisboa: Mundos Sociais.

Desporto, Liberdade e Democracia

- Sérgio, Manuel. 1976. *Desporto em Democracia*. Lisboa: Seara Nova.
- Sérgio, Manuel. 2004. *Alguns olhares sobre o corpo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sérgio, Manuel. 2018. *Para uma epistemologia da motricidade humana: prolegómenos a uma nova ciência do homem*. Reedição. Lisboa: Nova Vega.
- Sérgio, Manuel. 2019. *Algumas teses sobre o desporto*. 6.^a edição. Portugal: Compendium.
- Siedentop, Daryl. 1994. *Sport education: quality PE through positive sport experiences*. Champaign, IL: Human Kinetics Publishers.
- Simon, R.L. 1999. «Internalism and internal values in sport». *Journal of the Philosophy of Sport* 27, n.º 1: 1-16.
- Weiss, Maureen R., Cheryl P. Stuntz, Jennifer A. Bhalla, Nicole D. Bolter, e Melissa S. Price. 2013. «“More than a Game”: Impact of The First Tee Life Skills Programme on Positive Youth Development: Project Introduction and Year 1 Findings». *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health* 5, n.º 2: 214-44. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2012.712997>.



CATOLICA
CITER - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM TEOLOGIA E ESTUDOS DE RELIGIÃO



CÁTEDRA
MANUEL
SÉRGIO
DESPORTO, ÉTICA
E TRANSCENDÊNCIA

Em 1976, Manuel Sérgio publicava uma obra que respirava o espírito do tempo, com o título «Desporto e Democracia». No quadro de uma teoria crítica da modernidade, num momento histórico de transições, Manuel Sérgio pensa as dimensões míticas do desporto, criticando o que nele possa ser alienação ou unidimensionalidade: «O desporto surge, nos dias que passam, como uma das formas sócio-históricas do vasto movimento humanista». A comemoração do cinquentenário da Revolução dos Cravos é uma oportunidade para recolocar esta visão humanista do desporto.

Alfredo Teixeira é Doutor em Antropologia (ISCTE-IUL) e Mestre em Teologia (UCP-FT), é Professor Associado na Faculdade de Teologia (UCP-FT) e Investigador Integrado do Centro de Investigação em Teologia e Estudos (UCP-CITER). Investiga as metamorfoses do sagrado contemporâneo, coordena a Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência (UCP-CITER) e é coeditor do periódico REVER- Revista de Estudos da Religião (PUC-São Paulo).

José Carlos Lima é Licenciado em Teologia e Mestre em Ciências da Educação (UCP), é o Coordenador do Plano Nacional de Ética no Desporto (IPDJ) e integra o Grupo de Trabalho da Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência. No seu trabalho, faz a ponte entre o mundo do ensino e investigação e o mundo das lógicas de terreno que operacionalizam políticas de implementação da consciência ética no campo desportivo.

PATROCÍNIO

